

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA CAROLINA PECK DO AMARAL MAFRA

SEXUALIDADE HUMANA EM SUA TRAJETÓRIA DO BIOLÓGICO
AO SOCIAL: BUSCANDO UMA COMPREENSÃO A PARTIR DA
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Orientadora

Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski

Maringá

2012

ANA CAROLINA PECK DO AMARAL MAFRA

SEXUALIDADE HUMANA EM SUA TRAJETÓRIA DO
BIOLÓGICO AO SOCIAL: BUSCANDO UMA COMPREENSÃO A
PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski

Maringá

2012

ANA CAROLINA PECK DO AMARAL MAFRA

SEXUALIDADE HUMANA EM SUA TRAJETÓRIA DO
BIOLÓGICO AO SOCIAL: BUSCANDO UMA COMPREENSÃO A
PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Silvana Calvo Tuleski (Orientadora) – UEM

Prof. Dra. Nadia Eidt – UEL

Prof. Dra. Adriana de Fatima Franco - UEM

Maringá, 31 de agosto de 2012

EPIGRAFE

Por isso as raízes do surgimento da atividade consciente do homem não devem ser procuradas nas peculiaridades da “alma” nem no íntimo do organismo humano, mas nas condições de vida historicamente formadas. (A.R.Luria)

AGRADECIMENTOS

Para além de minhas convicções marxistas, agradeço ao único Deus vivo e verdadeiro, que se tornou material em Jesus, para que as coisas Dele fossem objetivadas em mim. A Ele toda honra e gratidão!

A minha orientadora *Silvana Tuleski* sem a qual seria impossível a realização deste trabalho. Serei sempre grata pela tolerância, paciência e disposição dedicadas a mim! Você foi, sem dúvida, a melhor mediadora que eu poderia ter!

Ao *Marcel*, meu esposo amoroso e companheiro de todas as horas. Obrigada por me apoiar e incentivar sempre, não apenas com palavras, mas com suas ações no dia a dia, que aliviavam o peso das renúncias. Obrigada pela dedicação e cuidado com nossos filhos na minha ausência.

Ao meu pequeno *Davi*. Sou grata por vê-lo crescer sensível para com as pessoas. Filhinho, obrigada por ficar, ao meu lado enquanto eu escrevia este trabalho! Foi muito bom ter sua companhia, afinal, é sempre bom ter você por perto!

Meu pequeno *André*, você foi a grande surpresa deste mestrado! Por causa de você aprendi que existe tempo para tudo. Tempo de parar e tempo de continuar... É muito bom ter você em minha vida!

Aos meus pais *Celso* e *Rosânia* pelo amor incondicional. Obrigado por me mostrarem que sempre terei um lugar seguro para retornar. Isto sem dúvida facilita a vida! Obrigada por me ensinar como devo me posicionar diante do mundo! Pai, obrigada por me incentivar a continuar. Mãe, obrigada por me ajudar a manter o foco no que era mais importante!

Aos meus irmãos e amigos *Victor* e *Thiago*, que mesmo na distância foram presentes. Obrigada pelo amor e pelo carinho. *Thiago*, obrigada por sempre compartilhar comigo sua visão de mundo. *Victor*, obrigada pela prontidão em me ajudar sempre que precisei.

Aos meus sogros *Rodolfo* e *Cecilia*. Obrigada por me chamarem de filha! Pelas conversas e desabafos, muito obrigada!

A minha família. *Marjorie* e *Jorcélio*, *Sarinha* e *Rafael*, *Juninho*, *Rice* e *Juliana*. Obrigada pelo carinho sempre!

Meus agradecimentos especiais a Profa. Dra. *Adriana de Fatima Franco* e Profa. Dra. *Nádia Eidt* que ao contribuírem com a correção deste trabalho, tornaram-se parte dele.

Aos amigos que fiz pelo caminho: Achilles Delari Jr. obrigada pelas reflexões e material compartilhado de forma generosa;

A Tânia do DPI que tantas vezes facilitou a minha vida! Pelo carinho, obrigada!

Aos Professores do Mestrado de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá que sem dúvida auxiliaram na elaboração deste trabalho: Profa. Dra. Sonia Shima e Profa. Dra. Marilda Facci; Profa. Lenita Cambaúva e Profa. Marlene. Obrigada!

Ao Teen Street Brasil, que despertou tantos questionamentos quanto respostas. Obrigada por me deixar ser parte!

MAFRA, A.C.P.A (2012) Sexualidade humana em sua trajetória do biológico ao social: Buscando uma compreensão a partir da Psicologia Histórico Cultural.

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma discussão teórico-conceitual sobre o desenvolvimento filogenético e ontogenético da sexualidade humana. A compreensão da constituição histórica da sexualidade humana se amparou nos aportes da Psicologia Histórico Cultural, a partir de seus principais autores, Vigotski, Leontiev e Luria, bem como na base filosófica fundamental desta teoria, ou seja, o materialismo histórico dialético de Marx e Engels. Tais fundamentos têm como pressuposto a compreensão de um sujeito que é humanizado à medida que estabelece relações com a sociedade em que vive, processo este que é dialético e contínuo, em que os homens transformam a natureza para satisfazer suas necessidades básicas e são também transformados. Todavia, para que seja possível entender as especificidades desta transformação, necessário se faz a apropriação de categorias fundamentais do materialismo histórico tais como *o trabalho* enquanto atividade vital humana e outras dela derivadas como a fabricação, o uso e conservação de instrumentos e signos, base para a formação da consciência. Seguindo esta trajetória, no primeiro capítulo, apresentamos a concepção metodológica do materialismo histórico dialético, base fundamental para a compreensão da Psicologia Histórico Cultural, realizando um aprofundamento a cerca de como a categoria *trabalho* é fundante da consciência humana nesta perspectiva, para então apresentar, também neste capítulo os principais conceitos da abordagem Histórico Cultural. Posteriormente, no segundo capítulo desta dissertação, são apresentadas reflexões sobre a constituição da sexualidade ao longo do desenvolvimento filogenético, para que se possa compreender de que forma o salto qualitativo dado pela espécie humana, transformou as questões a cerca da sexualidade, partindo dos escritos de Engels (1995), Sérgio Lessa (2003), Mézáros (2000) e outros autores historiadores, bem como dos elaboradores da Psicologia Histórico Cultural. No terceiro capítulo apresenta-se a compreensão do desenvolvimento ontogenético da sexualidade humana tendo como base os estudos sobre o desenvolvimento das demais funções psicológicas superiores no curso do desenvolvimento da primeira infância até a adolescência. Finalmente, no último capítulo buscamos apresentar quais as perspectivas teóricas que respaldam os estudos atuais sobre o tema da sexualidade na Psicologia, destacando-se a visão de homem que ancora as abordagens teóricas hegemônicas, focalizando trabalhos publicados sobre o tema em programas de pós-graduação em Psicologia no Brasil nos últimos cinco anos. Destacamos que esta pesquisa não se propõe a esgotar a discussão sobre a constituição social da sexualidade humana, mas sim, pelo contrário, tem a

intenção de acenar com a possibilidade de se investigar este tema a partir de outro constructo teórico, entendendo os aspectos biológicos, históricos e sociais em unidade.

Palavras-chave: Sexualidade humana; Psicologia Histórico Cultural; Materialismo Histórico dialético; desenvolvimento ontogenético da sexualidade.

MAFRA, A.C.P.A (2012) Human sexuality in its trajectory from the biological to the social: Seeking an understanding from the Cultural Historical Psychology.

ABSTRACT

This work consists of theoretical and conceptual discussion regarding the ontological development of sexuality. This ontology is possible only by understanding the human contributions of psychology in Cultural History, from its principal authors, Vygotsky, Leontiev and Luria, as well as the fundamental basis of this theory, the historical and dialectical materialism in Marx and Engels. Such assumptions as foundations have an understanding of a subject that is humanized as establishing relationships with him to live in society, which is essentially historical. In the process in which men transform nature to meet their basic needs, are also processed, and this endless dialectical process. In order to understand the course of this transformation, it is necessary rather to understand the role of categories essential to this process, such as work, fundamental category, manufacturing and use of tools and signs, the formation of conscience, the class society and many more. In the first chapter of this work, we attempted to discuss how they are addressed the issue of sexuality in psychology today. This chapter presents the results of the survey on the vision of man and of the current hegemonic theoretical papers published on the theme of sexuality in post-graduate programs in psychology in Brazil over the past 5 years. In this first time were taken into account the construction of psychology as a science, the influences neoliberal and postmodern in the publication of works on human sexuality. Later in the second chapter of this thesis we present the design methodology of the historical and dialectical materialism, a conception which is the fundamental basis for understanding the history Cultural Psychology, conducting a deeper about how the work is foundational category of human consciousness in this perspective, and then also present in this chapter the main concepts of Cultural History approach, as devised their precursors. In the third chapter presents the reflections on the construction of sexuality throughout the development of man in its phylogenetic development, so we can understand how the qualitative data for the human species, became issues about sexuality. First, however, were considered in this chapter the writings of Engels (1995), Sergio Lessa (2003), Mézáros (2000) and other authors. Starting from the basic concepts of Dialectical and Historical Materialism Cultural History of Psychology. Finally, the last chapter we seek an understanding of the ontogenetic development of human sexuality based on studies on the development of other higher mental functions. This required the path of development from childhood to adulthood, always relying on Marxist authors dealing with the history of human development. We emphasize that this research does not intend to exhaust the discussion on the social constitution of human sexuality, but on the contrary, waving with the

possibility to investigate this issue from another theoretical construct, understanding the biological and social unit. At the end of this work, we conclude that the chances of sexuality in today for more individuals who are, are possible today due to the ongoing development of the human phylogenetic, historical, social and its incorporation in each individual in its ontogenetic trajectory, and therefore determined by the relationship forms postmodern, ie largely transient and temporary relationship.

Keywords: Sexuality, Cultural Historical Psychology; dialectical historical materialism, ontological development

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I.....	21
1. O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO MÉTODO PARA O ENTENDIMENTO DA SEXUALIDADE HUMANA.....	21
1.1. Do ser natural para o ser social: a centralidade da categoria trabalho na compreensão do humano.	26
2.2. A Formação da Consciência e a Humanização do homem para a Psicologia Histórico Cultural	46
CAPITULO II.....	62
2. O DESENVOLVIMENTO FILOGENÉTICO DA SEXUALIDADE HUMANA: DA HOMINIZAÇÃO Á HUMANIZAÇÃO.....	62
2.1 O Estado Selvagem	70
2.2 Barbárie	77
2.3 Civilização.....	89
CAPITULO III	126
3. EM BUSCA DE UMA NOVA COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ONTOGENÉTICO DA SEXUALIDADE HUMANA, A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.	126
3.1 Tenra infância – do nascimento até os dois anos e a crise do primeiro ano 135	
3.2 A Crise dos três anos e o papel da imaginação.....	144
3.3 Crise dos Sete anos e as exigências dos processos formais de escolarização.	150
3.4 Fase de Transição para a idade adulta ou Adolescência	155
CAPÍTULO IV	163
4. A PREDOMINÂNCIA DOS ASPECTOS BIOLÓGICOS NAS CONCEPÇÕES HEGEMONICAS ATUAIS SOBRE SEXUALIDADE HUMANA. 163	
4.1 O Tema Sexualidade nos Artigos Científicos da Base de Dados SCIELO - de 2007 á 2012	177
2.1 A predominância do pensamento formal nas concepções atuais sobre a sexualidade humana: algumas considerações.....	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	224

SEXUALIDADE HUMANA EM SUA TRAJETÓRIA DO BIOLÓGICO AO SOCIAL: BUSCANDO UMA COMPREENSÃO A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

INTRODUÇÃO

Apresentar possíveis interlocuções entre o desenvolvimento da sexualidade e a Psicologia Histórica Cultural, vem a ser o grande desafio desta pesquisa. Comumente pensada a partir de concepções formais do desenvolvimento, a temática a que nos propomos discutir, surgiu a partir de minha prática como psicóloga escolar em Maringá (PR) com grupos de adolescentes e famílias sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento da sexualidade. Nestes trabalhos, muitas eram as indagações sobre as características e determinantes da sexualidade humana, bem como em relação às suas diferentes facetas de expressão na atualidade.

O psicólogo muitas vezes é requisitado na escola e no trabalho clínico a esclarecer aos professores e pais como se dá o desenvolvimento sexual e de que modo é possível “educar” ou “intervir” na formação da sexualidade. Porém, a compreensão existente sobre a sexualidade vem cercada de tabus ou se respalda em concepções pautadas pelo senso comum que a tomam como um caractere inato e natural, dado desde o nascimento e sua via de desenvolvimento segue um curso semelhante a todos os homens. Porém, é importante destacar que o conceito de *senso comum* tal como apresentado por Saviani (1997), que diferencia o termo *senso comum* de *consciência filosófica*, afirmando que estes são conceitos mutuamente contrapostos, de modo que se podem dispor os seguintes pares antinômicos: *fragmentário/unitário*, *incoerente-coerente*, *desarticulado/articulado*, *implícito/explícito*, *degradado/original*, *mecânico/intencional*, *passivo/ativo*, *simplista/cultivado*. De acordo com o autor mencionado, a passagem do empírico ao concreto corresponde, em termos de concepção de mundo, à passagem do senso comum à consciência filosófica. Em linhas gerais, as condutas relacionadas à sexualidade são pensadas nos parâmetros da individualidade e o corpo é compreendido, nesta perspectiva, como dissociado da mente. A sociedade e as

relações construídas ao longo da história são tomadas como afirma Eidt e Tuleski (2007, p.223) como “força estranha ao homem, (...) que deve (apenas) adaptar-se”.

Uma das principais correntes psicológicas, que norteia a formação de psicólogos nos cursos de Graduação em Psicologia e dá sustentação à compreensão sobre como se processa o desenvolvimento da sexualidade humana é a Psicanálise freudiana, bem como as demais vertentes dela derivadas. Muitos psicólogos, em suas práticas no âmbito clínico ou educacional, lançam mão dos conceitos psicanalíticos para orientar pais e professores com relação à orientação sexual de crianças e adolescentes. Embora seja inegável a contribuição trazida por Freud para o entendimento da relação entre patologias mentais e aspectos da repressão da sexualidade humana, em uma época na qual discutir este tema, principalmente quando relacionado à mulher e à feminilidade era considerado um tabu, a concepção psicanalítica traz em seu bojo o dualismo clássico que atravessa a Psicologia nascida com a sociedade burguesa: a cisão biológico/social (Tuleski, 2004).

No entanto, muitas décadas nos separam da sociedade aristocrática de Freud e o momento histórico atual, denominado por autores como Bauman (2008) de sociedade líquida, característica da pós-modernidade. Deste modo, a compreensão das transformações ocorridas nas relações sociais desde então podem ser a “chave” para o entendimento de como se delineia na atualidade o exercício “plural” da sexualidade. Além disso, torna-se importante considerar a afirmação de Duarte (2006) ao apontar que o que torna uma ideologia possível é a suposição de que as ideias existem por elas mesmas, sem a ação dos homens, que ao contrário, percebem-se como criaturas dessas supostas “forças”. As ideias dominantes em uma sociedade em uma determinada época histórica são sempre ideias da classe dominante daquele período. Assim, se formam as ideologias, a partir da transformação dos ideais da classe dominante em ideais de uma sociedade.

Todavia, é certo que há uma tendência atual a utilizar os termos "sexualidade humana", "saúde sexual", ou "medicina sexual", cada uma dessas expressões indicando uma certa posição no conjunto de tensões e disputas que marcam o território da medicina em geral. Todavia, o estudo das formas de autodesignação não é nosso objeto de estudo, e por isso, optamos pelo termo "sexualidade" por seu uso tradicional no decorrer do tempo. Por isso, logo de início, optamos por buscar a partir dos textos atuais

que tratam do tema, estabelecer definições mais precisas e que se aproximem à visão de homem proposta nesta investigação. Por ser o dicionário um dos meios mais comuns para se encontrar o significado das palavras, a primeira definição a ser mencionada nesta etapa inicial, está no dicionário da língua portuguesa Aurélio. Neste, o termo sexualidade é: “*s.f. Conjunto de caracteres especiais, externos ou internos, determinados pelo sexo do indivíduo; qualidade sexual*”. E para a palavra sexo, também no dicionário Aurélio:

“*s.m. Diferença física e constitutiva do homem e da mulher, do macho e da fêmea: sexo masculino, feminino. /Conformação que distingue o macho da fêmea nos animais e nos vegetais. / Conjunto dos indivíduos que têm o mesmo sexo: reunião para os dois sexos. / Órgãos da reprodução. / Bras. Órgãos sexuais externos; partes pudendas. // Fam. O sexo fraco, o belo sexo, as mulheres. / Fam. O sexo forte, os homens.*”

Para além do verbete encontrado no dicionário, é importante destacar como a ciência ou as investigações científicas definem estes termos. O Historiador Philippe Àries ao tratar sobre *A História da vida Privada* (1991,v.4), citando Bronislaw Baczko, afirma que a palavra sexualidade aparece pela primeira vez em 1849, em que refere-se apenas “*ao que é sexuado*”. Antes de ser fundado o que o autor denomina de *scientia sexualis* (ciência da sexualidade), o termo era frequentemente relacionado a “amor” e “*paixões amorosas*”; “*desejos*” ou “*instinto genesíaco*”; “*atos carnis*” e “*atos venéreos*”; ou ainda como denominava a medicina “*coito*” ou “*copulação*” (Àries,1991, p.528). Á época do nascimento do termo, apenas o médico poderia falar abertamente sobre a temática, como veremos no segundo capítulo deste trabalho. Em meados do século XIX o termo passa a ser dissociado da paixão romântica, e toma a forma de “*uma força necessária à reprodução da espécie*” em que “*adquire um status inferior que permite a desenvoltura em relação a todas as formas degradantes de relação amorosa*” (Àries,1991, p.529). Sendo continuamente foco de estudo da medicina da época, as questões da sexualidade eram estudadas sob o aspecto das condutas desviadas da regra moral.

A partir dessas definições apresentadas, optou-se por tomar, na presente dissertação, a palavra *sexo* como o *ato sexual propriamente dito* - o coito - sendo este

primeiro inicialmente biológico e necessário à procriação da espécie, bem como o conjunto do aparato biológico anatômico que diferencia macho e fêmea. Da mesma forma, *sexualidade*, será compreendida como o conjunto de práticas e crenças, usos e costumes relacionados ao sexo, e estes por sua vez são culturais e historicamente construídos. Destacamos, no entanto, que esta definição é meramente didática, uma vez para a Psicologia Histórico Cultural, não existe separação entre corpo e mente, como veremos no decorrer deste trabalho.

Entendemos, que resgatando, pois, a totalidade gerada pelo conjunto das forças produtiva dos homens e seu impacto nas relações humanas, será possível compreender o mais específico, a sexualidade humana, tendo como aporte a própria história do gênero humano. Assim, a compreensão proposta pela Psicologia Histórico Cultural de como se processa o desenvolvimento do ser humano, notadamente quanto à constituição das funções psicológicas humanas nos diversos períodos históricos da evolução humana (filogênese), bem como a gênese e transformação das funções psicológicas superiores (culturais) em um indivíduo em particular (ontogênese), é fecunda para discutir o tema aqui proposto.

Neste ponto, é preciso dizer que desde o início deste trabalho, indagou-se sob quais concepções estariam pautando os trabalhos contemporâneos produzidos a respeito da sexualidade humana. Existia como hipótese inicial da pesquisa a ideia de que os conhecimentos científicos produzidos a respeito da temática poderiam estar sendo determinados por uma visão dicotomizada de ser humano (corpo dissociado da mente), amparados pela lógica formal¹ de apreensão da realidade, ou seja, um modo de conceber o real de modo dual em que sujeito e objeto são separados, e, em consequência, a história humana explicada não como um processo dialético fundamental (a história - o trabalho - e a humanização do gênero humano), mas sim, como um cronograma linear, como uma sequência lógica de ocorridos, em que os seres humanos atuam a partir de suas aptidões e caracteres inatas (Duarte, 2006; Saviani, 1997).

¹ A dialética que aparece no pensamento de Karl Marx e Engels, fundadores do método materialista histórico-dialético, método adotado neste trabalho, surge como uma tentativa de superação desta lógica formal, ou seja, da separação que era feita na filosofia entre o sujeito e o objeto. Todavia aprofundaremos esta análise no capítulo sobre o método, Capítulo 1.

As indagações surgidas da prática como psicóloga, na qual muitas vezes os referenciais apropriados na formação muitas vezes não davam conta de responder às necessidades e angústias postas por pais e educadores, conduziu a busca por uma concepção que superasse tal dualismo, no caso a Psicologia Histórico-Cultural, iniciando uma especialização nesta perspectiva. No curso, porém, foi possível o aprofundamento sobre a concepção de desenvolvimento humano como histórico-social, nuclear na referida teoria, porém inexistia material produzido e acessível, dos autores soviéticos, que tratasse especificamente da sexualidade humana.

Foi partindo da necessidade de buscar outra via de explicação para a constituição da sexualidade humana e, principalmente, diante da possibilidade de se compreender o homem para além da causalidade e naturalidade dos fatos, sem recorrer a explicações baseadas em mecanismos internos, universalmente desenvolvidos, que foi adotada a perspectiva marxista da psicologia nesta pesquisa. Todavia, para que fosse possível pensar o tema da sexualidade nos aportes da Psicologia Histórico Cultural, foi necessária a realização de um recorte das demais temáticas que se agregam ao tema, e acabam por instaurar valores de referencia neoliberal, como o casamento, o amor ou as diversas formas possíveis de vivencia da sexualidade na atualidade. Partindo desses recortes, surgiram os primeiros embates: Como pensar o desenvolvimento filogenético e ontogenético da sexualidade, sem perder de vista sua base biológica, mas indo além dela? Como compreender o desenvolvimento da sexualidade humana no decorrer do processo de hominização e humanização? De que forma as condições materiais de produção da vida poderiam determinar o desenvolvimento da sexualidade? Como atuariam as contradições da sociedade atual sobre o desenvolvimento ontogenético da sexualidade humana?

Ao buscar leituras sobre o tema foi possível notar que as publicações apontam para o fato de que, em linhas gerais, a sexualidade é determinada por fatores biológicos e genéticos e que por isso, nada teria o homem ou a sociedade a fazer a respeito. Em revistas de domínio publico como Veja e Superinteressante (ambas da Editora Abril), bem como a Revista Época (editora O Globo) são comuns matérias que, partindo de

concepções pós-modernas², apresentam estudos que naturalizam a sexualidade bem como a constituição do psiquismo humano.

Como exemplo, é possível citar a matéria da revista *Época* de 2009³ em que a pesquisadora e bióloga Marlene Zuk, ao estudar o comportamento homossexual entre os animais, afirma à revista: “A maior parte dos biólogos acredita que todos os comportamentos, seja um relativamente simples como o jeito que a pessoa anda, até os extremamente complexos, como a orientação sexual, têm origem na combinação dos genes e do ambiente.” Na mesma revista, na qual publica-se diversas matérias sobre o tema da sexualidade, também foi publicado em 2009⁴ que: “O cérebro humano pode ser feminino ou masculino independentemente do sexo biológico de uma pessoa.” E trazia como bônus ao leitor “Faça o teste e saiba se o seu cérebro tem o mesmo sexo que seu corpo”. Nesta publicação os pesquisadores afirmavam⁵ que “O sexo do cérebro é determinado pela quantidade de testosterona [hormônio masculino] a que o feto fica exposto no útero. Em geral, homens recebem doses maiores do que as mulheres. Mas isso varia e nós ainda não sabemos exatamente o porquê” (Revista *Época*- versão eletrônica).

A partir das leituras destas publicações, foi também possível constatar que os materiais de domínio público, como os citados acima, vem fortalecer a concepção de que a sexualidade é construída de forma universal, desligada do processo histórico e da produção material dos homens. Autores que seguem esta perspectiva afirmam que:

(...) durante o desenvolvimento dos seres humanos, como o homem era o caçador, desenvolveu um cérebro com habilidades manuais, visuais e coordenação para construir ferramentas. Por isso, um cérebro masculino

² Por Pós-moderna, compreendemos aqui o período histórico da segunda metade do século XX, do capitalismo pós-industrial. A concepção de homem e sociedade que é embasada pelo neoliberalismo e pluralismo, bem como pelo Pós-estruturalismo. Esse período tem como características a multiplicidade, o consumo de serviços, a produção de informações, a transformação de desejos em necessidade a fragmentação do conhecimento. (Peixoto,2004) – discorreremos mais adiante sobre este ponto.

³ Endereço Eletrônico: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI81562-15228,00-SER+HOMOSSEXUAL+NAO+E+UMA+ABERRACAO.html>

⁴ Idem a referencia anterior.

⁵ Idem a anterior

tem mais habilidades funcionais. Já as mulheres preparavam os alimentos e cuidavam dos mais novos. Elas tinham que entender os bebês, ler sua linguagem corporal e ajudá-los a sobreviver. Elas também tinham que se relacionar com as outras mulheres do grupo e dependiam disso para sobreviver na comunidade e, por isso, desenvolveram um cérebro mais social. Os homens, por sua vez, lidavam com um grupo de caçadores, não precisavam tanto um do outro e se comunicavam menos, apenas com sinais. (Revista Época 2009 – versão eletrônica.)⁶

Tais revistas, apesar de não serem reconhecidas como científicas, afirmam que suas publicações são “*resultado de pesquisa científica*”, sendo que, no caso da Revista Superinteressante, é comum encontrar resultados de pesquisas de Universidades de renome internacional, como Harvard, Yale e outras, que validam suas reportagens. Em publicação recente, o título “*Super Interessante revela pesquisas que acaba com os mitos sobre filhos de pais gays*”⁷ tratava de uma pesquisa de uma professora da Universidade da Virginia (EUA) sobre a saúde emocional de crianças que possuem pais homossexuais. Em outra edição a reportagem intitulada, “*Homofóbicos têm desejo sexual pelo mesmo sexo? Cientistas dizem que sim.*”⁸, apresentava os resultados de um estudo da Universidade de Georgia, nos EUA. Ao final da reportagem o autor completava: “*Lembrando que essa é uma constatação puramente científica, despida de qualquer viés político*”.

As perguntas que se colocam são: Que ciência é esta? A que concepção ideológica está servindo esta ciência? Entendemos a partir de Kosik (1973) que a ciência deve ser a possibilidade de uma sociedade efetuar o rompimento com o mundo da aparência pela via racional. A partir de métodos e sistemas elaborados, a ciência é a

⁶Endereço eletrônico: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI65446-15224,00-QUAL+E+O+SEXO+DO+SEU+CEREBRO.html>

⁷ Fonte: Revista Super Interessante - edição de 2012 - reportagem de Carol Castro

⁸ Endereço eletrônico: <http://super.abril.com.br/blogs/cienciamaluca/homofobicos-tem-desejo-sexual-pelo-mesmo-sexo-cientistas-dizem-que-sim/>

atividade humana que permite aos homens se apropriarem da realidade concreta. De acordo com Kosik (1973):

“A praxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade” (Kosik, 1976, p. 10).

De forma semelhante, Duarte (2006), ao tratar do lema “Aprender a aprender”, constatou o viés político e ideológico que impulsiona a educação. Segundo o autor, tanto a Psicologia como a Educação, estão ligadas a “*um processo ideológico mais amplo, (ou seja), ligado ao avanço do pensamento liberal e de seu aliado, o pós modernismo*” e assim reitera que é importante compreender que o modelo pós-moderno de fazer ciência, que é também o modelo neoliberal de fazer ciência, encontra na educação o legitimador de seus conceitos.

Ao se divulgar em revistas de domínio público informações ditas “científicas”, a verdade pode ser falseada e toma o viés que as classes dominantes desejarem e a maioria da população fica a mercê de uma ciência vulgarizada ou, como afirma Saviani (1997, p.193), “*as expressões culturais burguesas tendem a fazer coexistir o rebaixamento vulgar da cultura para as massas com a sofisticação esterilizadora da cultura para as elites.*” Nesta mesma direção, Duarte (2004) complementa:

“quanto mais a difusão do conhecimento for regida pelas leis de mercado, mais superficial e imediatista vai-se tornando o conhecimento oferecido aos indivíduos e mais superficiais e imediatistas vão-se tornando as necessidades desses indivíduos.” (p.219)

Buscando caminhar na contramão de tais pressupostos, optou-se por realizar um levantamento dos trabalhos publicados com o tema da sexualidade a fim de conhecer as concepções teóricas que tem pautado os trabalhos na área da Psicologia sobre o tema, na atualidade. Este levantamento será apresentado no quarto capítulo deste trabalho, bem como a discussão sobre os resultados encontrados, considerando a construção da psicologia enquanto ciência e sua determinação nas tendências teóricas que mais se

destacam nas publicações dos trabalhos sobre a sexualidade humana em determinadas épocas. Desta forma, no último capítulo, serão discutidos como entendemos ser as concepções hegemônicas tais como o inatismo e o ambientalismo, concepções dicotômicas e naturalizantes, que desconsideram a historicidade dos fenômenos psíquicos e da própria sociedade. Buscamos apontar, ainda que brevemente, o caráter ideológico dessas abordagens, que vem colaborando para justificar a desigualdade social por meio da diferença individual.

Todavia, entendeu-se que havia um caminho que deveria preceder tais discussões, desta forma, no primeiro capítulo, optou-se por apresentar os principais fundamentos do Materialismo Histórico Dialético, concepção que é a base metodológica deste trabalho. Para tanto, buscamos destacar a categoria fundamental da teoria marxista, base para a constituição do ser social - o trabalho. Neste ponto ainda, buscamos discorrer sobre suas derivadas essenciais, dentre estas: Teleologia, Praxis, relação sujeito-objeto, bem como o processo de objetivação e apropriação. Em seguida, no segundo subitem, trouxemos os princípios teóricos fundamentais da Psicologia Histórico-Cultural tal como sistematizados por seus fundadores, Vigotski, Luria e Leontiev, sendo esses os fundamentos que nortearão as posteriores discussões a respeito da sexualidade humana.

No segundo capítulo, procuramos sistematizar os escritos de Engels (1995), Lessa (2003), Mézáros (2000) e outros historiadores na empreita de explicitar na história da humanidade, de que modo as transformações nos meios de trabalho ou atividade vital humana repercutiram nos modos de sociabilidade, nos vínculos entre homens e mulheres, na constituição das formas de matrimônio e no exercício da sexualidade, tendo como preocupação central o desenvolvimento filogenético da sexualidade.

Finalmente, no terceiro capítulo, o objetivo central foi o de se apropriar dos escritos de autores soviéticos elaboradores e continuadores da Psicologia Histórico-Cultural, ainda que de modo preliminar, os conceitos que auxiliassem no entendimento do desenvolvimento ontogenético da sexualidade, buscando demonstrar que ela, tal como outras funções psicológicas humanas, segue uma trajetória do puramente instintivo ou biológico (função psicológica primitiva) para o superior ou cultural.

CAPITULO I

1. O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO MÉTODO PARA O ENTENDIMENTO DA SEXUALIDADE HUMANA

Toma-se como objetivo deste capítulo a busca pela síntese de alguns dos principais preceitos do Materialismo Histórico Dialético, bem como da Psicologia Histórico Cultural, os quais serão o embasamento das discussões encaminhadas sobre o tema sexualidade nos seguintes capítulos deste trabalho.

Para tanto, desde o início é importante retomar que Marx e Engels, em 1845, inauguraram a concepção filosófica e metodológica na qual a essência humana é compreendida como *o conjunto de relações que os homens estabelecem entre si, através da produção material de sua existência* (1991, p.30). Comumente divulgado como teórico filosófico e econômico, os escritos de Marx foram incorporados aos estudos sociológicos clássicos como os de Durkheim e Marx Weber sem, por algum tempo, encontrar espaço epistemológico nas ciências psicológicas. Entretanto, a ideia de que o ser humano se transforma, ao alterar as condições materiais de sua existência, por meio das atividades concretas da vida, ou seja, o trabalho, é categoria central para que se possa compreender o processo pelo qual o homem constitui-se em sua humanidade. Tal categoria merece destaque e será apresentada no segundo item deste capítulo, por permear todos os escritos de Marx e Engels e ser base metodológica da concepção vigotskiana de desenvolvimento humano.

Ao tratar da transformação do homem primitivo em homem-ser social, Marx (1979) destaca a base fundamental de seu pensamento ontológico ou, dito de outra forma, a constituição do ser, como um “ser social”. O pensamento marxiano⁹, como se convencionou chamar os escritos e o método descrito pelo próprio Karl Marx, considera

⁹ Desde o fim do século XIX e todo o XX, o Marxismo foi fragmentado em várias vertentes, dentre as quais podemos citar: marxismo leninista, trotskista, gramsciano, stalinista, luckasiano, maoista e uma infinidade de outros. Diante da tão grande variedade de teóricos que se remetiam ao termo *marxismo* e que acabavam, por vezes, favorecendo distorções teóricas e metodológicas a respeito da teoria, bem como designando ideologias conflitantes, advindas de seguidores de seus escritos, convencionou-se configurar a ideologia e o método descrito pelo próprio Karl Marx, hoje, com o termo "Marxiano", diferindo-o assim dos demais.

que o mundo material independe do processo do conhecimento, uma vez que, antes mesmo da consciência de *existir* do homem, o mundo concreto, de caráter histórico e provisório, já existe e fundamenta toda a relação do *vir a ser* deste homem. Isso decorre do princípio fundamental que postula ser na relação dialética entre o mundo material objetivo e a atividade vital humana, que ambos são (re)construídos, tanto a objetividade quanto a subjetividade.

Há, pois, uma natureza, um mundo objetivo externo ao homem, no qual este mesmo homem age e, por meio de sua ação, transforma objetivamente. Porém, no mesmo ato de transformar esta natureza pré-existente, transforma a si mesmo, desenvolve aptidões e apropria-se de conhecimentos. Entende-se que o homem se faz humano no e pelo processo de agir sobre a natureza e transformá-la, transformando ao mesmo tempo a si mesmo. Porém, tal processo não pode ser pensado como independente das condições históricas e sociais estabelecidas por gerações anteriores, uma vez que é dependente do processo coletivo de construção da vida material, como veremos mais adiante. (Marx e Engels, 1997)

O método marxiano, assim entendido, caracteriza-se fundamentalmente pela busca da compreensão da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, das leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade. E uma vez que o desafio aqui posto, é o de não sair do terreno da história humana, torna-se importante retomar o entendimento que Marx e Engels (1986) apontam referente ao conceito de “história”:

(...) o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história é que os homens devem estar em condições de viver para “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e alguma coisa mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato, este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje como a milhares de anos deve ser cumprido todos os dias e todas as horas simplesmente para manter os homens vivos. (...) O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o

instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o verdadeiro ato histórico. (...) Toda a historiografia tem de partir destas bases naturais e da sua modificação ao longo da história pela ação dos homens. (Marx e Engels, 1986. p.27)

O estabelecimento da importância acerca das questões históricas para o entendimento da formação e constituição humana ocupa lugar central na teoria marxista. Marx (1987) afirmou que os homens fazem sua história, mas não o fazem por sua vontade individual, pois a cada período histórico estão postas condições materiais e sociais, dentre as quais o homem poderá optar e escolher, sendo essas escolhas sempre limitadas ao modo como se organizam as relações sociais de produção em uma dada época. Nesse processo, a subjetividade, entendida aqui como formação da consciência humana, se desenvolve por meio da permanente apropriação daquilo que se compreende como objetividade social, sendo esta história o processo no qual o gênero humano se desenvolve, bem como cada indivíduo em particular humaniza-se ao se apropriar daquilo que é produzido, reproduzido e transformado pela atividade social.

Kosik (1976) referenda o já exposto, ao dizer que:

Se a premissa fundamental da história é que ela é criada pelo homem, a segunda premissa igualmente fundamental é a necessidade de que nesta criação exista uma continuidade. A história só é possível quando o homem não começa sempre do novo e do principio, mas se liga ao trabalho e aos seus resultados obtidos pelas gerações precedentes. Se a humanidade começasse sempre do principio e se toda ação fosse destituída de pressupostos a humanidade não avançaria um passo e sua existência se escoaria no círculo da periódica repetição de um inicio absoluto e de um fim absoluto. (Kosik, 1976, p.218)

Na concepção materialista histórica, portanto, um dos fatores decisivos da história está na produção e reprodução da vida imediata. Essa produção é definida por Engels (1990) como sendo de dois tipos: se de um lado temos a produção dos meios de existência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários a essa

produção; do outro lado, se constitui dialeticamente a produção do próprio homem e a continuação da espécie humana. O modo de produção da vida material é fator decisivo para o desenvolvimento da sociedade e de suas instituições sociais. *“A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção; Pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro.”* (Engels,1995; p.2). É essa produção histórica da vida cotidiana, em que os homens produzem a si mesmos enquanto parte do gênero humano. Porém, só ela não é suficiente quando a sociedade adquire e se desenvolve de modo mais complexo. Manter-se vivo biologicamente, mantendo sua vida nos aspectos mais imediatos de obtenção de alimento, abrigo, etc, e reproduzindo-se enquanto espécie é a primeira condição, porém não a mais importante quando se compara o máximo desenvolvimento alcançado pela humanidade, pelo gênero, e o alcançado por cada um na esfera da vida cotidiana, de reprodução imediata da vida. Mas a disparidade entre o alcançado pelo conjunto dos homens em termos de desenvolvimento e o que cada um em particular consegue apropriar-se, como ocorre nas sociedades de classe, não pode ser compreendida como natural, mas sim como de natureza histórica.

De acordo com Engels (1995) os fatores determinantes para a modificação das leis que regem a sociedade estão sempre relacionados às formas produtivas da vida concreta. A um nível determinado de desenvolvimento das forças produtivas dos homens, corresponde uma forma determinada de comércio e de consumo. À determinada fase de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo, corresponderá formas determinadas de organização social, de organização familiar e das classes sociais.

Assim, para que possa se diferenciar da atividade realizada pelos animais, a atividade humana deve possibilitar o aparecimento da consciência de uma finalidade, consciência esta, que ao poucos passa a preceder a ação do homem na transformação concreta da realidade concreta e social, mas que é fundada neste processo dialético. Desta forma, a afirmação de Marx (1986) sobre a base histórico-ontológica da dialética ainda permanece como horizonte:

“(…) Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, ou por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar

dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida: passo esse que é condicionado por sua organização corporal.” (Marx, K & Engels, F. 1986: p. 76)

Tal compreensão, entretanto, só se faz possível se partirmos da definição de *trabalho* encontrada em Marx (1987, p.32) onde temos: *toda ação do homem sobre a natureza a fim de modifica-la para sua sobrevivência e aprimoramento de sua vida diária*. Sobre este aspecto fundamental da teoria, o filósofo marxista Georg Lukács (1976) aponta que o trabalho é categoria central na obra de Marx, uma vez que é “*uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens*”.(p.13)

George Lukács (1972) aponta que a concepção teórica de Marx consistiu no delineamento de uma ontologia histórico materialista, isto porque em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (materialistas), nem por algo abstrato (como era em Hegel). “*Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto.*” (G. Lukács;1920)

Desde as obras de juventude de Karl Marx (1818-1883) como *os Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844*, bem como as obras da maturidade como *O Capital (1868-1874)*, e *O Manifesto do Partido Comunista de 1878*, é possível constatar um complexo aporte teórico e metodológico a partir do qual é possível compreender a formação da subjetividade ou consciência humana, bem como sobre as diversas formas de relações existentes entre os homens, tomando como categoria central de análise a atividade vital humana, o trabalho. Por meio das transformações ocorridas nas formas de trabalho humano no curso da história, Marx e Engels (1897) demonstram a estreita ligação homem/natureza, porém uma ligação muito diferente daquela que se opera no âmbito das demais espécies animais.

Sendo o trabalho, categoria tão fundamental ao Materialismo Histórico Dialético, dedicaremos o primeiro subitem deste capítulo para discorrer sobre esta categoria, bem como outras subcategorias nela contida tais como: Práxis, teleologia, relação sujeito e objeto, apropriação e objetivação. Necessário, então, se faz recuar na história, a fim de que seja possível visualizar o que o salto ontológico do desenvolvimento, o qual antes era pura e determinadamente movido pela evolução

biológica, muda o curso para um novo tipo de desenvolvimento cujo motor é a atividade vital humana, o trabalho, o que procurar-se-á explicitar a seguir.

1.1. Do ser natural para o ser social: a centralidade da categoria trabalho na compreensão do humano.

Importante ressaltar que o Materialismo Histórico Dialético, é a vertente que parte de uma concepção materialista da realidade, mas que, ao adotar o método dialético de análise, procura analisar os fenômenos em sua totalidade, buscando compreender as leis objetivas mais gerais que regem sua evolução.

Para esclarecer melhor em que consiste este aporte metodológico que parte de uma concepção materialista, porém não determinista do homem, da natureza e da sociedade, tal como posto pelo materialismo vulgar, faz-se necessário entendermos de que modo o materialismo histórico dialético supera por incorporação o materialismo vulgar, justamente por adotar em conjunto as leis da dialética. Estas, por sua vez, sem a concepção materialista, tomadas em si, podem dar amparo a uma concepção idealista, tal como a dialética hegeliana.

Para Lefebvre (1979, p. 240) fica evidente a necessidade de se compreender, no interior do método dialético, o papel da contradição:

A contradição dialética é já a *negação e negação da negação*, visto que as contradições estão em luta efetiva. Desse choque, que não é um choque *no pensamento*, no abstrato, no plano subjetivo (embora dê lugar a um *choque de pensamentos*), surge uma promoção mais elevada do conteúdo positivo que se revela e se libera no e pelo conflito.

Observamos que todas essas leis dialéticas constituem, pura e simplesmente, uma *análise do movimento*. O movimento real, com efeito, implica essas diversas determinações: continuidade e descontinuidade; aparecimento e choque de contradições; saltos qualitativos; superação.

Temos aí tão-somente *momentos* ou aspectos do movimento. De tal modo que a multiplicidade das leis dialéticas implica uma

unidade fundamental. Encontram essa unidade na *idéia* do movimento, do devir universal (p.240).

Lefebvre (1979) ainda ressalta aspectos importantes do que ele considera as “regras práticas do método dialético”, as quais se evidenciam nos escritos de Marx, Engels, bem como de Vigotski, Luria e Leontiev, como explicitaremos no decorrer do trabalho a partir da análise da temática da sexualidade. Para o autor, a adoção do método dialético obriga-nos a: “*Dirigir-se à própria coisa*” e, por conseguinte, “*adotar uma análise objetiva*”; “apreender o conjunto das conexões internas da coisa, de seus aspectos”, deve-se, pois, compreender “o desenvolvimento e o movimento próprio da coisa”; captar “os aspectos e momentos contraditórios”, isto é, “*a coisa como totalidade e unidade dos contraditórios*”; não deixar de “analisar a luta, o conflito interno das contradições, o movimento, a *tendência* (...)” para onde se encaminha o fenômeno; não esquecer de modo algum “que *tudo está ligado a tudo*” e por isso algo que se apresenta como insignificante poderá ser essencial no momento a seguir ou mesmo quando analisado sob outro aspecto; sempre procurar “captar as *transições*” como “transições dos aspectos e contradições, passagens de uns nos outros, transições no devir”; não ignorar jamais “que o processo de aprofundamento do conhecimento – que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda a mais profunda – *é infinito*” e por isso nunca “satisfazer-se com o obtido”; justamente por isso deve-se ir sempre “mais fundo que a simples coexistência observada; *penetrar sempre mais profundamente na riqueza do conteúdo*; apreender conexões de grau cada vez mais profundo até atingir e captar solidamente as *contradições* e o movimento”; ter clareza que “em certas fases do próprio pensamento, este deverá se transformar, se superar (...) modificar ou rejeitar sua forma, remanejar seu conteúdo – retomar seus momentos superados, revê-los, repeti-los, mas apenas aparentemente, com o objetivo de aprofundá-los mediante um passo atrás rumo a suas etapas anteriores e, por vezes, até mesmo rumo a seu ponto de partida, etc.” (Lefebvre, 1979, p. 241).

Justamente pelo exposto acima Lefebvre (1979, p. 241) afirma de modo categórico que o método dialético revela-se “ao mesmo tempo *rigoroso* (já que se liga a princípios universais) e *o mais fecundo* (capaz de detectar todos os aspectos das coisas, incluindo os aspectos mediante os quais as coisas são *vulneráveis à ação*)”. Kopnin (1978, p. 108) referenda essa ideia aos expor que “(...) as categorias da dialética

materialista constituem o dispositivo lógico do pensamento científico teórico, que é um meio de síntese, criação de novas teorias e movimento de um conceito a outro que interpenetra com mais profundidade o objeto”.

A utilização, neste trabalho, da denominação de método materialista dialético advém do cuidado necessário em não se desligar os princípios do materialismo dos princípios da dialética, tal como expõe Wortis (1953, p. 2-3) quando destaca que podemos resumir em sete os princípios fundamentais do materialismo histórico dialético, dos quais três pertencem ao materialismo e quatro à dialética. Sendo um autor vinculado à Psiquiatria e Psicologia, demonstra a importância da adoção desta base metodológica para a compreensão da constituição do psiquismo, subjetividade ou consciência humana. Os princípios materialistas, portanto, são: 1. O mundo é um universo material e objetivo que se move e opera de acordo com leis materiais e é independente de todo “espírito universal”; 2. A mente é uma função da matéria, da qual deriva e é secundária, ou seja, a mente não pode ser separada da matéria que pensa (cérebro), sendo, pois, um reflexo da matéria; 3. O mundo material objetivo é totalmente cognoscível, mesmo que todo ele não seja conhecido, porém o nosso conhecimento deste mundo objetivo, uma vez provado e demonstrado pela experiência, ostenta a validade de verdade objetiva. O autor faz destaque sobre a aplicação de tais pressupostos no âmbito da medicina, na compreensão das desordens mentais e na esfera ampla do que denominamos de comportamento humano, porém, sem que se dissocie dos quatro princípios dialéticos que os complementam, tais como: 1. Nenhum fenômeno da natureza existe por si mesmo, isolado, pois cada coisa depende do contexto em que está situada, de suas conexões e relações com as outras coisas, dentro de um conjunto conexo, uma vez que “as circunstâncias modificam os fatos”; 2. Na natureza está em constante movimento, nada é estático e imutável, enquanto algo está surgindo e desenvolvendo-se, outra coisa está se desintegrando e corrompendo, o que é débil no momento de surgimento pode ser mais importante que os fenômenos antigos declinantes, mesmo que potentes; 3. O movimento e mudança que se dá nos processos naturais nem sempre se desenvolvem em linha reta, com um incremento gradual de variação em um mesmo sentido, mas muitas vezes o processo se dá de modo brusco, por meio de progressos (saltos) ou de regressões e assim as variações quantitativas se transmutam em outras qualitativas; 4. No seio dos fenômenos particulares se descobrem

sempre forças opostas, como o negativo e o positivo, o novo e o velho, o crescimento e a declinação, representando forças ou propriedades contrastantes ou opostas que se encontram nos fenômenos particulares e é justamente a integração de tais qualidades contrárias que forma parte do movimento das coisas naturais e explica as peculiaridades de seu desenvolvimento.

Do exposto, fica evidente o quanto apreender, captar um fenômeno em seu devir, explicá-lo por meio do método materialista histórico e dialético é um desafio tanto pela necessidade de aprofundamento que requer, quanto pela exigência de superação da lógica dialética, predominante no modo de pensar contemporâneo. Tal como destaca Kopnin (1978, p. 109-110):

(...) As categorias do materialismo dialético são ricas de conteúdo, nelas está generalizada, sintetizada, a experiência anterior do conhecimento do mundo. Isto significa que elas estão relacionadas também a certo nível de desenvolvimento da humanidade e do seu conhecimento, sendo, ao mesmo tempo, soberanas e não-soberanas, absolutas e relativas.

Deste modo, sem pretender esgotar as leis do Materialismo Histórico Dialético, a partir de agora nos deteremos em alguns conceitos sistematizados a partir deste método de análise, que consideramos fundamentais como pressupostos nos quais se ancoram os conceitos da Psicologia Histórico-Cultural, base sob a qual será explicitado o desenvolvimento ontológico da sexualidade humana, objeto do terceiro capítulo.

Iniciaremos, portanto, por explicitar a categoria fundamental denominada “trabalho” tal como compreendida a luz do Materialismo Histórico e Dialético, que revela o desenvolvimento do homem como ser social, para, posteriormente, delinear outros conceitos que estão imbricados neste, como os de: Teleologia, Práxis, relação sujeito e objeto, apropriação e objetivação.

Inicialmente, é preciso ressaltar que o conceito de trabalho contido no Materialismo Histórico Dialético não se esgota no conceito cotidiano do termo. Para o senso comum, cujos conhecimentos são desarticulados e fragmentados, a noção de trabalho pode estar por vezes associada à ideia de ocupação ou tarefa, ou relacionada a uma atividade remunerada. O conceito de trabalho aqui tratado, no entanto, é categoria

central na formação do homem para Marx e Engels (1990) e demais autores marxistas, representando, em essência, o salto ontológico que a espécie humana dá em relação às demais espécies animais. Em Marx (1983) temos como definição:

Atividade orientada a um fim para produzir valor de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidade humanas, condição universal do metabolismo entre os homens e natureza, condição natural e eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma desta vida, sendo antes, igualmente comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 1983.p.153)

Somente por meio da análise da história é possível encontrar os fundamentos para que o trabalho seja considerado como ponto central, uma vez que é tido aqui como o ato de transformação intencional da natureza externa, ou seja, o ato de agir sobre a natureza, transformando-a de modo intencional, pelo homem. É a partir dele que se compreende o trabalho como atividade vital humana.

Isso porque, diferentemente de outras espécies animais, em termos biológicos o homem é desprovido das possibilidades de sobrevivência em ambientes cujas temperaturas sejam extremamente baixas ou extremamente altas, por nascer completamente dependente dos indivíduos mais velhos da espécie, o filhote humano, a partir de seu aparato biológico, se abandonado não sobrevive. Em termos biológicos não possui garras ou outro aparato similar que possibilite a ele a sobrevivência frente à predadores mais fortes. Sendo assim, como foi possível ao ser humano viver nos lugares mais diferentes do globo terrestre, à despeito das altas ou baixas temperaturas? Como foi possível ao ser humano subordinar e domesticar, obtendo controle sobre espécies muito mais fortes em termos biológicos? Marx (1993) esclarece que tal proeza humana, se deu pelo trabalho como atividade vital humana, sendo este o modo central pelo qual a espécie humana age para produzir ou reproduzir a vida. Porém, o ato de trabalhar, ou seja, de transformar a natureza adaptando-a as nossas necessidades, faz do trabalho uma forma de adaptação radicalmente diferente daquela existente nas demais espécies.

É necessário compreender que a adaptação humana por meio do trabalho torna-se uma adaptação ativa e não passiva, pois foi por meio desta atividade que os homens desenvolveram os meios para sua sobrevivência, bem como a espécie humana teve sua

continuidade. No entanto o ato de adaptar a natureza a si, transformando-a por meio do trabalho, propiciou a elaboração e o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho ou corpo inorgânico humano, sendo a garantia de manutenção destes e dos modos de usá-los, a garantia da continuidade da própria espécie, o que demonstra que o nascimento do trabalho como condição de existência, ao mesmo tempo é a constituição dele como ser que produz e reproduz em sociedade.

Todavia, é importante pontuar que de acordo com autor marxista Lukács (1972) não é possível ter um conhecimento direto e preciso sobre como se deu a transformação biológica no homem primitivo (hominídeo) que culminou no salto ontológico, ou seja, do ser puramente determinado por leis biológicas, para o ser social, cujas leis sócio-históricas estão em primeiro plano. Apenas a partir do método de análise da história dos homens, pelo aporte do marxismo, é possível compreender a partir do mais complexo, o mais simples e primitivo. E é nessa medida que a categoria *trabalho* deve ser o ponto central para a compreensão deste salto ontológico, uma vez que, segundo Lukács (1972), é a categoria que possui uma origem *intermediária*:

Somente o trabalho possui (...) como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é , essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (p.03)

Assim, para garantir sua sobrevivência, o homem primitivo passa a atuar sobre a natureza, buscando retirar desta os meios que o permitam satisfazer suas necessidades básicas. Todavia, diferente do que ocorre com as demais espécies de animais, à medida que se apropria dos objetos concretos fornecidos pela natureza, passa a transformá-la de modo a facilitar a satisfação de suas necessidades. Mais especificamente, tomemos o exemplo dado por Lessa e Tonet (2004, p. 10)

(...) Vamos imaginar que alguém tenha a necessidade de quebrar um coco. Para atingir este objetivo, várias alternativas possíveis: Pode jogar o

coco no chão, pode construir um machado, pode queima-lo e assim por diante. Para escolher entre as alternativas, deve imaginar o resultado de cada uma ou, em outras palavras, deve anteciper na consciência, o resultado provável de cada alternativa.

Desta forma, para que fosse possível o início de qualquer atividade de trabalho, foi necessário que o homem tivesse seu cérebro e sentidos aprimorados, de forma a continuamente atuar sobre os elementos que a natureza ia lhe proporcionando. Ao tratar da *Transformação do Macaco em Homem*, Engels (1957) aponta para o fato de que esta transformação operada pelo trabalho ocorre *no e pelo* processo de apropriação e objetivação da natureza, em que se modifica não somente a subjetividade ou consciência da natureza, de suas propriedades, como ocorre uma modificação qualitativa de sua anatomia e fisiologia, ou seja, um corpo que desenvolve habilidades diferenciadas pela elaboração e pelo uso dos instrumentos, que resulta em uma transformação global do ser humano.

Ao projetar em sua consciência o resultado almejado de uma atividade, passando a agir de forma intencional sobre um determinado objeto, modifica tal objeto e supre uma determinada necessidade. Sobre este desenvolvimento, Marx (1986) afirma que esta atividade do homem não é definida ao acaso, mas está intrinsecamente vinculada às necessidades existentes e às condições dadas. Disto entendemos que existe um mundo material que antecede à existência do próprio homem; este mundo, porém, uma vez conhecido/transformado pela ação humana, deixa de ser natureza em si para se transformar em natureza significada e, portanto, cognoscível. Assim, ao se apropriar dos elementos da natureza (tomar para si) e transformá-los para saciar suas necessidades básicas, o ser humano transforma a natureza, transforma a si mesmo (se objetiva como ser humano) e cria novas necessidades, sendo esse um processo infinito, denominado pelo próprio Marx (1986), de apropriação-objetivação.

Ao ter seu organismo modificado pela atividade de trabalho, trabalho este significado pelo conjunto de atividades conscientes necessárias a sua sobrevivência, surgem novas condições para a superação das atividades até então alcançadas.

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo

trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (Engels, 1957. p.3)

Com a modificação orgânico/funcional alcançada em decorrência das atividades de trabalho realizadas, cria-se a possibilidade de elaborar e utilizar instrumentos facilitadores da atividade de modificação da natureza, o que significa o seu crescente aperfeiçoamento, que dependerá das apropriações os instrumentos já criados pelas gerações anteriores, pelas gerações as sucedem. Este uso e fabricação de novos instrumentos é para Marx (1989) a gênese do trabalho conscientizado, tido como atividade humanizada, ou seja, transformadora do homem primitivo em homem com reflexo consciente da realidade. Isto porque, o surgimento da consciência só é possível, na medida em que a criação e o uso de instrumentos passam a ser uma atividade planejada para um objetivo específico. Fabricar, utilizar e conservar os instrumentos, são ações humanas que tem sua origem na vivência coletiva, cuja finalidade é a garantia de sobrevivência do grupo. Por isso, para o materialismo histórico, tais instrumentos são mediadores fundamentais à passagem do homem primitivo ao homem social e cultural.

Desta forma, um objeto para satisfazer a necessidade pode ser uma pedra, um machado, como pode ser a linguagem, a escrita e a tecnologia. Conforme o ser humano foi elaborando instrumentos de trabalho cada vez mais complexos, formas complexas de intercâmbio entre os homens, que possibilitavam esta transmissão às demais gerações dos instrumentos elaborados, bem como para o aperfeiçoamento dos existentes, também foram sendo criadas. É justamente neste âmbito que as diversas formas de linguagem simbólica, desde a oral, a escrita, matemática e artística, entre outras, foram também desenvolvidas. Por isso destaca-se que não importa aqui o tipo do objeto, mas sim o conhecimento prévio que o homem possui sobre as propriedades desse objeto,

principalmente aquelas relacionadas à finalidade de sua ação. Como exemplo, é possível dizer que apenas porque o homem percebe que a pedra é rígida e sólida de forma suficiente para matar um animal é que ele decide usá-la como arma. Esse conhecimento sobre o objeto permanece com o homem, mesmo após transformar a pedra de acordo com suas necessidades, seja lapidando-a para usá-la na ponta de uma flecha, seja utilizando-a como parte de uma funda. O conhecimento inicial sobre o objeto permanece como suporte para as tomadas de decisão, isto porque o que se modifica a partir da ação do homem, não são as propriedades iniciais do objeto, mas sim a sua função na prática social. Sobre isso, Duarte (2006) afirma que “*O homem não cria uma realidade sua, humana, sem apropriar-se da realidade natural.*” E ainda acrescenta:

Ocorre que essa apropriação, não se realiza sem atividade humana, tanto aquela de utilização do objeto como um meio para alcançar uma finalidade consciente, como também e principalmente a atividade de transformação do objeto para que ele possa servir mais adequadamente às novas funções que passará a ter, ao ser inserido na atividade social. O objeto em seu estado natural é resultante de forças físico-químicas e, dependendo do objeto, de forças biológicas. Como instrumento, ele passará a ser resultante também da vontade e atividade do homem. (Duarte, 2006, p.120)

Para que se possa compreender a importância dos instrumentos mediadores no processo de desenvolvimento do homem, é imprescindível que antes seja estabelecida a importância que a relação entre sujeito e objeto possui na formação da consciência humana para o materialismo histórico. Isso porque, ao olhar para uma dada realidade, o ser humano só pode atuar sobre os objetos uma vez que existe uma separação inicial entre o objeto e o ser em si. No entanto, este é um contínuo processo dialético de apropriação e objetivação, entre realidade concreta e o homem, realidade esta que precede o sujeito da ação, e que é estabelecida historicamente e socialmente.

De forma clara, Luckás (1972, p. 14) aponta:

Essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de

trabalho e com isso a base para o modo de existência especificamente humano. Se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e de reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquela posição do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do mais primitivo, poderia realizar-se.

Para tanto, como bem demonstra Luckás (1972), apenas ao perceber de forma consciente, que os objetos da realidade de que necessita para sua sobrevivência, podem ser modificados de acordo com sua necessidade, é que o homem se torna consciente também das delimitações entre o objeto concreto e o sujeito da ação, passo este fundamental para o início da atividade de trabalho. Disso, decorre a superação de uma base essencialmente biológica e instintiva para transformação do homem em ser social, tendo nos instrumentos criados pelo homem, os mediadores de novas superações.

Visto do lado do sujeito, isto implica uma continuidade sempre renovada de um tal domínio [do biológico], e uma continuidade que se apresenta em cada movimento do trabalho como um novo problema, uma nova alternativa e que a cada vez, para que o trabalho tenha êxito, deve terminar com uma vitória da visão correta sobre o elemento meramente instintivo.(Luckács, 1972. p.22)

No entanto, inicialmente, o que se faz presente é apenas o reflexo da realidade concreta reproduzido na consciência, e determinado por um objeto externo ao homem. De acordo com Luckás (1972) o reflexo dessa realidade na consciência é diferente do ser em si, bem como é diferente da própria realidade objetiva. Este reflexo da realidade na consciência se distingue da realidade produzida por ser o resultado da ação do sujeito. Esta realidade produzida, que antes existia de forma independente do sujeito, passa a ser agora objetivada na consciência daquele que a produziu, passando a ser este reflexo da realidade (o objeto real representado idealmente, em forma de ideia).

(...) em sentido ontológico - não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a ela. Pelo contrário, no plano ontológico o ser social se

subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão defronte um ao outro como coisas heterogêneas, mas são até mesmo opostas: o ser e o seu reflexo na consciência. (Luckás, 1972. p. 16).

Sobre este processo Duarte (1993, p. 36) contribui significativamente ao afirmar que: “a objetivação e a apropriação enquanto processos de reprodução de uma realidade já existente, não se separam de forma absoluta da objetivação e da apropriação enquanto geração do novo.” Em Marx e Engels (1993) vemos que este é na verdade o primeiro ato histórico, isto é, o ato de criar as novas necessidades bem como as ferramentas que satisfarão tais necessidades, sendo este um processo sem fim. E é nessa medida que os homens passam a se apropriar do que anteriormente foi criado por outros homens.

Marx (1948) demonstra como, ao produzir os meios para sua sobrevivência e ao satisfazer suas necessidades básicas e essenciais, o ser humano transforma tanto a natureza como a si próprio. Como afirma Duarte (2004, p.28), ele “*humaniza a si próprio na medida em que a transformação objetiva requer uma transformação subjetiva.*” Nesse ponto é que o caráter dialético da teoria marxista começa a tomar forma clara, uma vez que, *ao mesmo tempo* em que o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, ele cria uma realidade concreta humanizada, e *ao mesmo tempo*, é ele mesmo transformado em sua consciência ou subjetividade, bem como suas necessidades.

Para que se possa compreender de forma mais específica esta relação de objetivação e apropriação, é preciso explicitar o fato de que o gênero humano surge como resultante de uma história social posta sob a forma de objetivações genéricas, da relação de apropriação e objetivação resultantes de superações de um sistema de vida fechado e não dominado por uma natureza biológica. Ou seja, não basta, como a outros animais, existir a partir do que a natureza lhe confere, mas ao homem pertence à possibilidade de transformação dessa natureza a fim de satisfazer suas necessidades, o que pressupõe um processo de construção e autoconstrução simultâneo. Se tomarmos estes pressupostos como norte para a análise da sexualidade humana, também ela deve ser pensada a partir das transformações histórico-sociais, ou seja, dos modos como o ser

humano se constitui a partir do trabalho e por meio dele estabelece relações com os outros seres humanos.

Em síntese, para que ocorra a apropriação de um objeto, o sujeito deve reconhecer na natureza os meios de satisfação de suas necessidades, apropriar-se desta, modificá-la e incorporá-la *em si* e *para si*. O processo denominado genericidade *em-si* ocorre na medida em que este sujeito se aproprie do objeto com a finalidade de saciar sua necessidade, isto é, ocorre na vivência espontânea, sendo aquilo que se apreende em termos de condições para sobrevivência imediata. A relação consciente com sua vida concreta, histórica e socialmente determinada é a vivência da genericidade *para-si*. *Para-si* na medida em que este sujeito passa a ter em sua mente todas as posições ocupadas pelo objeto, sejam as que antecederam ao processo de transformação do objeto, sejam os meios e/ou as ferramentas que utilizou para sua transformação, seja o final resultante de sua ação. Quanto mais complexa for uma sociedade, principalmente nas sociedades divididas em classes, um fosso intransponível entre ambas será criado, impossibilitando que a maioria das pessoas alcance a consciência genérica *para-si*. (Duarte, 1993)

É fundamental que se compreenda que esse processo somente é possível quando o sujeito se torna consciente da finalidade de sua ação. Para Luckács (1972), o trabalho só pode ser uma categoria representada na espécie humana uma vez que a ação de trabalho humana é, desde sua origem, qualitativamente diferente da atividade repetida pelo instinto ou desprovida de significado consciente, como são os atos dos animais.

Somente no trabalho, quando põe os fins e os meios de sua realização, com um ato dirigido por ela mesma, com a posição teleológica, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente - o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário - e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis.” (Luckács, 1972, p. 15)

Assim, o trabalho postula-se como unidade entre teleologia, que se refere à conscientização da finalidade da ação, e causalidade, categorias estas fundamentais à compreensão do método, de acordo com Luckács (1974). Isso porque, ao conhecer as

leis da natureza (universais), pode colocá-las a seu serviço, prevê-las, antecipar-se a elas, não ficando mais à sua mercê como os animais ou o homem primitivo.

De acordo com Marx (1890), portanto, a teleologia só poderia ser possível no ser social. Apesar de continuar a existir uma causalidade natural, a finalidade é do homem, que transforma a causalidade natural, espontânea, em causalidade posta através do trabalho, via ideação. Para tanto, é preciso que ele tenha um conhecimento prévio das condições objetivas, dos limites e possibilidades da realização de sua teleologia. Ao ter um ato dirigido pela consciência dos fins e dos meios para a realização da atividade, o homem dá o salto essencial para seu desenvolvimento filogenético, do essencialmente biológico e instintivo para o desenvolvimento, cuja força motriz é a vida em sociedade. Dessa forma, a ação que antes tinha função de finalidade (modificar o objeto), passa a ser, após a modificação da realidade concreta, o *principio transformador*, que mediará e fundamentará as próximas ações.

O conceito de *práxis*, em Marx (1979), pode ser entendido como a prática articulada à teoria, prática desenvolvida *com e através* do pensamento consciente, que se desenvolve à medida que o homem busca uma compreensão mais fundamentada para a realização de suas atividades, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, consequência dessa atividade prática. Pode-se dizer que a *práxis*, enquanto categoria marxista, é a prática em unidade com teoria, ou fundamentada pelo conhecimento prévio dos meios e dos fins.

Luckács (1972, p. 16) demonstra que:

A (...) afirmação de que o trabalho constitui a forma originária da práxis corresponde inteiramente ao espírito (das) afirmações de Marx; de resto Engels, muitos anos mais tarde, (que) viu no trabalho o motor decisivo do processo de humanização do homem.

O autor aponta que, conforme o ser humano passa a decidir de forma consciente por uma determinada forma de atitude em lugar de alguma forma instintiva de ação, cria também novas possibilidades de adaptação e novas circunstâncias. Essa nova circunstância, criada pelo homem, cria também a possibilidade de novas superações, sendo então o homem o *“iniciador da posição do fim.”* (Luckács, 1972) p.23)

A acumulação das experiências do trabalho segue, portanto, um duplo caminho, eliminando e conservando os movimentos usuais, os quais, porém, mesmo depois de fixados como reflexos condicionados, sempre guardam em si a origem de um por que que cria uma distância, determina os fins e os meios, controla e corrige a execução. (Luckács, 1972, p.23)

Entretanto, para que o processo de superação do biológico e do instintivo seja bem sucedido, o homem precisa aprender a exercer domínio consciente sobre si mesmo, sobre suas ações instintivas e seus afetos. Ao sentir-se cansado ou com medo, deve ser capaz de ultrapassar tais limites para que possa cumprir a ação idealizada para um fim. Tal subordinação é necessária ao processo de objetivação. Todavia, a subordinação de sua vontade não ocorre de modo passivo. Marx (1980) denomina esse autodomínio de *alienação positiva*, sendo necessária para que todo esse processo aconteça. *O trabalhador*, diz Marx, não apenas efetua uma mudança de forma no elemento natural, ele realiza no elemento natural, ao mesmo tempo, o *próprio objetivo*, por ele bem *conhecido*, que determina como lei o modo do seu operar, e ao qual deve *subordinar a sua vontade* (Marx, 1980, p.212).

Nesse aspecto reside o caráter positivo da atividade humana. Sobre esse autodomínio, Luckács (1972, p. 23) afirma que “*é importantíssimo, para a ontologia do ser social, que eles já compareçam nos estágios mais iniciais do trabalho e, além disso, na forma absolutamente precisa do domínio consciente sobre os afetos.*”. E continua, apontando que:

(...) é preciso acrescentar que construir e usar instrumentos implica necessariamente, como pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, que o homem tenha domínio sobre si mesmo. Esse também é um momento do salto a que nos referimos, da saída do homem da existência puramente animal. (Luckács, 1972. p.24)

Ao analisar a importância da categoria trabalho na concepção de Marx, Markus (1972) também esclarece um ponto fundamental, ao ressaltar que o processo de desenvolvimento dialético somente é possível porque o homem nasce em um mundo que já foi humanizado anteriormente.

E tão-somente porque o homem vive num mundo que se tornou por esse modo um mundo humano, tão-somente porque ao nascer já encontra objetivadas aquelas necessidades e capacidades que se manifestaram no passado, podendo assim dispor materialmente dos resultados de todo o desenvolvimento social que lhe antecedeu, tão-somente por isso torna-se possível que o processo de desenvolvimento não se veja obrigado a recomeçar sempre do início, mas possa partir do ponto em que se deteve a atividade das gerações anteriores. Apenas o trabalho, enquanto objetivação da essência humana, configura de modo geral a possibilidade da *história*. (Markus, 1974, p.52).

Para Marx (1987), é na relação entre homem e natureza que surge o processo de apropriação, pois, ao se apropriar da natureza, incorpora-a a prática social, resultando no processo de objetivação, posto que ao se apropriar da natureza, objetiva-se nesse processo ao criar uma nova realidade objetiva que é possuidora de características humanas e funções sociais. Assim, tudo o que é produzido pelo homem possui uma *inelimitável dimensão social* (Marx, 1974, p.). Ou seja, os elementos produzidos pelo homem tem por base a história passada da humanidade, bem como a história dos elementos anteriormente produzidos. Desse modo, ao criar algo para satisfazer sua necessidade imediata, cria-se também algo que satisfará a necessidade do grupo social. Diante disto, como podemos pensar o processo de constituição da sexualidade humana? Podemos falar de que apenas na esfera da sexualidade o ser humano é regido por sua condição animalésca?

Se a função dos instrumentos e das diversas formas de linguagem simbólica na vida prática do grupo tem fundamental importância para que o processo de desenvolvimento do trabalho continue como base da permanente construção da humanidade, os modos como os seres humanos se relacionam para a perpetuação da espécie e do gênero humano não podem ser pensados de modo apartado. Duarte (2006) pontua que qualquer objeto de que o homem se aproprie, só pode ser considerado um instrumento, ao encontrar função na prática social. Considerar um objeto como um instrumento, portanto, seguindo tal princípio, vai além da concepção usual de algo que o

homem utilize para executar sua ação, para ocupar o lugar de algo “*cuja a significação é dada pela atividade social*” (Duarte, 2006, p.118). Do mesmo modo podemos pensar que os comportamentos sexuais possuem significados dados pela atividade social, pelo intercâmbio material dos homens, pelo modo como os homens produzem materialmente a sua existência e, a partir desta produção material, a explicam.

Podemos então considerar que foi imprescindível ao surgimento da atividade conscientizada, o fato dos homens viverem em grupos, uma vez que somente em grupo uma ação isolada e direcionada para modificar elementos da natureza, teria função na prática do grupo (Engels,1952).

Luckács (1972) afirma que:

Este problema aparece logo que o trabalho se torna social, no sentido de que depende da cooperação de mais pessoas, e independente do fato de que já esteja presente o problema do valor de troca ou que a cooperação tenha apenas como objetivo os valores de uso. (Luckács, 1972, p.24)

O desafio agora posto reside no fato do homem aprender a encontrar as finalidades da vivência junto a um grupo de outros seres humanos. Superadas posições teológicas mais primárias, em que se havia a necessidade de se tornar consciente da finalidade de uma determinada ação, como também a finalidade e função dos instrumentos, surge agora a necessidade de que se desenvolva uma forma superior de consciência, da qual trará a luz uma posição teleológica secundária, sendo ela a consciência da finalidade da atividade em grupo. Luckács (1972, p. 24) afirma que *tais posições teleológicas secundárias estão muito mais próximas da práxis social dos estágios mais evoluídos do que o próprio trabalho no sentido que aqui o entendemos.*

Para que os homens pudessem passar à vida grupal, fez-se necessário, todavia, o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, não desenvolvidas pela maturação biológica, mas eminentemente culturais, como será visto no próximo item deste trabalho. Para este momento, é apenas importante destacar que o desenvolvimento da linguagem simbólica e dos demais signos, como a escrita, a matemática, a arte, foi fundamental para que fosse possível passar deste estágio de consciência elementar ou

primitivo, a um estágio mais avançado, em que a vida em grupo torna-se não apenas possível, mas necessária ao desenvolvimento do homem.

Ora, se o trabalho é requisito fundamental a constituição do homem, ao olhar para a sociedade capitalista atual que tem como base a relação de exploração do homem pelo homem, no momento em que um homem é explorado e não se sente livre em sua atividade vital, a atividade se torna estranha a ele. A maneira pela qual a atividade de trabalho foi transformada em trabalho explorado será posteriormente analisada, ao tratarmos do desenvolvimento filogenético. Para este momento, no entanto, importa que se compreenda que com o surgimento histórico da propriedade privada, uma nova forma dos homens organizarem a vida coletiva, isto é, uma nova forma de relação social, passa a existir.

Em Marx (1980), vê-se que o determinante do valor a algo é o trabalho humano. O valor de troca entre as mercadorias é, portanto, sempre uma relação social. Mas é fato que a propriedade privada fundou uma nova forma de trabalho, o trabalho alienado, cuja força de trabalho de um é explorada por outro. Este ponto trata da concepção de Marx (1980) acerca do duplo sentido da atividade humana. Para ele, existiriam duas forma de atividade: o trabalho em geral, criador de valor de uso, iniciado a partir da necessidade; e o trabalho alienado, criador de valor de troca. Marx afirma que *no valor de troca o vínculo social entre as pessoas se transforma em relação social entre coisas, a capacidade pessoal, em uma capacidade das coisas.* (Marx, 1980. p. 84-5) Ao transformar a natureza com a predominância do trabalho, como criador de valor de troca, o homem aliena-se, estranha-se a si e na relação com o outro; resultando em sua degradação e desvalorização enquanto ser humano.

O indivíduo deve produzir um produto universal: o *valor de troca* ou, considerado este em si isoladamente e individualizado, *dinheiro*. Por outro lado o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, o possui enquanto proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, o leva consigo no bolso. A atividade, qualquer que seja sua forma fenomênica individual, e o produto da atividade, qualquer que seja seu caráter particular, é o *valor de troca*, vale

dizer, algo universal no qual toda individualidade, todo caráter próprio é negado e cancelado. (Marx. 1971. p. 84)

Ao delinear essa dupla face do trabalho, Marx evidencia a categoria alienação enquanto momento positivo, necessário e constitutivo do processo de objetivação, bem como no último caso, enquanto negatividade, ao se apresentar como *estranhamento*. Todavia, de acordo com Lessa (2008), é justamente na articulação entre o trabalho excedente e a carência, que se inicia a necessidade histórica da exploração do homem pelo homem. Isto porque, carência é a situação na qual a produção de uma sociedade não é suficiente para atender as necessidades de todos os indivíduos, uma vez que a riqueza passa a ser concentrada na mão de poucos. Lessa (2008) explica que:

Sua necessidade decorre da carência, isto é, Ou seja, o indivíduo que trabalhava produzia mais do que ele, individualmente, precisava; mas, como uma parte da sociedade não produz (crianças, grávidas, velhos, doentes, etc.), esse “a mais” não era ainda o suficiente para atender a todos os indivíduos e a todas as necessidades. Ao lado do trabalho excedente, portanto, as sociedades daquela época conheciam também a carência: se todo o produzido fosse igualmente distribuído, distribuir-se-ia a carência, pois não havia o suficiente para todos. (Lessa, 2008. p.53)

É o que ocorre com o trabalho no capitalismo, que se torna *estranhado*, visto que se manifesta predominantemente como criador de valor de troca, ocorrendo aí, não apenas o fetichismo da mercadoria, mas também, em consequência, o que Marx (1980. p.71) observou e postulou como sendo a *reificação das relações humanas*, ou seja, não somente os produtos do trabalho tornam-se mercadoria, mas também o próprio trabalhador torna-se mercadoria, o que o destitui em sua vida genérica, e *alienando entre si esta vida genérica e a vida individual*. Tal fato ocorre porque a humanização do gênero humano e a alienação acabam por se constituir como categorias que expressam o caráter contraditório com que os processos de objetivação e apropriação

ocorrem dentro das relações capitalistas, de dominação de classes. (Duarte, 2004. Lessa, 2008). De acordo com Marx (1971)

Estas relações *materiais* de dependência, em oposição às *personais* (a relação de dependência material não é senão o conjunto de vínculos sociais que se contrapõem automaticamente aos indivíduos aparentemente independentes vale dizer, ao conjunto dos vínculos de produção recíprocos convertidos em autônomos a respeito dos indivíduos) se apresentam também de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por *abstrações*, mesmo que antes dependiam uns dos outros. A abstração ou a idéia não é sem dúvida nada mais que a expressão teórica dessas relações materiais que os dominam. (p.92)

Então, se a mercadoria é algo produzido pelos homens para, inicialmente, satisfazer suas necessidades, a sua utilidade é reconhecida pelos sentidos humanos, porém o valor-de-troca que cada mercadoria possui, depende da relação dela com outras mercadorias. Mas se as mercadorias podem entrar em relação umas com as outras elas possuem um valor comensurável, o valor, que é na verdade o seu valor equiparado ao valor das demais. Enquanto o valor-de-troca é determinado pelas propriedades da mercadoria o valor é estabelecido por sua relação com as outras, e não é reconhecível pelos sentidos humanos, uma vez que é uma propriedade intrínseca a forma-mercadoria. Assim, o valor é, segundo Carone (2005, p.21), *uma propriedade que resulta do trabalho social dos homens, ou, é o trabalho social, anterior às trocas mercantis que gera o valor*. Todavia, no capitalismo, nenhuma mercadoria é produzida sem que antes sejam produzidas as necessidades para o consumo dela, e por isso, as necessidades são, como afirma a autora, *meios e não fins da produção mercantil*.(p.23). Isso somente é possível para que o valor-de-uso da mercadoria se consolide. É necessário antes que alguém se torne seu proprietário, o que pode ocorrer se o indivíduo for possuidor do valor equivalente ao valor da mercadoria. É nesse ponto que o trabalho humano passa a servir às exigências e necessidade do capital: *tornando sujeito autônomo do processo econômico que visa apenas e tão somente a progressão ilimitada de valor*. (Carone, 2005.p.23)

O princípio de equivalência do valor domina todas as relações sócias, sob o capital. Ou melhor, altera a natureza das relações sociais transformando-as em relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas. (Carone, 2005.p.23)

É possível perceber que a desvalorização do homem é ponto central nos escrito de Marx ao tratar do valor que a mercadoria assume na vida cotidiana do mundo capitalista. Mais do que isso, as questões sobre a essência humana acabam por se entrelaçar ao tema do trabalho alienado. Porque, de acordo com Marx, o conteúdo da essência humana é determinado pelo trabalho, não sendo determinado pela natureza, mas pela ação dos próprios homens, por meio do trabalho, transformam a si mesmos. Para isso, precisam agir sobre a natureza, para adaptá-la a suas necessidades, não o contrário. Assim, *o que o homem é, o é pelo trabalho*. (Duarte,2004, p.28)

Desta forma, ao encontrar na sociedade de classes o trabalho alienado, ou estranhado, a essência humana só poderia se manifestar como sendo alienada, para Marx (1997. p.415), ou seja, homens sem a consciência de que são sujeitos da história e autores de seus atos. Conforme nos aponta Duarte (2004) quanto à subjetividade humana, a alienação seria então *o não reconhecimento, pelo homem, de si mesmo*, bem como o não reconhecimento da autoria de seus produtos, suas atividades e dos outros homens. Semelhantemente, na forma objetiva, tem-se que o trabalho alienado, ao produzir homens que não reconhecem em si sua atividade de produção do mundo material, produz também, além da pobreza subjetiva, a pobreza material, uma vez que toda a mercadoria por ele produzida agora já não mais pertence a ele. E para que possa consumir os produtos necessários a sua vida, precisa vender sua força de trabalho, tornando-se, da mesma forma, mercadoria. (Marx, 1971. Duarte, 2004)

O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto maior é a quantidade de mercadoria que produz. A desvalorização do mundo humano aumenta em relação direta com a valorização do mundo das coisas (Marx, 1971.p. 69-71).

Seguindo esse princípio, Marx também vem demonstrar que, ao tornar o trabalho atividade forçada, por ser trabalho explorado, o trabalhador não se sente mais livre e humano, tendo sua atividade como *animalesca*. Portanto ele acaba por se sentir livre

somente em suas funções animais, ou seja, ao comer, beber e procriar, Ao contrário, nas suas funções humanas relativas ao trabalho, sente-se nada mais que um animal. *O que é animal torna-se humano, o que é humano torna-se animal* (Marx, 1971, p. 75).

Esse é o ponto essencial para fundamentar as discussões a que nos propomos neste trabalho, ou seja, a respeito da sexualidade humana. Se para que possa atuar de forma consciente na transformação do meio em que vive, de forma a suprir suas necessidades, o homem deve antes submeter sua natureza, *dominar seus afetos*, como afirma Luckács, como executará tal domínio ao ver como *estranha* suas atividade de produção da vida? Importante lembrar que o precedente do desenvolvimento da consciência, como será visto no item a seguir, são as atividades de trabalho mediadas pelos instrumentos e signos desenvolvidos pelo homem. Desta forma, como estariam hoje sendo mediadas as questões do autodomínio de que falam os autores do Materialismo Histórico Dialético? Essa parece ser uma questão de fundamental importância ao considerar que os meios de vivência da sexualidade são desenvolvidos a partir de processos que são históricos e culturais.

Por isso, para o próximo item, optou-se por apresentar os principais aspectos da Psicologia Histórico Cultural, para que seja possível, posteriormente, fundamentar discussões a respeito de como pensar o desenvolvimento e expressão da sexualidade como sendo integrante do sistema de funções psicológicas que se constitui como resultado do processo de humanização ao longo da história do gênero humano, e portanto, parte do que se entende como o conjunto das funções psicológicas superiores que formam a consciência humana.

1.2. A Formação da Consciência e a Humanização do homem para a Psicologia Histórico Cultural

Seguindo com a base metodológica do materialismo histórico dialético, como exposto no item anterior, nesta parte trataremos especificamente da formação da consciência humana a partir dos autores clássicos da Psicologia Histórico-Cultural, considerando alguns conceitos importantes desta teoria psicológica que se põe na contramão daquelas que naturalizam o comportamento humano complexo. Deste modo, tal como Vigotski e demais autores da Psicologia Histórico Cultural fizeram ao

conceituar a constituição e aperfeiçoamento das diversas funções psicológicas superiores, é nosso objetivo aqui, buscar compreender como tal desenvolvimento se dá. E, a partir destes mesmos parâmetros, entender o desenvolvimento e o exercício da sexualidade humana. Para tanto, buscaremos resgatar conceitos fundantes tais como: mediação por instrumentos e signos, características das funções psicológicas primitivas e das funções psicológicas superiores.

Dentre as muitas contribuições do materialismo histórico dialético à Psicologia, uma delas reside na possibilidade de apontar a esta, os caminhos para a compreensão das formas transitórias da sociedade e do caráter histórico do mundo objetivo criado pelos homens, mundo que é resultado e ao mesmo tempo é o instrumento mediador, da formação subjetiva desses homens. Do mesmo modo que os meios de produção que existiram anteriormente são históricos e, por isso, provisórios, assim as características, comportamentos, concepções e ideias humanas que se produzem e reproduzem a partir de uma determinada organização social também devem ser compreendidas.

Tem-se como premissa para a compreensão da constituição do psiquismo ou consciência o movimento interno às relações existentes em uma dada sociedade, bem como suas contradições, como sendo sempre resultantes do processo histórico cultural. Dessa forma, para se compreender o comportamento de um indivíduo singular, devemos considerar as circunstâncias histórico-sociais que produzem tal comportamento em particular na relação com as tendências mais gerais do comportamento social em um dado momento histórico. É com esta perspectiva que o marxismo abre um caminho, até então novo, para a Psicologia, que enquanto ciência da individualidade humana concreta fundasse no Materialismo Histórico Dialético a concepção geral de homem. Por isso Tanamachi (1997, p. 33) afirma que:

O marxismo, assim entendido, não contém antecipadamente as verdades psicológicas concretas e nem as respostas para qualquer outro ramo das ciências particulares. No entanto, como teoria científica do conhecimento é um fio condutor seguro para resolver os problemas epistemológicos da psicologia, porque define o sentido e as finalidades para o estudo do homem.

A fim de lançar as bases para uma psicologia científica marxista, Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934) realizou, após a revolução de 1917, uma ampla e crítica revisão dos fundamentos histórico-filosóficos da Psicologia até então existente. A partir da concepção marxista de homem e de mundo, já exposta na primeira parte deste capítulo, Vigotski e seus companheiros A.R.Luria e Alexis Leontiev buscaram redefinir o método de compreensão dos fenômenos psicológicos humanos a serem pesquisados pelas ciências, e, em particular, pela Psicologia. Essas preocupações os levaram a investigar as formas superiores de comportamento, tais como linguagem, memória, atenção, pensamento e a explicá-las em sua gênese a partir das relações sociais que o indivíduo estabelece com o mundo.

Se, portanto, para Marx e Engels, o trabalho é a fonte principal de produção da riqueza material e espiritual dos homens, para a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, Luria e Leontiev, o trabalho é condição essencial e insubstituível para a formação do psiquismo humano ou consciência. Porém, é certo que o bebê quando vem ao mundo não trabalha, no entanto, também é certo que este mesmo bebê se insere no seio de relações sociais já pré-existentes e, como “filhote”, dependente dos adultos que trabalham em uma dada sociedade, desde cedo passa a se apropriar das relações pelas quais os seres humanos de seu contexto histórico reproduzem suas vidas. Interessou a estes autores fundadores da Psicologia Histórico-cultural explicar como cada criança que vem ao mundo, com um aparato biológico determinado e puramente instintivo, torna-se um homem cultural de seu tempo histórico.

Considerando o exposto, para que seja possível abordar o tema da sexualidade a partir da Psicologia Histórico Cultural, antes se faz necessário apresentar os aspectos gerais que nortearam a elaboração da mesma, bem como os conceitos fundantes desta Psicologia marxista, para que se possamos compor uma estrutura conceitual capaz de elucidar a temática deste trabalho. Para tanto, como feito no item anterior, procuraremos abordar alguns dos os conceitos fundamentais da Psicologia Histórico-Cultural, como: Atividade dominante, psiquismo humano, funções psicológicas superiores, funções psicológicas elementares, mediação por instrumentos e signos.

Nesta apresentação da Psicologia Histórico Cultural não se poderia deixar de explicitar logo de início, que, assim como para o Materialismo Histórico Dialético, para Vigotski (2001), o desenvolvimento humano é um processo dinâmico no qual se

alternam estágios de relativa estabilidade e períodos de mudanças radicais, resultantes de crises, entendidas como positivas, já que modificam velhas relações e abrem espaço para a criação de novas possibilidades. Nesta perspectiva, cada estágio do desenvolvimento é constituído pelo que Vigotsky denomina de: **atividade dominante**. O desenvolvimento dessas atividades condicionam as mudanças mais importantes nos processos psíquicos, desde a infância até a vida adulta, bem como as particularidades psicológicas de sua personalidade. Em termos psíquicos, isso quer dizer que a cada atividade dominante que se destaca nas diversas fases do desenvolvimento, o ser humano buscará se relacionar com o mundo concreto de forma a suprir suas necessidades básicas e as necessidades socialmente pré-criadas, sendo que nesse contato constante e dialético com o universo circundante, acabará por formar novas necessidades.

Tendo como temática central de seus trabalhos a constituição do psiquismo humano ou consciência humana, Vigotski (1896-1934) empreendeu esforços a fim de compreender como o homem constitui-se como tal. Ao buscar na produção da Psicologia de seu tempo respostas a essa questão, encontrou uma ciência marcada pela diversidade de explicações que já se caracterizavam por tendências materialistas mecanicistas ou subjetivistas internalistas, perdendo-se nelas a dimensão histórico-social que permitiria uma explicação não dicotômica da relação sujeito-sociedade (Luria, 1979).

Para Vigotski (1996, p. 149):

(...) a tarefa fundamental da psicologia dialética consiste precisamente em descobrir a conexão significativa entre as partes e o todo, em saber considerar o processo psíquico em conexão orgânica nos limites de um processo integral mais complexo.

De forma semelhante, Leontiev (2004) elabora, a partir das concepções de Marx, formulações a respeito de um homem que possui uma origem animal e, ao mesmo tempo, é profundamente distinto dos seus antepassados animais, sendo esse processo de hominização resultante da passagem à vida em sociedade organizada com base no trabalho. Essa passagem, segundo ele, modifica a natureza humana e marca o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais,

estava e está submetido, não às leis biológicas, mas às leis sócio históricas, abrindo o caminho para um novo curso de desenvolvimento, o processo de humanização. Para tanto, afirma também que a Psicologia deveria estudar como a formação da consciência dos homens depende do seu modo de produção da vida humana e de sua existência ao longo das gerações passadas, buscando compreender como se formam as relações vitais dos homens, em que condições históricas elas acontecem e, ainda, que estruturas particulares envolvem estas relações.

Desta forma, segundo Leontiev (1978), poderíamos então estudar como a estrutura da consciência do homem se transforma a partir da estrutura de sua atividade vital humana, o trabalho. É possível compreender que os homens, vivendo em épocas diferentes da história, em condições sociais diferentes, distinguem-se também por aquilo que neles são os processos de percepção, atenção, memória, linguagem, pensamento, e porque não, sua sexualidade. Leva-se a pensar que a cada transformação radical das relações de produção acarretaria uma transformação com equivalência radical da consciência e comportamentos humanos. (Leontiev, 1978).

Para que se possa, então, compreender este processo de desenvolvimento, retoma-se aqui o trabalho de Leontiev (2004), o *Desenvolvimento do Psiquismo*, em que ele demonstra que somente as condições coletivas de trabalho possibilitam a transformação do reflexo instintivo em reflexo da realidade, ou, melhor dizendo, a consciência, isso porque, afirma que para satisfazer suas necessidades, o ser humano precisa atuar em grupo. Como exemplo, ele cita um grupo que sai para a caça, a cada um é dada uma função previamente determinada que seja definida pelas habilidades e capacidades biológicas de cada homem. Enquanto um assusta o animal que irá em direção ao restante dos demais caçadores, outro realizará o abate. Inicialmente, afugentar a caça não satisfará a necessidade de fome ou vestimenta, mas em grupo, tal necessidade poderá ser satisfeita, uma vez que a caça abatida será compartilhada pelo grupo. Neste ponto em que o objeto da atividade e o seu motivo se separam, é que surge o conceito de ação, de acordo com Leontiev (2004).

É diante do resultado de uma ação executada em grupo que o sentido da ação individual passa a ser significada, sendo este um passo fundamental ao salto dado pelo

homem em seu desenvolvimento filogenético. Por sua vez, os instrumentos/ferramentas¹⁰ utilizados na execução de uma ação, começam a se diferenciar dos instrumentos utilizados pelos animais como resultado do reflexo instintivo. Lukács (1872) afirma que a utilização de utensílios pelo *ser social* é produto da autoatividade do homem, enquanto a utilização de instrumentos pelos animais se apresenta como possuidor de um caráter artificial que possui função de adaptação. Sobre isso, é possível retomar o exemplo citado por Vigotski e Luria (1996):

Um elefante quebra galhos de árvores e os utiliza para espantar as moscas. Isso é interessante e instrutivo. Porém, usar galhos para combater as moscas provavelmente não desempenhou nenhum papel considerável na história do desenvolvimento da espécie “o elefante”. Os elefantes não se tornaram elefantes pela razão de que seus ancestrais mais ou menos tipo-elefante matavam moscas com galhos (...) o uso de instrumentos é incomparavelmente mais desenvolvido nos macacos que nos elefantes. Na vara usada pelo macaco já podemos ver o protótipo não só de um instrumento em geral, mas de toda uma série de instrumentos diferenciados: pás, lanças e assim por diante. Porém, mesmo no caso dos macacos que, no mundo animal, encontra-se no ponto mais elevado quanto ao uso de instrumentos, esses instrumentos ainda não desempenham papel decisivo na luta pela sobrevivência. (...) No processo de desenvolvimento do macaco, esse salto para diante teve início, mas não se completou. A fim de que se complete, é preciso que se desenvolva uma forma especial de adaptação à natureza, estranha aos macacos – ou seja, o trabalho (VYGOTSKY & LURIA, 1996, p. 88).

A sociedade humana, para Vigotski, que deve ser tomada como aspecto determinante na formação, não apenas da personalidade, como de cada estrutura que permite a atividade humana. Assim, a constituição psicológica dos indivíduos depende

¹⁰ A categoria instrumentos é encontrada nas traduções de língua portuguesa. Na língua espanhola, como no caso das Obras Escorridas, é possível encontrar a tradução ferramentas.

diretamente do grau de desenvolvimento das forças produtivas e da estrutura do grupo social a que pertence, uma vez que só é possível ao homem existir como ser social. Ou seja, “*é a sociedade e não a natureza a que deve figurar em primeiro lugar como fator determinante da conduta do homem*” (Vigotski, 2000, p. 89).

Desse modo, neste processo de desenvolvimento guiado pelo intercâmbio entre o homem e a sociedade, é que a ação do ser humano começou a se tornar ação consciente. Todavia, é importante ressaltar que este *tornar-se consciente* difere significativamente da ideia de consciente/inconsciente expressa em Freud ou mesmo Piaget. Vigotski (2001) vai determinar que tornar-se consciente, ou a *tomada de consciência*, como afirma ele, implica em dizer que o indivíduo desenvolveu a capacidade de conhecer a ação de sua consciência, tornar-se autoconsciente. Em nota, relata sobre um experimento no qual uma criança, ao ser perguntada sobre o seu nome, sabe dar a resposta sobre este nome, sem, no entanto, estar consciente de que saber seu nome possui uma função social maior. Para melhor compreender o que esta *tomada de consciência* quer dizer, tem-se o exemplo dado pelo próprio Vigotski (2001):

Eu dou um nó. Faço isso conscientemente. Entretanto não posso dizer exatamente como o fiz. Minha ação consciente acaba sendo inconsciente porque a minha atenção estava orientada para o ato de dar nó, mas não na maneira como o faço (...) O objeto da minha consciência é o ato de dar nó, o próprio nó e tudo o que acontece com ele, mas não aquelas ações que produzo ao dar nó nem a maneira como o faço. (p.288-9)

Nesse caso, o objeto da consciência é o nó em si, não a atividade consciente de dar o nó. Ao não ter consciência, naquele momento, de que o que se faz é dar o nó, enquanto não se estiver consciente de que se sabe dar um nó, o simples ato de dar este nó, ainda não está conscientizado. Assim como o homem primitivo, ao bater uma pedra á outra, produz o fogo sem que antes haja qualquer planejamento, da mesma forma, ao executar uma tarefa sem que haja a noção da finalidade, ou a consciência da própria atividade, não se pode dizê-lo como ato consciente.

Sendo assim, o caráter coletivo de toda atividade humana se torna primordial, para Vigotski (2001) É necessário *que antes haja o deva ser conscientizado*, ou seja, o

homem primitivo passa a ter a necessidade da tomada de consciência à medida que novas transformações sociais ocorrem, por meio de sua própria atividade. À tomada de consciência ocorre a medida que as situações concretas por ele vivenciadas passam a demandar a repetição e a sistematização de ações antes aleatórias, resultantes da causalidade.

Todavia, é importante destacar que para se compreender o trajeto de formação da consciência, tal como postulado pelos autores soviético de que tratamos neste capítulo, é preciso antes entender a importância dos vínculos interfuncionais para essa teoria, assim sendo, a forma com que a mudança na estrutura das funções psicológicas não apenas altera a estrutura da consciência, como também se tornam elementos mediadores fundamentais do processo de formação da consciência humana. Dentre essas funções podem ser destacadas: a atenção, a memória, o pensamento, a linguagem, a imaginação e a vontade.

Então, para melhor dialogar com a questão dos avanços alcançados pelos homens em seu desenvolvimento filogenético e ontogenético, tomemos como exemplo a função da memória. Inicialmente, no homem primitivo, a memória se apresenta de acordo com Vigotski (1996, p.113) como *memória biológica*, cuja base está impregnada na plasticidade do sistema nervoso, ou seja, *em sua capacidade de armazenar traços de estímulos exteriores e reproduzi-los*, não podendo ir muito além disso. Essa memória primitiva não pode ser controlada pelo homem e por vezes confunde-se com as percepções. Toma-se, portanto, que o desenvolvimento da memória, como função psicológica superior, ocorre na medida em que o homem deixa de utilizá-la como força natural, passando a dominá-la. Tal domínio ocorre a partir da criação dos signos escritos, como desenhos e formas rudimentares de escrita, que lhe servirão de instrumentos artificiais e que atuarão como mediadores de uma forma superior de memória, acarretando na superação desta forma anterior, que era essencialmente arraigada no biológico, para tornar-se memória histórica e cultural.

Vigotski (1934) vem determinar que, para serem considerados instrumentos no interior da prática social, os objetos devem possuir uma função social, o que implica em dizer que os instrumentos mediadores são sempre *criações artificiais*, posto que são essencialmente sociais e não individuais ou orgânicos. Por sua vez, possuem como

finalidade inicial o domínio de todas as questões da natureza, seja da natureza externa ao ser humano, que ele atua para saciar suas necessidades essenciais, seja ao atuar para dominar a si mesmo. Assim, os instrumentos, dos quais se apropriam os homens, atuam diretamente no processo de seu desenvolvimento psicológico humano, e por isso são, para Vigotski, instrumentos psicológico. A partir do aperfeiçoamento destes instrumentos artificiais, se dará o aperfeiçoamento dos órgãos naturalmente humanos, como exemplo a mão e o cérebro, bem como ocorrerá o aperfeiçoamento das funções psicológicas do homem. É neste ponto que se torna possível compreender como o avanço da vida em sociedade, cujos instrumentos e demais signos são produzidos, determinam a qualidade do desenvolvimento do psiquismo humano.

Leontiev (2004) afirma que o instrumento é sempre produto da cultura material, carregando, em si, as características da criação humana. *O instrumento é ao mesmo tempo um objeto social na qual estão incorporadas e fixadas as operações de trabalho historicamente elaboradas.* (Leontiev, 2004 p.287). Ao tratar sobre o comportamento do macaco antropoide, a partir dos experimentos realizados por Kohler (1921/1926), Vigotski e Luria (1996), demonstra que, apesar de ser encontrada nos animais a capacidade de execução de tarefas e utilização de instrumentos prontos dados a ele, a linha divisória entre o homem e o animal, reside na capacidade para desenvolver signos como a linguagem e a escrita, mediadores de uma forma superior de consciência, que determinam o salto do desenvolvimento filogenético para o desenvolvimento do homem social.

Disso exposto, para retomar a questão da percepção e seu desenvolvimento a partir do uso de instrumentos simbólicos, cabe aqui pontuar que Vigotski (1930) aponta que a função da percepção está diretamente ligada ao pensamento visual-direto, que se ligará a denominação semântica dada aos objetos no processo de desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, ao olhar para um determinado objeto, uma pessoa pensa em seu nome e faz generalizações a respeito dele, ou seja, busca a classe de objetos a que ele pertence. Sobre isso, o autor afirma: *Ao dizer que nossa percepção é uma percepção atribuída de sentido, isto significa dizer que toda percepção é uma*

percepção generalizada. (Vigotski, 1930¹¹. p.379) Assim, torna-se possível ao gênero humano acumular conhecimento sobre classes de objetos tais como: relógios, carros e casas; bem como generalizar sensações internas como o frio, o calor, a tristeza e a excitação. Isto decorre de que a percepção não se forma de *átomos isolados*, como afirma Vigotski, mas se apresenta como resultante da visão que se tem de uma determinada imagem e, por isso, está ligado ao pensamento visual-direto, como dito anteriormente.

Para o indivíduo adulto, a percepção visual será sempre mediada pelas experiências anteriores e pela tomada de consciência dos objetos e percepções, dando a ele a possibilidade de atribuir significados a objetos específicos em situações que a criança ainda não consegue distinguir as partes isoladas de um todo. Por exemplo: Ao olhar para sala de sua casa, um adulto é capaz de ver cadeira, mesas e demais objetos e agrupá-los em classes para, então, fazer generalizações. Na criança, a função da percepção, tal como apresentada no adulto, ainda não foi desenvolvida por completo, uma vez que ainda não possuem os signos mediadores dessa função e, por consequência, tudo para ela representa sua casa.

Em relação a este avanço que ocorre no processo do desenvolvimento, pode-se dizer que a linguagem verbal, que estão implícitas as denominações dadas aos objetos, bem como seus significados, é o que possibilita aos homens designar e expressar verbalmente seus estados internos, para que venha a existir, se fará antes necessário o desenvolvimento de outras funções que formação unidade dialético com a função do pensamento. No entanto, há que se ter cuidado para que não façamos aqui o que justamente apontou Vigotski (1934) ao tratar sobre *A questão metodológica da consciência mediante unidades*, no Tomos IV das obras escolhidas, isto é, dicotomizar as funções da consciência, separando-as ao estudá-las. Logo, é importante dizer que somente é possível compreender o desenvolvimento da linguagem verbal se tomado por base o desenvolvimento do pensamento e vice versa. Da mesma forma, para que se

¹¹ Optou-se aqui pela utilização da versão, traduzido ao português, de Achilles Dellari Junior (1999) – sobre *A crise dos Sete anos*, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/16419850/Vigotski-A-crise-dos-sete-anos-trata-da-vivencia-perejivanie-como-unidade-da-consciencia>

compreenda a questão do significado, como iniciamos por dizer anteriormente, é preciso que seja considerado que *significado* é uma unidade com a *palavra* e esse conjunto por sua vez é produto da atividade intelectual da pessoa, em outras palavras, *o significado da palavra é a unidade indivisível da linguagem e do pensamento.* (p.383)

Como já abordado anteriormente, o homem, além de utilizar instrumentos de trabalho, possui a capacidade de elaborá-los a partir da necessidade e assimilá-los à prática social, sendo essa elaboração consciente dos instrumentos de trabalho à primeira forma de atividade consciente. Tal atividade transforma radicalmente a estrutura do comportamento humano, passando a diferir do comportamento animal, que tem seu comportamento direcionado apenas à satisfação de suas necessidades. Agora, no homem social, o comportamento possui uma ação anterior, como ao elaborar os instrumentos, ação que terá sentido apenas posteriormente, a partir da utilização do instrumento para saciar a necessidade. Luria (1999) aponta que a preparação dos instrumentos de trabalho requer uma série de novos procedimentos que passam a demandar novas *operações auxiliares*, que formam a nova estrutura consciente do homem. A atividade consciente do homem se diferencia significativamente da dos animais por três traços fundamentais. O primeiro traço trata do fato de que a atividade do homem não está necessariamente ligada a motivos biológicos, ou seja, esta atividade é direcionada por necessidades complexas, por exemplo, as necessidades cognitivas que levam à busca por conhecimento.

Encontramos casos nas quais a atividade consciente do homem, além de não se sujeitar às influências e necessidades biológicas, ainda entra em conflito com e, chega a inclusive reprimi-las.(Luria, 1999. p.72)

O segundo traço, Luria (1999) aponta que a atividade consciente do homem não toma por base a percepção imediata da realidade, mas sim, no reconhecimento de necessidades ou no conhecimento mais profundo dessa realidade. Finalmente, reitera que a atividade consciente do homem tem como fonte o fato dos conhecimentos e habilidades humanas se formarem sempre por meio da assimilação da experiência de toda a humanidade, como visto anteriormente e esta, por sua vez, é acumulada no processo de história social e transmitida no processo de aprendizagem. Assim, o pensamento no adulto tem como função inicial, organizar a adaptação ao mundo externo

em situações difíceis, regulando as atitudes humanas em circunstâncias que o instinto ou o hábito são insuficientes. Portanto, o pensamento será a forma de influenciar o mundo externo. Antes, porém, o pensamento deve ser verificado pela prática, uma vez que visa regular e organizar a prática da adaptação ao meio.

A vivência de uma pessoa é sempre, portanto, uma unidade dialética entre a personalidade e o meio, a qual é compreendida como sendo *a relação interior da pessoa desde sua infância, com um ou outro momento da realidade*. (Vigotski, 1934.p.383)

Toda a vivência é vivência de algo. Não há vivências sem motivo, como não há ato consciente que não seja ato consciente de algo. Entretanto, cada vivência é pessoal. (...) A verdadeira unidade dinâmica da consciência, unidade plena que constitui a base da consciência é a vivência. (Vigotski, 1934. p.384)

Diante disso, neste ponto, é importante que nos apropriemos do importante conceito de Vigotski (2000) sobre as funções psicológicas elementares e superiores. Porque, de acordo com o autor, as funções psicológicas elementares são de origem biológica e estão presentes no homem mais primitivo, bem como estão presentes em bebês e nos animais, caracterizando-se pelas ações involuntárias (ou reflexos) e pelas reações imediatas (ou automáticas), como apresentado anteriormente, submetendo-se às influências do ambiente externo. Em contrapartida, as funções psicológicas superiores são de origem social, estando presentes apenas nos seres humanos. São definidas pela intencionalidade das ações, e pela tomada de consciência das mesmas, caracterizando-se primordialmente, como operações indiretas, que necessitam da presença de um signo mediador, sendo a linguagem o signo principal.

Logo, as funções psicológicas superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos e resultam da relação dialética entre os fatores biológicos (funções psicológicas elementares) e os culturais, transformados pelo decorrer da história humana. Para melhor compreender a questão dessa relação dialética encontrada ao longo de todo o desenvolvimento humano, retoma-se que, ao buscar compreender essa relação entre as funções psicológicas superiores e funções psicológicas inferiores, Vigotski (1990) se apropriou do conceito hegeliano de superação, o qual Hegel afirma o duplo significado da expressão alemã *superar*, isto é, *eliminar* e também *conservar*.

Dessa forma, as funções psicológicas elementares, nessa concepção, não deixam de existir, mas são incluídas, transformadas e conservadas nas funções psicológicas superiores, como uma dimensão oculta. Os níveis anteriores e inferiores não acabam quando aparece o novo, todavia, são superados, ficando como que negado dialeticamente pelo novo, passando a existir no novo, porém funcionando de outro modo.

De acordo com Luria (1999), ao ter uma nova estrutura para a realização da atividade consciente formada, torna-se possível o desenvolvimento da linguagem, como segunda condição para que essa estrutura seja cada vez mais complexa. Se, conforme sinaliza este autor, a elaboração dos instrumentos é a primeira condição, a possibilidade de elaboração de um sistema de códigos que auxiliarão na especificação e organização do mundo externo e interno, é a segunda condição essencial para o desenvolvimento. A partir da construção do mundo material, surge à necessidade de designar objetos, e com esta, a necessidade dos homens se comunicarem.

Ao inserir o instrumento da linguagem ao comportamento humano, novas formas e funções psíquicas inteiramente novas passam a se formar. No entanto, para Vigotski (1996), é importante que se diferencie os atos e processos de comportamentos naturais das funções e formas de comportamentos artificiais, em outras palavras, as formas de agir apropriadas por meio da vivência em sociedade e que, ao serem apropriadas, passam a ser, da mesma forma, instrumentos mediadores dos comportamentos. De acordo com o autor, os processos de comportamentos naturais, são comuns aos animais superiores e aos homens, surgiram e desenvolveram-se ao longo do processo de evolução biológica do homem. Entretanto, os atos e formas de agir artificiais são aqueles comportamentos naturais transformados em formas qualitativamente novas por causa da mediação externa, da vivência social. Para melhor exemplificar, tome-se o exemplo dado por Vigotski (1996):

Na lembrança natural estabelece-se uma conexão associativa direta (um reflexo condicionado), A-B. Na lembrança artificial, mnemotécnica, dessa mesma marca através do instrumento psicológico X (nó no lenço, esquema mnemônico), no lugar da conexão direta A-B estabelecem-se duas novas conexões: A-X e X-B, cada uma das quais é um

reflexo condicionado, determinado pelas propriedades do tecido cerebral, da mesma forma que a conexão A-B. (Vigotski, 1996. p.96-5)

Isso quer dizer que, ao utilizar novos recursos para o exercício da memória, por exemplo, (como trocar um anel de dedo para lembrar-se de algo) uma nova direção artificial é dada pelo instrumento ao funcionamento que antes era natural (reflexo) da memória. Logo, o ato de lembrar-se de algo, torna-se uma operação intelectual, na medida em o recurso mediador utilizado, a ferramenta, passa a ser tomada também como objeto e estímulo do comportamento. Assim, se um instrumento é orientado para o psiquismo e/ou o comportamento, é um instrumento psicológico, do contrário continuará a ser uma ferramenta de modificação de objetos. São os instrumentos psicológicos que ampliam e fazem avançar qualitativamente as possibilidades do comportamento humano.

Todavia, apesar de termos tomado aqui como exemplo a memória, esse processo igualmente ocorre com as demais funções psicológicas superiores, tais como: a atenção, o pensamento verbal, e por que não dizer, a sexualidade, como neste trabalho nos propomos a indagar.

Vigotski vem ressaltar, todavia, a importância que a mediação possui em todo o processo ao afirmar que: *“o fato central de nossa psicologia é o fato da ação mediada.”* (1996, p. 188) Isso decorre que, para a psicologia marxista, cada homem em particular só pode ser compreendido a partir da sociedade em que vivem: *“podemos dizer que cada pessoa é em maior ou menor grau o modelo da sociedade, ou melhor, da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais”* (Vigotski, 2000, p. 368). Tal concepção apresentada por Vigotski (1996) está fundamentada pela postulação de Marx e Engels (1979) de que:

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como produto do próprio indivíduo vivo; na segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como sua consciência, unicamente como a consciência destes

indivíduos que têm uma atividade prática (Marx e Engels, 1847/1979, p. 37-38).

Assim, Vigotski (1996) afirma:

Da mesma forma que a dinâmica de uma sociedade viva não representa uma totalidade simples e uniforme, e que a sociedade mesma é seccionada em diferentes classes sociais; assim, durante um período histórico determinado, não se pode dizer que as personalidades humanas representem algo homogêneo, uniforme. A psicologia, ao levar em conta o fator elementar da tese geral aqui recém-enunciada, só pode ter uma conclusão direta: confirmar o caráter de classe, a natureza de classe e as distinções de classe como responsáveis pela formação dos tipos humanos (Vigotski, 2000. p.).

Seguindo estes mesmo pressupostos, Martins (2001) vem dizer que, ao romper com as barreiras biológicas de sua espécie, tendo ele próprio e o mundo se tornado um objeto passível de transformação consciente, se dá a possibilidade de desenvolvimento de novas funções cognitivas como o pensamento e o raciocínio. Superando os limites da representação imediata da realidade, o homem passa a representá-la cognitivamente, denominando-a por meio da linguagem. É a partir da linguagem, que se permite fixar e transmitir de uma geração à outra as representações e os conhecimentos que o homem estrutura sua consciência.

Porquanto, o desenvolvimento da capacidade humana envolve o processo de objetivação das forças essenciais do homem e o processo de apropriar-se dos objetos do ambiente circundante desde o seu nascimento por meio das atividades, mediadas pelas relações interpessoais, através dos signos simbólicos, como a escrita e a linguagem falada. O processo de humanização reflete o processo no qual o indivíduo aprende a ser homem na relação com os homens na atividade de trabalho, de modo que o psiquismo humano forma-se no decurso da vida social, no qual o desenvolvimento da linguagem simbólica tem papel fundamental.

Posto isto, é importante dizer que entende-se que a compreensão dos conceitos da Psicologia Histórico Cultural abrirá o caminho para que se possa refletir sobre o

desenvolvimento da sexualidade ao longo da história humana. Duarte (2008) declara que em uma perspectiva histórico-social:

(...) mais importante do que apenas superar os unilateralismos na análise da relação sujeito-objeto é buscar compreender as especificidades dessa relação, considerando-se que sujeito e objeto são históricos e que a relação entre eles também é histórica. (p. 23)

Contudo, da mesma forma que não encontrar-se-á nos escritos de Marx ou Engels estudos cujo foco tenha sido a sexualidade, não é possível identificar nos escritos dos diversos autores da Psicologia Histórico Cultural tais como: L.S Vigotsky (1978); A.R. Luria (1928); Alexis Leontiev (1978), estudos voltados ao desenvolvimento da sexualidade. Mas é certo que o método do materialismo histórico dialético, embora aqui nesta pesquisa ainda apresentado em seus estudos iniciais, oferece recursos para a superação da compreensão baseada na lógica formal e dicotômica como as que serão descritas no último capítulo deste trabalho.

CAPITULO II

2. O DESENVOLVIMENTO FILOGENÉTICO DA SEXUALIDADE HUMANA: DA HOMINIZAÇÃO Á HUMANIZAÇÃO.

Partindo dos conceitos fundamentais do Materialismo Histórico Dialético e da Psicologia Histórico Cultural, apresentados no capítulo anterior, é a proposta deste capítulo realizar uma retomada do desenvolvimento filogenético do homem, para que se possa compreender de que forma o salto qualitativo dado pela espécie humana transformou as questões a cerca da sexualidade humana. No entanto, esta retomada ampara-se no entendimento de que focalizar a sexualidade apenas pelo viés biológico, tal como fazem diversas vertentes da Psicologia, seria o mesmo que considerar o ser humano e sua sexualidade como indistinto das demais espécies animais, ignorando as modificações geradas ao longo da história humana, dando continuidade à visão dicotômica da lógica formal que predomina na atualidade.

Sem pretender esgotar todos os aspectos relacionados às transformações operadas no exercício da sexualidade humana nos diversos períodos da História, a partir do método do Materialismo Histórico Dialético, cuja base se assenta nos escritos de Marx (1848) e Engels (1891), o caminho a ser percorrido é o de demonstrar que os fenômenos humanos só podem ser compreendidos se amparados no entendimento da totalidade da vida humana. Parte-se, pois, da existência de um aparato biológico inicial que é base primordial e indissociável para as transformações radicais operadas pela produção da vida material e concreta dos homens, isto é, o trabalho. Igualmente, ao se tomar os princípios da Psicologia Histórico Cultural, é possível compreender que o exercício da sexualidade como simples forma de acasalamento, tal como há nas outras espécies, também ocorreu no homem e é parte de sua natureza biológica. Porém, no decurso da história humana, tal manifestação vai se transformando de modos variados, conforme as relações sociais que se produzem em decorrência da organização da produção material da vida humana. Desconsiderar esse aspecto, ou seja, que a sexualidade humana possui história, justamente por ser o homem um ser histórico, faz com que apreendamos o fenômeno apenas parcialmente. No entanto, a busca por

apreendê-lo em sua totalidade é um desafio, o qual aqui se pretende apontar possibilidades para maiores investigações e aprofundamento.

Optou-se, neste capítulo, por utilizar como base norteadora os escritos de Engels (1995) em *A Origem do Família, da Propriedade Privada e do Estado*, o trabalho de Lessa (2008) *Abaixo a Família Monogâmica*, e a obra *História da Vida Privada* organizada por Ariés e Duby (1990). A partir desses autores, é possível compreender que no decurso da história do desenvolvimento do gênero humano, sob o contínuo processo dialético de objetivações e apropriações, os homens desenvolveram suas funções psíquicas e criaram condições objetivas para o desenvolvimento delas de geração em geração por meio dos signos e instrumentos construídos ao longo desse processo.

De acordo com Leontiev (2004), todavia, não é possível pensar o salto da hominização à humanização sem compreender que existiu uma base biológica fundamental que é precursora do desenvolvimento do homem social, porém destaca que *alguns milênios de história social* fizeram mais no domínio das funções psíquicas que *os anos de evolução biológica*.

Ao pensar no processo de hominização, Leontiev (2004) elabora a partir das concepções de Marx, formulações a respeito de um homem que possui uma origem animal e ao mesmo tempo, é profundamente distinto dos seus antepassados animais, sendo essa hominização resultante da passagem à vida em sociedade organizada com base no trabalho, pondo em cena um processo radicalmente diferenciado. Esta passagem, segundo ele, modifica a natureza humana e marca o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido, não às leis biológicas, mas a leis sócio históricas, o processo de humanização.

O mundo real, imediato, do homem, que mais que tudo determina sua vida, é um mundo transformado e criado pela natureza humana. Entretanto, ele não é dado imediatamente ao indivíduo, pois é um mundo de objetos sociais, de objetos encarnados de aptidões humanas formadas no decurso do desenvolvimento da prática sócio-histórica; e, enquanto tal, apresenta-se a cada indivíduo como um problema a resolver.

De acordo com Leontiev (2004):

Pela sua atividade, os homens não fazem, senão, adaptar-se à natureza. Eles modificam-na em função do desenvolvimento das suas necessidades. Criam os objetos que devem satisfazer as suas necessidades e igualmente os meios de produção desses objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. Constroem habitações, produzem as suas roupas e outros bens materiais. Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante e deles mesmos enriquece-se, desenvolvem-se a ciência e a arte.(...) mundo de objetos e de fenômenos criado pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas desse mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse mundo. (Leontiev, 1978, p. 265-266)

Assim, o propósito de discorrer sobre o desenvolvimento filogenético da sexualidade humana a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico Cultural não pode furtar-se de iniciar por explicitar, que as funções culturais complexas se ancoram nas naturais que constituem o homem, mas nelas não se reduzem. Isso porque não é objetivo deste trabalho negar o fato de que a reprodução da espécie humana vincula-se a um processo biológico, isto é, ligado a fertilização do óvulo pelo espermatozóide. Porém, se esta base biológica se mantém necessária ao desenvolvimento do homem como espécie, sem sombra de dúvida que a história da humanidade, com o desenvolvimento da ciência, vem alterando radicalmente este processo de reprodução da espécie, o qual não depende mais unicamente do ato sexual. Como afirma Duarte (2006)

De forma alguma pretendemos argumentar que a vida humana ou o processo de conhecimento se realizem de forma absolutamente independentes dos processos naturais. Entretanto, **o reconhecimento da inelimitável relação entre natureza e sociedade, como princípio ontológico fundamental, deve ser acompanhado de igual reconhecimento da existência de um salto na passagem da evolução da vida sobre a face da**

terra, como da história orgânica, para a história social. Este salto não estabelece ruptura total, mas configura o início de uma esfera ontológica qualitativamente nova e da realidade humana, como realidade sóciohistórica. (Duarte, 2006, p.85., grifos nossos):

Do exposto, é possível compreender que sob essa base biológica ineliminável, muito sendo alterado no que se refere à sexualidade humana. Considerando todas as possibilidades hoje dadas de fertilização, natural ou *in vitro*, a “escolha” do ventre para a geração do bebê, os tratamentos para recuperação da fertilidade em idade avançada, bem como de interrupção dela em idade precoce, que impactam e transformam, não isento de contradições, a perpetuação da espécie humana. Para além da procriação, o exercício da sexualidade, ainda que mantenha um componente biológico como base, muito se alterou a partir das transformações acima apontadas, libertando-se da exigência primária de procriar, tornando-se multifacetado conforme a organização social. Entendendo-se, pois, que há uma unidade entre a base biológica e o desenvolvimento sóciohistórico humano e não uma ruptura, a afirmação da impossibilidade de dissociação destas duas esferas (indivíduo/sociedade) pode ser reiterada a partir de Marx (1948):

Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (Marx. 1976: p.43)

Lúkacs (1872, p.07), nessa mesma direção, aponta que existe uma (...) *dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base*. Dessa maneira, não é possível que se compreenda as manifestações humanas subjetivas e objetivas, no caso deste trabalho, referentes à sexualidade, sem

pensá-las como firmemente enraizadas no chão da atividade produtiva dos homens, considerando que esta última transforma a realidade concreta (externa e interna), cria e recria formas de sociabilidade, e permite a superação do primitivo e instintivo para o mais evoluído e socializado, porém, como já dito, não livre de contradições.

Mészáros (2003), em uma de suas obras mais conhecidas, intitulada *Para Além do Capital*, afirma que as relações entre os seres humanos no que diz respeito à reprodução biológica e seus processos reguladores, estão “*emaranhados em uma rede de relacionamento dialéticos*” e complementa que:

(...) a regulamentação economicamente sustentável da reprodução biológica dos seres humanos é uma função mediadora primária do processo sociometabólico. Portanto, a articulação historicamente mutável dos relacionamentos humanos é da maior importância nessa questão.(...)
(Mészáros, 2003, p.10)

O mesmo autor ainda destaca que o próprio Marx (1989), ao tratar das necessidades humanas nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, afirmou:

O relacionamento direto, natural e necessário de pessoa a pessoa é a relação do homem com a mulher (...) Portanto, desse relacionamento se pode avaliar o nível de desenvolvimento do homem.... Nesse relacionamento também se revela a extensão em que a necessidade do homem se tornou uma necessidade humana; portanto, a outra pessoa tornou-se para ele uma necessidade - a extensão em que, em sua existência individual, ele é ao mesmo tempo um ser social. (Marx, 1989. p.102)

Nesta perspectiva o comportamento inicialmente biológico, necessário à procriação da espécie, mais especificamente o ato sexual, é apresentado pelos autores como sendo, no decorrer da história, regulado por diferentes mediações sociais. Nesse aspecto, as diversas instituições sociais funcionam como lei regulamentadora das formas historicamente específicas de relacionamento humano. E são nas relações entre as pessoas, no modo como os homens se relacionam entre si, que é revelado o

correspondente modo de administrar o processo do trabalho. Dentre as instituições reguladoras, para Mézáros (2003)

A família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade. (Mézáros, 2003).

Se o ato sexual, por princípio, possibilita a procriação da espécie humana, a família por sua vez, tornou-se, ao longo da história dos homens, a instituição reguladora e mantenedora das relações entre macho e fêmea, homem e mulher, relação essa que, em princípio e a parte dos avanços científicos da atualidade, seria a responsável por gerar, manter e socializar os homens. Sobre isso, Mézáros (2003) aponta que a constituição da família monogâmica, como apresentada na atualidade, só é possível em consonância ao sistema de produção capitalista, na qual para que prevaleçam as relações de dominação deve existir antes, aquele que será passível de dominação.

Outrossim, para que seja possível compreender o desenvolvimento da sexualidade a partir do desenvolvimento ontológico do homem, é imprescindível recorrer, como dito anteriormente, aos estudos sobre o desenvolvimento da *Origem da Família e da Propriedade Privada e do Estado* de Engels (1995). Antes de seguir adiante, e para que seja possível o aprofundamento, bem como problematizar o tema da família, cabe aqui tomar como base os escritos de Lessa (2008), que ao discorrer sobre o tema da família monogâmica tece um parágrafo que serve de reflexão, ao mesmo tempo em que interliga a concepção marxista de instituição familiar como estrutura formal da sociedade capitalista. Lessa (2008) aponta que:

Discutir a família é sempre uma questão muito difícil. Em primeiro lugar, porque não é algo fácil tomar consciência de que o que somos enquanto maridos e esposas, enquanto pais, mães, filhos e filhas não são as únicas alternativas abertas para a humanidade. É afetivamente complicado se dar conta de que o que hoje somos como homens e mulheres, pais e filhos, está tão permeado pelas relações sociais predominantes que terminamos sendo algo muito diferente do que gostaríamos de

ser. Não é fácil compreender como, em que extensão, profundidade e intensidade, as alienações que brotam da propriedade privada atuam sobre nossos sentimentos e emoções mais íntimas, pessoais. Uma avaliação sensata dessa esfera necessariamente tem alguma influência na avaliação pessoal que fazemos de nossas famílias, de nossos papéis enquanto pais e mães, de nossos próprios pais e parentes. (Lessa, 2008. p.10)

Tal desafio posto, com Engels (1995) vê-se que até o início da década de sessenta do século XIX não era possível pensar a história da família como sendo desconectada das referências religiosas que tinham como base os livros bíblicos. A forma patriarcal comumente relatada no Pentateuco (cinco primeiros livros da Bíblia) era não somente admitida como o relato mais antigo da humanidade, como também era a única referência de comparação para a formação da família burguesa, dando a impressão de que a constituição familiar não tivesse passado por nenhuma evolução ao longo da história dos homens. “No máximo admitia-se que nos tempos primitivos pudesse ter havido um período de promiscuidade sexual. (Engels. 1995, p.6)

O estudo da história da família começa, de acordo com Engels (1995), apenas em 1861, com o *Direito Materno* de Bachofen. Nessa obra, o autor formulou quatro principais teses:

(...) primitivamente, os seres humanos viveram em promiscuidade sexual (impropriamente chamada de *heterismo* por Bachofen); 2 – estas relações excluía toda a possibilidade de estabelecer, com rigor, a paternidade, pelo que a filiação apenas podia ser contada por linha feminina, segundo o direito materno, e isso verificou-se em todos os povos antigos; 3 – como consequência desse fato, as mulheres, como mães, como únicos progenitores conhecidos da jovem geração, gozavam de grande apreço e respeito, alcançando, de acordo com Bachofen, o domínio absoluto (ginecocracia); 4 – a passagem para a monogamia, em que a mulher pertence a um só homem, incidia na transgressão de uma lei religiosa muito antiga (isto é, do direito imemorial que os outros homens tinham sobre aquela mulher), transgressão que devia ser

castigada, ou cuja tolerância se compensava com a posse da mulher por outros, durante determinado período.” (p. 2)

Após mencionar os estudos de Bachofen, Engels (1995) cita Mac Lennan, que organiza novas pesquisas sobre formas de matrimônio encontradas em povos selvagens, bárbaros e civilizados dos tempos antigos e modernos. Segundo ele, tais estudos apresentavam documentos que evidenciavam a existência da monogamia e da poligamia já conhecidos desde os escritos do livro bíblico, e da poliandria, esta caracteriza a posse de uma mulher por um grupo de homens. Entretanto, os estudos da época de Mac Lennan, mostravam que entre outros povos era possível encontrar ainda outras formas de relação entre homens e mulheres, as quais iam além daquelas descritas e concebidas por ele (Engels, 2004).

Engels (1995) aponta para o ano de 1871, em que surgem os estudos de Morgan (1871) apresentando uma ordem mais precisa na pré-história da humanidade no que diz respeito à família, ou às formas de união entre homens e mulheres ao longo da história da humanidade. Ocupando-se prioritariamente dos períodos históricos referentes ao estado selvagem e bárbaro da humanidade até sua transição à civilização, sistematizou suas investigações tomando como base os progressos obtidos na produção dos meios de existência dos homens em cada período. Para Morgan, o desenvolvimento da família caminhava ligado ao progresso dos meios de produção dos alimentos e de subsistência humana (Engels, 1995).

Antes de continuar, é importante dizer que diferente do que observamos hoje, o que Engles (1995) vem denominar como família é na verdade a relação entre homem e mulher, diferente do que ocorre hoje que o termo está relacionado aos diferentes sistemas de parentesco. Engels (1995) destaca a afirmação de Morgan (1871) em que aponta que a família:

(...) é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas **passa de uma forma inferior a uma forma superior**, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente. (Engels, 1995. p.30, grifos nossos)

Dentre as principais ideias apresentadas por Morgan (1871), Engels (1995) propõe um resumo para apresentá-las.

Por ora, podemos generalizar a classificação de Morgan da forma seguinte: *Estado Selvagem* – Período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para serem utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação. *Barbárie* – Período em que aparecem a criação de gado e a agricultura por meio do trabalho humano. *Civilização* – Período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte. (Engels, 1995, p.29)

Para que fosse possível tratar do tema sexualidade e suas transformações ao longo da história humana, optou-se pela adoção da mesma organização dos períodos históricos acima citados - *Estado Selvagem, Barbárie e Civilização* – de forma a apresentar a discussão de modo didático. Assim, espera-se que seja possível a visualização dos períodos de transição dos modelos de relacionamento ou “matrimônio”, ao longo dos séculos, em correlação com o crescente domínio do homem sobre a natureza e as alterações nas formas de relação social, buscando traçar mediações entre tais mudanças com o desenvolvimento do psiquismo em tais épocas. Sabemos que tal proposta é bastante ousada e inusitada, porém necessária quando se discute a relação indissociável entre indivíduo/sociedade, biológico/social.

2.1 O Estado Selvagem

Denominada por Engels (1891) de a *infância do gênero humano*, no estado selvagem, os homens permaneciam nos bosques tropicais ou subtropicais, viviam em meio ou sobre as árvores, pois existiam grandes predadores carnívoros, eram essencialmente herbívoros, com a alimentação baseada em frutas, nozes e raízes. Por não terem sido encontrados até a época dos escritos de Morgan, relatos históricos de povos que estivessem nesta condição de desenvolvimento, não é possível precisar como se dava a vida comunal ou mesmo o modo de relação para a procriação ou exercício da sexualidade humana neste período.

Entretanto, para que se possa admitir a descendência animal dos seres humanos, os autores optam por aceitar a existência desta fase anterior como um estado transitório

de desenvolvimento para a seguinte. Assim, da mesma forma, ao se pensar acerca do desenvolvimento da sexualidade no processo de hominização, é possível pressupor que neste período existiam, como afirma Engels (1995, p.33), *todas as variedades possíveis de ligação entre macho e fêmea*. Isso porque, ao tomar por base os escritos de Engels, é possível verificar que nos vertebrados superiores existia tanto a poligamia quanto a monogamia, sendo sempre um macho para um grupo de fêmeas. Tais laços eram modificados (*relaxados* como afirma Engels, 1995. p. 34), no período do cio, sendo que nos demais períodos, havia o ciúme do macho como *o laço e o limite* da família.

Ao pensar no processo de hominização a partir do materialismo histórico, pode-se admitir que nesta fase de transição, a consciência humana ainda está em fase de constituição, sendo as condições naturais dos homens tais como, o instinto e os reflexos, os principais recursos utilizados para sua sobrevivência e, da mesma forma, os recursos disponíveis para a procriação e sobrevivência da espécie. Assim como apresentado ao tratar dos conceitos fundamentais do Materialismo Histórico Dialético, de acordo com Leontiev (2004, p.85), para que uma atividade seja compreendida como uma ação, é preciso antes supor que tal sujeito que age, tenha sido capaz de *“refletir psiquicamente a relação existente entre o motivo objetivo (...) e seu objeto. Senão a ação fica impossível, é vazia de sentido para o sujeito.”*.

Da mesma forma, Engels (1995) completa:

Doravante, está presente ao sujeito a ligação que existe entre objeto de uma ação (o seu fim) e o gerador da atividade (o seu motivo). Ela surge-lhe na sua forma imediatamente sensível, sob a forma de trabalho coletivo (...) por este fato, as relações dos participantes individuais do trabalho são inicialmente refletidas por eles, na medida em que apenas as suas próprias relações coincidam com as da coletividade de trabalho. (Engels, 1995: p.86)

Ao falar sobre o homem primitivo, Leontiev (2004) demonstra que o significado de uma ação, nesta época do desenvolvimento, aparece apenas como reflexo do objeto, sem um fim previamente determinado e sem ligação ao motivo gerador da atividade. Uma vez que os sujeitos começam aos poucos viver em coletivo, gradativamente o reflexo da ação individual, ao ser observado como semelhante ao reflexo da ação do outro, passa a ter novo significado, interligando a relação atividade-objeto. E é neste

ponto que a consciência humana¹² toma forma, mesmo que ainda rudimentar, na medida em que se torna possível a ligação entre a atividade geradora e o objeto de uma ação.

Igualmente, pode-se pensar que, enquanto as relações entre os homens nesse processo de hominização inicial não eram ainda ações coletivas propriamente ditas, ou seja, ações conjuntas com um fim consciente e comum a sobrevivência do grupo, não era também possível ao homem dar sentido ou significado a suas próprias ações, inclusive no referente à sexualidade, o que os mantinha em um estado muito próximo às demais espécies de animais mais desenvolvidos. Possivelmente não havia sequer a compreensão da ligação entre ato sexual e a procriação da espécie. Apenas mais à frente, a partir do desenvolvimento de rudimentos da linguagem simbólica em consonância com o desenvolvimento instrumental, a observação da natureza, causas e consequências passa a ocorrer, contudo, permeadas por associações fortuitas, que produzem boa parte das crenças, mitos e estórias a respeito da influência da natureza e dos deuses, por exemplo, na chegada de um recém-nascido.

O Antropólogo Malinowski (1923) concorda ao afirmar que nesta época primitiva e selvagem do desenvolvimento humano, por se encontrarem em um estágio mais primitivo do desenvolvimento, os homens selvagens estavam muito mais submetidos às leis biológicas e instintivas que às leis sociohistóricas e, portanto, é provável que não tivessem consciência de que o nascimento de uma criança era resultado direto do ato sexual realizado a partir do instinto sexual. Sendo assim, antes do aprimoramento da consciência pelo trabalho como atividade coletiva, existiam formas mais simplificadas de ato sexual, já que a sexualidade não era algo consciente, mas regida prioritariamente por impulso instintivo como nos demais animais.

A resposta ao impulso para o sexo ocorreria, desta forma, como qualquer outra resposta biológica. A partir do momento em que cada necessidade primária ou instintiva humana foi sendo mediada pelas necessidades sociais, tais necessidades antes primárias e instintivas passaram a ser superadas por incorporação às necessidades mais elevadas - exatamente como discorrido no capítulo anterior sobre o método. De acordo com Malinowski (1983), nas sociedades primitivas, o instinto para o sexo passa a ser

¹² A conceituação de consciência humana, tal como aqui entendemos, encontra-se no primeiro capítulo deste trabalho.

regulado, controlado e adiado por outras necessidades, principalmente aquelas vinculadas à sobrevivência e proteção do grupo. À medida que os homens criavam, compartilhavam e aprimoravam os instrumentos de trabalho, também aprendiam a necessidade de desenvolver o autodomínio que regularia seu comportamento biológico, criando as condições de um novo curso para seu desenvolvimento. (Leontiev, 2004; Engels, 1995).

Caracterizar a forma de sexualidade primitiva, partindo-se dos conceitos apresentados por Leontiev (2004) e Engels (1995), seria pensar numa atividade sexual dirigida por instinto ou reflexos rudimentares da consciência, desprovidos de significado ou resultado da ação, voltada à descarga biológica e à procriação. Vigotski (1996), ao falar da *História do Comportamento*, afirma do homem primitivo:

Em nenhum outro lugar (...) esta dependência da consciência relativa ao modo de vida manifesta-se de maneira mais óbvia e direta que na vida do homem primitivo. Isto ocorre por serem os fatores que realizam a mediação entre o progresso tecnológico e o psicológico ainda muito deficientes e primitivos, esta é a razão pela qual esta dependência pode ser observada quase que em seu estado bruto. (Vigotski, 1996, p. 95)

Nesse pensamento, Lessa¹³ (2008) destaca sobre o tema da sexualidade, que:

As relações sexuais e afetivas eram, (...) muito menos humanamente desenvolvidas do que as de hoje – e, todavia, eram consensuais e livres.

Sem perder de vista o salto que a produção e reprodução da vida proporcionam ao desenvolvimento filogenético, Leontiev (2004) aponta que as particularidades das relações de produção da vida cotidiana determinam as particularidades das relações entre os homens e inclusive no que se refere à sexualidade. Se as relações de produção da vida material produzem e reproduzem as relações entre as pessoas, produzem sociabilidade em diversos graus, entende-se que são fundantes do progresso qualitativo da consciência humana, pois esta nada mais é do que o reflexo consciente das relações

¹³ As páginas das citações deste material serão omitida, uma vez que optamos por utilizar a versão disponível em <http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/09/17/3455/>

do homem com a natureza e com os outros homens. Deste modo, é plenamente concebível, como já dito, que a atividade sexual nesta época inicial do desenvolvimento da vida em sociedade estivesse direcionada a um único objetivo: satisfazer o instinto sexual e procriar como finalidade biológica. No entanto, a noção de que tal ação levaria ao resultado do aumento numérico da espécie humana, seria uma concepção mais elaborada, concepção esta que somente será possível após o surgimento da representação mental da realidade na consciência, possibilitada pelo desenvolvimento dos rudimentos da linguagem simbólica, que vão dando condição para ser possível, ao observar o recém-nascido, os seres humanos associem seu nascimento ao ato sexual prévio, e este, por sua vez, como sendo instrumento de saciação do impulso sexual instintivo (Malinowski, 1983 e Leontiev, 2004).

Porém, com o desenvolvimento que se vai alcançando, principalmente ao combinar a carne com a alimentação vegetal, novas modificações no próprio organismo humano vão contribuir significativamente para a transformação da força física e para o início da independência do homem em formação. O desenvolvimento de instrumentos e também o uso do fogo vai abrir uma nova etapa marcada por diversas transformações. A utilização do fogo permite ao ser humano a introdução de novos alimentos antes impossíveis de serem consumidos e o homem começa a ter liberdade na escolha do tipo e local de moradia, passando a desenvolver a capacidade de conquista de novos territórios. Gradativamente, os grupos humanos vão deixando de ser predominantemente nômades, passando a se fixar. De acordo com Engels (1995) neste período foi necessário que o poder defensivo isolado do homem, fosse aos poucos substituído pela união de forças e pela ação comum do grupo.

A tolerância recíproca entre os machos adultos e a ausência de ciúmes constituíram a primeira condição para que se pudessem formar esses grupos numerosos e estáveis, em cujo seio, unicamente, podia operar-se a transformação do animal em homem. (Engels, 1995. p.35)

Desta fase, é comum encontrar relatos sobre como os grupos primitivos buscavam construir pequenas aldeias na encosta dos rios e mares, posto que poderiam consumir peixes ou outros alimentos destes. Visto que, no período selvagem, a

produção de alimentos era bastante restrita, já que eram ainda precários os meios de produção, a exploração de um ser humano pelo outro era uma *impossibilidade histórica*. Porque, como demonstra Lessa (2008), explorar outro indivíduo significaria dedicar tempo a vigiar e a controlar a quem estivesse explorando.

Se a produtividade, então, era baixa, ao final do dia o tempo que o explorador gastasse renderia menos comida que se a procurasse pessoalmente. Entretanto, diferente do que acontecia com os animais, a criança, ao nascer, precisava do cuidado de um adulto para que pudesse sobreviver, sendo esse cuidado necessário por anos. Dessa forma, a divisão de tarefas começa a ser uma necessidade, sendo ela determinada essencialmente pela observação não elaborada das aptidões naturais de cada um, tais como: força e destreza, bem como a capacidade de proteger os menores da espécie. Posto que a alimentação das crianças, inicialmente era feita pela mãe, ao amamentar, os cuidados iniciais com os bebês acabaram por ficar designados às mulheres, ainda que não fossem estabelecidos os laços entre mãe e filho como mais adiante, pois todas as crianças eram cuidadas por todas as mulheres (Malinowski, 1983).

Lessa (2010) afirma que por depender da coleta que realizavam da natureza, os homens eram obrigados a ser nômades, já que os recursos naturais se esgotavam mais rapidamente do que eram repostos. Nesse período, os grupos eram pequenos, devido à quantidade de alimento disponível e os instrumentos para a caça e coleta eram mais primitivos e possíveis de serem fabricados conforme a necessidade de uso. Uma vez que precisavam, por vezes, disputar abrigo e comida com outros animais, a vida comunal e a cooperação passam a ser requisitos fundamentais à sobrevivência.

Neste período primitivo, em que a vida socializada dá seus primeiros passos, Engels (1995) afirma que, da mesma forma que ocorria o desenvolvimento da vida concreta e dos meios de subsistência de forma coletiva, a vida familiar também tinha caráter coletivo fundamental. Pelos relatos de Morgan apresentados por Engels (1995), sabe-se que neste período os homens compartilhavam a vida comum com várias mulheres (poligamia), bem como as mulheres compartilhavam a vida com vários homens (poliandria). Engels denomina os relacionamentos existentes neste período de *matrimônio por grupos*. Nestes, as crianças eram cuidadas por todos e o princípio regulador da existência era a vida coletiva.

Para Lessa (2010), a vida em grupo, inclusive no que diz respeito ao tipo de matrimônio por grupos, era não apenas importante, mas essencial à continuação da espécie humana. Nessa forma de matrimônio, que todos os homens pertenciam a todas as mulheres e todas as mulheres pertenciam a todos os homens, os limites proibitivos eram diferentes dos que temos na sociedade atual. Da mesma forma, referenciais como ciúmes, adultério, incesto, pedofilia e prostituição não eram conhecidos pelo homem. Lessa (2010) afirma que:

Nas sociedades que viviam da coleta, a taxa de fertilidade (a quantidade de bebês em relação ao total de pessoas) dependia diretamente da quantidade de mulheres capazes de procriar. E como apenas era possível criar um determinado número bastante pequeno de bebês por ano, era preciso regular da melhor forma possível a quantidade de mulheres adultas, de homens adultos e, portanto, de crianças e bebês de cada um dos sexos. Se fosse necessário aumentar a proporção de homens, os bebês femininos eram abandonados, e vice-versa. E, também, como a morte de um homem adulto não alterava a quantidade de bebês que o bando poderia ter, a vida das mulheres era mais protegida e na divisão das tarefas não cabia a elas, na maior parte dos casos, as mais perigosas.

Além disso, o matrimônio em grupos garantia a sobrevivência da espécie em termos numéricos, em uma época na qual, o, ainda, pequeno desenvolvimento instrumental do trabalho, não garantia proteção aos ataques de animais selvagens ou mesmo em relação às forças da natureza. Observa-se, com isso, que, aos poucos, os homens foram, com afirma Marx (1990), se afastando de suas barreiras naturais, para dar lugar a um maior desenvolvimento social e uma menor dependência do biológico e instintivo.

Mas é nesse processo que a consciência humana vai se desenvolvendo de fato. Com novas atividades de trabalho, surgia, de forma concomitante, novas relações ou formas de sociabilidade que afastavam ainda mais o homem dos animais. Com o maior desenvolvimento das mãos, dos órgãos da linguagem e do cérebro, os indivíduos e a

sociedade poderiam executar operações cada vez mais complexas com a finalidade de conquistar novos avanços no domínio da natureza e de si (Engels e Marx, 1990).

2.2 Barbárie

Engels (1995) afirma que, até esse ponto, o desenvolvimento da espécie humana vinha ocorrendo de forma linear em todas as partes da terra. Ao chegar neste período, passa a ser possível identificar diferenças entre o desenvolvimento do Oriente e do Ocidente em virtude das condições naturais de produção da vida concreta, como o clima, correntes marítimas e outros. Para o Leste, Engels (1995) aponta o crescimento e desenvolvimento da domesticação de animais, e para o Oeste, com o descobrimento do uso da semente o cultivo de hortaliças por meio de irrigação, bem como o emprego do tijolo cru e pedras nas construções.

A principal característica da fase superior deste estágio da humanidade é o desenvolvimento da capacidade para a fundição de ferro, passando para a próxima fase, a civilização, com o desenvolvimento da escrita, superação que é imprescindível ao desenvolvimento da consciência, e, mais precisamente, fundamental ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Engels (1891, p.56) afirma que *“O arco e a flecha foram, para a época selvagem, o que a espada de ferro foi para a barbárie e a arma de fogo para a civilização.”*

Nesta fase, como na anterior, a divisão do trabalho era determinada por fatores biológicos, como força, destreza e outros. De acordo com Lessa (2010) até antes deste período, a autonomia regia a ordem das atividades individuais e existia estreita relação entre produção e consumo, sendo que somente era retirado da natureza o necessário a sobrevivência do grupo. Em coletivo, os homens passam desenvolver condições de produzir mais do que consomem. Tal transformação dos meios de produção gerou novas modificações fisiológicas no homem, bem como em seus costumes, como por exemplo, acarretou, segundo Engels (1995), no desaparecimento da antropofagia, que era o ato de comer carne humana e que sobreviveu apenas como parte dos rituais religiosos.

Sobre isso, é possível constatar que a condição de animalidade, anteriormente observada, passa a se perpetuar apenas como rito, o que demonstra o processo de transição que viviam os homens deste período histórico. Isso porque o ritual só é

possível a partir do simbolismo da linguagem e em coletivo a criação dos deuses torna-se uma forma particular de cada povo de “regular” externamente o comportamento humano.

Posteriormente, na fase superior do período da barbárie, inicia-se a fase da fundição do ferro, o que segundo Engels (1891) possibilitou um salto no desenvolvimento do homem, diretamente resultante das transformações geradas pelas novas formas de produção da vida concreta. Desta fase, é possível destacar povos já conhecidos hoje como os gregos e os normandos vikings. Aqui também reside o início da utilização do arado de ferro puxado por animais, diferente do que vinha sendo feito na fase anterior do cultivo manual e limitado, criando a possibilidade para o cultivo em maior escala e apropriação da força animal em benefício da produção para o grupo.

Importante, neste ponto, lembrar que, de acordo com Marx (1990), os instrumentos fabricados pelos homens e utilizados por eles para a realização das atividades cotidianas de sobrevivência são os principais mediadores iniciais da formação da atividade consciente nos homens, que ao ganhar complexidade produz a necessidade de modos mais elaborados de comunicação entre os homens, como a linguagem simbólica oral e escrita. Somente a partir da elaboração, uso repetido e intencional dos instrumentos primitivos e seu posterior aperfeiçoamento que o homem passou a tomar consciência do fim resultante da ação de sua atividade, processo denominado de objetivação e apropriação, tal como descrito no capítulo anterior.

Entretanto, este processo só é possível vivendo em coletivo. Sozinho, a atividade realizada continua a ser resultante apenas do reflexo instintivo, uma vez que a relação com a natureza é imediata e direta. Como afirma Leontiev (2004), somente a partir da observação da ação dos demais do grupo, é que o processo de objetivação e apropriação pode ser possível. Quer dizer que, ao viver em sociedade, as relações do homem com a natureza passam a ser mediatizada. A natureza se reflete na mente humana, e é mediada pelos instrumentos e signos que vão sendo criados pelos homens, o que permite que aos poucos ocorra o planejamento e a antecipação. Além disso, à medida que um novo conhecimento é adquirido, novos conhecimentos com qualidades superiores poderão ser desenvolvidos, porque a partir da satisfação de uma necessidade, a busca pelos meios ou criação deles produz conhecimentos sobre a natureza e gera

outras necessidades, sendo estas cada vez mais sociais. A exemplo disso, tomemos Lessa e Tonet (2004):

Na medida em que o individuo constrói machados, ele aprende a distinguir as pedras umas das outras. Isto lhe permite distinguir as pedras duras das menos resistentes (...) O que lhe possibilita também conhecer outras características das pedras, por exemplo, as pedras vermelhas tem estas qualidade e aqueles defeitos (...) (p.14)

A partir de um conhecimento imediatamente útil, podem ser elaborados novos conhecimentos mais gerais que auxiliarão na elaboração de novos instrumentos e novos objetos com finalidades diferentes das que tinha o objetivo inicial, isto é, *por esse meio, um conhecimento que se originou na construção do machado pode converter-se em algo útil para a construção de casas, pontes, etc.* (Lessa e Tonet, 2004: p.14).

Dessa forma, é que a linguagem, os tipos de relações entre os homens, o conhecimento adquirido sobre a natureza e outros diversos aspectos da vida humana são sempre instrumentos resultantes da objetivação, antes relegados à natureza e ao acaso e agora tidos como fruto da ação consciente, do conjunto objetivação e apropriação (Duarte, 2006).

Engels (1981) afirma que na transição da fase denominada selvagem para a barbárie ocorrem transformações nas formas de matrimônio – tal como observado por Morgan – sendo os laços de parentesco bastante diferenciados, já que irmãos e irmãs, avôs e avós são todos unidos pelo matrimônio, estabelecendo-se divisão apenas por gerações. Dessa transição, segundo Engels (1995), vão derivar quatro tipos principais de família, sendo que cada uma surge à proporção que sua antecessora desaparece pelo desuso: A Família Consanguínea, Família Panaluan, Família Sindiásmica e Família Monogâmica.

Importante lembrar que, como dito anteriormente, o termo família utilizado por Engels refere-se à forma de união entre homens e mulheres. Importante também ressaltar que tais modelos familiares descritos a seguir são identificados na fase da barbárie, assim como o matrimônio por grupos é pertencente ao estado selvagem e a monogamia à civilização. No entanto, por vezes, as fases a que pertence cada

organização matrimonial podem variar de acordo com o desenvolvimento produtivo de cada sociedade. Retoma-se a compreensão de que os processos de desenvolvimento da vida cotidiana estão diretamente ligados aos demais aspectos de produção da vida e, por isso, tais fases de organização da família não podem ser universalizadas, ou seja, entendidas como perenes ou iguais e, ao mesmo tempo, em todas as sociedades. São, pois, traços gerais ou tendências de organização que decorrem das transformações alcançadas pelo crescente domínio do homem em relação à natureza em cada período. Por essa razão serão apresentados os quatro tipos de família como linhas gerais do desenvolvimento da vida em sociedade neste estágio da humanidade, tal como o fez Engels (1995), optando por organizá-los no período da barbárie, momento histórico em que despontam por entender ser melhor para compreensão do leitor.

Do exposto, será destacado o primeiro modelo de família descrito por Engels (1995), desta fase do desenvolvimento da sociedade humana, denominada de *família consanguínea*. Nesta, os grupos de matrimônios se classificam por gerações, excluindo apenas a geração anterior e a posterior. Diferentemente do que ocorria na fase anterior, aqui as relações entre pais e filhos são excluídas das relações de matrimônio. Como afirma Marx “*Nos tempos primitivos, a irmã era esposa e isso era moral*” (Engels, 1995; p.38).

Engels (1995, p.37) afirma que “*Ultimamente, passou a ser moda negar esse período inicial na vida sexual do homem. Pretendem poupar à humanidade essa vergonha*”, e continua:

Exemplo típico de tal família seriam descendentes de um casal, em cada uma de cujas gerações sucessivas todos fossem entre si irmãos e irmãs e, por isso mesmo, maridos e mulheres uns dos outros. (Engels, 1995: p.39)

Como um segundo modelo descrito por Engels (1891) tem-se a *família panaluana* que surge com a modificação da prática anterior de manterem-se relações de matrimônio entre irmãos. Inicialmente, é possível que se tenham excluído dessas relações irmãos por parte de mãe, para somente depois, ter a possibilidade de exclusão total da relação entre irmãos.

“Que significam relações sexuais sem entraves? Significa que não existiam os limites proibitivos vigentes hoje ou numa época anterior para essas relações. já vimos caírem as barreiras dos ciúmes. Se algo pôde ser estabelecido irrefutavelmente, foi que o ciúme é um sentimento que se desenvolveu relativamente tarde. O mesmo acontece com a idéia de incesto. Não só na época primitiva irmão e irmã eram marido e mulher, como também, ainda hoje, em muitos povos é lícito o comércio sexual entre pais e filhos.” (Engels, 1995. p.36)

De acordo com Engels (1891, p.46), as modificações que foram ocorrendo no decorrer desse processo se dão, não por um princípio moral ou religioso, mas atuam semelhante ao processo de seleção natural. Segundo ele, a tendência de ir aos poucos proibindo determinados tipos de matrimônio entre consanguíneos, não tinha em sua origem a *consciência clara dos fins objetivados*.

É possível, no entanto, que nas tribos em que se excluía a consanguinidade, observava-se em contrapartida uma melhor evolução das atividades. Hoje é sabido que a consanguinidade acarreta severas implicações ao desenvolvimento, inclusive implicações em nível cerebral dos descendentes. De acordo com Jorde (1996) e Passade (2004), cada indivíduo é portador de um a cinco genes recessivos e quando ocorre a união de dois indivíduos aparentados se aumenta a probabilidade de que ambos sejam portadores da mesma mutação e que possam ter filhos afetados com consequências clínicas, a chamada homozigose por origem comum. É possível que os casais com graus de parentesco próximo, como era o matrimônio consanguíneo descrito por Morgam, poderiam começar a gerar descendentes com doenças genéticas que interfeririam no funcionamento fisiológico, bem como na anatomia do recém-nascido. Assim, cada grupo passava a cindir-se em famílias ligadas por laços biológicos da maternidade e paternidade apenas para o cuidado, como forma de preservação das condições de sobrevivência geral do grupo.

Entretanto, a família a que Engels (1995) se remete é descrita por ele como:

(...) apenas surgida, a ideia da impropriedade da união sexual entre filhos da mesma mãe deve ter exercido sua influência na cisão das velhas

comunidades domésticas (...) Um ou mais grupos de irmãs convertiam-se no núcleo de uma comunidade, e seus irmãos carnais, no núcleo de outra. Da família consanguínea saiu, dessa ou de outra maneira análoga, a forma de família à qual Morgan dá o nome de família punaluana. (...) certo número de irmãs carnais ou mais afastadas (isto é, primas em primeiro, segundo e outros graus) eram mulheres comuns de seus maridos comuns, dos quais ficavam excluídos, entretanto, seus próprios irmãos. (...) De igual modo, uma série de irmãos uterinos ou mais afastados tinham em casamento comum certo número de mulheres, com exclusão de suas próprias irmãs. (Engels,1995, p.42)

Sobre esta fase, ao tratar do tema da família, Engels (1995), se utiliza de expressões culturais de sua época, como *prostituição* e *promiscuidade*, para descrever os tipos de relações diferenciadas encontradas por Morgan:

A evolução da família nos tempos pré-históricos, portanto, consiste numa redução constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim até das pessoas vinculadas apenas por aliança, torna impossível na prática qualquer matrimônio por grupos; como último capítulo, não fica senão o casal, unido por vínculos ainda frágeis - essa molécula com cuja dissociação acaba o matrimônio em geral. (Engels,1995, p.40)

Estando os novos papéis familiares em formação, resulta deste período a categoria de sobrinho(a), que nasce na medida em que surge a necessidade de se diferenciar os filhos e filhas (irmãos consanguíneos diretos) dos filhos das irmãs e irmãos (primos), isto para que se pudessem estabelecer as prerrogativas sociais para a procriação. No entanto, Engels (1995) destaca o fato de que em todas as formas de famílias por grupos, não é possível se estabelecer ao certo a descendência paterna de todas as crianças, e, portanto, todos cuidavam de cada criança.

Uma vez proibidas as relações sexuais entre todos os irmãos e irmãs - inclusive os colaterais mais distantes – por linha materna, o grupo de que falamos se transforma numa gens, isto é, constitui-se num círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, que não se podem casar uns com os outros; e, a partir de então, este círculo se consolida cada vez mais por meio de instituições comuns, de ordem social e religiosa, que o distingue das outras gens da mesma tribo. (p.44)

Tais modificações dos vínculos familiares começam a dar os indícios de como a monogamia viria a ser uma fase próxima a esta. Nesse modelo familiar, todo o intercuro sexual que ocorresse fora das classes conjugais permitidas deveria ser punido *sob pena de infâmia* (Engels, 1995: p. 46). Todavia, ao mesmo tempo se constituíam laços de matrimônios mais estreitos e difíceis de formatar, ao se excluir primeiramente os parentes mais próximos, os distantes, e finalmente toda pessoas vinculada por alianças. À medida que os laços do matrimônio ficam mais estreitos, menor se torna o número de mulheres pertencente a uma mesma tribo. Deste período, surgem os raptos de mulheres de outras tribos, bem como sua compra, de forma a suprir a falta de progenitoras. Nesse ponto, segundo Engels (1995), o matrimônio por grupos começa a se tornar uma opção inviável.

Antes, no entanto, surge um último modelo de família ligado ao modelo anterior de casamentos por grupos, sendo considerado historicamente o último modelo a ser superado antes da monogamia: *A Família Sindiásmica*. A noção de união por pares começa a ser estabelecida. De acordo com Engels (1995),

No regime de matrimônio por grupos, ou talvez antes, já se formavam uniões por pares, de duração mais ou menos longa; o homem tinha uma mulher principal (ainda não se pode dizer que fosse uma favorita) entre suas numerosas esposas, e era para ela o esposo principal entre todos os outros.” (Engels, 1995. p.48)

Para tanto, postulava-se que um homem viva com uma mulher, sendo os laços de fidelidade mais flexíveis a ele. A poligamia e a infidelidade ocasional são observadas nesses modelos familiares como prerrogativa masculina, em contraste as cobranças por fidelidade feminina, punida com castigos. Observa-se claramente que a família Sindiásmica difere da monogâmica pela rigidez das regras do matrimônio, cujos laços conjugais só podem ser rompidos pelo homem, podendo inclusive repudiar a mulher. O homem teria o direito à infidelidade conjugal desde que não trouxesse sua concubina para dentro de seu domicílio.

Diante disso, a passagem do matrimônio por grupos para esse modelo de matrimônio por pares, que antecede a monogamia, só pode ser compreendido como uma necessidade histórica à medida que se compreenda, como afirma Engels (1995), que o *amor sexual* e o *afeto* nada tiveram com tais transformações. Isto porque, ao olhar para tais modificações, da família sindiásmica à monogamia, pelo olhar de um suposto amor, serão perdidas às reais condições que tornaram tais transformações possíveis, as relações de trabalho. Em Engels (1995), é possível encontrar a explicação dada por Morgan para tais modificações no casamento:

O matrimônio entre gens não consanguíneas engendra uma raça mais forte, tanto física como mentalmente; mesclavam-se duas tribos adiantadas, e os novos crânios e cérebros cresciam naturalmente até que compreendiam as capacidades de ambas as tribos. As tribos que haviam adotado o regime das gens estavam chamadas, pois, a predominar sobre as mais atrasadas, ou a arrastá-las com seu exemplo.” (Engels, 1995:p.49)

A questão que se evidencia, portanto, não é de cunho romântico, sentimental, mas material, objetivo, decorrente da necessidade de manutenção do grupo, de sobrevivência. Todavia, para que se compreendam as mudanças significativas que a transposição do modelo famílias trouxe a vida da mulher, é importante lembrar que, na época do matrimônio por grupos, a maioria das mulheres de um grupo familiar pertenciam a uma mesma gen (grupo familiar original) sendo o homem de uma origem diferente. Além do predomínio feminino em número, Engels (1995) aponta para o fato de que neste comunismo primitivo, a mulher possui alto apreço e é livre. A origem dos

filhos é reconhecida apenas na figura materna, sendo que reside também nela a autoridade de cada clã.

Ao discorrer sobre a constituição da família Sindiásmica, Engels (1995, p.52) relata que em muitas tribos da Austrália, o homem que se casasse com uma moça mais idosa poderia tomar por esposa todas as suas demais irmãs. Afirma ainda que passam a ser *“tão variados exemplos de licença sexual que se torna difícil admitir o desaparecimento completo do antigo matrimônio por grupos.”* Isso porque, apesar da fidelidade impostas às mulheres, Engels (1995) afirma que por ocasião das festividades religiosas, era possível constatar que muitas delas tinham relações sexuais com diferentes homens. Mesmo as mulheres de sacerdotes e chefes, em época das festas, poderiam se relacionar sexualmente com homens mais jovens. Relata ainda que em muitos povos existiam formas diferenciadas de expressão da sexualidade ligadas às questões da religiosidade, além disso, durante as festas de casamento, os convidados do noivo poderiam ter relações sexuais com a noiva, sendo o noivo o último de todos, ou o chefe da tribo ou quem representasse a coletividade, teria direito a primeira noite com a mulher que se casava.

Entretanto, é importante pontuar que a fidelidade descrita por Engels (1995) imposta após o casamento, às mulheres, nada tem a ver com as imposições masculinas, ou com a posição da mulher na sociedade, como se organizará nas fases a seguir. Contudo, é certo que nesse conjunto de contradições sociais começam a ser preparadas as bases concretas para a introdução da monogamia como superação da fase anteriormente descrita. É neste contexto do casamento sindiásmico, ao homem pertencia o direito dos bens, dos escravos e da poligamia.

Ao tratar da passagem da família sindiásmica à monogâmica, bem como do tema da castidade como prerrogativa anterior ao casamento, Engels (1995) afirma:

(...) à castidade, não passa, em resumo, de uma expressão mística do resgate mediante o qual a mulher se liberta da antiga comunidade de maridos e adquire para si o direito de não se entregar a mais de um homem. (p.53)

E completa:

(...) a passagem do (...) "heterismo" ou "Sumpfzeugung" à monogamia realizou-se

essencialmente graças às mulheres. Quanto mais as antigas relações sexuais perdiam seu caráter inocente primitivo e selvático, por forçado desenvolvimento das condições econômicas e, paralelamente, por força da decomposição do antigo comunismo, e da densidade cada vez maior da população, tanto mais envilecedoras e opressivas devem ter parecido essas relações para as mulheres, que com maior força deviam ansiar pelo direito à castidade, como libertação, pelo direito ao matrimônio, temporário ou definitivo, com um só homem. Esse progresso não podia ser devido ao homem, pela simples razão, que dispensa outras, de que jamais, ainda em nossa época, lhe passou pela cabeça a idéia de renunciar aos prazeres de um verdadeiro matrimônio por grupos. (p.56)

Fica visível, nesse ponto, que o tipo dos laços estabelecidos bem como as formas de produção material, ao favorecerem o aparecimento de uma forma superior de consciência, permitia que um novo tipo de diferenciação sobre as questões da sexualidade ocorresse. Antes, a atividade sexual era realizada apenas como recurso de saciedade do instinto sexual, porém já começa a se estabelecer a relação entre sexo e procriação, assim como se inicia a dicotomia entre sexo e prazer sexual. Entretanto, esse é o início para o delineamento de práticas que modificavam o lugar ocupado por homens e mulheres em relação à família. Como afirma Engels (1995, p. 56), *quanto mais às antigas relações sexuais perdiam seu caráter inocente primitivo e selvático*, e quanto mais se avançava no desenvolvimento das condições econômicas, maior se tornava a importância da posição do homem frente à família.

Outrossim, para que significativas transformações referente à família e a sexualidade se consolidassem, foram necessárias transformações radicais das relações de produção e acumulação da riqueza, isto é, mudanças radicais nas formas como os homens se constituem e se relacionam no e por meio do trabalho. Segundo Lessa (2008):

(...) A origem da família monogâmica se localiza na transição para a sociedade de classes. Para que a resistência contra a exploração seja controlável, é

fundamental que os escravos, servos, proletários, etc., busquem as suas sobrevivências de modo individual, não coletivo. Era, para isso, necessária a destruição dos laços primitivos que faziam da sobrevivência de cada indivíduo a condição necessária para a sobrevivência de toda a comunidade. (p.44)

Quanto ao modelo da família sindiásmica, o grupo começava a ser reduzido às formas de união entre um homem e uma mulher, como explicita Engels (1995, p. 56):

A seleção natural realizara sua obra, reduzindo cada vez mais a comunidade dos matrimônios; nada mais havia a fazer nesse sentido. Portanto, se não tivessem entrado em jogo novas forças impulsionadoras de ordem social, não teria havido qualquer razão para que, da família sindiásmica, surgisse outra forma de família.

De acordo com Lessa (2008), ao desenvolver a agricultura e a pecuária, os homens passam a produzir mais do que necessitam para sobreviver e com isso as pessoas não mais precisam trabalhar todo o tempo. O trabalho, a mais de alguns grupos, possibilita a desocupação de outros que, ao não realizarem objetivamente sua capacidade para o trabalho, geram o que Marx denomina de trabalho excedente, para aqueles. Observa-se, portanto, que da mesma forma que não foram motivos internos aos homens, como amor ou cooperação, que determinaram a modificação dos laços familiares, não foi também uma escolha pessoal ou moral que levou a humanidade para os modos de produção fundados na exploração do homem pelo homem.

Historicamente, o trabalho e suas transformações históricas foram fundantes dos comportamentos humanos em geral e do exercício da sexualidade em particular. E assim, o novo modelo de transformação da natureza dado nos *umbrais da civilização* ou, como fala Marx (1993. p.328), que é *nesta forma de intercambio com a natureza, é que o trabalho alienado, como sendo o trabalho explorado, fundará a sociedade de classes*. Para tanto, neste período em que surgem as novas formas de produção da riqueza, surgem de forma concomitante relações sociais inteiramente novas.

Até a fase inicial da barbárie, a riqueza de uma família era limitada a sua casa e aos bens de uso direto, como roupas e utensílios utilizados na preparação dos alimentos. Também faziam parte dos bens, os barcos e as armas. No entanto, na fase de vida

pastoril, os rebanhos, os cavalos domesticados, camelos e outros animais, eram também um bem acumulável. A domesticação dos animais e a criação de gado tornam-se um avanço em termos de produção da riqueza, mas são, ao mesmo tempo, novas possibilidades de acumulação dessas riquezas.

A caça e outros meios mais primitivos de obtenção dos recursos necessários à sobrevivência já haviam sido relegados ao passado e as novas formas de produção começavam a criar novas demandas para novas formas de atividade de trabalho. Vê-se neste ponto que na fase anterior, a barbárie, os escravos não tinham lugar na atividade social. Era comum que ao vencer uma disputa por terras, os membros da gens derrotadas fossem tomados por irmãos e suas as mulheres por esposas. Nesta nova fase, todavia, da mesma forma que o gado e a terra passam a ser propriedade da família, homens e mulheres passam a ser tomados como escravos (Engels, 1995).

Sobre este aspecto, Engels (1995, p.58) ressalta:

Ao introduzirem-se, porém, a criação do gado, a elaboração dos metais, a arte do tecido e, por fim, a agricultura, as coisas ganharam outra fisionomia. Principalmente depois que os rebanhos passaram definitivamente à propriedade da família, deu-se com a força de trabalho o mesmo que havia sucedido com as mulheres, antes tão fáceis de obter e que agora já tinham seu valor de troca e eram compradas. A família não se multiplicava com tanta rapidez quanto o gado. Agora eram necessárias mais pessoas para os cuidados com a criação; podia ser utilizado para isso o prisioneiro de guerra que, além do mais, poderia multiplicar-se tal como o gado.

Para que seja possível compreender as implicações de tais transformações no que se refere ao tema deste trabalho, é importante retomar que com o matrimônio sindiásmico era possível a identificação não apenas da mãe verdadeira, como já acontecia anteriormente, mas conhecer com maior precisão a descendência paterna das crianças. Enquanto antes o homem era proprietário dos instrumentos que utilizava para a realização de seu trabalho, agora com a nova divisão social, cabia ao homem cuidar do gado e da agricultura, sendo, portanto, de sua propriedade tudo que se referisse a sua

atividade. Passa a ser propriedade masculina: o gado, a terra conquistada, bem como os escravos adquiridos.

Entretanto, após a morte de um homem, os bens materiais eram passados à sua gen, sendo o reconhecimento para herança, apenas por direito materno. Sabendo-se que os filhos ficavam com as mães pelo reconhecimento apenas da linhagem materna, os filhos de um homem não recebiam herança. Os instrumentos e a terra pertencentes a ele ficavam como herança para seus irmãos e irmãs, bem como para os filhos destes, uma vez que todos pertencessem à mesma gen. A desvantagem da posição da mulher frente às conquistas masculinas começava a aparecer, pois, dada a possibilidade de acumular riquezas e todo tipo de bens aos homens, as mulheres viram seus filhos deserdados.

As condições de produção da vida concreta e os novos meios de acumulação de riqueza determinavam as novas necessidades históricas para o aparecimento da sociedade privada, da divisão de classes sociais e da mesma forma do casamento monogâmico. Essa forma de família que se inicia na passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia tem como prioridade assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade indiscutível, para garantir quem seriam herdeiros dos bens do grupo familiar.

Destaca-se, assim, que desde o final do período da barbárie, as formas de produção que foram estabelecidas acabarão por culminar com a divisão da população em classes sociais. Em síntese, todas as formas de produção que inicialmente estavam voltadas a utilidade da atividade de trabalho, agora, ao esgotar-se o excedente das terras e diante da produção em maior escala, muito além do necessário ao consumo imediato, faz com se instaurem novas possibilidades no processo de divisão e organização da vida social (Engels, 1991).

2.3 Civilização

O início do período da civilização é, sem dúvida, precedido pelo aprimoramento da linguagem escrita. Todavia, é neste período também que a divisão entre classes sociais antagônicas começava a ser fortalecida, tornando-se possível a existência de uma classe dominante, que posteriormente determinará a partir de seus interesses o motor propulsor para as decisões sobre a produção dos bens materiais (Engels, 1991).

Dessa forma, para que possam ser compreendidas as contradições postas pela divisão da sociedade em classes dominantes e dominadas, bem como suas determinações no exercício da sexualidade, é preciso compreender que as diversas modificações que vão ocorrendo no interior da sociedade, também se dão no seio da família, sendo o direito do homem fortalecido de tal forma, que se vê instituída unicamente no modelo de família patriarcal: ao homem pertencendo o controle de todos os aspectos da casa e dos integrantes da família.

Engels (1995) relata que neste período havia muitos homens que abusavam do seu direito masculino, por serem patriarcas da família, como prerrogativa para o abuso de poder em relação à vida sexual das mulheres da casa. Para falar disso, retoma o exemplo da Rússia, em que os homens mais velhos costumavam tomar as mulheres mais jovens, inclusive suas noras, como parceiras sexuais. No entanto, esse direito de poligamia pertencia apenas ao patriarca, ou aos seus filhos, sendo o restante dos homens do grupo familiar obrigados, aos poucos, à monogamia. Diante disso, o sexo começa a ser utilizado como instrumento para o exercício do poder e domínio de um homem pelo outro, tal como a exploração pelo trabalho, esta antes condição de sua plena humanização, passa a ser mecanismo de alienação.

Sobre isso, é importante ressaltar que este domínio somente pode ser possível uma vez que as formas de produção material da vida se desenvolveram a tal ponto que, em conjunto com a consciência do crescente domínio do homem sob a natureza externa que punha a seu serviço, concomitantemente o desenvolvimento da linguagem simbólica, fez florescer modos igualmente complexos de influência e subjugação de um grupo humano por outro, favorecendo a exploração do homem pelo homem. Nota-se que o surgimento inicial da monogamia se dá amparado pelas formas de escravização que vinham se fortalecendo, bem como pela exploração de um sexo pelo outro. Engels (1995) afirma que:

O antigo sistema conjugal, reduzido a limites mais estreitos pela gradual desaparecimento dos grupos pulanuanos, continuou acompanhando a família que evoluía e ficou ligado a ela até os albores da civilização..., desapareceu por fim com a nova forma de heterismo, que acompanha o gênero humano até a plena civilização, qual uma sombra

negra se projetando sobre a família. (Engels,1995. p.75)

Da mesma forma, Marx e Engels (1948) ao assinalar sobre as contradições da formação da divisão da sociedade em classes, afirmaram que a *primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.*

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide como desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (Engels. 1995.p.46)

E é neste contexto histórico que de acordo com Lessa (2008) a nova forma de os homens organizarem as atividades de trabalho desemboca na propriedade privada e no trabalho alienado, e, com ele, a escravidão. Engels (1995) declara que à medida que os animais domesticados começam a serem um meio de subsistência, os demais meios, antes mais utilizados como a caça e a pesca, passam a ser utilizados em menor escala. Inicialmente, estes bens acumulados eram de propriedade das gens, da família coletiva.

Da mesma forma como o trabalho fundou o modo de produção primitivo, também será um novo modo de intercâmbio orgânico com a natureza, o trabalho alienado (o trabalho explorado), que fundará a sociedade de classes. O trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens: a coleta fundou a sociedade primitiva e o trabalho explorado (alienado) fundou as sociedades de classe. Por isso a gênese do trabalho explorado é, também, a gênese das classes sociais. (Lessa, 2008)

Enquanto a força produtiva dos homens não produzia excedente, não havia a necessidade de escravidão ou de qualquer outra forma de exploração do homem pelo homem. De acordo com Engels (1995) na fase inicial da barbárie, ao se derrotar um grupo inimigo, a tribo vencedora matava os guerreiros perdedores, tomava para si as mulheres como esposas e seus filhos eram adotados. A partir do momento que os rebanhos passam a ser propriedade da família, assim como os metais e outros bens, também a força de trabalho passa a ter nova conotação.

No modelo de família anterior, ao ter uma gen o número de suas mulheres reduzido pelas novas imposições sociais, dava-se início a uma fase de raptos e compra/venda de mulheres. De forma semelhante, à proporção que o gado se multiplicava mais rapidamente que o número de membros de uma família, passa a ser necessário um número maior de pessoas para o cuidado do mesmo. Com isso, passaram a ser admitidos prisioneiros de guerra que poderiam multiplicar-se sem as restrições estabelecidas às gens, tornando-se força de trabalho excedente.

Sobre isso, Sérgio Lessa (2004) afirma:

O trabalho excedente não existia na sociedade primitiva, é algo inteiramente novo; o modo de produção primitivo não conheceu nada sequer parecido. Se, nas sociedades primitivas, o tempo gasto com a vigilância e o controle dos trabalhadores resultava em menos do que o indivíduo produziria diretamente, agora a atividade de controle e vigilância necessária para realizar a exploração das pessoas resulta em uma riqueza maior do que aquela que seria obtida diretamente pelo trabalho do indivíduo. (Lessa, 2008. p.30)

Tal como já exposto anteriormente, apenas com a família sindiásmica havia se criado a possibilidade de reconhecimento paterno, pois antes o filho era reconhecido apenas pela figura materna. A divisão do trabalho, antes delegada às aptidões naturais como força muscular, altura e outros, foi aos poucos transformada por novas formas de divisão social. Ao homem cabia a busca por alimentos, a caça e pesca, bem como a elaboração dos instrumentos necessários a sua atividade. Às mulheres, os instrumentos necessários à atividade doméstica e em caso de separação cada um teria direito sobre suas propriedades e as mulheres também em relação aos filhos (Engels, 1995).

Mais adiante, com o crescente aumento da vida pastoril, os homens passam a ser donos do gado e do pasto e, mais a frente, a possuírem os escravos, todos compondo os instrumentos de seu trabalho. No entanto, sendo ainda o regime familiar baseado no direito materno (linhagem validada pelas mulheres) os filhos não herdavam os bens adquiridos pelo pai, pois faziam parte de uma gen diferente. Mesmo já se tendo a paternidade estabelecida, o grupo de parentes próximos ao pai, definidos pela linhagem

materna eram os beneficiados da herança em caso da morte de um homem, ficando assim seus filhos desprovidos de seus bens.

Além disso, na sociedade monogâmica que havia se formado, as escravas passavam a ter direito a uma parte da herança paterna e seus filhos ganhavam a liberdade e o direito de usar o nome de seu pai. A mulher legítima deveria aceitar sem imposições esta monogamia unilateral, guardando com rigorosa fidelidade sua castidade. Isso porque vislumbra-se neste cenário que as mulheres mais jovens e escravas, fossem propriedade exclusiva do homem.

Todavia, antes da assimilação completa da monogamia como uma prática social comum, é possível identificar diferentes formas que antecederam o novo modelo de família que vai se instituindo com a civilização e a sociedade de classes, que transcrevem os modos pelos quais os povos vinham vivenciando as questões ligadas à sexualidade. Ao considerar os gregos Dóricos e Jônios, segundo Engels (1995), é possível verificar a existência de um matrimônio com práticas mais primitivas, que antecedeu o modelo da família monogâmica. Como exemplo, cita o rei Anaxandrides que toma uma segunda mulher sem deixar a primeira que era estéril, formando um segundo domicílio conjugal. De forma semelhante, o rei Ariston, tendo duas mulheres sem filhos tomou uma terceira, despedindo uma das primeiras. Desta forma, entre os povos gregos, um pouco antes de se fortalecer o casamento monogâmico, irmãos poderiam ter uma mulher em comum e amigos poderiam partilhar suas mulheres, sendo esta prática, de colocar a mulher a disposição de um amigo. Estes exemplos demonstram a importância da procriação na continuidade da gen, sabendo-se que sem herdeiros, a gen ficaria sem a possibilidade de transmissão de suas propriedades.

Já em Esparta, por outro lado, Engels (1995) destaca que os servos que viviam em terras separadas, a tentação de se divertirem com outras mulheres era menor, resultando em um aparente respeito entre os gregos. Por esse motivo as mulheres casadas espartanas e a elite das etárias atenienses são as únicas mulheres citadas com consideração e respeito nas histórias gregas. Outra característica no regime de Atenas citada por Engels (1995) traz como referência as donzelas, que eram jovens que viviam isoladas do convívio social, para aprender a tecer, fiar, coser, a ler e a escrever, tendo contato apenas com outras mulheres. Estas donzelas moravam em aposentos separados

atrás ou no alto da casa e os homens, principalmente os estranhos, eram proibidos de qualquer contato com elas. As donzelas eram preparadas para o casamento.

Assim, para o homem ateniense, a mulher servia para procriar, cuidar da casa, tornando-se a criada principal. O homem praticava exercícios, participava de discussões públicas e tinha a sua disposição escravas. E é neste cenário que nasce a monogamia, a partir do casamento por conveniência, dando origem a primeira forma de família que tinha como fundamento determinante as questões econômicas, por ter seu fundamento na propriedade privada dos meios de produção. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia para sua sociedade era a preponderância do homem na família com a procriação de herdeiros.

Na família monogâmica, a relação entre os homens e as mulheres, bem como entre os demais membros da família, são inteiramente distintas das relações encontradas nas sociedades primitivas. Nesta não existia qualquer influência do Estado ou da Igreja como instituição reguladora, não existiam classes sociais, já que não havia propriedade privada ou trabalho excedente. Em contra ponto, não se encontram qualquer indício de papéis sociais predeterminados como o de marido, esposa ou prostituta, como se verifica nesta fase do casamento monogâmico.

Na fase mais primitiva, não se observam relações de poder como as que passam a ser evidenciadas a partir deste período da história, como afirmam Engels (1995) e Lessa (2008). Para estes autores, a entrada da família monogâmica na história da humanidade representou a gênese de uma nova relação social, que revela, ao mesmo tempo em que é consequência, a passagem do trabalho de coleta ao trabalho alienado, ou seja, para as relações de exploração do homem pelo homem.

Diante disso, de acordo com Lessa (2008), muitos foram os elementos que objetivamente fizeram surgir a sociedade de classes na história da humanidade, bem como a exploração do homem por outro homem. O autor destaca como primeiro elemento: a transformação da relação entre trabalho e sociedade.

Segundo ele:

Alguns indivíduos, a minoria da sociedade, passam a exercer as atividades de controle e de vigilância sobre aqueles que transformam a natureza nos meios de produção e de subsistência. Essa vigilância e

controle são fundamentais para a exploração do trabalho.” (p.44)

Para tanto, apenas pela atividade de trabalho consciente o homem é capaz de superar sua condição primitiva regida por leis biológicas para dar um salto qualitativo no desenvolvimento humano, constituindo as funções psicológicas superiores.

Nesse contexto, o casamento monogâmico, surge como superação ao antigo modelo, possuindo seus alicerces no desenvolvimento da escravidão e na acumulação de riquezas de forma privada. Na sociedade civilizada que iniciava, novas formas de transformação social revelam-se, sendo ao mesmo tempo, contraditoriamente, um avanço e um retrocesso. Avanço, na medida em que representam novas condições para que os homens produzam os meios de sua subsistência e retrocesso na medida em que esta produção está baseada na exploração da força de trabalho alheia.

Na vida sexual, no início desse período, Engels (1995) relata que existia liberdade relativa ao sexo que segue até o início da civilização, liberdade representada pelo que Morgan (citado por Engels, 1995, p.) chama de heterismo. Neste, as relações sexuais extraconjugais, de prerrogativas masculinas, eram mantidas em meio à monogamia e praticadas de forma intensa em toda época da civilização, mas transformam aos poucos em novas formas de exploração do homem pelo homem ou, neste caso, do homem pela mulher, na forma de prostituição.

O chamado heterismo desce da herança do período de casamento por grupos, que, como forma de sacrifício pessoal, as mulheres se entregavam a relações sexuais com homens estranhos por adoração aos deuses, para adquirir o direito à castidade. Inicialmente os homens recompensavam os favores sexuais, ofertando dinheiro aos deuses no templo e aos poucos o sacrifício das mulheres ficou resignado apenas às sacerdotisas, como cita Engels (1995). Deste modo o heterismo passa a ser também uma instituição social, assim como o casamento monogâmico, sendo que ambos favoreciam a liberdade sexual dos homens. Por isso Engels (1995, p. 67) afirma: *E tudo que a civilização produz é também dúbio, ambíguo, equívoco, contraditório: de um lado a monogamia, de outro, o heterismo, incluída a sua forma extrema, a prostituição*

Um pouco antes, todavia, as mulheres jovens tinham vivenciado a liberdade sexual antes do matrimônio e agora com a monogamia, ainda aparecia como sendo

inevitável que esta, quando descuidada pelo marido diante do heterismo, também buscasse amantes para si. Com isso, a preocupação com a continuação do direito a paternidade ainda vigorava. Engels (1995) aponta que:

A certeza da paternidade baseava-se agora, como antes, no convencimento moral, e para resolver a contradição insolúvel o Código de Napoleão dispôs em seu artigo 312: "L'enfant conçu pendant le mariage a pour père le mari". (O filho concebido durante o matrimônio tem por pai o marido). (Engels,1995.p.19)

É possível constatar que enquanto o heterismo não era tolerado na palavra, ele era praticado livremente pela classe dominante que se formara, consolidando a supremacia do sexo masculino sobre o sexo feminino. No entanto, é nesse ponto que se percebe o quanto o aprimoramento da linguagem escrita e das ciências foram fundamentais para que se estabelecessem os meios de regulação e controle da vida em sociedade. Engels (1995) afirma que o Estado passa a regulamentar a vida das pessoas, e para isso os sistemas legislativos passam a reconhecer que o matrimônio somente seria validado ao possuir um contrato livremente firmado por ambas as partes, sendo que durante sua vigência as partes deveriam, ao menos perante a lei, ter direitos e deveres. Observa-se diante disso, que as desigualdades jurídicas do homem e da mulher no casamento, herdada de condições sociais anteriores, não é causa do que vemos na atualidade, mas sim efeito da opressão econômica da mulher constituído através da história da família monogâmica.

No antigo lar de sistema comunal, que compreendia numerosos casais com filhos, a direção do lar era confiada às mulheres e a produção dos meios de subsistência era de responsabilidade dos homens. Nesta fase, todavia, o governo do lar transformou-se em serviço privado e a mulher converteu-se em criada do homem, sendo a mulher excluída dos demais trabalhos sociais. De acordo com Engels (1995), o casamento burguês vai assumir duas formas: nos países católicos os pais escolhem a mulher que convêm para o filho, e nos países protestantes concede-se ao filho a liberdade para procurar a mulher dentro da sua classe. Em ambos os casos, no entanto, é o matrimônio por conveniência que prevalece.

Por isso o autor destaca que a única classe capaz de desligar-se do casamento por conveniência seria a classe proletária, uma vez que não precisariam preocupar-se com a transmissão de seus bens. Para o proletário, as bases que constituíram a necessidade histórica da monogamia deixavam de existir: ou seja, a conservação e transmissão por herança da riqueza acumulada e o domínio do homem. Para Engels (1995), portanto, a família do proletário não seria de forma alguma monogâmica no sentido histórico do termo, apesar de o ser no sentido de adotar as práticas das classes dominantes.

Engels (1995) afirma que antes da Idade Média, não se pode dizer que existisse amor sexual individual, pois o pouco amor conjugal que a antiguidade conhece é um dever objetivo e não a base do matrimônio. O amor sexual posto pelo autor difere essencialmente do simples desejo sexual dos povos primitivos. Na maioria dos casos e até o final da Idade Média, o matrimônio continuou sendo o que tinha sido desde a sua origem: um contrato não firmado pelas partes interessadas.

No início do século XVI até o século XVIII, início do período da Idade da Razão, a transição da sociedade medieval para a moderna se deu com as descobertas marítimas, o crescimento comercial, a invenção da imprensa, os movimentos intelectuais e a volta dos ideais de perfeição e harmonia greco-romanos (Araújo, 1997). No final do século XVIII, assuntos referentes à moral e à religião passam ser desvinculados. De forma semelhante, as contribuições científicas começavam influenciar reorganização dos conceitos de sexualidade. Se na Antiguidade Clássica a vida social era mais importante, agora a modernidade possibilita novas formas de interiorização/exteriorização das emoções, transportando as questões do sexo para a vida privada.

De acordo com Philippe Ariès e Chartier (1991) em História da Vida Privada (1991,v.3), entre os séculos XVI e XVII, vê-se instalar na vida cotidiana, a conquista da intimidade individual, porque com o surgimento da publicação impressa modifica-se significativamente a forma de vivência da vida moderna ao proporcionar as experiências da leitura silenciosa a muito mais pessoas do que era possível com as cópias manuscritas. A possibilidade de estar sozinho para refletir sobre o que lê, inicia-se com o desenvolvimento da alfabetização e a difusão da leitura, visto que modifica significativamente as formas de relacionamento entre as pessoas, que antes cultivavam o

hábito da leitura em voz alta e em grupo, agora, ao serem alfabetizadas, começam a desenvolver as ferramentas psicológicas necessárias ao aprimoramento do pensamento e a formação de novas formas de percepção do mundo em que vivem. De acordo com os autores, a ideia que o homem ocidental possui de si mesmo, bem como a ideia que possui sobre os outros, começa a ser aos poucos modificada pelos conteúdos da leitura silenciosa. Durante muito tempo nas sociedades os materiais de leitura eram sempre lidos em público ou eram de domínio exclusivo da igreja católica. Nessa nova fase, se inaugura na sociedade a possibilidade de escape dos meios de controle, permitindo a criação de um diálogo interno e a construção de um ponto de vista próprio. Tal avanço na comunicação permite que o trabalho intelectual torne-se progressivamente um ato individual, assim como os aspectos relacionados à religiosidade podem se tornar uma questão íntima, já que cada vez mais pessoas podiam ter acesso direto aos textos sagrados. De acordo com Figueiredo (1997), essa experiência foi fundamental à Reforma Protestante, movimento essencial na formação do sujeito moderno, que colocou o indivíduo como possuidor do livre-arbítrio, inaugurando novas possibilidades de relação com o divino. As novas formas de religião que se estabelecem entre os séculos XVI e XVII incentivam o exame da consciência e a confissão diária através da oração como forma de meditação solitária.

No entanto, apenas no século XVIII a busca pelo lugar de privacidade, proporcionado pela leitura individual, passa a ter local determinado ao seu exercício. A estrutura doméstica passa a ser reorganizada diante das novas necessidades sociais. A biblioteca é instalada nas casas da elite como um centro para estudo e meditação silenciosa, que agora passa a ser cultivada de forma individual. A reflexão solitária e a privatização da leitura, como fala Àries (1991), dão outra dimensão para a transformação cultural que decorre destes séculos, ou seja, primeiramente possibilita o desenvolvimento da habilidade da leitura sem a oralidade, em voz baixa, e assim a interiorização imediata do que está sendo lido, modificando radicalmente o trabalho intelectual. Da mesma forma, com a leitura individualizada, em segredo, surge a possibilidade de audácias antes interditas, como a leitura de textos considerados heréticos pela igreja católica e textos de cunho erótico para padrões da época, que

surgem aos poucos. Mulheres¹⁴ (Conforme figura 1) e a classe proletária passam a ter acesso aos textos impressos, o que antes não era possível, uma vez que a leitura era realizada em grupos, geralmente masculinos da nobreza ou do clero.



É neste ponto que, gradativamente, começa a se estruturar a separação entre a vida privada e a vida pública. De acordo com Àries (1991), do século XVI ao XVIII, novas formas de atitude em relação ao próprio corpo e ao corpo do outro passam a ser organizadas. Beijar as mãos ou os pés, abraços e beijos em público, passam a ser substituídos por gestos mais discretos e furtivos estabelecendo um novo pudor, ou seja, novas formas de vivência das questões do corpo e da sexualidade. Com as transformações apontadas em relação aos laços sociais e a dominação que já havia se estabelecido na relação entre os homens e mulheres, introduziu um novo conteúdo no próprio ato sexual. De uma relação entre pessoas autônomas, a relação sexual passou a ocorrer entre maridos e esposas ou entre senhores e prostitutas. No primeiro caso, a relação tinha como finalidade principal gerar um herdeiro que pudesse perpetuar a acumulação de riqueza da família e para que se pudesse garantir que tal filho era mesmo do marido, instituiu-se que a esposa deveria ser virgem até o casamento, virgindade imprescindível para a mulher destinada a ser esposa. No segundo caso, o homem poderia saciar o instinto sexual incontrolável a ele relegado, exercendo o domínio do

¹⁴ Velha senhora lendo, (Retrato da Mãe de **Rembrandt**), 1630. Imagem disponível em <http://peregrinacultural.wordpress.com/tag/habito-da-leitura/>

corpo da mulher, sem macular com sua suposta impureza aquela que seria a geradora de seus herdeiros.

Neste ponto se iniciam as formas conhecidas de repressão sexual na sociedade burguesa, ao mesmo tempo em que o desejo feminino fica relegado a intimidade privatizada. Ser atraente, então, significaria para a mulher burguesa limitar seu desenvolvimento às atividades domésticas, como cozinhar, bordar, bem como suportar com resignação a repressão do desenvolvimento de sua personalidade, o que inclui o da sua sexualidade. Observa-se, porém, que se toda alienação é uma relação social, ambos os lados da relação podem encontrar-se alienados. Desta forma, no refere-se ao sexo masculino, ao mesmo tempo, caberia o desenvolvimento de uma sexualidade dissociada de qualquer relação afetiva (Lessa, 2008). Esse processo de alienação, que dicotomiza e antagoniza os papéis exercidos por homens e mulheres em sociedade, passa a introduzir exigências sobre iniciativa e desempenho em relação aos homens, uma vez que deveriam ser capazes também de dominar suas mulheres e filhos. Na mesma proporção que à mulher é negado o direito ao prazer, *aos homens é requerida uma volúpia incontável. As mulheres, diz a ideologia patriarcal, podem viver sem sexo; os homens, jamais* (Lessa, 2008.p.43).

Deste novo modelo de família resultante da divisão do trabalho em geral, da dominação do homem pelo homem, resulta a divisão de trabalho entre os sexos. Retirou-se inicialmente a mulher da vida coletiva, isolando-a no lar, onde suas relações sociais ficam limitadas aos empregados, escravos domésticos, filhos e esposo. Da mesma forma, com a passagem ao casamento monogâmico, a vida infantil passou a conhecer um novo tipo de isolamento, ficando as crianças, que antes tinham acesso a todo tipo de contato social, limitadas à relação com a mãe, com os irmãos mais velhos ou babás. Como forma de manutenção dos padrões de convivência, as leituras da civilidade surgem como um manual dos bons costumes e dos padrões para o cuidado e uso com o corpo. Comer em público, por exemplo, requer agora novas habilidades de controle do corpo e dos apetites vorazes, bem como o uso adequado dos utensílios, como garfos, facas e guardanapos. De acordo com Àries e Chartier (1991) *A Civilidade*, literatura *best-seller* da Europa dos séculos XVII e XVIII, prescrevia aos cidadãos que banissem da vida cotidiana:

Tudo o que numa pessoa leva a reconhecer que ela não tem virtude e não se esforça para domar suas paixões e suas maneiras de agir (...) e não condizem com o espírito do cristianismo. (Áries e Chartier, 1991. p. 187. v.3)

Os manuais de civildade, logo no início da era moderna, já anunciavam a oposição do inato contra o adquirido, quer dizer, se de um lado propunha que os bons comportamentos poderiam ser ensinados de maneira útil a todos os homens e mulheres, se constituía ao mesmo tempo em um manual de organização das hierarquias, postulando as formas adequadas de comportamento para cada classe e sexo. De acordo com (Lessa, 2008), entre os séculos XVI e XVIII, a organização e manutenção das classes sociais e a família monogâmica foram primordiais ao desenvolvimento das forças produtivas. Ao mesmo tempo em que gerou desenvolvimento, contudo, fez surgir diferentes tipos de contradições e necessidades em relação ao *amor sexuado individual* (como denomina Engels, 1995. p.65). Por mais ideológico que seja o ideário burguês de liberdade, por ser esta a liberdade de troca em uma sociedade de classes, as transformações no bojo desta própria sociedade se apoiam na produção e no consumo para a obtenção de lucro e acúmulo de capital. A ampliação do desejo e a busca pela satisfação, propagandeada pela sociedade capitalista, vai se contrapondo aos sacrifícios dos casamentos arranjados ou pela manutenção deles em prol dos bens e propriedades. O antagonismo social coloca-se como antagonismo individual, de desejos e paixões. Se, inicialmente, o modelo da família monogâmica burguesa impossibilitava a realização dos desejos sexuais e afetivos, tal monogamia era contrabalanceada pelo aumento da propriedade privada, que colaborava com desenvolvimento histórico da humanidade impulsionado pelo acúmulo de capital.

Deste modo, o sofrimento dos indivíduos era justificado pela finalidade, ou seja, o enriquecimento familiar, sendo essa justificativa nada mais do que uma forma alienada de vida, consequência da conquista burguesa do planeta. Para tanto a constituição napoleônica de 1806, a primeira lei fundamentalmente burguesa, determinou a punição de morte para a infidelidade feminina e legalizou a poligamia masculina estabelecendo ao homem o direito de ter amantes, desde que em uma casa separada (Lessa, 2008).

O casamento burguês é o ponto em que são consolidados todos os fundamentos iniciais da família monogâmica. Fundado pela instituição da propriedade privada, se caracteriza pela retirada das mulheres da vida coletiva e pela redução de suas atividades ao serviço privado de seu senhor. Determina ao homem como marido que deva ser servido e à esposa a função de organizadora do espaço doméstico. Se na família primitiva as relações eram vivenciadas no grupo, sem determinação do afetivo, nessa fase, as relações são estabelecidas pelo direito a paternidade. (Lessa. 2008)

Todavia, é importante salientar que a passagem do sistema feudal ao capitalismo, assim como as demais transições de sistemas econômico-sociais anteriores, ocorre sempre com variações nos diversos países e, por vezes, variações dentro de um mesmo país, fazendo surgir características do novo regime, enquanto outras do regime anterior são mantidas. Segundo Vilar (1975)

Não podemos falar de verdadeira passagem ao capitalismo senão quando regiões suficientemente extensas vivem sob um novo regime social completamente novo. A passagem somente é decisiva quando as revoluções políticas sancionam juridicamente as mudanças de estrutura, e quando novas classes dominam o Estado. Por isso a evolução dura tantos séculos. (Vilar, 1975.p. 35-36)

Assim, Costa (1999) ressalta que as transformações tal como estamos tratando, tanto na vida cotidiana como na família, só foram possíveis posto que já havia sido determinadas as condições históricas para estas mudanças. Da mesma forma, somente ao ser possível à sociedade o desenvolvimento de mecanismos de controle da vida familiar, é que foi possível a modificação dos papéis familiares. Para tanto, o dispositivo médico inseriu-se neste contexto, como forma de manutenção do convívio íntimo familiar. Agora, a família ficava reclusa à vida privada, sendo vigiada pelo Estado sob forma da lei.

No entanto, Costa (1999) afirma que os mecanismos de controle de que dispunha a legalidade jurídica, não eram compatíveis com as questões da família. Era como se a vida privada não se permitisse ser codificada pelo vocabulário jurídico, ao mesmo tempo em que, mesmo que isso fosse possível, não haveria agentes de fiscalização

suficientes para a vigilância e controles necessários. Dessa forma, a medicina cumpriu um papel fundamental na *Educação Moral do Amor*, ao responder com a higiene das questões familiares, a qual determinaria a nova moral da vida e do corpo. Para esta medicina, porquanto, seria necessário que todas as práticas nocivas ao controle do Estado fossem consideradas como antinaturais e anormais (Costa, 1999. p.63).

Todo o trabalho de persuasão higiênica do século XIX vai ser montado sobre a ideia de que a saúde e a prosperidades dependem da sua sujeição ao estado.

Enquanto antes o tema do amor vinha sendo abordado ou pelo viés religioso ou a partir do ideal apregoados pela literatura clássica, agora, se tornaria um evento adequado à manipulação médica e regido pelo Estado. Esta *Medicina Moral*, tal como demarca Costa (1999), seria uma especialidade médica que teria como fundamento o discurso científico, que deveria fundamentar e padronizar as práticas da vida privada e pública dos indivíduos. Desta forma, Àries e Chartier (1991) vem apontar que ao longo de toda a era moderna o discurso amoroso se liberta da religião se adaptando a nova sociedade de consumo que reforma a figura da mulher como objeto precioso a ser possuído por aquele que a ama.

Importante lembrar que em 1690, o inglês Jonh Locke, ao pensar sua época, legitima através do discurso da lei da natureza o direito à propriedade e a liberdade para o trabalho. Mais tarde, por volta de 1754, na França, Jean Jacques Rousseau, ao escrever o discurso sobre a “Origem da desigualdade entre os homens”, coloca às claras a liberdade e a igualdade jurídica. E apesar do discurso de Rousseau ter seu lugar ainda nos dias atuais, é imprescindível destacar as contradições que cercavam seu próprio discurso. Defensor da liberdade e da igualdade defendia também a propriedade privada e a acumulação. De qualquer forma, entendemos que tal pensamento só pode ser compreendido se olharmos as condições materiais da sociedade de sua época.

No século XVII, o povo Francês vivia em miséria absoluta e sob fortes penas de impostos, enquanto a nobreza, além de ostentar o luxo, era conhecida pelo desperdício. Nesse contexto, os escritos de Rousseau começam a apresentar o tema das contradições sociais, combatendo a monarquia absolutista e tendo no protestantismo a possibilidade de retorno a uma sociedade ideal. Importante Lembrar que é nesse período que a

burguesia consolidava-se como classe dominante e revolucionária. Se apoiando sob os ideais iluministas, defendia a igualdade entre os homens e criticava a nobreza e o clero, postulando a mudança na sociedade através dessa suposta igualdade e liberdade. Inicialmente as camadas mais pobres viam na burguesia a inspiração para a mudança de vida e apenas mais tarde percebeu-se que os ideais proclamados pela Revolução Francesa, não significavam “real igualdade entre os homens”. Tuleski (2002) enfatiza que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, apresentava muitas contradições ao pregar a igualdade e a liberdade e, ao mesmo tempo, considerar a propriedade privada com um direito sagrado.

Diante das necessidades materiais desse período histórico, na sociedade capitalista, no final do século XVII, pelo desenvolvimento produtivo alcançado, tem-se a possibilidade da ciência se aliar a produção. Após as conquistas da burguesia, ela começa uma transição de classe revolucionária à classe conservadora, cujo objetivo maior era o de consolidar o poder econômico adquirido, passando a opor-se a quaisquer movimentos que o ameaçassem. As teorias sobre os talentos individuais e as características inatas justificariam que as desigualdades produzidas em uma sociedade que defendia a liberdade e a propriedade privada dos meios de produção não decorriam desta contradição, mas sim das aptidões naturais dos indivíduos, sendo estas o elemento-chave para ascensão social. O estudo do comportamento “anormal” passa a ter demanda social e econômica, ponto este que discutiremos mais adiante no último capítulo deste trabalho.

Assim, justificadas as diferenças entre os indivíduos como naturais, novas necessidades são colocadas e a diferença social entre homens e mulheres merece atenção, como a importância de se delimitar e conceituar o que seria masculino e feminino. De acordo com Lessa (2008) é justamente nesse período, no século XIX e XX, que os estudos de Freud vem apontar para a existência de individualidades burguesas que convivem a todo tempo com forças, tensões, impulsos, sensações e desejos contraditórios, os quais não poderiam ser demonstrados de forma consciente, uma vez que não poderiam ser reconhecidos. Nos novos papéis assumidos e identificados em muitos casos como patológicos, inclui-se a histeria para as mulheres, pela impossibilidade de lidar como o desejo sexual e, aos homens, com o lado afetivo.

Tem-se então, no interior da família monogâmica burguesa, a dissociação entre amor e sexualidade.

Na esfera da sexualidade, à mulher passa a ser negado o orgasmo e ao homem se atribui um *infindável* e *incontrolável* desejo sexual, sendo a masculinidade avaliada pela quantidade de relações sexuais que o indivíduo mantém. Conforme pontua Lessa (2008, p. 54): *Se à mulher é atribuído o dever da “entrega”, da “rendição”, do marido é requerida a “conquista”, o “domínio”*. De toda a forma, o corpo humano é tido como possuidor de calor, pelas ciências da época, e o gerador desse calor seria o órgão do coração e por isso *as paixões do coração conferem ao homem sua identidade particular*, como pontua Àries e Chartier (1991, p.134)

São elas (as paixões do coração) que o induzem aos crimes mais funestos, às ações mais heroicas, aos amores mais violentos e aos atos sexuais mais humanos e desumanos. (...) a razão nem sempre consegue dominar esses calores que vêm do coração.(...) Como a intensidade desses calores varia imensamente, as ações desses calores também pode variar. (Áries e Chartier 1991. p.134-5)

Destaca-se aqui a paixão como resultante do órgão do coração, fazendo iniciar a ideia da sexualidade como desejo interno e inato, fruto do biológico, que nos homens seria quase que incontrolável. Nesse contexto são inauguradas diversas teorias, muitas delas naturalizantes, como por exemplo, a de que as mulheres não ejaculariam e por isso não teriam orgasmo. Por causa disso, acreditava-se que as mulheres seriam muito mais afetivas e muito menos sexuadas, sendo para elas o ato sexual, apenas um ato de afeto, enquanto que para o homem, o sexo permaneceria ligado ao prazer.

Ideologicamente, era importante à ordem burguesa conter a carência de afeto das mulheres com boa educação moral e ensinamentos sobre como manter-se fiel a seu marido. A ciência da época, da mesma forma, afirmava que seria impossível para o homem o controle dos desejos sexuais, e por isso, ter várias mulheres e uma vida sexual ativa seria para o marido uma necessidade biológica a ser respeitada pela esposa. Todavia, para que fosse possível o controle dos desejos sexuais femininos, como forma de garantir o direito paterno pela fidelidade da esposa, fazia crescer o moralismo e a rigidez dos costumes, da mesma forma que geravam novas formas de punição com severidade toda a transgressão da ordem do mundo feminino. (Lessa, 2008. p.102).

Todavia, entre uma parte da nobreza, da burguesia e entre os intelectuais, as orgias, o sado-masoquismo e a homossexualidade (masculina), apesar de considerados *corrupção moral* naquela época, eram tolerados. Tolerava-se o dandismo, ou seja, a extrema preocupação com a aparência e vaidade por parte dos homens, e mulheres que se vestiam de homens, mas gradativamente “A *intensificação dos mecanismos de controle social, e a rigidez moral passam a ser a contrapartida necessária à intensificação do antagonismo entre as necessidades afetivas dos indivíduos e o casamento monogâmico no século 19*”. (Lessa, 2008, p.52). Para organizar internamente tais comportamentos, os homens descobrem o exercício da escrita do diário, que funcionava como um pequeno livro de contabilidade dos atos passionais (Àries e Chartier, 1991).

Ao explicitar acerca da constituição histórica da família monogâmica, destaca-se aqui a gênese da disjunção entre sexo e afeto. Desde o final da Idade Média, de acordo com Àries e Chartier (1991), se inicia a fronteira social entre as coisas que dão prazer e são secretas e as atitudes permitidas em público. O homem ensina a sua esposa (figura 2¹⁵) em casa, como se portar diante de outros homens e da sociedade, com modéstia e decoro, sendo que o quarto passa a ser o lugar privado da intimidade.



Sobre os afetos, Ariés e Chartier (1991, p.258) afirmam que, para as relações sociais e profissionais, a amizade era a base afetiva do ser, o quer dizer que para o

¹⁵ Gravura de domínio público – Conforme aponta Àries (1991) o pastor- marido, procura consolidar a fé da esposa. Pintura de Rembrandt de 1641 sobre o Pastor menonita Anselmo e sua esposa. Disponível em: en.wikipedia.org

indivíduo moderno na verdadeira amizade íntima existe a afeição de corpo e mente. *Todavia, entre amigos do mesmo sexo, a razão era utilizada para afastar a afeição do corpo*, afirmam os autores. O casamento incluía a partilha dos corpos ou por atração física ou por obrigação, todavia, a relação conjugal não era permeada por intimidade amistosa como ocorria na amizade, em que eram compartilhados os segredos íntimos.

Lessa (2008) afirma sobre isso que a valorização do orgasmo masculino, em contraposição à fantasia da impossibilidade do orgasmo nas mulheres, é bastante revelador no que se refere à concepção de mundo da burguesia em sua etapa contrarrevolucionária. Porque o amor sexuado individual entra em contradição com o modo de produção capitalista desenvolvido, tornando necessário distinguir sexo e afeto, sendo esta diferenciação fundamentalmente ideológica já que nas sociedades primitivas o sexo nada tinha a ver com o amor individual sexuado.

Interessante pensar que, se no início da sociedade capitalista se iniciava também a cisão entre sexo e afeto, hoje, a desobrigação do sexo como única garantia da manutenção da espécie, parece liberar o ser humano da premência biológica, dando condições para o exercício mais pleno da sexualidade como unidade afetivo-social-sexual. É possível notar que hoje, mais do que nas épocas primitivas descritas anteriormente, existe a possibilidade da escolha do parceiro, porém, contraditoriamente, o exercício da sexualidade dicotomizada (sexo/afeto), cada vez mais exacerbada na sociedade burguesa por ter-se tornado também uma mercadoria, é mais um fator de alienação do homem em relação a si mesmo e ao gênero humano na sociedade de classes, tema que será discorrido mais adiante.

Todavia, nota-se que, mais uma vez, se manifestam, como demonstrado anteriormente, os avanços seguidos de retrocessos que marcam o desenvolvimento da história dos homens. Se, por sua vez, no casamento monogâmico burguês plenamente desenvolvido o marido faz sexo com a esposa para ter herdeiros e a esposa apenas para procriar, o afeto não era necessário. Fora do casamento, porém, o marido recorreria a prostitutas para atender à sua necessidade biológica tida por incontrolável.

Ao refletir sobre o divórcio nessa sociedade monogâmica, Lessa (2008) afirma:

É verdade que a dissolução do matrimônio é mais fácil quando a única propriedade que se possui é a força de trabalho; todavia, não porque os

trabalhadores se emanciparam da propriedade privada, mas porque se submetem a ela pela mediação da miséria. Nesse contexto, **o matrimônio mais facilmente desfeito é manifestação antes da pobreza material do que da superação das alienações fundadas pela exploração do homem pelo homem.** Também é verdade que, entre as classes trabalhadoras, era uma situação normal as mulheres trabalharem fora de casa, coisa que não acontecia entre as famílias burguesas. Ainda assim, esse fato, por si só, não significa que as tarefas domésticas e de criação dos filhos deixaram de ser serviço privado a ser prestado pelas mulheres aos seus maridos: a dupla jornada de trabalho (Lessa, 2008. p.52, grifos nossos)

Por isso é fundamental que se compreenda que toda luta encontrada na história, com a finalidade de libertação das mulheres, deveria antes tratar da superação dos fundamentos sociais que converteram em serviço privado a criação das crianças e as atividades de cuidado da comida, da moradia, ou mesmo a atividade sexual. De qualquer forma, após a Primeira Guerra, ao morrerem cerca de 23 milhões de pessoas em sua maioria homens em idade produtiva, o papel desempenhado pelas mulheres da sociedade burguesa precisou ser revisto e superado e o casamento burguês precisaria dar conta dessas contradições, sendo esta a origem dos movimentos feministas que se sucedem a partir dos anos de 1960. As conquistas possíveis por parte das mulheres teriam como eixo a luta pela igualdade na sociedade burguesa e no mercado de trabalho, enquanto o restante das temáticas humanas que tinham como pano de fundo a exploração do homem pelo homem, permaneceriam estáveis sob um novo verniz (Lessa, 2008). De acordo com Mézaros (2002)

Agora que a grande indústria tirou a esposa de casa, levando-a para o mercado de trabalho e para a fábrica, muitas vezes fazendo dela o ganha-pão da família, o lar proletário não tem mais nenhuma base para a supremacia masculina - a não ser, talvez, certa brutalidade contra as mulheres que se disseminou depois da introdução da monogamia. A família proletária não é mais monógama no sentido rigoroso, mesmo onde há o amor apaixonado e a

mais firme lealdade de parte a parte ou as bênçãos da autoridade civil e da religiosa. Aqui, portanto, os eternos praticantes da monogamia, do concubinato e do adultério, têm um papel quase nulo. (Mézáros, 2002.p.102)

No entanto, como demonstra Figueiredo (1997), para que se possa compreender a inauguração da concepção do sujeito como indivíduo autônomo, é preciso antes que se considere o movimento de amplas transformações pelas quais o homem tem passado ao longo da história da humanidade, sobretudo na Modernidade. A noção de subjetividade privada tem seu início na passagem do Renascimento para a Idade Moderna, vindo a ser consumado no final do século XIX. O autor afirma que a experiência medieval trazia o homem para o centro de uma relação pessoal com uma ordem superior e sobrenatural, em que o divino e a instituição religiosa o amparavam e o constrangiam ao mesmo tempo. A perda da noção de pertença trouxe uma nova sensação de liberdade e a possibilidade de uma abertura sem limites para o mundo, ao mesmo tempo em que deixou o homem perdido e inseguro. O Renascimento foi, dessa forma, um período de extrema produção intelectual e cultural, em que sem ter que dar conta à instituição religiosa, o homem passa a buscar o conhecimento sobre as coisas, podendo usufruir da leitura silenciosa, como visto anteriormente, iniciando a caminhada de busca em si e nos outros homens a resposta para as questões da humanidade. A crença no divino permaneceu sob novas nuances, pautadas, sobretudo, na valorização e confiança postas no Homem, geradas pela concepção de que ele é o centro do mundo e livre, que fundamenta o humanismo moderno.

O hábito de contemplar a própria imagem se consolida nesta fase no qual indivíduo se fortalece como personalidade valorizada. A difusão do espelho de corpo inteiro, que agora passa a ser uma mobília comum, fortalece a estética do esbelto. Os procedimentos da fotografia já patenteados em 1839 auxiliam na valorização da imagem corporal e na divulgação dos primeiros materiais pornográficos com imagens fotografadas, que antes eram nus retratados por artistas em suas pinturas.

O significado original de pornografia está relacionado *a descrição da vida das prostitutas, porni* (prostituta) e *graphein* (escrita). De acordo com o historiador francês Sarane Alexandrian, em *História da Literatura Erótica*, o termo "pornográfico"

apareceu pela primeira vez nos diários de uma cortesã, em que eram narradas histórias sobre prostitutas e orgias, sendo que, aos poucos, qualificou-se como pornográfico tudo o que descrevesse ou representasse as relações sexuais sem amor. Ao longo dos séculos, no entanto, ela praticamente se fundiu com os significados de erotismo para simbolizar tudo aquilo que provoca excitação sexual, mesmo que correspondesse inicialmente apenas a textos de confissão da intimidade sexual ou dos calores do corpo diante dos encontros românticos dos séculos XVII e XVIII. Desde a antiga Atenas, é possível encontrar representações de sexo e nudez; as ruas gregas eram decoradas com estátuas de corpos bem definidos; e nas casas, cenas eróticas enfeitavam vasos. Todavia, a vivência da sexualidade não ocorria na intimidade dos indivíduos como passa a ocorrer após os séculos XVII, mas era vivenciada como parte da vida coletiva, dos banhos públicos e das piscinas. Desse modo, os significados dados à nudez e à sexualidade eram radicalmente diferentes em cada uma dessas épocas históricas. (Àries e Chartier, 1991).

A partir de Lessa (2008), é possível retomar que no escravismo e no feudalismo, a propriedade privada do indivíduo apenas existia e se reproduzia como parte do desenvolvimento da comunidade imediata, sendo esta vida comunal, mediadora imediata e direta da existência do indivíduo. A vida individual mantinha uma relação de dependência para com a vida coletiva. Porém, no capitalismo, essa relação é substituída como parte da assimilação da propriedade privada. Os meios de troca ou o capital, valendo igualmente em toda a parte do mundo, transformou a identidade social do indivíduo em números, ou melhor, cifras.

A partir do século XVII, os europeus passaram investir tempo e recursos em atividades antes inexistentes ou quase inexistentes como o teatro, por exemplo, que se tornou uma atividade econômica lucrativa, assim como a imprensa que alavancou o mercado literário. A música também ganhou novos contornos com o violino na passagem do século XVI e XVII e parte das necessidades afetivas geradas pelo modelo de família burguesa, também estimulou a expansão das artes. Nesse contexto, conforme pontua Engels (1995) o amor sexual individual não possuía legitimidade social nem era vivenciado pelos indivíduos como sendo determinantes da felicidade humana. Contudo, Lessa (2008) relembra a história de Romeu e Julieta como marca das modificações que

já se iniciavam, pois pela primeira vez se reconhecia em escala social a necessidade afetiva dos indivíduos, como algo existencialmente fundamental.

O amor sexual relatado pelos jovens na história de Shakespeare (...) difere qualitativamente do simples desejo sexual da era primitiva. Em primeiro lugar, porque supõe reciprocidade no ser amado e, em segundo lugar, porque o amor sexual passa a atingir a esfera do afetivo, transformando em desventura não poder ter relações íntimas sexuais e afetivas com o ser amado. Tal mudança reflete o novo critério moral em relação a vivência da sexualidade e a escolha do parceiro, ou seja, as emoções e os afetos. (Engels,1995)

Pela primeira vez na história dos homens, o ato sexual passa a ser vivenciado como uma relação afetiva de intensidade e como busca do prazer sexual. Conforme pontua Lessa (2008) a *“epopéia burguesa”, cantada na forma romance que então está surgindo, terá na necessidade pelo “amor sexuado”, um dos seus elementos fundamentais. A dimensão amorosa fará, a partir de agora, parte da vida humana; (...) como que se uma existência carente de amor não fosse digna de ser vivida.*

De acordo com Corbin (1991):

O amor cortesão e seus procedimentos de deliberação, o neoplatonismo da Renascença e sua antropologia angelical, o discurso clássico sobre o torvelinho das paixões, a condenação do “louco amor” pelos clérigos da Contra-Reforma católica pesam sobre os comportamentos dos amantes do século XIX, quer eles o saibam ou não. (Corbin,1991.In: Àries,1991. p.518)

Apesar dos avanços históricos e produtivos, ocorre a incorporação dos valores históricos acumulados, somados aos demais sistemas de valores sociais da época do Iluminismo, cuja essência da alma é valor de referência apregoado junto aos aspectos da natureza sexual, que configura as condutas sexuais da época. De acordo com Corbin (1991) as teorias multiformes que definem a *“ligação alma e corpo”* – mas que na verdade expressam sua dicotomização – são o pano de fundo da organização do sentimento amoroso. À semelhança de Eva que seduziu o companheiro Adão ao pecado no texto bíblico, os romancistas da época passam a traçar um perfil feminino que a

representa como voraz em seu desejo sexual, colaborando para que os homens da época, “*atormetados pelo medo da mulher*” (p.519) reforçam os sistemas de opressão e domínio da sexualidade feminina iniciados nos séculos XVII e XVIII, submetendo-a a ordem masculina. Ao mesmo tempo, ela é na figura de Eva, a filha espiritual de Maria, cultuada a partir de 1846-1871, o qual era fundamentado pelo dogma da Imaculada Conceição (1854) e, portanto, a mulher seria possuidora, ao mesmo tempo, de uma imaculada feminilidade, sendo nesse cenário em que o martirismo e as questões do celibato manifestam sua influencia (Corbin, 1991).

No amor romântico, a linguagem religiosa combina-se com a paixão, acarretando, conforme Corbin (1991, p.522) uma “*reinvenção*” do sentimento e do desejo sexual. A paixão passa a ser compreendida como uma energia, que transporta o ser humano do natural ao transcendental-espiritual, cabendo agora à mulher este despertar. Estão implícitas todas as formas de ver a mulher, como castradora da animalidade sexual masculina, ou como compensadora da perda do amor maternal, fundamentados por Freud (1856-1939) e demais teóricos da psicanálise. O desejo sexual feminino é (re)interpretado nos estudos iniciais da psicologia sobre a histeria (que teria como causa as lembranças reprimidas do passado) ou aos estudos que vinculavam as neuroses às doenças do aparelho sexual feminino, o que na sociedade do século XIX continuaria a representar novas/velhas formas de controle e opressão da mulher.

Jean-Paul Satre, em 1846, vem afirmar: “*Uma mulher da sociedade burguesa, quando acaba de se comportar como uma fera, deve ser como um anjo*” (Áries, 1991, p.530). Todavia, o sentimento de inferioridade (ou podemos dizer impotência) masculina suscita nos homens, segundo Corbin (1991), contínua ansiedade, isso porque no século XIX, o intervalo que separa a puberdade do casamento é significativo. O prolongamento da expectativa de vida, que resulta dos procedimentos higienistas da medicina da época, tornam a espera pela herança que possibilita o casamento ainda maior. O celibato antes do casamento, ainda é fundamentado pelo discurso religioso e, assim, a proliferação dos prostíbulo decorre da demanda sexual que fica impossibilitada de se concretizar na vida dos jovens via casamento, imposto pelo período de espera pela herança.

O instinto para o sexo masculino, já fundamentado nos estudos da medicina da época e no realismo moral de Santo Agostinho que minimiza o “*instinto genesiaco*”, vem justificar “*uma sexualidade degradada*” que “*funciona a pleno vapor, compensando a idealização dos anseios*” (Corbin,1991. In:Àries, 1991). O número de nascimentos ilegítimos ou de concepções pré-nupciais já configuravam um crescimento demográfico entre 1750 a 1860, o que ascentua o atenuamento das estratégias familiares de controle, posto que o filho ilegítimo reconfigurava o novo quadro da família moderna que, de acordo com Corbin (1991), ao poucos, vai culminar com a diminuição dos rituais codificados no século XIX como o casamento, por exemplo. O progresso do individualismo amoroso e, ao mesmo tempo, a desagregação dos mecanismos tradicionais de aliança entre o homem e a mulher, abre espaço, ainda que pequeno, às possibilidades da escolha sexual dos parceiros para união.

Conudo, conforme demonstra Corbin (1991) e Àries e Chartier(1991), a vida sexual do jovem burgues do século XIX, explicita os modelos de submissão do proletariado à burguesia. Fora do controle familiar, por conta dos estudos, tolera-se que os solteiros violentem as camponesas sem qualquer punição da lei, ou ainda, que mantenham relacionamento com as proletárias como costureiras ou operárias fabris. Em Paris no ano de 1847, o número de relacionamentos irregulares, fruto do concubinato, já era de 43% o que revela, segundo Corbin (1991, p. 535), “*um total desdém com as normas*”. Nesse novo modelo de relacionamento, o burgues se une a mulher proletária temporariamente e muitas vezes sem o consentimento dela, isto é, por métodos brutais, enquanto espera a herança que possibilitará o casamento com a moça burguesa.

Se deseja escapar à frequência assídua dos bordéis, é-lhe permitido viver em concubinato, contanto que a ligação permaneça discreta e sua companheira de provas de sua distinção. (Corbin, 1991. p.539)

A moça burguesa, entretanto, mantinha-se virgem e à espera do marido burguês, sendo a noite de núpcias aguardada, o que impõe a encenação coletiva do temor e do pudor da primeira noite que, conforme Corbin (1991), inaugura o hábito da viagem de núpcias. Assim, caberia ao recém-esposo mais experiente, promover o prazer sexual de sua companheira e com apoio do discurso médico, tendo-se início os diferentes modelos de aconselhamento sexual, os quais o êxito do ato sexual e a valorização do vigor do

ato, são a principal preocupação. O discurso dos testamentos ao final da vida provam que estas formas de união da época geravam ternura aos conjuges que tinham nos filhos “*a parte essencial da herança*” (Corbin,1991.p.145)

Nesta fase do século XIX, surgem os primeiros sexólogos como Krafft-Ebing, que serão devidamente apresentados no último capítulo deste trabalho, e que fragmentam o “código erótico” e a ciência da sexualidade. O amor físico domina a arte e a poesia, revelando os aspectos até então secretos da vida sexual e o flerte passa a ser o código de conquista dos jovens casais burgueses, assim como pequenas permissividades, que os jovens noivos, antes do casamento, passam a vivenciar, tornando a jovem esposa mais íntima de seu marido. Segundo Corbin (1991, p.547): “*Um novo entendimento pode estabelecer-se entre uma moça melhor informada e um rapaz mais preocupado com o prazer de sua parceira (...)*”.

Não se pode aqui, todavia, perder de vista que o que se alterou inicialmente foi à relação com a totalidade, que passa agora a incorporar a capacidade afetiva dos indivíduos. Antes, a reprodução social não tinha necessidade das individualidades, nem mesmo do desenvolvimento subjetivo dos afetos para vivenciar o amor sexuado individual. Assim, a ruptura da submissão dos indivíduos à vida em comunidade gerada pelas formas de relação estabelecidas pelo capitalismo nascente, foi um gigantesco avanço na história do gênero humano. Pela primeira vez os indivíduos adentravam o processo de reprodução social como portadores de necessidades e possibilidades históricas próprias (Lessa, 2008. Engels, 1995)

A partir do século XX a intensificação da abundância do excedente de produção se revela o novo modelo produtivo, em que se produz com menor qualidade para que se possa destruir os produtos em menor tempo, e assim, ativar novamente o circuito de produção-destruição. Isto porque, no período pós-moderno, o capitalismo deveria dar conta de sustentar o crescimento da produção excedente através do aumento do consumo. Em Marx e Engels (1987) é possível identificar os mecanismos pelos quais se buscava impulsionar tal prerrogativa: como exemplo, tem-se o estímulo a guerras e o consumo de tudo o que o ser humano não precisa para sobreviver, o supérfluo. Para Alves (1994), o crescimento da religiosidade na pós-modernidade surge em meio ao paradoxo da mundialização do capital e das tecnologias que supostamente

aproximariam as pessoas, trazendo novos referenciais para a existência, mas em última instância, acabaram por recriar novas/velhas formas de falta de referencial e vazio existencial. Assim, (de maneira simplista), a partir da necessidade do ser humano de dar nome às coisas, ao deparar-se com questões que fogem ao seu conhecimento e que não são possíveis de explicar, manipular ou prever, a religião passa a fazer parte da dinâmica social novamente, onde influi e recebe um impacto decisivo. Assim, vê-se crescer o número de igrejas e comunidades religiosas que pregam a unidade e a igualdade através das relações.

Nesse ponto, é importante pensar que, como afirma Coutinho (1999), a concepção de indivíduo como temos hoje origina-se de um contexto sociocultural que emergiu no Ocidente. Do ponto de vista filosófico, este paradigma individualista tem raízes tanto no romantismo quanto no iluminismo, que emergem com a sociedade burguesa partir do século XVIII. O crescente conceito de liberdade ditada pelo Iluminismo tornou o ideal burguês de acumulação de riqueza mais sólida, pois, enquanto os intelectuais iluministas fundamentavam a noção de liberdade na própria essência do homem, a burguesia a interpretava como liberdade em relação a outro homem e conseqüente exploração econômica, obtendo uma posição vantajosa em relação ao proletariado. A ideia do homem como centro do universo, que usufrui de uma suposta autonomia, liberdade da razão e exercício da vontade, é central na passagem do mundo medieval ao mundo moderno e torna possível a afirmação do indivíduo como princípio e como valor.

De acordo com Figueiredo (1997) ao longo dos últimos séculos as experiências da subjetividade foram sendo privatizadas e se tornando formas cada vez mais determinantes da consciência que os homens possuem de sua própria existência. Isto quer dizer que, se antes, poucos eram os elementos sociais que favoreciam a vivência da liberdade humana, hoje, apesar do ser humano ser mais livre que nas épocas anteriores para a escolha do parceiro, ou livre, inclusive, para decidir sua orientação sexual, tal liberdade acaba por ser uma imagem ilusória generalizada, que interliga os aspectos do indivíduo como que sendo naturalmente condicionados à liberdade burguesa, que na verdade nada mais é que a liberdade de troca em uma sociedade pautada pela propriedade privada, arraigada, portanto, às condições de classe, postas pela divisão social do trabalho no capitalismo. Diante disso, entre as muitas concepções produzidas

pela sociedade capitalista, em seu estágio atual, ou da pós-modernidade, o que é nuclear nas discussões dos diversos temas acerca do desenvolvimento humano, inclusive no que se refere à sexualidade, é o conceito de individualidade e de vida privada, os quais se encontram já naturalizados e universalizados em muitos estudos, como apresentado no capítulo anterior. Para o pós-modernismo, de acordo com Duarte (2004), o indivíduo é naturalmente ativo e empreendedor, “*um explorador tentando submeter a seu domínio racional as forças da natureza, incluídas aquelas que a espécie humana carrega em si mesma*” (p.221), assim, todas as pessoas seriam fragmentadas, e os indivíduos possuidores naturais de múltiplos papéis.

Segundo Duarte (2004):

O pensamento liberal clássico fetichiza a individualidade ao naturaliza-la e ao erigir à condição da natureza humana as características próprias da individualidade burguesa. O pensamento pós-moderno fetichiza a individualidade ao transformar em condição humana o ceticismo, a fragmentação, o solipsismo, o subjetivismo e a racionalidade. (p.221)

Na sociedade de classes como a do sistema capitalista, as relações entre a vida individual e a cultura acumulada pelo gênero humano, tornam-se contraditórias tendo em vista a propriedade privada, fazendo com que, por vezes, a humanização e a alienação ocorram de forma concomitante. (Duarte, 2004) De acordo com Lessa (2008) o complexo industrial-militar é o melhor exemplo desta situação:

Os EUA produziram bombas atômicas para destruir o mundo 66 vezes, a ex-URSS para destruir o mundo outras 33 vezes. Do ponto de vista militar, isto é um contra-senso. O mesmo pode ser encontrado em toda a economia: das roupas aos alimentos, da energia às nossas casas, dos carros ao lazer, dos remédios às novas “doenças”, tudo está voltado ao consumo mais rápido possível para gerar uma nova demanda que justifique uma nova rodada de produção. De preferência que o produto não seja inteiramente consumido; a perdularidade é a lei geral do sistema do capital na era da abundância. (Lessa, 2008. p.121).

No entanto, como parte do retrocesso, esta nova forma de produção e de consumo inicia cadeias de desemprego crescente como visto nos dias mais atuais. Em Marx (1987, p.58), é possível compreender que *é esta a ampliação da extração da mais-valia da mercadoria produzida*. A sociedade produz tecnologias que fazem diminuir a necessidade da força de trabalho. Assim, se no passado, o desenvolvimento da capacidade produtiva do capital em parte coincidia com o desenvolvimento das capacidades humanas, hoje esse mesmo desenvolvimento se converteu no desenvolvimento da desumanidade socialmente posta, isto é, da alienação.

Mészáros (2002) denomina esse excedente de *produção destrutiva*, afirmando que tal produção representa na verdade a negação cotidiana da capacidade de a humanidade fazer a história com um conteúdo autenticamente humano. De toda forma, importa aqui, que se compreenda que a negação da participação na vida coletiva, implica diretamente no fato de que praticamente todas as relações sociais passam a ter, por mediação o dinheiro, o capital. As pessoas passam a assimilar as características das mercadorias que possuem, sendo este o fetichismo da mercadoria, do qual fala Marx (1981).

Conforme sinaliza Lessa (2008.p.152), *o capital acumulou e cumpriu seu papel histórico: aprofundou as desumanidades, intensificou os mecanismos de controle e opressão, ampliou a produção da abundância e nos conduziu ao aguçamento da crise estrutural do capital*. Diante disso, os indivíduos, sem a possibilidade de romper o sistema, recorrem o aprofundamento do individualismo como forma maior de defesa. Marx (2005) afirma que, isoladas, as pessoas passam a buscar na fantasia e na religiosidade o consolo para esse *“mundo sem coração”*. E continua: A situação histórica jamais demandou com tal urgência uma ação coletiva – e os indivíduos nunca foram tão incapazes de realizá-la (Marx, 2005:145).

E é nesse contexto que, conforme analisa Lessa (2008), começam a surgir as variações da organização familiar: *casais homossexuais, famílias em que a esposa é provedora e, bem atrás nas estatísticas, famílias compostas somente pelo pai e os filhos*. Nesse mesmo contexto, casais heterossexuais optam por não ter filhos e homossexuais por tê-los e assim aquela configuração inicial da família burguesa vai

deixando de ser a unidade econômica central. Tais modificações nas formas de família, já se iniciaram no período entre guerras e, de acordo com Lessa (2008):

a crítica dos costumes, o desafio aos padrões morais estabelecidos, o “amor livre”, a libertação da libido feminina e a recusa furiosamente justa das teorias patriarcais sobre a sexualidade (ou a falta de) das mulheres. Tudo isso foi acompanhado pela tentativa de se criar uma nova forma de organização da vida doméstica, na qual as atividades de criação dos filhos, da alimentação e da organização da moradia, passassem a ser tarefas comuns: as comunidades hippies. (Lessa, 2008. p.157)

Da mesma forma, é a mudança na constituição familiar que precede a transformação na maneira como as questões da afetividade e da sexualidade passarão a ser abordadas. Assim, é importante apontar que as pesquisas atuais, que se pautam pela lógica formal na explicação dos fenômenos humanos, acabam por desconsiderar a história como fundante do homem em sua totalidade, todavia este tema será mais amplamente discutido no último capítulo deste trabalho. Por ora, importa dizer que a perda da totalidade das relações sociais impossibilita que se capte o fenômeno para além da aparência tornando-se refém dos reducionismos e dualismos indivíduo/sociedade, biológico/social, sentimento/instinto.

Compreender a diversidade do exercício da sexualidade na atualidade requer a compreensão de como hoje se reconfiguram as relações capitalistas, em outras palavras, como estas elas se metamorfoseando neste estágio de crise do capital. Nessa ótica não se pode pensar na derrocada do patriarcalismo como a superação dos modelos de sujeição feminina, desconectados das questões postas pela luta de classes. Ao olhar para estas questões pelo aporte do materialismo histórico, pautando-se em Engels (1995) e Lessa (2008), é possível compreender que a libertação das mulheres, por exemplo, somente é possível a partir da superação da propriedade privada e da divisão da sociedade de classes.

Enquanto isso, no âmbito da pesquisa científica, com a separação entre o feminino e masculino (como questões de gênero, que muitas vezes são postas em oposição), reproduz ou expressa a disjunção entre propriedade privada, sociedade de

classes e o Estado. Como afirma Lessa (2008), o caráter histórico do que seria a “condição feminina” é tratada a parte das questões da propriedade privada, bem como a exploração do homem pelo homem, própria do capitalismo, o que implica em uma concepção romantizada de que é possível fazer “ajustes” e corrigir, pela superfície as desigualdades geradas pelas relações sociais de produção, inclusive aquelas que se espraiam para o âmbito privado, familiar ou íntimo.

Nossa sociedade deixa de ser caracterizada como uma sociedade de classes e passa a ser denominada como uma sociedade “assimétrica”. Corrigidos tais desequilíbrios, a questão estaria resolvida.(...)

Cancelado o fundamento histórico da família monogâmica, reduzido o seu conteúdo histórico à “questão de gênero” (nos termos acima), as teorias mais conservadoras ganham um vasto espaço. Se a condição feminina pode ser resolvida com uma maior entrada das mulheres no mercado de trabalho e pela igualdade formal, jurídica, toda a luta das mulheres fica restrita ao horizonte da “democratização” da democracia e do Estado. Sem remissão, a luta está agora embaralhada com pressupostos liberais e com as fantasias acerca da neutralidade de classe do Estado (Lessa, 2008)

Em contra partida, e tomados como “arroubos individuais”, as relações metamorfoseadas no interior da família burguesa acabam por reforçar as explicações pautadas no individualismo. A violência doméstica, o abuso sexual de crianças e adolescentes, acabam por representar em última instância o retrocesso que vem acompanhando o avanço do mundo capitalista (Hirata, 2002). De acordo com Lessa (2008), nessas circunstâncias se experimenta a propagada igualdade burguesa, apenas como forma de igualdade jurídico-formal entre homens e mulheres. Sendo as relações sociais predominantes antagônicas ao pleno desenvolvimento do amor sexuado individual, os indivíduos que se reproduzem no interior dessas relações também não contam com a possibilidade histórica de desenvolverem suas personalidades, de modo a realizarem plenamente suas relações afetivo-amorosas (Lessa, 2008).

Com o fortalecimento do capitalismo na etapa atual, considerada como pós-moderna, a subjetividade humana e sua compreensão foi substancialmente modificada.

As sensações e as necessidades foram alteradas e embora se defenda a liberdade, a individualidade e a valorização do eu, por meio dos ideais de “competitividade”, o que se percebe é nada mais do que a dissolução das possibilidades de vida coletiva e da vida pública (Mancebo, 1996). De acordo com Coutinho (1999), a noção de identidade como um processo construído individualmente, que sugere indivíduo autônomo e unitário, vem sendo questionada por teóricos do campo dos Estudos Culturais. Segundo essa autora, alguns teóricos argumentam que as identidades modernas estão entrando em colapso, porque um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades desde o final do século passado, trazendo como resultado a fragmentação das paisagens culturais de classe, sexualidade, nacionalidade, que no passado, nos forneciam sólidas localizações como indivíduos sociais. As transformações sociais provocam mudanças também nas identidades pessoais, ao desestabilizar a ideia de si próprio como sujeito integrado, fazendo-o perder a estabilidade do sentido de si mesmo.

Ao tratar diretamente do tema *subjetividade*, Marilena Chauí (2006) aponta para o fato de que a visão de “subjetividade pós-moderna”, cristalizada no interior do capitalismo, se sustenta conformada pelo que denomina de “*mass media*” que seriam os ideais consolidados pela publicidade e mídias em geral. Segundo a autora, a mídia de massa incentiva o consumo baseado no impulso e se apropria da incapacidade de simbolização da sociedade atual e de uma forma de infantilidade coletiva que se expressa perante a procura por satisfações imediatas. Nos meios de comunicação banaliza-se a competição e a violência, e os indivíduos sucumbem “à velocidade e fugacidade das imagens, sem passado e sem porvir” (Chauí, 2006. p.30) Portanto, a reflexão sobre a subjetividade e da sexualidade, - como parte do processo de humanização do ser humano - na atualidade, não pode prescindir de uma análise dos efeitos do capitalismo tardio e da (des)sociabilidade que este forja.

Segundo Bauman (2004)¹⁶ em uma cultura consumista, tal como a atual, o produto pronto para uso imediato é muito valorizado, assim como o prazer passageiro e a satisfação instantânea. Da mesma forma, existe a cultura de que é possível aprender a

¹⁶ Apesar de Zygmunt Bauman ser um autor Pós-moderno, entendemos que as características que ele aponta sobre as relações neste atual estágio do capitalismo são reais e podem ser tratadas a partir do materialismo histórico.

amar pela prática, ou seja, há a concepção de que a partir do acúmulo de experiências de relacionamento sexual ou amoroso e da experiência prática, seria então possível construir a experiência amorosa como quem constrói outras mercadorias, somando partes, acumulando hábitos. Por outro lado, outras contradições se colocam com a fragilidade dos relacionamentos familiares, cuja duração da família atual é menor do que a duração da vida de seus membros, fazendo surgir diversas configurações familiares, diferentes daquele ideal anterior de família burguesa, porém, sem deixar de sê-la. Com o avanço da medicina, por exemplo, é possível escolher um doador de sêmen ou óvulo, uma “barriga de aluguel” para a produção independente de um filho, o que reconfigura de modo radical os aspectos biológicos da procriação e coloca novas modalidades de relacionamento matrimonial e sexual, que possuem como base fundamental a escolha do indivíduo. A decisão de ter um filho, hoje, pode ser tomada por um indivíduo somente, algo impossível no passado.

Para explicar tal transformação, recorremos ao mesmo autor que, ao tratar da temática da sociedade individualizada, afirma que durante a história da humanidade, a predestinação foi substituída pelo projeto de vida, o destino pela vocação e a natureza humana foi substituída pela identidade. Bauman (2008) afirma que com estas mudanças, hoje se tem a noção de que todas as pessoas podem tornar-se o que desejarem, uma vez que estamos, segundo ele, na era da flexibilidade, que tem como prerrogativa a liberdade de escolha e os direitos humanos. Assim, reitera que a forma da sociabilidade humana, da sociedade compartilhada, é determinada pelas formas de individualização. Todavia, no mundo atual, existe a necessidade de que cada pessoa possa ter sua identidade reconhecida pelas pessoas a sua volta, importa, nessa sociedade, ser cada vez mais, tornar-se diferente uns dos outros e não iguais, o que traz implicações político-ideológicas inegáveis, de não se ter uma luta comum pela superação das desigualdades “em geral”, mas de lutas individuais ou de pequenos grupos e sub-grupos para sustentação de suas “diferenças”.

Bauman (2008) cita a concepção de Alain Peyrefitte o qual afirma que para a consolidação da sociedade moderna foi necessário o desenvolvimento de três confianças: 1. A confiança em si; 2. A confiança nos outros; 3. A confiança nas instituições duráveis construídas em conjunto. Afirma que nesse contexto a coragem/audácia, o medo/coragem, o desespero/esperança nascem juntos, entretanto, a

proporção em que estão misturados dependem diretamente das condições de vida de cada pessoa, condições de classe econômica. *A modernidade se especializou em transformar as coisas zuhanden (à mão) em vorhanden (simplesmente dadas)* (p.181), e assim expôs a fragilidade e transitoriedade das coisas, assim como afirmou Marx e Engels (1991) ao falar da atitude burguesa de “derreterem os sólidos e profanarem o sagrado” (Bauman 2008 p.182). Dessa forma, se a subjetividade humana se manifesta como subjetividade alienada, que se entende apartada da sociedade, o ser humano da atualidade, alienado de si e dos outros, não se compreende como dependente das relações sociais de produção que o produzem, ou seja, quanto mais se sente livre e independente, mais subordinado se encontra, mais preso ao reino da necessidade está, o que no sentido marxista implica em dizer que:

Essa completa explicitação do conteúdo humano aparece como um completo esvaziamento, essa objetivação universal como total alienação, esse derrubamento de todos os objetivos limitados e unilaterais como um sacrifício da finalidade humana em si mesma em favor de uma finalidade externa. (...), o mundo moderno não proporciona satisfação e onde ele parece satisfeito consigo mesmo é vulgar. (Marx, 1993, p.487)

Bauman (2008), ao falar da fragilidade das relações humanas na atualidade, por muitos considerada como condição pós-moderna, aponta que ao escolher sua identidade as pessoas ficam inseguras sobre como poderão mantê-las, uma vez que não somente as relações, mas as próprias identidades são provisórias. Citando Christopher Lasch, afirma que as identidades devem poder ser adotadas e descartadas como uma roupa uma vez que esta escolha não implica mais compromisso ou consequências. Ao pensar sobre a sexualidade no âmbito da discussão posta por Bauman (2008) sobre o tema da identidade, é possível pensar que da mesma forma os vínculos amorosos que compõem um dos aspectos da sexualidade vem sendo determinados hoje, por este mesmo caráter provisório, fluído e flexível.

De acordo com esse mesmo autor, ao pensar sobre o aspecto sexual, o erotismo e o amor, afirma que o sexo é natural, mas que por meio da história da humanidade, como exposto neste capítulo, é possível conhecer a “*história da manipulação cultural do sexo*” (Bauman, 2008. p.276). Ainda, conforme o autor, por meio do “*truque cultural*”

de separar a experiência sexual, em particular, e o prazer associado a esta experiência, da reprodução como função primária do sexo, cria-se a possibilidade de a humanidade se apropriar de um valor excedente de energia sexual, demonstrando o quanto os aspectos culturais e históricos se vinculam e determinam as explicações e o modo como os indivíduos exercem o sexo e da sexualidade. Bauman (2008) aponta que o aspecto *gênero da identidade* (ser homem ou ser mulher), da mesma maneira que os demais aspectos da personalidade humana não é dado, mas deve ser escolhido, podendo ser descartado se considerado insatisfatório, e continua:

Esse aspecto, como todos os outros componentes da identidade pós-moderna, é, portanto, permanentemente indeterminado, incompleto, aberto a mudança, sendo um reino da incerteza e uma fonte inexaurível de ansiedade e busca da alma, assim como do medo de que alguns tipos preciosos de sensações tenham sido perdidos e que o potencial do corpo para fornecer prazer não tenha sido espremido até a última gota. (Bauman, 2008.p291)

O exercício da sexualidade é posto como mais uma escolha da sociedade de consumo, para a qual um amplo mercado se expande em benefício do capital. Seguindo com a temática da sexualidade e pós-modernidade, Bauman (2008) ainda ressalta que nesse contexto de inseguranças a sexualidade infantil está se tornando um fator de características peculiares. Muitas crianças tem se tornado objeto sexual, resultando em práticas de abuso infantil (pedofilia) e pornografia infantil. Todavia, a mesma insegurança, que resulta de formas de relações esvaziadas e fragilizadas obriga as famílias ao distanciamento das relações, para que a privacidade de cada um seja preservada, mesmo dentro do âmbito privado, a própria casa de cada pessoa. Por isso, o autor pontua que toda busca por deleite (satisfação dos impulsos sexuais) na sociedade pós-moderna está permeado por contraditórios, como o isolamento cada vez maior dos contatos próximos como preservação da identidade e privacidade e a superexploração midiática nas redes sociais. Ao mesmo tempo em que incentiva os sujeitos a vivenciarem plenamente seu potencial sexual, tendo o outro como objeto sexual, esse desejo é sempre permeado pelas incertezas, como as doenças sexualmente transmissíveis, a unidade que se estabeleceu ao longo da história da humanidade entre os componentes afetivo-sexual no exercício da sexualidade humana, mesmo que repleto

de contradições nas sociedades de classe, na atualidade, parece colocar-se como duas esferas irreconciliáveis.

É fato que muitas indagações se colocam a partir do exposto, o que se deve a não possibilidade de aprofundamentos maiores desta temática diante dos limites de tempo disposto á esta pesquisa. Porém, entende-se que o caminho até aqui traçado, possibilita o desdobramento de investigações que se voltem ao impacto das transformações atuais do capitalismo na atualidade para o psiquismo humano e, mais especificamente, para a compreensão do desenvolvimento da sexualidade humana em uma perspectiva diferenciada.

Diante do exposto neste capítulo, foi possível compreender que as relações entre as pessoas, mesmo que compreendidas como naturais, são antes relações sociais e históricas. Da mesma forma, como afirma Barroco (2004,p.188), as instituições sociais que passaram a reger os comportamento dos indivíduos, *se fazem e não nascem, e antes de serem privadas são também históricas*. Assim, ao pensar a sexualidade, compreende-se que esta é por sua vez um fenômeno também histórico inerente a humanidade, porém as diferentes formas de sua vivência se dão, não por mecanismos internos, tampouco é determinada apenas por um condicionamento do ambiente externo, mas que se funde na relação dialética entre o biológico (instinto) e o meio histórico-cultural que proporciona as ferramentas simbólicas a sua constituição.

É certo que, ao olhar para o desenvolvimento histórico da humanidade, diferentes aspectos devem ser considerados, todavia, este é apenas o início de uma caminhada a cerca do desenvolvimento da sexualidade humana, principalmente, considerando todos os aspectos que envolvem as transformações operadas neste período definido como pós-modernidade. Embora se tenha clareza da importância de se fazer uma análise pormenorizada, entendeu-se que se desviaria de objetivo deste trabalho, desta forma, optou-se por realizar como que um panorama do desenvolvimento da sexualidade em sua Filogênese. Porém, ressaltamos a importância de que sejam desenvolvidas novas pesquisas que se debrucem neste estudo a partir do materialismo histórico e da Psicologia Histórico Cultural.

Dessa forma, no próximo capítulo, mesmo que de modo breve, será realizado um caminho que situe o desenvolvimento da sexualidade desde o nascimento até a idade da

adolescência, isto é, o desenvolvimento ontogenético da sexualidade, a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

CAPITULO III

3. EM BUSCA DE UMA NOVA COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ONTOGENÉTICO DA SEXUALIDADE HUMANA, A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.

A partir do método do materialismo histórico dialético, adotado pelos autores soviéticos que integram a Escola de Vigotski, como apontado anteriormente, é objetivo deste capítulo buscar uma compreensão do desenvolvimento ontogenético da sexualidade humana tendo como base os estudos sobre o desenvolvimento das demais funções psicológicas superiores. Para isso seria necessário trilhar o caminho do desenvolvimento desde a infância até a idade adulta, todavia, devido aos limites de tempo, optou-se por trabalhar com o desenvolvimento da infância à adolescência, apoiando-se sempre nos autores marxistas que tratam da história do desenvolvimento humano, deixando os estudos pertinentes a vida adulta para estudos posteriores. Assim, ao se tomar como referência o materialismo histórico dialético, é possível compreender que a essência desse processo somente poderia ocorrer em um movimento de contínua relação entre a atividade coletiva e as bases biológicas fundamentais ao desenvolvimento dos aspectos culturais e históricos. Tal relação como apresentado nos capítulos anteriores, se evidencia pela contínua elaboração de signos e demais instrumentos, bem como a partir do uso planejado/consciente dos mesmos como mediadores essenciais ao processo de adaptação ativa ao meio natural. Assim, se torna possível a superação de uma fase inicial de atividade composta apenas por reflexos instintivos, constituídos de uma base inata e biológica, para uma fase superior de atividade consciente que tem por base fundamental o trabalho humano (Leontiev, 2004).

No entanto, antes de continuar, é importante dizer que Vigotski e Luria (1996) afirmam que para ser possível compreender o homem cultural adulto, como pretende-se apontar neste capítulo, no que se refere ao desenvolvimento da sexualidade, antes deve-se entendê-lo como resultado de um processo de evolução complexo composto de três caminhos fundamentais: 1. *A evolução biológica* que permitiu a formação das bases naturais fundamentais; 2. *A evolução histórica cultural* que representa o desenvolvimento histórico do homem primitivo ao homem cultural; 3. ”O

desenvolvimento individual de uma personalidade específica”, ou seja a ontogênese, “*onde o recém nascido ao atravessar os diversos estágio de seu desenvolvimento, torna-se uma criança em idade escolar e posteriormente o adulto cultural*” (Vigotski e Luria, 1996, p.151). Os dois primeiros caminhos se procurou trilhar nos capítulos anteriores e neste, serão concentrados os esforços no terceiro percurso. Importante dizer que, de acordo com os autores, estas etapas seguem cada uma o seu curso de forma intervenculadas, uma vez que a hominização gerou o salto qualitativo para a humanização, ao ponto que dadas as possibilidades para a filogênese, cada criança reproduz de modo acelerado, pela apropriação dos instrumentos e signos de seu ambiente cultural, a trajetória de milhares de anos da humanidade, e, assim, no desenvolvimento histórico do homem, ele próprio em sua natureza biológica, modifica-se.

No capítulo anterior, foi apresentado o caminho percorrido pelo gênero humano em seu desenvolvimento filogenético, para que se possa agora compreender o desenvolvimento ontogenético e suas implicações para o desenvolvimento da sexualidade. Isso porque, da mesma forma que o salto dado no desenvolvimento filogenético culminou com a superação das bases biológicas pelas bases culturais e históricas, no curso do desenvolvimento ontogenético faz-se necessário compreender a superação das bases instintivas, características da primeira infância, no qual o bebê humano que vem ao mundo passa a fazer parte de um processo ininterrupto de desenvolvimento como ser histórico individual, ou seja, que se insere desde o nascimento na história social humana. Todavia, para que esse desenvolvimento ocorra é fundamental que cada um possa se apropriar dos produtos culturais de sua sociedade, tanto os produtos que se apresentam em forma de objeto, como os que se apresentam em forma de instrumentos simbólicos, como a linguagem escrita e ciência, por exemplo.

Desse modo, conforme será explicitado no início deste capítulo, vale ressaltar que toda a apropriação de uma cultura, desde a infância, deverá ser sempre mediatizada pelos adultos que anteriormente se apropriaram dessa mesma cultura, tornando o processo de apropriação sempre como um processo mediado cuja relação entre adultos e crianças são fundamentais. Isso decorre do fato de que o processo de objetivação e apropriação, vistos no desenvolvimento filogenético, igualmente são observados no curso da ontogênese humana. Sobre isso Markus (1974) afirma:

Para a criança, o ambiente humano é algo dado, mas não os objetos em sua *qualidade humana*: esses, enquanto *objetos humanos* são apenas *indicados* como uma *tarefa* a levar a cabo. Para que o menino possa entrar em relação com esses objetos enquanto objetivações das forças essenciais do homem, para que possa, portanto utilizá-los de um modo humano, deve desenvolver também em si próprio as mesmas faculdades e as mesmas forças. Naturalmente, nesse caso, ocorre um processo que já não é mais espontâneo, pois se realiza apenas através da mediação dos adultos e, por conseguinte, da sociedade: o que explica o tempo inacreditavelmente breve no qual esse processo pode ocorrer. (MARKUS, 1974, p.54)

Isto quer dizer que o mundo real e imediato do homem determina sua vida, porém é, ao mesmo tempo, um mundo transformado e criado pela história humana. Todavia, este universo não é dado imediatamente ao indivíduo como sendo um mundo de objetos sociais, ou como um mundo de objetos construídos a partir das aptidões humanas formadas no decurso do desenvolvimento da prática sócio histórica, mas sim, apresenta-se a cada indivíduo como um problema a resolver (Leontiev, 2004). Em outras palavras, cada criança quando vem ao mundo tem a tarefa de apropriar-se das aptidões humanas objetivadas nos instrumentos e signos existentes em seu ambiente social, para tornar-se humana. Marx (1989) já afirmava que:

(...) as relações humanas com o mundo, a visão, a audição, o olfato, o gosto, o amor, em resumo, todos os órgãos de sua individualidade que, na sua forma, são imediatamente órgãos sociais, são no seu comportamento objetivo ou na sua relação com o objeto a apropriação deste, a apropriação da realidade humana. (p.91)

O desafio aqui posto reside em compreender como este processo de apropriação e objetivação vai determinar a constituição da sexualidade humana, como função propriamente humana, não mais determinada puramente por instintos inatos. Entende-se que, da mesma forma que as demais funções psíquicas humanas se transformaram no desenvolvimento filogenético da humanidade, a sexualidade como parte da conduta humana passou por significativas transformações, como já se

evidenciou, na história da humanidade e assim o sendo, cada indivíduo que nasce em um determinado período histórico, apropria-se dos modos de exercício da mesma, tal como postos pelas relações sociais existentes. Importante ressaltar que Vigotski (1996) afirma que apenas há a possibilidade de existir o sujeito se constituído em contextos sociais, que, assim, resultam da ação concreta de homens que coletivamente organizam o seu próprio viver. A teoria do desenvolvimento vigotskiana, como apresentada até o momento, explicita que todo organismo é ativo e estabelece contínua interação entre as condições sociais, que são mutáveis e a base biológica do comportamento humano. Essa relação é sempre ativa, sendo que, com a apropriação dos instrumentos culturais, o homem pode-se adaptar ao meio para então modificá-lo, criando novas condições para sua existência, sendo este um processo dialético e infinito.

Para tanto, Vigotski determina como ponto de partida as estruturas orgânicas elementares, determinadas pela maturação biológica, a partir das quais se formam novas e cada vez mais complexas funções mentais, dependendo da natureza das experiências sociais deste indivíduo. Nesta perspectiva, o processo de desenvolvimento segue duas linhas diferentes em sua origem: um processo elementar, de base biológica, e um processo superior, de origem sociocultural. Todavia, para que se possa compreender melhor este ponto inicial, optou-se por retomar os *Estudos sobre a História do Comportamento* de Vigotski e Luria (1996), quando, ao tratar do desenvolvimento do comportamento dos animais, demonstram de que forma ocorrem os estágios que determinam a transição do comportamento animal para o comportamento especificamente humano. O primeiro estágio descrito é representado pelas reações hereditárias e instintivas, que possuem como objetivo satisfazer as necessidades básicas de um organismo, bem como regular a autopreservação e a reprodução da espécie. Tais reações são apenas reflexas e atuam sem qualquer influência do meio social. Afirmar que a sexualidade é determinada pelos reflexos orgânicos ou internos aos indivíduos (desejo), como fazem grande parte dos autores dos trabalhos desta temática na atualidade (conforme será demonstrado no último capítulo desta dissertação), seria o mesmo que dizer que o exercício da sexualidade, diferentemente de outros aspectos da conduta humana, continuaria a ter como base apenas as funções elementares ou biológicas, que regulam a conduta dos demais animais no que se refere ao ato sexual. Contudo, é certo que a conduta sexual e os modos como o ser humano a vivencia é

radicalmente diferenciada em relação às demais espécies e, por isso, é possível falar de “sexualidade humana”, entendendo-a como aspecto da conduta que vem sendo transformada historicamente ao longo de todo o desenvolvimento humano, como demonstrado no capítulo anterior.

Assim, optou-se por organizar este capítulo, tomando por base os estudos de Vigotski (1930) sobre o desenvolvimento infantil até a adolescência, ou idade de transição, tal como apresentados do Tomo IV das Obras Escogidas de 1930, em sua tradução do russo para o espanhol, mudando-se apenas a ordem da apresentação para encadear a discussão em uma sequência cronológica de desenvolvimento. Assim, será exposto: 1. Tenra infância – do nascimento até os dois anos e a crise do primeiro ano; 2. A Crise dos três anos e o papel da imaginação; 3. A Crise dos sete anos e as exigências dos processos formais de escolarização. E, por fim; 4. Fase de Transição para a idade adulta ou Adolescência. Tal organização justifica-se, uma vez que seria impossível nos limites de um trabalho de mestrado abranger em sua completude a riqueza da obra vigotskiana e de seus continuadores, como Luria e Leontiev, Davidov, Elkonin, entre outros, porém espera-se que com esta sistematização e problematização, ainda que preliminar, criem-se possibilidades de outras investigações nesta mesma linha de análise.

Antes disso, é importante compreender que por volta de 1930, Vigotski introduziu em suas reflexões, uma noção que redireciona seu olhar sobre as relações entre as funções psicológicas superiores e, conseqüentemente, sobre sua compreensão do processo de desenvolvimento infantil. Trata-se da noção de sistema funcional (Vigotski, 2004). Tal noção permitiu um novo olhar sobre a compreensão dos avanços que decorrem do processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Assim afirma:

[...] o que muda não são tanto as funções [...], nem sua estrutura, nem sua parte de desenvolvimento, mas o que muda e se modifica são precisamente as relações, ou seja, o nexos das funções entre si, de maneira que surgem novos agrupamentos desconhecidos no nível anterior (VIGOTSKI, 2004, p. 105).

Dessa forma, dentro de todo o processo de desenvolvimento, existem “*duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, diferindo quanto à sua origem: de um lado, as funções mais elementares, que são de origem biológica; e de outro, as funções psicológicas superiores de origem sócio-cultural*” (Vigotski, 1991, p. 52). Assim, a história do comportamento da criança nasce do intercâmbio dessas duas linhas. Entretanto, entre os níveis elementares e os níveis superiores existem sistemas psicológicos de transição, que Vigotski vai estudar dialeticamente. Importante destacar que a compreensão vigotskiana do desenvolvimento humano está intimamente relacionada ao conceito marxista que trata do movimento de contradição, de crises e rupturas. Em síntese, no entendimento de desenvolvimento humano descrito por Vigotski (2006), todo o processo é determinado por momentos que alternam crises e estabilidade.

De acordo com o autor, é comum que se estude na psicologia os períodos de estabilidade em maior profundidade do que os períodos caracterizados pela crise. No entanto, neste último, encontram-se um tipo de desenvolvimento qualitativamente diferente. Isso porque em tais períodos de crise, vistos do exterior, são distinguidos por traços opostos daqueles observados nas idades consideradas estáveis. No período de crise ocorrem mudanças repentinas e fundamentais, como se fossem quebras na personalidade, de modo que, em menor tempo, a criança muda completamente, alterando características básicas de sua personalidade. Desenvolvem-se abruptamente nesse período, fazendo, dos momentos de crise, momentos decisivos no desenvolvimento da criança, conforme aponta Vigotski (2006).

A compreensão do autor, acerca do contato da criança com o meio, demonstra sua concepção dialética do desenvolvimento, caracterizada por conexões, avanços e retrocessos, por fases de estabilidades entrecortadas por momentos de crises, de idas e vindas. Sobre isso, afirma que:

Em algumas idades o desenvolvimento se distingue [...] por um curso lento, evolutivo. Em ditas idades a personalidade da criança muda muito lentamente, frequentemente de forma imperceptível, interna; são mudanças decorrentes de insignificantes ganhos “moleculares”. Durante um lapso de tempo mais ou menos amplo – habitualmente de vários anos – não se produzem mudanças bruscas nem desvios

importantes capazes de reestruturar a personalidade inteira da criança. As mudanças mais ou menos notáveis que se originam na personalidade da criança são os resultados de um amplo e oculto processo “molecular”. Ditas mudanças se exteriorizam e podem ser diretamente observadas somente com o término de prolongados processos de desenvolvimento latente (Vigotski, 1996, p.255).

Por isso, as crises se distinguem por traços opostos às idades estáveis. Vigotski aponta que:

Nelas, e ao longo de um tempo relativamente curto [...], se produzem bruscas e fundamentais mudanças e deslocamentos, modificações e rupturas na personalidade da criança. Num muito breve de tempo a criança muda por inteiro, se modifica os traços básicos de sua personalidade. Desenvolve de forma brusca, impetuosa, que adquire, em certas situações, características de catástrofe; lembra o curso de acontecimentos revolucionários tanto pelo ritmo das mudanças como pelo significado dos mesmos. São pontos de viragem no desenvolvimento infantil que tem, às vezes, a forma de agudas crises (Vigotski, 1996, p. 256).

Os períodos – de estabilidade e de crise – se intercalam ao longo do processo de desenvolvimento, caracterizando-se enquanto um processo dialético, cuja superação de um estágio para outro se efetiva de forma revolucionária. A respeito disso, Leontiev (1994) referenda:

(...) as crises não são absolutamente acompanhantes do desenvolvimento psíquico. Não são as crises que são inevitáveis, mas o momento crítico, a ruptura, as mudanças qualitativas no desenvolvimento. A crise, pelo contrário, é a prova de que um momento crítico ou uma mudança não se deu a tempo. Não ocorrerão crises se o desenvolvimento psíquico da criança não tomar forma espontaneamente e, sim, se for um processo racionalmente controlado, uma criação controlada. (Leontiev, 1994, p. 67)

Além disso, conforme Elkonin (1987), cada estágio do desenvolvimento humano é caracterizado por uma atividade principal, ou atividade dominante, sendo a principal forma de relacionamento da pessoa com a realidade circundante. Essas mudanças, alterações e todas as conexões estruturais que se encontram no processo de desenvolvimento e de substituição de funções de um estágio ao outro são denominadas por ele de sistemas. “*Denominaremos sistema psicológico o aparecimento dessas novas e mutáveis relações nas quais se situam as funções, dando-lhe o mesmo conteúdo que se costuma dar a esse conceito – infelizmente amplo demais*” (Vigotski, 2004, p. 106). A essência do sistema do desenvolvimento psicológico não se baseia no desenvolvimento posterior, mas na mudança de conexões. Para melhor compreender, no que consistem os sistemas para Vigotski, é possível tomar como base norteadora os estudos do desenvolvimento do pensamento e da linguagem na idade infantil. Sobre isso, ele argumenta:

O processo de desenvolvimento dessas funções não consiste, fundamentalmente, no fato de que dentro de cada uma delas se produza uma mudança, mas em que a mudança é o nexos inicial entre elas; o que é característico tanto da filogênese no plano zoológico quanto do desenvolvimento da criança na idade mais precoce (Vigotski, 2004, p. 105).

Ao tratar da periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva da Psicologia Histórico Cultural, Facci (2004) afirma que Vigotski (1996) identificou as seguintes crises:

(...) crises pós-natal – primeiro ano (2 meses-1 ano);
crise de 1 ano – infância precoce (1ano-3 anos);
crise de 3 anos – idade pré-escolar (3 anos-7 anos);
crise dos 7 anos – idade escolar (8 anos-12 anos);
crise dos 13 anos – puberdade (14 anos-18 anos); e
crise dos 17 anos. Nesses períodos de crise – que podem durar vários meses, um ano, dois ao máximo – produzem-se mudanças bruscas, rupturas na personalidade da criança. (Facci, 2004. p.74)

Cada período de crise é caracterizado por Vigotski (1996, p. 256-257) como sendo permeado pelas seguintes características: 1. Os limites entre o começo e o final da crise e as idades contíguas são totalmente indefinidas, de forma que originam-se de forma imperceptível e é difícil determinar o momento de seu começo e fim; 2. Algumas crianças que vivem essas fases, são difíceis de educar; 3. o negativismo é uma característica marcante. Esses períodos podem ser compreendidos do seguinte modo, conforme Facci (2004, p.74):

(...) caracterizados por uma atitude de negativismo com relação às exigências antes cumpridas: as crianças tornam-se desobedientes, caprichosas, contestadoras, e, muitas vezes, entram em conflito com os adultos que as cercam, geralmente com os pais e professores.

Para que seja possível a transição de uma fase à outra, Facci (2004) afirma, tomando como base os estudos de Leontiev (1998), que neste processo, conforme se aproxima o fim de cada fase, a criança passa a se dar conta de que o lugar que ocupava no mundo das relações humanas que a cercava não corresponde às suas potencialidades e se esforça para modificá-lo, fazendo surgir uma contradição entre esses dois fatores: 1. *Ela torna-se consciente das relações sociais estabelecidas, e essa conscientização a leva a uma mudança na motivação de sua atividade; nascem novos motivos, conduzindo-a a uma reinterpretação de suas ações anteriores.* 2. *A atividade principal em determinado momento passa a um segundo plano, e uma nova atividade principal surge, dando início a um novo estágio de desenvolvimento.* (Facci, 2004. p.73)

Do exposto, por meio da descrição dos pontos fundamentais de desenvolvimento em cada uma destas fases, buscar-se-á refletir e problematizar o modo como se desenvolve a sexualidade humana, tendo-se clareza que Vigotski (1996) escreve no contexto de uma sociedade socialista, sendo um crítico da sociedade capitalista ou burguesa e a partir do que ele destaca, serão levantados questionamentos sobre como a sociedade atual vem encaminhando esse desenvolvimento, ante as contradições que hoje se evidenciam. Tais questionamentos, como já dito, terão como objetivo abrir novas frentes de investigação, mais do que respondê-los nos limites desta pesquisa.

3.1 Tenra infância – do nascimento até os dois anos e a crise do primeiro ano

É comum, conforme afirma Vigotski e Luria (1996), que ao tratar do comportamento e desenvolvimento infantil se difunda na psicologia a ideia de que a criança é um pequeno adulto, diferindo apenas em tamanho e grau de inteligência, quando na verdade, assim como afirmam os autores soviéticos, dentre os muitos aspectos em que difere a criança do adulto, podemos citar: a diferença da estrutura e funções de seu corpo, a lógica em que se baseia possui princípios qualitativamente diferentes e a percepção de mundo. Ao considerar tais diferenças, é importante lembrar que existem transformações fisiológicas significativas que ocorrem no processo de crescimento da criança até que chegue a fase adulta. Essa transformação é denominada por Vigotski e Luria (1996, p.153) de *Metamorfoses do Comportamento Infantil*.

Para expor sobre a transformação dos órgãos que adquirem função social, os autores soviéticos ressaltam que alguns instintos se desenvolvem precocemente, como no caso da sucção, mas afirmam que nem todos os instintos possuem uma funcionalidade desde o nascimento. Dizem: *mas é certo que algumas funções apresentam sua maturidade mais tardiamente, como o exemplo do instinto sexual, que tanto nos animais como no ser humano, aparece apenas diante de um estágio suficientemente alto de maturação e desenvolvimento* (Vigotski e Luria, 1996. p.55). Estas reações instintivas como a sucção, ainda preservadas no homem ao nascer, são de fundamental importância ao se considerar que se constituem nos meios de adaptação ao meio ambiente externo. Tais instintos se desenvolveram ao longo do percurso filogenético da espécie humana e como parte da seleção natural do processo de evolução biológica mantiveram-se presentes até hoje no gênero humano. Os autores pontuam, como exemplo, que o sono e a vigília do bebê recém-nascido se alternam em pequenos períodos fragmentados, que substituem uns aos outros e que resultam em um estado de excitação e inibição, o que não ocorre com o indivíduo adulto, que possui como que uma *dupla vida* em que cada uma destas etapas (sono e vigília) *ocupam um intervalo compacto de tempo* devido a regulação que é realizada pelas atividades sociais que vão se desenvolvendo e ocupando espaço em sua vida (Vigotski e Luria, 1996. p.155).

Outro estágio do desenvolvimento citado pelos autores refere-se ao chamado estágio de treinamento ou *estágio dos reflexos condicionados* (Vigotski e Luria, 1996. p.56) o qual, apesar de se manterem em sua forma inata, provem da experiência individual do animal, como um novo tipo de reflexo que tem como base o reflexo inato do primeiro estágio, dando origem às *novas conexões condicionadas entre reações inatas e estímulos ambientais*. Ao observar o comportamento dos animais, os autores concluem que este novo tipo de reações somente pode ser encontrado nos animais vertebrados, como ocorre com as crianças do gênero humano, que se inicia o processo de autoinstrução e autotreinamento.

Outrossim, neste ponto se inicia o traçado da linha divisória entre o homem e os animais, que decorre da incapacidade para a produção de signos, ou seja, o animal não possui a capacidade de desenvolver instrumentos como forma de mediação do processo de adaptação ativa ao ambiente, e por isso, *não possui os meios de imprimir à terra a marca de sua vontade* (Engels, 1996. p.290). Desta forma, não pode dominá-la, ou submetê-la a sua vontade. Sobre isso, Leontiev (2004, p.292) expressa que, ao nascer, o homem vem ao mundo *sem defesa e desarmado*, possuindo apenas uma aptidão especificamente humana: *a aptidão para formar aptidões especificamente humanas*. Assim, desde o momento em que nasce a criança terá seu comportamento determinado pelas produções humanas criadas ao longo da história e disponibilizadas em seu entorno social, em outras palavras, bebe água no copo, senta-se à mesa; o que torna a experiência de assimilação dos instrumentos e signos históricos e culturais de extrema importância. A apropriação do produto do trabalho humano dos adultos cristalizado nos instrumentos e signos em um processo dialético contínuo é o que faz surgir em cada novo integrante da espécie as formas superiores de comportamento (Luria,1999). Por entender que a partir desta linha divisória se inicia um novo tipo, qualitativamente diferente de desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento do ser humano em sua ontogênese, neste capítulo optou-se por organizar a apresentação das transformações que vão ocorrendo no curso desse desenvolvimento, ao longo de suas etapas, desde a tenra infância até a adolescência.

Assim, o bebê ao nascer se depara com um mundo cheio de *borrões e ruídos*, sendo que *os órgãos da percepção ainda não funcionam* para ele, e por isso, se lhe apresentam como um *caos generalizado*. Dentre as primeiras coisas que um bebê passa

a perceber ficam em destaque às coisas a sua volta que lhe dão bem estar, como o seio da mãe que lhe proporciona a saciedade da fome, que é instintiva e se manifesta também de forma instintiva, pelo choro. Diferente do que ocorre com o adulto em que *o elo com o mundo externo se inicia pelos olhos*, com o bebê recém-nascido, esse elo se dá pela boca, dando início às *reações psicológicas primárias* (Vigotski e Luria, 1996.p.155). Desse modo, as sensações orgânicas restritas ao corpo de um bebê, tais como a fome, a dor e demais impulsos primitivos, são de extrema importância no processo de seu desenvolvimento, justamente por desempenharem o papel central nesta fase inicial de desenvolvimento fisiológico. De acordo com Vigotski e Luria (1996), apenas cerca de um mês e meio após seu nascimento o recém-nascido começa a ter os movimentos coordenados dos olhos, o que permitirá que a criança mova seus olhos em direção a determinado objeto sem, no entanto, ter acesso ao mundo percebido visualmente. Apenas em torno dos cinco meses é que conseguirá ter mais acesso ao que vê, por conta de seu desenvolvimento motor ter avançado.

Para Vigotski e Luria (1996):

Esse desenvolvimento produz uma revolução total na vida da criança: de ser primitivo com somente sensações orgânicas, de ser que não vê e não ouve, imerso apenas em sua vida orgânica, ela se transforma num ser, que pela primeira vez, se defronta com a realidade, começa a interagir com ela, começa a interagir ativamente a estímulos que dela [realidade] provém e se encontra diante da necessidade de, gradativamente e de maneiras primitivas, adaptar-se a ela.(p.156)

Esta revolução pode ser compreendida no entendimento de que, a partir desse ponto a existência antes regida por princípios orgânicos, passa a ser direcionada a uma realidade externa, que tem como caráter fundante as relações sociais. Entretanto, os autores antes citados apontam que, de forma alguma, a criança recém-nascida se apresenta como uma folha em branco, mas já nesta fase inicial possui muitas letras escritas por todo este percurso de características orgânicas, percurso esse fundamental ao desenvolvimento até aqui alcançado. O que se apresenta agora, diante do intercâmbio com o mundo externo, eminentemente social, são *letras numa linguagem qualitativamente diferente* (Vigotski e Luria,1996.p.157) das do adulto. E por essa

forma, traduzem-nos que existe um modo primitivo da criança vivenciar e se relacionar com a realidade externa, ao passo que esta mesma realidade é para o adulto, realidade apreendida. Na mesma fase, as percepções de tempo e espaço, não se apresentam como aos adultos e, por isso, diante da experiência de dor, fome ou qualquer outra sensação orgânica se carece da intervenção do adulto e de sua percepção aprimorada de espaço e tempo, para a própria satisfação de suas necessidades, inclusive as sensações de prazer, de conforto, de satisfação ou de desprazer, desconforto e insatisfação são mediadas pelos adultos diretamente em contato com a criança.

Isso porque, como afirmam Vigotski e Luria (1996, p.158), o bebê ao nascer faz seu primeiro contato com o mundo por sua boca e, por ela satisfaz suas necessidades de fome. Em seguida, interage com o mundo externo através das mãos. Mas somente mais tarde, sua visão e demais sentidos que auxiliam no processo de percepção se desenvolverão plenamente. Ao olhar para um objeto, o *traço fisiológico deixado sobre a retina* ainda deverá ser avaliado e processado neurologicamente, tendo como mediadores as experiências anteriores vivenciadas, para somente então traduzirem-se em percepções mais elaboradas. Por isso os autores explicitam que mesmo a criança de três ou quatro anos ainda não possui noção de perspectiva, sendo o mundo ainda visto de um modo primitivo.

A criança pequena (até os dois anos de idade) que olha para uma mesma imagem de longe e de perto tem a impressão que a imagem de longe simplesmente é menor do que a que está por perto, o que ocorre por não ter um número suficiente de experiências acumuladas e por não ter, ainda, se apropriado de instrumentos simbólicos que a auxiliarão em uma percepção mais avançada em termos de perspectiva espacial. Nesse sentido é que os autores enunciam que, para que seja aprimorada a percepção deve-se superar o aspecto *ingênuo-fisiológico* para um estágio superior em que as experiências anteriores regularão o modo como são percebidas as imagens e objetos. Apenas a partir das experiências vivenciadas em conjunto com os adultos, coletivamente, a criança passará a ver o mundo exterior não apenas com os olhos, mas significando a partir na relação com o mundo externo, o que acontece posteriormente e se aprimora com o desenvolvimento da linguagem como veremos posteriormente.

Implica em dizer que a criança passará a perceber o mundo de forma mais completa e integral, iniciando o processo de transição entre a percepção primitiva e a percepção da realidade concreta, o que pode também ser, mais a frente, o início para que ela compreenda os limites entre a fantasia e a realidade, bem como o que existe e o que é somente desejado. Mas antes será preciso *que uma reconstrução cultural significativa [tenha] lugar para que a criança passe do estágio de percepções primitivas para o estágio seguinte* (Vigotski e Luria, 1996, p.161). Enquanto isso não ocorrer, a criança terá a percepção, mas será desprovida de sentido, o que traz implicações para suas sensações e afetos: se alegrará sem estar consciente de que se alegra e terá a sensação instintiva de fome sem ter conhecimento de que o que sente é fome.

Tal como a percepção, o pensamento da criança também é bastante primitivo neste período, isto porque difere do pensamento do adulto em termos de estrutura e de recursos utilizados. Para a criança, inicialmente, o pensamento não possui o objetivo de organizar o meio externo como ocorre com o adulto. Vigotski e Luria (1996) propõem que:

Lampejos individuais de fala humana surgem a partir do choro do bebê e do balbúcio da criança pequena, mas o processo de aquisição da fala só termina basicamente por volta da idade de maturação sexual, porque apenas neste momento a fala se torna um instrumento para formação dos conceitos abstratos, um meio de pensamento abstrato para a criança. (Vigotski e Luria, 1996, p. 95)

Facci (2004), ao retomar os estudos de Elkonin (1987), destaca que nessa fase do desenvolvimento a *“comunicação emocional direta dos bebês com os adultos é a atividade principal”*, isto porque desde as primeiras semanas de vida até mais ou menos um ano, toda a relação da criança com seu meio será a base fundamental para a formação *“de ações sensório-motoras de manipulação”*. Facci (2004) destaca que:

Na relação da criança com a sociedade, num processo de **assimilação das tarefas e dos motivos da atividade humana e das normas de relacionamento que as pessoas estabelecem durante suas relações**, o bebê utiliza vários recursos para se comunicar com os adultos, como o

choro, por exemplo, para demonstrar as sensações que está tendo e o sorriso para buscar uma forma de comunicação social. (Facci, 2004. p.04 – grifo nosso)

Sobre isso, Vigotski (1934) ressalta que, uma vez que criança de um ano não fala, o seu entorno, ou seja, o meio social em que vive, não sofre nenhuma variação linguística significativa, todavia, é possível perceber que, como afirma Facci (2004), os componentes culturais *a as normas de relacionamento que as pessoas estabelecem* já começam a ser assimilados e incorporados à vida do bebê. Podemos dizer que, conforme a percepção infantil se aprimora e aguça, a criança vai sendo capaz de observar o ambiente ao seu redor, incluído nele as relações estabelecidas entre os adultos, entre os adultos e ela, entre outras crianças, mesmo que ainda não lhe seja possível significá-las por meio da linguagem.

Ao tratar do primeiro ano de vida, Vigotski (1934) deixa claro que é fundamental que se compreenda que a criança é sempre um ser social, assim como seu meio externo também o é, então ela é parte de seu entorno social, sendo esta uma relação dialética. Isso quer dizer que todo o avanço que ocorra no desenvolvimento dessa criança também modificará a influência do meio sobre ela, bem como as sensações e percepções que ela possui de seu meio. Por isso, Vigotski (1934) atesta que, para que seja possível compreender as determinações do meio social na vida de uma criança neste primeiro ano, deve-se sempre estudá-lo em relação à criança, e esta por sua vez, em relação ao meio, em unidade dialética.

Nessa fase, também, a criança aceita o mundo como o percebe, sem fazer conexões entre o que percebe e o que observa de forma concreta e por isso sua ação sobre o ambiente fica limitada. Isto decorre de que, em relação ao pensamento, suas raízes ainda se encontram como pré-intelectuais, posto que o desenvolvimento da linguagem ainda não se deu completamente. De acordo com Vigotski (2000) o choro e o balbúcio são estágios do desenvolvimento da linguagem que nada têm a ver com o desenvolvimento do pensamento, por essa razão afirma que, na fase do primeiro ano, a comunicação do bebê com o mundo é bastante peculiar, e que “*o desenvolvimento do bebê está baseado na contradição entre a máxima sociabilidade (por estar em total dependência do cuidado dos adultos) e suas mínimas possibilidades de comunicação*”

(Vygotski, 1996, p. 286). Todavia, a função social da linguagem já aparece no primeiro ano de vida, tornando este ao mesmo tempo, um estágio pré-intelectual do desenvolvimento da linguagem de criança. As reações do bebê às comunicações do adulto são sempre significadas pelo por este adulto e, por sua vez, promovem novas reações emocionais-afetivas na criança. São o que Vigotski (1996) define como comunicação emocional direta do bebê, que vão auxiliando na organização gradativa das ações com os objetos (manipulação) como promovendo a base sob a qual se assentará as condições para o desenvolvimento da fala.

No ponto em que a linguagem começa a ser desenvolvida, Facci (2004), demonstra que, ainda na primeira infância, a atividade principal passa a ser a *objetal-instrumental*, momento em que ocorre a assimilação dos procedimentos de ação elaborados socialmente para o uso dos objetos. Segundo a autora, para que ocorra essa assimilação, é imprescindível a mediação por parte dos adultos, para que, por meio da linguagem, a criança possa aprender a manipular os objetos criados pelos homens, organizando-se em relação à vida externa.

Vigotski (2000, p. 108) ressalta que por volta dos dois anos de idade, *as curvas de desenvolvimento do pensamento e da linguagem, até então separadas, começam se unir* dando início a uma nova forma de comportamento, quando a criança *faz a maior descoberta da sua vida, a de que todas as coisas têm um nome*. Sobre isso, Facci (2004) afirma que:

Até mais ou menos os 18 meses, a criança ainda não consegue descobrir as funções simbólicas da linguagem, que é uma operação intelectual consciente e altamente complexa. Por volta dos dois anos, a criança apresenta grande evolução da linguagem, dando início a uma forma totalmente nova de comportamento, exclusivamente humana. Inicia-se a formação da consciência e a diferenciação do “eu” infantil. (p.68)

A partir desse ponto a linguagem começa a mediar o desenvolvimento do pensamento, que começa a oralizar-se. Tais transformações dão início a um novo tipo de comportamento, que desencadeia a curiosidade da criança pelas palavras, bem como as suas perguntas sobre coisas novas. A qualidade das mediações feitas pelos adultos, já

nessa fase do desenvolvimento, bem como a qualidade das mediações culturais e sociais determinará a qualidade do vocabulário da criança. Todavia, na fase em questão, o pensamento verbal, como denominou Vigotski (2000), progride muito rapidamente, já que a criança passa a compreender a função simbólica das palavras, tornando a linguagem intelectual (unidade pensamento/linguagem). De acordo com esse autor:

(...) o discurso interior se desenvolve através de uma lenta acumulação de mudanças funcionais e estruturais, que se desliga do discurso externo da criança simultaneamente com a diferenciação das funções social e egocêntrica do discurso, e finalmente que as estruturas do discurso dominadas pela criança se transformam nas estruturas básicas do seu pensamento. (Vigotski, 2000. p.112)

Todavia, Elkonin (1987) declara que a comunicação não é atividade dominante (principal) dessa fase, mas possui por função auxiliar a criança na compreensão da função dos objetos e os meios e motivos de seu uso na sociedade em que vive. Diante disso, torna-se possível, então, afirmar que é nessa fase de nomear as coisas ao seu redor que a criança começará a nomear também as partes de seu próprio corpo, inclusive as partes, que mais tarde, serão conectadas aos aspectos da sexualidade como o pênis e a vulva. Os nomes utilizados para as partes do corpo por seu grupo familiar, bem como os valores implícitos postos a eles, começam a dirigir a percepção que mais a frente possuirá sobre si e sobre o seu corpo.

Em relação à formação dos conceitos, Vigotski (2001) aponta que os bebês dão o primeiro passo para sua constituição a partir da observação e atuação sobre o mundo objetivo e concreto. Mesmo nos bebês muito pequenos, os objetos ou as figuras que apresentam certos traços comuns evocam respostas semelhantes e, desde esses estágios considerados pré-intelectuais, as crianças buscam, em situações semelhantes, desfechos semelhantes. Assim, podemos afirmar que crianças nesta fase do desenvolvimento submetidas a situações correlatas à sexualidade como, por exemplo, de abuso sexual por parte de um adulto, não serão capazes de imediatamente significar um comportamento ou dar um sentido específico ao ocorrido, muitas vezes retendo apenas o desfecho, em outras palavras, a sensação de prazer ou desprazer. Apenas mais tarde a criança terá a possibilidade de codificar tais experiências vivenciadas nessa fase do desenvolvimento,

por meio da linguagem, podendo recompor o quadro dos traços retidos em uma totalidade que inclua os afetos e o significado do ocorrido.

Para melhor abordar as questões da sexualidade que algumas crianças vivenciam desde a primeira infância, é possível retomar os estudos sobre a memória de Vigotski (1998) cujo autor assinala que nos primeiros anos de vida a memória é uma das funções psíquicas centrais, sendo o pensamento da criança determinado pela memória. Antes de significar um acontecimento ou objeto, a criança utiliza a generalização em que seu pensamento apoia-se totalmente na memória.

Sobre o desenvolvimento da crise do primeiro ano de vida, Vigotski (1996) afirma que não se constata aqui uma crise específica, mas sim três momentos de crise. Primeiramente, tem-se o fato da criança ainda não saber andar nos primeiros meses de vida e sua locomoção dependerá do adulto. Apenas diante das condições sociais postas pelos adultos, que favoreçam a maturidade neurológica em relação a função motora dos membros inferiores, serão estabelecidas a base para o andar, o que lhe dará maior movimentação no espaço em que vive, abrindo novas possibilidades de atuação no/do meio externo. Vale destacar que tal desenvolvimento motor somente será possível a partir da necessidade que a criança terá de se locomover, necessidades essas postas pelos adultos que com ela convivem.

Posteriormente, como uma nova crise, estão as questões da linguagem: o começar a falar. Todavia, segundo Vigotski (1996), é um processo que, ao se iniciar, levará mais ou menos três meses, até que a criança possa elaborar pequenas palavras. Antes disso, porém, o bebê utilizará gestos e sons para comunicar-se, sendo um passo fundamental para o que virá a ser a linguagem verbal propriamente dita. Falar a primeira palavra será, então, de grande importância para o desenvolvimento infantil, o que decorre de que, por conta de seu desenvolvimento, a criança passará a ter necessidade de comunicação com os adultos. Os significados dados para as palavras, porém, só serão desenvolvidos posteriormente. Em princípio, objetos que evocam imagens semelhantes poderão ter reunidos em sons semelhantes, parecidos com as palavras pronunciadas pelos adultos em sua língua materna. Para melhor demonstrar tal fato, Vigotski (1996) cita o exemplo de Charles Darwin que, ao observar seu neto, constatou que ele, ao observar um pato na estante, começou a imitar os sons que os

adultos imitavam do animal e optou por denominá-lo de “uá” . Mais tarde, ao brincar com moedas antigas que continham imagens de patos, denominou-as da mesma forma de “uá”, passando a chamar todas as demais moedas, medalhas e demais objetos com formas semelhantes por “uá”. Vigotski (1996) afirma que essa linguagem inicial é uma linguagem autônoma, dos quais os significados autônomos não coincidem com o significado das palavras, tal como utilizados pelo adulto, apesar de coexistirem e, justamente com a participação ativa da criança com os adultos, ela iniciará o processo de desenvolvimento crescente dos significados das palavras, que se prolongará em seu desenvolvimento, com crescentes mudanças qualitativas.

Com pequenas palavras sendo elaboradas, aspectos relativos à direção da vontade e dos afetos começam a ser iniciados, fazendo transparecer os primeiros atos de oposição e protesto em relação ao meio e as pessoas ao redor. Entretanto, como afirma Vigotski (1996), estes aparecem apenas como uma *reação da vontade* (Vigotski, 1996, p.319. v.IV) e se apresentam em um estágio qualitativamente diferentes do que virá a ser o desenvolvimento da vontade de fato. Em momentos denominados por ele de *mais críticos* (Idem, p.320), tais reações apareceram com maior intensidade, principalmente nos casos em que é negado a esta criança aquilo que pede.

Assim, evidencia-se que as características da crise do primeiro ano de vida se delineiam por três aspectos já citados, como a crescente possibilidade da criança para locomover-se e comunicar-se, que coloca a ela o mundo das coisas e das pessoas ao seu alcance. Dito de outro modo, poder engatinhar ou andar e dirigir o comportamento do adulto por meio de palavras e gestos (pedir, negar, etc.), reconfigura a vontade e os afetos, mesmo que, no início da linguagem autônoma (linguagem que signo e significado ainda encontram-se separados), seu processo de desenvolvimento ainda esteja atrelado mais à percepção direta do que ao pensamento, já evidencia-se uma síntese de funções, que redimensiona o comportamento infantil.

3.2A Crise dos três anos e o papel da imaginação

De acordo com autores como Vigotski (2001) e Luria (1999), nessa fase destacam-se a ingenuidade e espontaneidade, posto que a criança manifesta-se tal como é por dentro, isso porque, como resultado dos avanços da fase anterior, a criança possui

agora maior percepção das propriedades físicas do seu próprio corpo e dos objetos. Nesta idade não aparece nenhuma função elementar nova que seja essencialmente diferente das que já existem, ou seja, todas as funções existentes passam a ser incorporadas numa nova estrutura, formando uma nova síntese, passando a fazer parte de um novo todo complexo. Nessa fase, o mundo externo, que começa a interiorizar-se, dá início a novas formas de generalizações como, por exemplo, as utilizadas para a formação da função da imaginação. Entretanto, como sinalizou Vigotski (2001), a função da imaginação não é mera atividade psíquica de reprodução na consciência de imagens anteriormente vividas, porquanto, de acordo com o autor, é memória. O que está em pleno desenvolvimento nessa fase do desenvolvimento é a função da imaginação, tal como exemplificado por Vigotski (2001)

Mas se, mergulhado em próprios pensamentos e reflexões, sem estar vendo paisagem nenhuma, reproduzo na memória uma paisagem vista por mim alguma vez, esta paisagem se diferenciará da atividade da memória pelo fato de que o impulso imediato para ela não provém da existência das impressões que a provocam, mas de certos processos distintos. (...) É condicionada psiquicamente de modo distinto da atividade da memória. (Vigotski,1996. p.108. v.II)

Desta forma, o que torna a imaginação, função tão crucial para o desenvolvimento infantil, é que está diretamente relacionada à assimilação da linguagem. Porque, segundo Vigotski (2001), a linguagem libera a criança das impressões imediatas do objeto, dando a ela a possibilidade de representar para si mesma um objeto que não tenha sido visto anteriormente e pensar nele, ampliando suas possibilidades de representação no campo mental. Durante esta fase dos três anos, ou idade pré-escolar, se desenvolvem então, o pensamento realista que, por sua vez, torna-se função inseparável da imaginação. Para tanto, a possibilidade de começar agir com certa liberdade se inicia nesta fase.

Vigotski (1991) salienta que, a cada tentativa da criança em resolver uma tarefa, implica na formação de novas conexões entre as funções psicológicas envolvidas e, dessa forma, o conhecimento infantil sobre o objeto em questão se enriquece, sabendo

que ele está em conexão com outros objetos. O conceito construído nesse processo se organiza num sistema de apreciações reduzidas a uma determinada conexão regular. Ele inclui em si uma relação no que diz respeito a um sistema muito mais amplo. Essa perspectiva fica muito evidente, quando Vigotski (1991) analisa uma situação do experimento desenvolvido por Levina, o qual foi apresentada para criança a tarefa de pegar um doce num armário. A solução para tal tarefa é assim descrita por ele:

(...) pediu-se a uma menina de quatro anos e meio que pegasse o doce, usando como possíveis instrumentos um banco e uma vara. A descrição de Levina é a seguinte:(parada ao lado de um banco, olhando e, com a vara, tentando sentir algo sobre o armário.) “Subir no banco.” (Olha para o experimentador, muda a vara de mão.)“Aquilo é mesmo um doce?” (Hesita.) “Eu posso pegá-lo com aquele outro banco, subo e pego.” (Pega o outro banco.) “Não, não dá. Eu poderia usar a vara.” (Pega a vara e esbarra no doce.) “Ele vai mexer agora.” (Acerta o doce.) “Moveu-se, eu não consegui pegá-lo com o banco, mas a vara funcionou (Vigotski, 1991, p. 28).

O autor postula que a fala é, à vista disso, de fundamental importância nessa fase para a ação de resolução de problemas e aponta que ambas (pensamento e linguagem) vão constituir uma nova função psicológica complexa, ou neoformação, o pensamento verbal. Por isso afirma:

Essas observações me levam a concluir que as crianças resolvem suas tarefas práticas com a ajuda da fala, assim como dos olhos e das mãos. Essa **unidade** de percepção, fala e ação, que, em última instância, provoca a internalização do campo visual, constitui o objeto central de qualquer análise da origem das formas caracteristicamente humanas de comportamento (VYGOTSKY, 1991, p. 28 – grifo nosso).

Logo, se anterior à fase dos três anos, o pensamento infantil se manifestava a partir da percepção visual direta e, por isso, pensar não significava recordar, agora, na fase dos três anos, pensar significa, necessariamente, recordar, apoiando-se em suas

experiências anteriores e na linguagem já melhor desenvolvida. Nesta fase do desenvolvimento, então, a atividade principal (dominante) torna-se o jogo ou a brincadeira. Ao observar o mundo concreto, a criança apropria-se dos objetos de seus meio utilizados pelos adultos, partindo da perspectiva que possui desse contexto externo a si, determina o conteúdo das atividades da brincadeira. É por meio dessa atividade principal de jogo que a criança desenvolverá a consciência do funcionamento do mundo, dos motivos das ações e da relação deles com os afetos.

É possível, diante disso, compreender que, ao jogar, a criança jogue com objetos e com papéis. Por exemplo: transforma a régua em avião (jogo com objetos) e se transforma em mamãe da boneca (jogo de papéis). No primeiro, a partir de Vigotski (1998; 1996), é possível alegar que o jogo com objetos favorece um salto em termos de abstração em relação às funções sociais dos objetos e, no segundo, o jogo de papéis, em relação às funções sociais dela enquanto criança. Todavia, é importante ressaltar que no segundo caso, especificamente, a criança procura exercer na imaginação, pelo jogo de papeis, o que não pode efetivamente fazer por causa da idade ou demais condições (Ex: não pode ainda ser mamãe de verdade ou professora). Da mesma forma, a criança pode se apropriar do mundo adulto, que é social e historicamente construído, por meio de brincadeiras que representem as figuras sociais, tais como marido e mulher, namorado e namorada, ou demais formas de relacionamento que tenha contato, o que pode ser feito com bonecas ou com outras crianças, em que buscará “imitar” os gestos e linguagem dos adultos. Importante ressaltar que, a partir de Vigotski (1996), inicialmente, esse jogo aqui tratado, é um mediador para a apropriação do mundo adulto, ou seja, é por meio do jogo que as práticas sociais e culturais são vivenciadas, e, portanto, os significados dessas ações reproduzidas por meio do jogo serão significados aos poucos. Conseqüentemente, é possível verificar que, ao imitar o mundo do adulto, muitas crianças realizem “jogos sexuais” sem saber que o são, como quando duas crianças se beijam na boca ao brincar de marido e mulher, imitando um filme ou uma novela que vê na televisão, ou mesmo os carinhos que presencia entre os adultos.

Diante disso, é possível compreender que muitas vezes é o adulto quem dá o significado erótico para a brincadeira da criança, pois a criança imita no jogo aquilo que vê os adultos realizarem na realidade. Vigotski (2000) pontua que o jogo de imaginação opera no nível de desenvolvimento proximal, isto é, a criança faz hoje na brincadeira o

que fará amanhã como adulto. Por conseguinte, conforme são transformadas as formas de relacionamento no mundo dos adultos, são transformadas também as formas de desempenhar os papéis da brincadeira no mundo infantil. Sobre os jogos da imaginação na infância, Facci (2004) reitera que:

No período pré-escolar, o que se constata é que as necessidades básicas da criança são supridas pelos adultos, e as crianças sentem sua dependência com relação a eles. O seu mundo divide-se em dois círculos: um criado pelos pais ou pelas pessoas que convivem com elas, sendo que essas relações determinam as relações com todas as demais pessoas; o outro grupo é formado pelos demais membros da sociedade.(p.69)

Diante disso, é possível constatar que, os meios de comunicação que uma criança tem acesso hoje, como a televisão e a internet, que ofertam diferentes conteúdos do mundo dos adultos, amplia o contexto com o qual a criança terá contato para apreender as questões relacionadas a sexualidade, que muitas vezes são expressas por meio do jogo simbólico ou jogo de papéis. As novelas e músicas disponíveis, assistidas e ouvidas livremente pelas crianças, muitas delas possuindo cunho erótico nas letras e nas danças, são utilizadas no jogo infantil. Além disso, o fácil acesso a pornografia, vem introduzir novas possibilidades de contato com as práticas sexuais dos adultos, ampliando as possibilidades de reprodução da erotização no jogo infantil. Porém, destaca-se que, tais elementos para a criança nesta faixa etária, não estão carregados dos mesmos significados e componentes afetivo-sexuais do mundo adulto e a compreensão destes componentes acontecerá com o desenvolvimento do pensamento infantil. Tal como na esfera do uso das palavras, a criança os emprega como o adulto o faz, por imitação. Na aparência com o mesmo sentido, porém, na essência, ainda de modo ingênuo.

Vigotski (2001) ao tratar da formação dos conceitos na fase pré-escolar afirmou:

Neste processo, a criança constrói frequentemente surpreendentes complexos ilimitados, construídos segundo os mesmos princípios dos complexos

concretos circunscritos. Em ambos os tipos de complexos, a criança mantém-se dentro do limite das ligações concretas entre as coisas, mas, na medida em que o primeiro tipo de complexos compreende objetos que se encontram fora da esfera do seu conhecimento prático, estas ligações baseiam-se naturalmente em atributos difusos irrealis e instáveis. (Vigotski, 2001, p.84)

Importante retomar que os complexos que correspondem ao significado das palavras não são espontaneamente desenvolvidos pela criança, mas pré-determinados pelo significado que as palavras já possuem na linguagem materna dos adultos. Isso quer dizer que a linguagem do meio social, bem como seus significados e os motivos para seu uso, determinarão o caminho que a generalização infantil seguirá. Uma vez que o adulto não pode transmitir integralmente sua forma de pensar à criança, serão os significados das palavras utilizados nas diferentes situações sociais, ou seja, os conceitos, os instrumentos para que desenvolva os complexos (formas rudimentares de conceitos) e por meio destes o pensamento. (Vigotski, 2001)

Sobre isto, Vigotski (2001) afirma que se formam na criança como que pseudo-conceitos que servem de ligação entre o pensamento por complexos e o pensamento por conceitos, sendo que este último se formará apenas mais tarde, na idade de transição. Um complexo, conforme expõe o autor, já traz em si “*a semente em germinação de um conceito e por isso o intercâmbio verbal com os adultos torna-se assim um poderoso fator de desenvolvimento dos conceitos infantis.*” (...) Diante disso, é importante destacar que, para a criança, a transição entre o pensamento por complexos e o pensamento por conceitos passará como que despercebida, uma vez que os pseudo-conceitos por ela desenvolvidos já coincidem no seu conteúdo externo com os conceitos dos adultos, o que permite a conversa e convivência entre adulto e criança mediada pela linguagem. Embora na essência os conceitos não sejam similares, é por este intercâmbio que a criança avançará no desenvolvimento conceitual, por meio do emprego prático das palavras nas situações sociais com os adultos.

A principal função dos complexos consiste em estabelecer ligações e relações. O pensamento por complexos dá início à unificação das impressões dispersas; ao organizar elementos discretos da

experiência em grupos cria uma base para futuras generalizações. Mas o conceito desenvolvido pressupõe algo mais do que a unificação. Para formar esse conceito é também necessário abstrair, isolar elementos e ver os elementos abstraídos da totalidade da experiência concreta em que se encontram mergulhados. (Vigotski, 2001.p.)

É então que a atividade dominante dessa fase, ou seja, os jogos de objetos e os jogos de papéis, serão fundamentais para o desenvolvimento do próprio pensamento e da linguagem. No entanto, reitera-se aqui que os significados conceituais abstratos serão inscritos no pensamento em fases posteriores. De acordo com Facci (2004) a partir de Elkonin, (1998), o jogo infantil, influenciado pelas atividades humanas e pelas relações entre as pessoas, tem como conteúdo fundamental o homem, ou *a atividade dos homens e as relações com os adultos* (Facci, 2004. p.64), e exerce influência sobre o desenvolvimento psíquico da criança e sobre a formação de sua personalidade.

3.3 Crise dos Sete anos e as exigências dos processos formais de escolarização.

A passagem da criança da infância pré-escolar à fase seguinte será determinada, não apenas pelos avanços orgânicos, conforme aponta Vigotski (1996), mas essencialmente será intermediada pela entrada dela na escola, o que transformará sua atividade principal (dominante), que passará agora a ser atividades relacionadas ao estudo (escrita, leitura e outros). Leontiev (1978) afirma que o próprio lugar que a criança ocupa, em relação aos adultos, é transformado o que decorre de que, na escola, a criança terá deveres e tarefas a cumprir, que receberão a mediação dos meios formais e científicos de transmissão dos conteúdos. As exigências postas pela escola servirão de intermediário para todo o sistema de relações da criança com os adultos que a cercam, incluindo a comunicação pessoal com a família. Conforme destaca Facci (2004), para Davidov (1988), o ensino escolar terá, portanto, nesse estágio, a função de introduzir o aluno na atividade de estudo de forma que se aproprie dos conhecimentos científicos e, a partir deles, se desenvolve a consciência e o pensamento teórico, bem como outras funções, tais como as capacidades de reflexão, análise e planificação mental.

Por causa disso, Vigotski (1934) atesta que a criança de sete anos se caracteriza pela perda da espontaneidade infantil, que era resultado da não diferenciação entre a vida interior e a exterior e que será diminuída à medida que a criança passe a compreender a diferença entre seus desejos e o mundo externo. Igualmente, nessa fase, a criança cresce rapidamente e ocorrem diferentes modificações características do intelecto que se formam através das percepções internas a respeito das experiências anteriores e da atividade concreta desenvolvida nas etapas anteriores. Ou melhor, sua percepção interior é formada ao ocorrer uma tomada de consciência das impressões percebidas sobre o mundo externo, como sendo diferente das impressões do mundo interno. Nessa fase, portanto, a criança passa a expressar-se de forma mais clara por meio da linguagem verbal, significando os objetos, significando suas próprias ações e estados internos (cansaço e fome, por exemplo) bem como as ações de outras pessoas, isto porque se forma na criança uma estrutura de vivências que lhe permitirá compreender melhor seus afetos, desejos e impulsos.

Vigotski (1934), não trata da temática da sexualidade ao falar da crise dos sete anos, todavia vem ressaltar que, assim como a criança de três anos descobre suas relações com outras pessoas, aos sete anos, ela passa a compreender suas próprias vivências e adquirem sentido. Todavia, é certo que diante da descoberta dos sentidos de suas próprias experiências, a relação da criança consigo mesma será, a partir dessa fase, qualitativamente diferente das anteriores. Agora, possui a capacidade para generalizar suas experiências, seus afetos, fazendo surgir à lógica das emoções. Em tal fase, na qual busca significar o meio externo, a criança busca também nomear as partes de seu próprio corpo, buscando agora compreender suas funções.

Diante disso, Vigotski (1934) afirma:

A criança de idade escolar generaliza os sentimentos, [isto é] quando uma situação se repetiu muitas vezes nasce uma formação afetiva que tem a mesma relação com a vivência isolada ou o afeto, que o conceito com a percepção isolada ou a lembrança. Por exemplo, a criança pré-escolar carece de auto-estima, de amor próprio. Justamente na crise dos sete anos é quando surge a própria valoração: a criança julga seus êxitos, sua própria posição. (Vigotski, 1934. p.381. trad. A.D.Jr. 1999)

Isso quer dizer que a criança começa a julgar a si mesma, passando a diferenciar o mundo exterior do interior, dando início ao que Vigotski (1934, p. 381) denomina de *batalha entre as vivências*. A luta interna que se trava a partir de vivências contraditórias somente agora é possível, uma vez que a tomada de consciência das próprias vivências já está formada, isto é, *uma nova unidade de elementos situacionais e pessoais que fazem possível uma nova etapa do desenvolvimento*. Entretanto, é imprescindível destacar, a despeito das teorias existentes na psicologia, que todo este processo não ocorre de forma espontânea. À criança, somente é possível a tomada de consciência de seu mundo interno quando a relação dela com o meio externo é uma relação radicalmente diferente da que existia anteriormente. Isso quer dizer que a vivência da criança, portanto, será uma unidade dialética entre a personalidade e o meio, onde esta vivência é sempre compreendida como sendo *a relação interior da pessoa desde sua infância, com um ou outro momento da realidade*. (Vigotski, 1934.p.383)

Toda a vivência é vivência de algo. Não há vivências sem motivo, como não há ato consciente que não seja ato consciente de algo. Entretanto, cada vivência é pessoal. (...) A verdadeira unidade dinâmica da consciência, unidade plena que constitui a base da consciência é a vivência. (Vigotski, 1934. p.384)

Nessa fase também, que caracteriza o ingresso na escola, no Brasil, caracterizado como Ensino Fundamental, a criança iniciará o processo de aquisição da linguagem escrita e matemática¹⁷, primeiras noções de ciências, disciplina na qual será iniciada nos conceitos formais sobre a reprodução humana, o aparelho reprodutor feminino e masculino e suas funções. De acordo com Davidov & Márkova (1987b, p. 321), a apropriação dos conceitos é um processo de reprodução, no qual os “(...) *procedimentos historicamente formados de transformação dos objetos da realidade circundante, dos tipos de relação em direção a isso e do processo de conversão de padrões, socialmente elaborados, em formas da ‘subjetividade’ individual*”.

¹⁷ Importante lembrar que no Brasil hoje as crianças tem seu ingresso escolar aos cinco anos, o que acarretará mudanças nas fases do desenvolvimento, se olharmos a partir da Psicologia Histórico Cultural. Todavia, não é objetivo deste trabalho o aprofundamento de tais questões.

Importante dizer que na fase dos sete anos, se inicia o primeiro exercício da inteligência prática infantil que se manifesta pela utilização correta das formas e estruturas gramaticais antes mesmo que compreenda as operações lógicas que representam. Com a gradual acumulação da experiência psicológica a criança conta pelos dedos, recorre a auxiliares mnemônicos, etc. (Vigotski, 2001).

Entretanto, de acordo com Vigotski (2001):

(...) só o domínio da abstração, combinado com o pensamento por complexos desenvolvido permite à criança avançar para a formação dos conceitos genuínos. Um conceito só surge quando os traços abstraídos são novamente sintetizados e a abstração sintetizada daí resultante se torna o principal instrumento de pensamento. Como ficou provado pelas nossas experiências, é a palavra que desempenha o papel decisivo neste processo; a palavra é utilizada deliberadamente para orientar todos os processos parciais do estágio superior da gênese dos conceitos. (p.80)

Ao longo do processo do desenvolvimento infantil, o que possibilita à criança se apropriar dos conceitos culturalmente estabelecidos, é o processo denominado por Vigotski (1991) de internalização, assim:

Chamamos de internalização a reconstrução interna de uma operação externa. [...] Entretanto elas (funções) somente adquirem o caráter de processos internos como resultados de um desenvolvimento prolongado. [...] A internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com signos. [...] A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana (Vygotsky, 1991, p. 63-65).

As mudanças na estrutura do comportamento da criança relacionam-se às alterações básicas de suas necessidades e motivações com o auxílio da fala. As operações com signos aparecem como resultado de um processo prolongado e complexo de apropriação dos mecanismos culturais desenvolvidos coletivamente. Isso significa

que a utilização de signos pelas crianças não é inventada internamente como fruto da maturação, nem tampouco ensinada pelos adultos pela mera repetição. Pelo contrário, ela surge de algo que originalmente não é uma operação com signos, tornando-se uma operação desse tipo somente após uma série de transformações qualitativas, em conformidade com as observações infantis, sobre as formas como os adultos utilizam os signos e também das ações compartilhadas com os adultos, e mediadas pelos mesmos (Vigotski, 1991)

Ao tratar do aspecto referente à sexualidade, é possível pensar, a partir dos autores citados, que diferente do que ocorria na fase anterior, nesta dos sete anos, as experiências que algumas crianças vivenciam de cunho sexual, como no caso do abuso sexual por parte de um adulto ou o contato com a pornografia, começam agora a ter significados conforme a cultura em que vivem. Os significados dados às vivências são fundamentalmente sociais e históricos. Do mesmo modo, portar-se como um adolescente, em suas vestimentas e condutas erotizadas, também dependerá do modo com a sociedade estimula e mantém tais comportamentos, dando-lhes conotações positivas, por exemplo. A sociedade de consumo atual tem exercido sobre a infância grande pressão, tornando-se uma fase que tem sido tratada como filão de mercado, pois a criança já tem condições de expressar seus desejos, comunicá-los e, dependendo de como as relações sociais se estabelecem no âmbito familiar, exigí-los. É possível observar na atualidade, que as crianças tem se apresentado na aparência como “adultos em miniatura”, ainda que ao olhar a partir do referencial da Psicologia Histórico-Cultural, não o são, tendo em vista a análise das práticas sociais que imitam. Ainda não são claras, todavia, as implicações futuras dessa adultização infantil para a constituição do psiquismo e para o exercício da sexualidade e, nessa direção, muito ainda precisa ser investigado, porém, estas novas características que a sociedade de consumo atual vem impondo à infância não podem ser ignoradas.

Do exposto, é nesse período que a crianças começa a obter na escola os conhecimentos científicos a respeito da procriação e começa a aprimorar suas indagações sobre como os seres humanos se relacionam afetivo-sexualmente. As crianças passam a ter mais recursos para conhecer as possibilidades de escolha relacionada à sexualidade, comuns em sua sociedade, tal como descrito no segundo capítulo. Ao nascer em uma sociedade em que os conceitos e as práticas acerca das

relações afetivo-sexuais são líquidos (sem forma definida) e as possibilidades de escolha dessa sexualidade, infinitas (heterossexual, homossexual, bissexual e demais formas para a vivência da sexualidade). Assim, a criança, tendo já a linguagem estabelecida, tem a possibilidade não somente de nomear os órgãos de seu corpo, incluindo os sexuais, mas de compreender suas funções, bem como formar suas primeiras noções sobre a sexualidade vivenciada em seu contexto histórico e cultural.

3.4 Fase de Transição para a idade adulta ou Adolescência

De acordo com Vigotski (2000), uma das leis básicas que regem o desenvolvimento do sistema nervoso, que dirigem de forma semelhante às leis do comportamento, consiste em que ao se desenvolverem as funções psicológicas superiores, as funções mais elementares *cedem lugar* ao mais avançado em termos de estrutura e função. Ocorre assim, durante a fase denominada fase de transição, uma reestruturação completa dos sistemas internos e externos de atividade do organismo humano. Todavia, é somente na adolescência, que, de acordo com Vigotski (1996), o ser humano chega ao pensamento por conceitos de modo efetivo, concluindo o terceiro estágio de seu desenvolvimento.

Vigotski (1996) ressalta que para que se possa compreender o desenvolvimento da maturidade sexual, as características orgânicas devem antes ser bem compreendidas, já que são uma condição fundante que antecede e põe a base para o desenvolvimento psicológico relacionado à sexualidade, apesar de estarem interligados a ele, formando uma unidade mais complexa, em níveis posteriores de desenvolvimento. O autor afirma que, em termos orgânicos, a atividade da hipófise e das glândulas da tireoide, por exemplo, que influenciam o crescimento das glândulas sexuais, prepara a maturidade do organismo para o sexo, existindo assim um período que antecede a maturidade sexual orgânica, propriamente dita. Esta última, então, é determinante do final da infância e o início da crise de amadurecimento que se forma diante do novo sistema de interesses com o qual se depara o sujeito, que faz transformar tal sistema.

O autor afirma que é comum se pensar a adolescência de forma isolada, e, portanto, as crises observadas nessa fase do desenvolvimento, são sempre explicadas como inerentes aos adolescentes, independentemente da cultura, do momento histórico ou classes social. No entanto, para Vigotski (1996) há um intercâmbio entre o orgânico e o social, assim como nas demais fases, mas este agora é significado de forma diferente por conta das novas possibilidades dadas pelo desenvolvimento do pensamento e da linguagem. Vigotski (1996) afirma que as funções psicológicas superiores estão, assim, submetidas a leis que variam conforme cada etapa do desenvolvimento, e que formam uma unidade entre as leis orgânicas e sócio-históricas.

Importante dizer que na fase de transição que antecede a adolescência ocorre a modificação do sistema de atrativos (*atraciones*) orgânicos, posto que se modicam as formas de relação com o meio social, criando novas necessidades de atuação, bem como novas formas de percepção e pensamento. Pelo estudo da idade transição, é possível observar claramente a relação dialética entre duas fases fundamentais no desenvolvimento e modificação dos interesses: a fase de desenvolvimento de novas atrações que se constituem a partir da base orgânica correspondente à maturação sexual por um lado e, em seguida, e o estágio de constituição de um novo sistema, qualitativamente diferente do anterior, que se baseia em novas formas de atrações ou novo sistema de interesse impulsionado pelo pensamento conceitual. Disto resulta que na adolescência, ocorre uma transformação nas formas de vínculos com o meio social e, com isso, a maturação sexual se daria por meio das novas atrações orgânicas geradas por novas necessidades, novos impulsos, que vão se articular com o desenvolvimento do pensamento verbal ou teórico, que constituirá a base de todas as alterações sistema nos interesses do adolescente (Vigotski,1996).

Vigotski (1996), ao tratar da maturação sexual, afirma que os processos de mudança dos interesses muitas vezes coincidem completamente, em termos de período do desenvolvimento, com o início das mudanças orgânicas, ou seja, quando a maturação sexual está em fase mais adiantada em termos orgânicos, é possível, de acordo com ele, observar que a crise entre a transição atrações-interesses também se encontra em fase adiantada, e ao que parece, enquanto a crise da fase de transição não for superada a maturação sexual não se encontrará completada.

O aspecto central da adolescência reside no pressuposto de que nesta fase ocorre, de acordo com Vigotski (1996), o encontro entre a maturidade sexual, em termos orgânicos e o desenvolvimento do pensamento abstrato ou conceitual, decorrente dos avanços anteriormente alcançados no processo de formação das funções psicológicas superiores. Todavia este encontro não ocorre de maneira uniforme para todos os indivíduos, mas para que ocorra o desenvolvimento e maturação sexual, Vigotski (1996) afirma que são necessários três estágios: 1. Crescimento; 2. Crise; 3. Maturação sexual, sendo que estes devem ser compreendidos em totalidade, ou seja, de modo articulado. Assim, a partir do movimento dinâmico entre estas três fases, é que pode ser compreendido o desenvolvimento sexual. Isso decorre que, para Vigotski (1996), a maturidade sexual está submetida ao desenvolvimento dos interesses sociais, externos, assim como estes estão interligados às transformações do sistema de atrativos de base orgânica, constituindo uma unidade.

De acordo com Vigotski (1996), devido à maturação sexual, um novo mundo emerge para o adolescente, com novas e complexas motivações e interesses, novas forças motrizes que irão agora orientar seu comportamento em novas direções. Assim, as formas de comportamentos mais naturais e elementares tem a possibilidade de ser substituídas pelas funções superiores, mediadas e vinculadas ao desenvolvimento histórico e social do desenvolvimento humano. Mas, é no entendimento da transição entre o que era atrativo nas fases anteriores e que agora se tornará parte de um novo interesse central, que reside a possibilidade de compreensão das peculiaridades dessa fase (Vigotski,1996)

O novo conjunto de tarefas que se apresenta ao adolescente é determinante no desenvolvimento das funções que serão a base para todo o desenvolvimento psíquico dessa fase, ou seja, o pensamento por conceito, base sobre a qual se fundarão uma série de funções psicológicas novas, tais como a percepção, a atenção, a memória e especialmente, pouco a pouco, vão solidificar as sínteses superiores da personalidade para a formação do conceito de mundo. Dessa forma, as transformações fundadas pelo novo conjunto de funções psicológicas superiores serão a base para que o adolescente possa se apropriar das transformações geradas em si pela maturação sexual, a partir da qual novos comportamentos poderão ser estabelecidos.

Importante dizer que este é um movimento dialético constante, que está intimamente relacionado ao desenvolvimento sexual humano, no qual é possível constatar que as novas formas de comportamento decorrentes do amadurecimento sexual e as novas formas de atração e interesse a elas relacionadas, colocam-se a serviço das aspirações emocionais dos adolescentes. De acordo com Vigotski (1996), ao tomar como exemplo a imaginação, é possível constatar que, da mesma forma como os aspectos intelectuais e emocionais em unidade completa formam a imaginação criadora, a partir da síntese do pensamento concreto e abstrato, as atrações (decorrentes da maturação sexual) e o pensamento se combinam em uma nova unidade a partir dessa atividade de imaginação criadora (Vigotski, 1996).

Para se compreender melhor o exposto acima, é necessário observar os processos intelectuais dos adolescentes. Vigotski (2000) constatou, por exemplo, que as formas primitivas de pensamento, como as sincréticas, cujas quais os nexos subjetivos sobrepõem os nexos objetivos (por exemplo, usar uma palavra por gostar de sua sonoridade) e as que se baseiam nos complexos vão desaparecendo gradualmente nessa idade. Assim, os conceitos potenciais vão sendo usados cada vez menos, dando lugar aos verdadeiros conceitos que iniciam por se formar. Isso não se dá por acaso, mas é decorrente dos processos de apropriação de conceitos realizado no período de escolarização que o antecedeu. Deste modo, ao chegar à idade de transição, por volta de 12 a 13 anos, a experiência escolar de algum modo já produziu novas formas de operar com as palavras e conceitos, que darão base para o salto qualitativo que se segue. Entretanto, o autor afirma que *“após o adolescente ter aprendido a produzir conceitos, não abandona as formas mais elementares; estas continuam a operar durante um certo período, continuando até a predominar em muitas áreas do seu pensamento”* (Vigotski, 2000. p. 229).

Conforme demonstra Facci (2004), com a chegada à adolescência uma nova atividade principal é inaugurada, ou seja, a comunicação íntima pessoal entre os jovens. Isso decorre das mudanças na posição que o jovem ocupa com relação ao mundo dos adultos, bem como suas novas forças físicas, juntamente com seus conhecimentos e capacidades. De acordo com Elkonin (1987), a atividade especial no estabelecimento de relações pessoais íntimas entre os adolescentes é também uma nova forma de reproduzir, com os companheiros, as relações existentes entre as pessoas adultas. Se na

fase pré-escolar essa reprodução se dava por meio dos jogos, nesta fase de transição à vida adulta, as relações estabelecidas entre os pares servirão para a reprodução do mundo adulto. Ao olharmos para o mundo dos adultos na atualidade é comum verificar que muitos homens e mulheres têm retornado às práticas da vida comum aos adolescentes, buscando por vezes fazer par com seus filhos e grupo de amigos. No trabalho com adolescentes, é possível ouvir relatos de mães ou pais que vão com seus filhos para “balada”, ou de adultos que buscam falar ou se vestir como os jovens, buscando formas de identificação com tal grupo.

Todavia, ao partir do pressuposto de que o mundo adulto serve de referência para a criança e para adolescente fundamentar suas atividades dominantes, estas novas formas de organização da relação entre as gerações necessitam de maior investigação, uma vez que não estabelece limites claros de identificação, além dos aspectos já mencionados referentes à fragilidade dos relacionamentos interpessoais, descrita no segundo capítulo. Tais formas de vivência e de lazer, introduzidas na vida adulta, trazem indagações sobre como são compreendidas e reproduzidas pelo jovem as vivências de um mundo adulto, cujos aspectos se apresentam tão semelhantes aos da própria fase da adolescência, muitas vezes em relação à própria possibilidade de inserção social em termos de trabalho produtivo. É certo que não serão aprofundadas tais indagações, visto não ser este o tema deste trabalho, porém ao se buscar compreender as inseguranças e instabilidades da adolescência da atualidade, não se pode ignorar o fato de que elas estão cada vez mais presentes nas diversas etapas, incluindo a idade adulta e a velhice como expressão dos processos alienadores e alienantes da sociedade capitalista na pós-modernidade.

Facci (2004, p. 71) ressalta que a interação com os companheiros adolescentes é sempre mediada por normas morais e éticas (regras estabelecidas pelo grupo) e, nessa relação grupal, os adolescentes experimentam a atividade de estudo, que ainda continua importante e que permite o desenvolvimento e domínio da estrutura geral da atividade de estudo, a formação de seu caráter voluntário, bem como a tomada de consciência das *particularidades individuais de trabalho e a utilização desta atividade como meio para organizar as interações sociais com os companheiros de estudo.*

De acordo com Vigotski (1996), nessa fase de desenvolvimento ocorre no adolescente um importante avanço no desenvolvimento intelectual, formando-se os verdadeiros conceitos. Nesse ponto, é importante dizer que a análise da realidade, com a ajuda dos conceitos, difere e precede a análise dos próprios conceitos. Vigotski (2000) aponta que o adolescente passa a ser capaz de formar e utilizar corretamente um conceito numa situação concreta, mas não poderá expressar verbalmente a definição de tal conceito. Para o autor, esse fato está de acordo com o pressuposto de que os conceitos *evoluem de forma muito diferente da elaboração consciente da experiência em termos de lógica*. (Vigotski, 2000 p.121)

A nova utilização dos signos da linguagem, que é agora formada de significado funcional, e o seu emprego como meio para a formação dos conceitos conduz a transformação radical do processo intelectual. Todavia, para que se desenvolvam as novas possibilidades para a formação dos conceitos é necessário que o adolescente esteja inserido em um contexto social que estimule o seu intelecto, obrigando-o a se deparar com uma sequência de novos objetivos e exigências sociais. De acordo com Vigotski (2000), se esse novo ciclo desafiador não se apresentar ou não for suficientemente instigador, o pensamento não conseguirá atingir os estágios de desenvolvimento mais elevados, ou irá atingi-los com atraso. Mas é importante destacar que o autor afirma que a presença de um problema que exige a formação de conceitos não poderá por si só ser o fator fundante desta nova fase de desenvolvimento, embora seja fundamental para emergência do pensamento conceitual. Ele considera imprescindível o contato que o jovem deverá possuir, a partir dessa fase, com tarefas que a sociedade coloca do mundo cultural, profissional e cívico dos adultos, para que se ponham as condições externas para o salto qualitativo do pensamento.

Para Vigotski (2000), então, se a sociedade em que vive não coloca os adolescentes perante tais tarefas ou se as tarefas disponíveis a eles não lhes fizerem novas exigências, esse desenvolvimento se dará de forma pobre, mas, ao mesmo tempo, é o contato com todo o conjunto de novos interesses sociais que produzirá a crise da adolescência. De outro modo, é a sociedade que determina o conteúdo e a motivação na vida do adolescente, assim como o faz na vida da criança, uma vez que todas as atividades dominantes aparecem como elementos da cultura humana.

Assim, conforme Elkonin (1987) e Davidov & Márkova (1987a), são os conteúdos das atividades dominantes na idade escolar avançada, imbricados na atividade de estudo que passam a ser utilizados como meio para a orientação e preparação profissional, propiciando o domínio dos meios para a atividade de estudo autônoma, com uma atividade cognoscitiva e investigativa criadora. Isto decorre do fato de que o pensamento concreto passa a ser substituído pela forma de pensamento abstrato e a etapa final do desenvolvimento acontece quando o indivíduo se torna trabalhador, ocupando um novo lugar na sociedade.

Mas é certo que na atualidade, não se pode pensar em vocação, profissão, projetos de futuro e escolaridade desvinculados do mundo do trabalho no estágio atual do capitalismo, marcado que está, pela informalidade, exclusão de postos formais e sobrevivência cada vez mais atrelada ao terceiro setor, além da observação de que os riscos do mercado de trabalho assolam especificamente as camadas populares.

Assim, o adolescente vive um período privilegiado do pensar, da construção lógica, em comparação com idades anteriores, pois é capaz de correlacionar as necessidades do seu organismo com as necessidades culturais superiores, de onde despontam os interesses. Ao mesmo tempo, toma consciência das diferentes formas de opressão/exclusão, bem como das formas de individualização da sociedade dividida em classes, marcadamente atravessada por processos alienadores e alienantes. Tornar-se consciente de si e dos outros, no entanto, está ligado à formação da consciência, produto das relações sociais de produção, que como já dito anteriormente, está atrelado aos processos de alienação produzidos pela sociedade capitalista na qual os objetos produzidos pelo homem, as ideias, os próprios seres humanos e seus vínculos, transformam-se em mercadorias.

Mas, dentro da mesma premissa Vigotskiana, vale salientar que as condições concretas da existência desse adolescente, isto é, a possibilidade existente de acesso ou não aos bens materiais e simbólicos, trará implicações diretas na formação dos interesses e no papel que os mesmos terão na origem e realização de tarefas associadas à idade de transição, tais como: escolaridade, profissão, vínculos familiares e sociais. Todos estes fatores estão associados à construção da personalidade e da nova concepção de mundo: síntese superior estabelecida pelo adolescente. Diante disso, é possível

considerar que, em relação à sexualidade, muitos são hoje os fatores que se articulam no interior da sociedade caracterizada como pós-moderna, que determinam as relações dela, principalmente a exacerbação da divisão entre afeto-sexo, organismo- meio social.

Infelizmente, diante dos limites desta pesquisa, não foi possível aprofundar nas discussões e problematizações referentes às articulações entre capital e trabalho na sociedade pós-moderna e suas implicações na formação do psiquismo do jovem, bem como nos modos que ele passa a se relacionar consigo e com os demais. Embrenhar-se nisso resultaria em realizar discussões sobre o desdobramento das relações (des)humanizadoras, nas quais os vínculos entre as pessoas, emocionais e sexuais, vem sendo substituídos por máquinas, aparatos diversos que modificam os conceitos relacionados ao sexo e a sexualidade. Contudo, é certo que pesquisas que discutam como esses meios pelos quais o exercício da sexualidade na pós-modernidade impactam o psiquismo humano necessitam de investigação e aprofundamento, principalmente a partir dos pressupostos teóricos da Psicologia Histórico Cultural.

CAPÍTULO IV

4. A PREDOMINÂNCIA DOS ASPECTOS BIOLÓGICOS NAS CONCEPÇÕES HEGEMONICAS ATUAIS SOBRE SEXUALIDADE HUMANA.

Ao reconhecer, através dos estudos realizados, apresentados nos capítulos anteriores, que é possível pensar o desenvolvimento da sexualidade a partir da Psicologia Histórico Cultural, iniciou-se certa indagação sobre como estariam sendo tratadas as questões da sexualidade nas diversas perspectivas teóricas da Psicologia.

Vigotski (1996), ao escrever sobre o *Significado Histórico da Crise da Psicologia*, claramente demonstrou que a Psicologia enquanto ciência possuía ramificações teóricas diversas, que possuem um caráter histórico e ideológico e, ao mesmo tempo, carecia de uma Psicologia Geral capaz de unir metodologicamente todas as disciplinas particulares ou específicas. Havia muito material empírico e descritivo, mas não uma concepção de homem que norteasse e organizasse metodologicamente, de modo coeso, todas as descobertas no campo da ciência psicológica.

Segundo Shuare (1999), a concepção geral sobre o homem e suas especificidades, bem como os princípios básicos de uma teoria científica, sempre expressam uma concepção de mundo e um determinado enfoque filosófico. Desta forma, a fim de discorrer sobre o tema da sexualidade, a partir da perspectiva da Psicologia Histórico Cultural, entendeu-se a necessidade, desde a fase inicial deste trabalho, de encontrar definições mais gerais sobre os termos desta pesquisa, bem como diferenciar os conceitos de “sexo” e “sexualidade”, sendo que, nas leituras que haviam sido realizadas até o momento, parecia ora existir uma convergência, ora uma divergência entre os termos.

Todavia, como visto no Capítulo 1, Leontiev (1975) afirma que, assim como os homens são construídos na relação histórico-material, a construção dos conhecimentos está também vinculada a fatores que influenciaram o caráter prático e a visão de homem apresentada pelas diferentes teorias, ficando condicionada à economia, a política, e a sociedade e suas culturas. Por isso, optou-se por realizar nesta etapa do trabalho um

levantamento das publicações da Psicologia que possuam como temática a sexualidade. Entendeu-se que tal levantamento auxiliaria a conhecer os aportes teóricos mais utilizados nas pesquisas sobre a sexualidade.

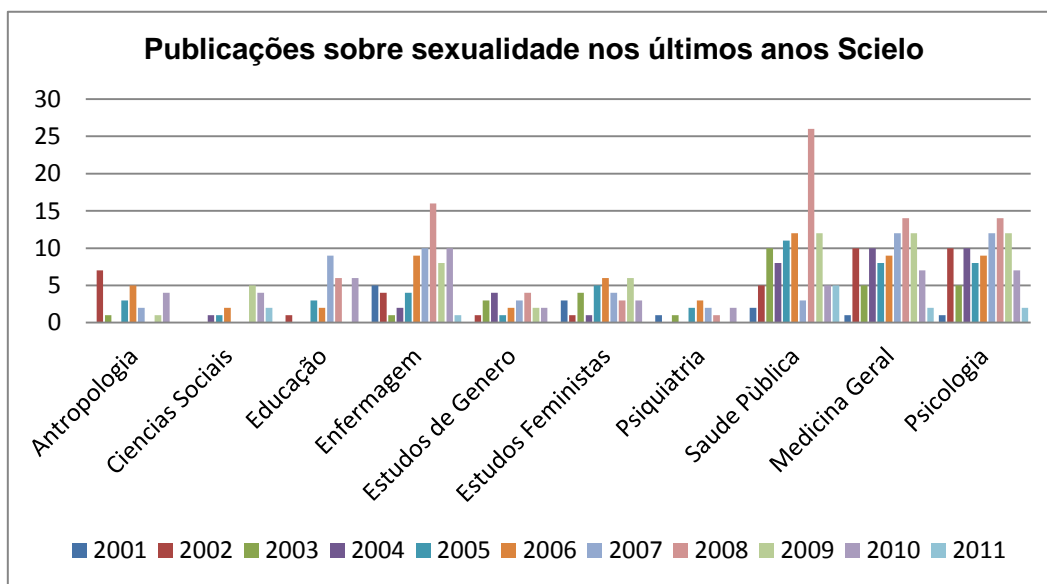
Desta forma, este trabalho de investigação foi iniciado no que considerou-se ser um importante indexador de trabalhos científicos nacionais, uma vez que isto possibilitaria conhecer um maior número de publicações de diferentes áreas do conhecimento sobre o tema da sexualidade. Utilizou-se, como critério inicial, que os artigos estivessem em língua portuguesa, bem como que tivessem sido publicados nos últimos cinco anos. Para tanto, foi realizado um levantamento no banco de dados da *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) por entender que seriam contemplados artigos científicos completos de diversas áreas do conhecimento. Foram utilizados os seguintes termos descritores, nesta ordem: *sexualidade e psicologia; sexualidade e Psicologia Histórico Cultural, sexualidade e materialismo histórico*.

Mesmo considerando os últimos vinte anos de grande importância no tocante às publicações do tema abordado, período que coincide com a criação da Comissão Nacional de Sexologia no Brasil, bem como da *Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana* (SBRASH) e culminado com a criação da *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, optou-se por restringir o levantamento aos últimos cinco anos em virtude dos limites postos por uma pesquisa de Mestrado e por entender que por não ser objetivo realizar um levantamento exaustivo do “estado da arte” sobre o tema, mas sim apenas identificar algumas tendências explicativas sobre ele, o recorte temporal adotado contemplaria o propósito estabelecido. Todavia, foi examinado quantitativamente o acervo completo desde o ano de 1994, mantendo a análise qualitativa dos artigos, restrita aos últimos cinco anos. Por meio desse levantamento e análise, foi possível verificar o conceito de sexualidade, a visão de homem e sociedade, bem como os aspectos metodológicos e perspectivas teóricas adotadas nos estudos sobre o tema.

Inicialmente, foram encontrados 488 artigos sob o descritor “*sexualidade*” publicados no Brasil desde o ano de 1994 no *Scielo*, sendo que nos últimos 5 anos, período que corresponde ao recorte realizado nesta pesquisa, foram encontrados 374 trabalhos sob o descritor “*sexualidade*” em diversas áreas do conhecimento. Os números de artigos publicados no período anterior a 2007 são de 114, o que instigou a buscar

historicamente, as explicações para tal aumento das publicações sobre a temática nos últimos anos. O gráfico 2 demonstra os resultados quantitativos dos 488 trabalhos encontrados, na base de dados *Scielo* com o descritor *sexualidade* organizados por área do conhecimento desde o ano de 2001.

Gráfico 1



Dentre os 488 trabalhos publicados nos últimos cinco anos, 70 são de periódicos da enfermagem e 112 da Saúde Pública, sendo que grande parte dos trabalhos destas áreas trazem como tema a sexualidade articulados a discussões sobre as DSTs (Doenças sexualmente transmissíveis), cirurgias corretivas de ambiguidade genital e transexualidade. Na área Psicologia e da Educação foram encontrados 98 artigos. O restante dos trabalhos encontrados são de outras áreas do conhecimento, como apresentado no gráfico 2.

Para compreender as diferenças quantitativas em relação às publicações que antecedem a 2007¹⁸, é preciso antes analisar o momento histórico em que surgem os primeiros estudos sobre a sexualidade no Brasil, o que seria impossível realizar nos limites desta pesquisa, porém destacam-se a importância de pesquisas que se debruçam

¹⁸ Apesar de nos dedicarmos aqui a realizar uma breve análise das transformações históricas que modificaram também os estudos sobre a sexualidade, não podemos desconsiderar o fato de que apenas a partir de 2007, as instituições de produção científica passaram a utilizar os meios eletrônicos como forma de publicação de seus estudos.

sobre os determinantes históricos de tais mudanças no cenário científico brasileiro em relação às transformações nas concepções acerca da sexualidade que passam a ocorrer desde o final do século XVIII, como discorrido no segundo capítulo deste trabalho. Porém, vale a pena por em destaque, conforme Boarini e Borges (2009), que foi com o declínio das forças religiosas e a valorização da ciência, que a “*insanidade masturbatória*” surge como um produto substituto das “anormalidades”, antes relacionadas à feitiçaria e a bruxaria. A maior parte dos estudos dessa época apresentavam as questões da sexualidade como fundantes da loucura humana ou dos distúrbios psicológicos, principalmente no que se refere a masturbação e ao comportamento sexual feminino. Citando o médico Tissot, que publicou em 1758 a obra “*Onania, ou um tratado sobre as perturbações provocadas pela masturbação*”, as autoras demonstram, que o objetivo dos estudos sobre a sexualidade, os estudos sobre as diferenças entre os órgãos genitais, bem como as demais compreensões a cerca do sexo na época, construía o fundamento para o controle da moralidade e da educação física.

É importante dizer que, lançados os fundamentos liberais após a Revolução Francesa, que já vinham sendo formatados pelas transformações históricas operadas pela burguesia, começam a ser estabelecidos os direitos civis em 1789, na França. O fortalecimento oficial das declarações burguesas sobre os direitos individuais ocorre em dezembro de 1948 pela ONU, com as prerrogativas universais de direito a cidadania e liberdade de expressão, bem como direito a saúde, educação e consciência. No entanto, apenas mais tarde percebeu-se que os ideais proclamados pela Revolução Francesa, não significavam “real igualdade entre os homens”. Tuleski (2002) enfatiza que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 apresentava muitas contradições ao pregar a igualdade e a liberdade, e a considerar a propriedade privada com um direito sagrado.

Assim, ao lançar o olhar para a história humana, ainda que muito brevemente neste capítulo, pois tais aspectos serão aprofundados posteriormente, vê-se que tais fundamentos foram determinantes para consolidar o modo de produção necessário ao capitalismo, dado que somente o homem livre e sujeito da razão poderia se adequar à organização produtiva necessária ao momento histórico (Gradella Junior, 2008).

Desta forma, é possível perceber que as intervenções realizadas pelas ciências, em geral, já vinham sendo construídas, tendo como base fundamental as questões do indivíduo, tal como proclamado pela revolução burguesa. As teorias e práticas consideradas como científicas desde antes do início do século XX, colocavam as contradições históricas, a acumulação desigual de riqueza e alienação pelo trabalho como conteúdos internos à natureza humana. Os ideais produzidos em consonância ao processo produtivo da humanidade respaldavam os acontecimentos vistos no período da II Guerra Mundial e as ações interventivas na área da saúde mental tinham como principal objetivo explicar o sucesso e fracasso dos indivíduos, tendo nos programas de Higiene Mental seu principal alicerce (Boarini, 2009).

Visto que esse não é o foco central deste trabalho, fica a indicação para maiores aprofundamentos sobre o tema da Eugenia e da Higiene Mental os trabalhos de Boarini (2007, 2009) e Wanderbrook Junior (2007). O intuito aqui é destacar que o desenvolvimento das pesquisas sobre o tema da sexualidade, foco deste trabalho, quando se toma tais determinantes históricos, faz suscitar o seguinte questionamento: Teriam os estudos sobre Eugenia e Higiene Mental influenciado as pesquisas sobre o desenvolvimento da sexualidade ao longo dos anos?

Por Higiene Mental compreende-se aqui o processo histórico cuja burguesia, temendo o crescimento desordenado das multidões, encontra no discurso científico o fundamento ideológico perfeito de controle das massas. De acordo com Wanderbrook Junior e Boarini (2008) ¹⁹ “A *idéia de eugenia radicava no pressuposto de que os fatores sociais pudessem ser controlados a ponto de se conseguir elevar ou rebaixar, física e mentalmente, as qualidades da raça.*” Enquanto que, segundo Radeck (1925, p. 11) por higiene mental compreendia-se o “*conjunto de ações práticas, com o fim de criar condições que possam facilitar o desenvolvimento psíquico dos indivíduos humanos, adaptando esse desenvolvimento às exigências sociais e à felicidade pessoal*”

¹⁹ WANDERBROOCK JUNIOR, Durval; BOARINI, Maria Lúcia. A seleção dos imigrantes e a liga brasileira de higiene mental (1914-1945). **Interam. j. psychol.**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, dez. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 mar. 2012.

Assim, segundo Diwan (2007), com projetos de reurbanização, disciplina e políticas de higiene pública, seria possível prevenir a degradação física dos trabalhadores e evitar prejuízos na economia. Não é objetivo deste trabalho, no entanto, o aprofundamento nas questões da higiene mental, e, portanto, apenas se farão referências ao fato de que existiu na história da humanidade uma intensa relação entre o movimento Higienista e o início das pesquisas sobre a sexualidade, ou seja, a preocupação com o estudo científico da sexualidade humana se dá no bojo do movimento de higienização das classes trabalhadoras, já precarizadas pelas condições postas pelo capitalismo.

É neste período, inclusive, que os conhecidos estudos sobre a histeria da psicanálise freudiana encontram um respaldo normativo. Estudos de médicos contemporâneos a Freud, como Wilhelm Fliess (1858-1928) da teoria mística e organicista da sexualidade, já vinham apontando os caminhos que seriam percorridos nos períodos que se seguiriam nas pesquisas da área. Parceiro de Fliess na *Sociedade Médica de Berlim para as Ciências Sexuais e a Eugenia*, Ivan Bloch, considerado por alguns autores, tais como Maio (2008), como o pai dos estudos sobre sexualidade, vem apresentar o termo “ciência sexual” (sexual wissenschaft) na virada do século XIX para o XX através da publicação de um de seus principais manuscritos “*The Sexual Life of Our Time In its Relations to Modern Civilisation*”²⁰ em que, citando Darwin, mais particularmente sua obra “*Descent of Man*”²¹, afirma a importância social da higiene sexual.

Dando destaque as pesquisas da antropologia e etnologia, Bloch apresenta as publicações de diversos higienistas sobre a sexualidade, dentre eles: Hegar (A. Hegar, o impulso sexual Stuttgart, 1894), A. Ploetz (Esboços de Higiene Racial Berlim, 1895) e R. Kossmann (Breeding - Política Schmargendorf - Berlim, 1905), afirmando que tais autores, ao trabalharem com a “biologia racial geral”, lançam as bases para o que viria a ser a chamada “higiene reprodutiva”. Tal teoria é iniciada nas últimas páginas de “*The Descent of man*” (1871) de Darwin que explicita a sua adesão aos ideais eugenistas,

²⁰ A vida sexual de nosso tempo e sua relação com a civilização moderna.

²¹ “Descendentes do homem.” – versão em português: BLANC, M. Os herdeiros de Darwin. Tradução: Telma Costa, Teorema: Lisboa. 1990

afirmando: “*Os membros de ambos os sexos devem abster-se de casar em caso de marcada inferioridade do corpo*”. Segundo Russo (2009) é neste ponto que surge então uma ciência da sexualidade, tendo a Alemanha como seu centro e os costumes e a moralidade da época como norte.

Compreendida como uma perturbação psíquica que afetava as funções afetivas e intelectuais, o '*mal histérico*' tem sua abrangência sustentada por diversos estudiosos da área, como exemplo o médico José Celestino Soares, que, na tese apresentada em 1874, privilegiava os órgãos sexuais na etiologia da histeria:

“(...) quem nos dirá que as crianças histéricas não têm em seus órgãos genitais uma disposição anômala, transmitida pela herança, ou uma alteração, cuja apreciação esteja além do nosso alcance? Quem nos dirá que a velhice não oculta também uma alteração qualquer em seus órgãos genitais? A histeria é uma moléstia quase que exclusiva das mulheres; o homem também pode ser afetado; porém nele, ela ainda pode ter por causa uma anomalia do aparelho sexual (...) (Soares, 1874, p.4-5)

Magnus Hirschfeld, psiquiatra alemão, em 1919, fundou o Instituto de Ciência Sexual, em Berlim. Esse Instituto tinha, por objetivo específico, os estudos do comportamento sexual que influenciou o movimento de reforma sexual, na Alemanha, que originou a Liga Mundial pela Reforma Sexual difundida por todo o mundo. É neste contexto mundial que as pesquisas na área da sexualidade humana são introduzidas no Brasil. Antes, ao final da década de 1910, psiquiatras brasileiros já haviam se apropriado das concepções formuladas no âmbito da psicanálise fornecendo subsídios para a elaboração de muitos estudos sobre a sexualidade humana (Russo, 2002).

Alguns anos mais tarde, os estudiosos da sexualidade humana, que já mantinham como fundamento os estudos da medicina e da biologia evolucionista ao se depararem com os estudos sobre Eugenia e Higiene Mental, acabam por encontrar nestes o fundamento preciso para o controle dos distúrbios psíquicos que causavam desordem social e que, segundo a psicanálise e a psiquiatria da época, tinham origem nos impulsos sexuais e na libido apregoadas, bem como nas demais questões relacionadas a sexualidade e que fugiam ao controle das elites. De acordo com Boarini (1997), o

movimento Eugênico preconizava realizar, através das Ligas de Saúde Mental espalhadas por diferentes continentes, a conservação de um homem que possuísse qualidades superiores de espírito e coração. Para isso, deveriam ser realizados programas de profilaxia mental a fim de “*depurar organismos sociais e aperfeiçoar a raça humana*” (Boarini, 2007, p. 6).

De acordo com Salgado-Neto e Salgado (2011), o eugenista Herman Joseph Muller (1890–1967) acreditava em uma “*Elite Genética*”, assim, em 1939 reuniu vinte e dois geneticistas para assinarem o “*Manifesto dos Geneticistas*”, em favor do Movimento Eugenista, publicado na *Revista Nature*. Nesse manifesto, pedia-se às mulheres, casadas ou não, que “*tomassem como ponto de honra pro-criar os melhores filhos possíveis no plano genético*”, o que significava que deveriam recorrer à inseminação artificial mediante esperma de homens “*superiores*”.

Na década de 1940, o biólogo Alfred Kinsey realizou pesquisas sistemáticas a fim de estabelecer padrões normativos de comportamento sexual. A amostra utilizada por ele era representativa de pessoas de acordo com a idade, o sexo, a classe social, a educação, a religião e a localização geográfica, de modo que resultassem em uma classificação científica das práticas sexuais, com as frequências e as relações com variáveis demográficas norte-americanas. Kinsey, Pomeroy e Martin utilizaram a *Escala Kinsey*, criada em 1948, para avaliar a orientação afetivo-sexual, que foi chamada, na época, de ‘desejo’ (Masters, Johnson e Kolodny, 1982).

Do exposto, alguns aspectos merecem destaque neste trabalho: a maioria dos estudos apontados desconsideram os condicionantes sociais ou as implicações das relações sociais de produção, nos modos como os indivíduos exercem sua sexualidade ou como a compreendem; a busca pelo mapeamento científico da sexualidade humana se circunscreve à psicomетria e à quantificação, ou à descrição e definição de “patologias” ou os “desvios de conduta”, ambas pautadas em um entendimento mecanicista sustentado em concepções inatistas e universais, como será discutido mais adiante. O início do que começava a ser a ciência da sexualidade remete aos termos utilizados pelos membros da Liga de Higiene Mental, como comentado anteriormente, demonstrando que os estudos relacionados à sexualidade, no âmbito da Psicologia, foram fortemente marcados pelos ditames do Movimento Higienista.

Entre as décadas de 1960 e 1970, nos EUA, os trabalhos na área da sexualidade tiveram como marco os trabalhos de William Masters e Virginia Johnson, ele médico ginecologista, ela psicóloga, ambos pesquisando a “*resposta sexual humana*” em um laboratório da Universidade de Washington, em Saint Louis (Russo; Carrara e Rohden, 2009). Desta forma, as pesquisas do que se tornou conhecido por *sexologia* surgem no período pós Segunda Guerra Mundial em que A. C. Kinsey, W. B. Pomeroy e C. E. Martin, elaboram o *Relatório Kinsey* sobre sexualidade masculina (*Sexual behavior in the human male*, 1948) e feminina (*Sexual behavior in the human female*, 1953); posteriormente tais investigações tiveram continuidade com os trabalhos de William H. Masters e Virgínia E. Johnson (*Human sexual response*, 1966, e *Human sexual inadequacy*, 1970); e o Relatório Hite (anos 1980 e 1990).

Segundo Wanderbrock Junior (2007) as consequências da guerra influenciaram as ciências no século XX no Brasil, uma vez que o país se encontrava em dívidas e com a propriedade privada ameaçada. A Liga Nacional de Higiene Mental via como sua missão garantir a “estabilidade social” através da eugenia, buscando, para isso, construir medidas profiláticas que colaborassem com a depuração dos degenerados e inferiores. Adotava para si a responsabilidade idealística de purificação da moral humana que a libertaria da degeneração.

Tendo no Estado o aliado para essa nova formação, a Liga Nacional viu seus valores morais de ética e religião serem postos a prova pela crise vivenciada pelo mundo pós-guerra. Desta forma, buscavam manter os valores da classe dominante daquela época, tratando os “*transgressores*” como delinquentes ou criminosos, fundamentando suas análises na medicina, que, por sua vez, determinava tais condutas anti-sociais como resultantes de um comportamento anormal motivado por fatores hereditários (Wanderbrock Junior; 2007).

Buscando resgatar o pensamento moral das massas, sem abandonar a concepção hereditária que apregoava a existência das raças superiores e a propagação de suas qualidades pela genética, restou investir na educação como forma de suprir a não possibilidade de “depuração social” por meio da esterilização como apregoavam os higienistas que antecederam o movimento das Ligas. Para Waclam Radecki (1925), diretor do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, em Engenho de Dentro,

Rio de Janeiro, bastava que os educadores fossem capazes de fornecer uma boa dose de “valores higiênicos” para fixar novos valores por meio da educação moral.

Nesta “nova fase educacional” do higienismo, era muito importante que os educadores estivessem aptos a preparar o novo contingente social. Por isso, a Liga se colocou na tarefa de treinar os professores na aplicação de testes e outros instrumentos de avaliação das capacidades intelectuais. Convencida da influência do educador na formação da criança, buscava instalar um “funil” para detectar os “anormais” e menos aptos à aprendizagem. Com o tempo, a tarefa se tornou tão importante que a triagem no Brasil passou a ser feita por higienistas de outros países.

É neste ponto que os testes psicológicos cumpriram um papel fundamental na história do higienismo e da educação brasileira. Auxiliaram, não somente nos processos de diagnóstico dos mais ou menos aptos para aprender, como também, ao colocar os problemas da educação como sendo internos às crianças, fundamentaram muitas práticas burguesas para a educação.

De acordo com Patto (1988), nos anos 1960, muitas teorias pedagógicas e psicológicas que tentavam explicar o “não sucesso” no processo educativo pelo ambiente social justificavam que uma criança provinda do setor carente da sociedade não teria as mesmas possibilidades “internas” de aprender que uma criança advinda da classe alta.

Tal como exposto no início do capítulo, nas críticas de Vigotski (1997) a Psicologia ainda hoje carece de uma Psicologia Geral que agregue e sistematize, metodologicamente, as disciplinas particulares. Dentre elas, o ramo da psicologia que se dedica ao estudo das doenças mentais. Sendo assim, é importante pensar, ao olhar para tais práticas, que a psicologia burguesa tradicional surgiu (e se manteve) com a tarefa de explicar os traços da natureza humana como universais, a-históricos, cumprindo, ao longo de trajetória histórica o papel de analisar, medir e descrever características específicas e naturais dos indivíduos em determinados padrões, tendo-se como referência um padrão de normalidade ditado invariavelmente pela classe dominante de cada época. Tais padrões considerados “normais” serviriam de baliza para a classificação daqueles considerados desviantes, produzindo-se uma prática social referendada cientificamente de identificação dos indivíduos “anormais” ou “desviantes”

para, então, auxiliar no “bom ajustamento” dos indivíduos às necessidades da sociedade produtiva.

No período dos anos 1970, os poucos estudos elaborados sobre sexualidade no Brasil foram produzidos sob forte repressão político-cultural, gerados pela ditadura militar. No final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 é inaugurada no Brasil a Associação Brasileira de Psicologia Social, que na figura de Silvia Lane com o texto *O que é Psicologia Social* (1981) e com Wanderlei Codo na obra *Psicologia Social: O Homem em Movimento* buscaram questionar as bases teóricas metodológicas da Psicologia Tradicional. Dentre os temas propostos no centro dos estudos dessa Psicologia estão: a individualidade, a subjetividade, os processos grupais e as questões de gênero, sendo este último o fundamento teórico para que a Psicologia retome os estudos sobre a sexualidade sem o viés médico. Não será abordada aqui as bases conceituais da Psicologia Social, já que não é este o propósito deste trabalho, mas entende-se que esta psicologia contribuiu para superações no que se refere aos estudos da sexualidade.

Todavia, é importante dizer que os estudos de Gênero proposta pela Psicologia Social possuem como base histórica os Movimentos Feministas iniciados a partir 1791 quando John Stuart Mill reivindica para as mulheres os mesmos direitos conquistados pela burguesia na Revolução Francesa. Com a *Declaração dos Direitos da Mulher*, redigida por Olimpia de Gouges, o feminismo passa a ser o centro dos estudos relacionados à emancipação feminina, inclusive nas questões da sexualidade (Russo; Carrara e Rohden, 2009). E apesar de a sexualidade ser tema de discussão de diferentes áreas do conhecimento, a partir do levantamento realizado na base de dados do *Scielo*, ao buscar a partir dos descritores Gênero e Psicologia foram encontrados 59 artigos, dentre os quais, 54 artigos foram publicados apenas a partir de 2007 e apenas 5 antes desse período. Dos anos 1980 até os anos 1990 não existem publicações referentes à temática de gênero pautada pela Psicologia Social, nessa base de dados, é possível verificar que os trabalhos publicados antes desta época, relacionados à sexualidade possuem como primazia os estudos da medicina e/ou Biologia, da mesma forma que dos anos 1980 aos anos 1990, os estudos produzidos sobre esse tema tem como centro os aspectos relacionados ao feminismo e à liberação sexual das mulheres.

Desta forma, entendeu-se que a diferença encontrada no número de artigos, no levantamento no período que antecede a 2007, deve-se à introdução da possibilidade de se pensar os estudos da sexualidade, antes realizados com exclusividade pela medicina e a biologia, ou psicanálise, pelos Estudos de Gênero ou Estudos Feministas da Psicologia Social a partir de 1980.

No levantamento inicial realizado na base de dados do *Scielo* com o descritor “sexualidade” foram encontradas, além dos trabalhos da Psicologia, diferentes áreas do conhecimento que discutem sobre a sexualidade humana, dentre elas continuam a se destacar: as áreas da saúde como a medicina, enfermagem e saúde pública, que parecem explorar mais o tema da sexualidade do que as demais áreas do conhecimento, o que já instiga a pensar na predominância de uma visão biológica e orgânica ligada às questões da sexualidade e sua formação, hipótese que será elucidada ao longo deste capítulo. A seguir, será um quadro com a análise qualitativas dos artigos encontrados e respectiva área e abordagem teórica.

Área de publicação do periódico	No. de periódicos sobre sexualidade	Principais referências teóricas adotadas	No. de periódicos Psicologia Histórico Cultural
Antropologia	21	Representações Sociais, análise do discurso e discussões sobre gênero.	Zero
Ciências Sociais	04	Representações Sociais, análise do discurso e discussões sobre gênero.	Zero
Educação	59	Discussões sobre Gênero; Pedagogia Cultural	01
Educação Especial	13	Pedagogia Cultural; Representações Sociais	Zero
Enfermagem	70	Análise do discurso de indivíduos ou pequenos grupos temáticos	Zero
Estudos Feministas	22	Discussões sobre Gênero; Pedagogia Cultural (Deleuze); Psicanálise (Lacan, Freud e Foucault)	Zero
História	08	Análise do discurso; discussões sobre gênero e análise de documentos.	Zero
Linguística	07	Análise do discurso;	Zero
Medicina geral	36	Representações Sociais; Psicanálise (Foucault) e Gênero	Zero
Psicologia	26	Pedagogia Cultural (Deleuze); Psicanálise (Lacan, Freud e Foucault); Representações Sociais, Psicologia Social, Análise do discurso e Relações de Gênero	01
Psiquiatria	16	Psicanálise (Freud e Foucault) e Biologia	Zero
Saúde Pública	41	Representações Sociais, análise do discurso e discussões sobre gênero.	Zero
Saúde Coletiva	56	Representações Sociais, análise do discurso; Foucault	Zero
Revista Pagu – Discussões sobre Gênero	27	Representações Sociais, análise do discurso e discussões sobre gênero	Zero

TOTAL	374		02
--------------	------------	--	-----------

Ao olhar para os fundamentos teóricos e ações na área da Saúde Mental, bem como na Educação das últimas décadas, é preciso compreender que segundo a Psicologia Histórico-Cultural, existe um vínculo que liga todas as formas de produção burguesa (material e espiritual) e compreendendo-se o homem como constituído social e historicamente. Os modos de produção são produtos da organização social humana e, assim o sendo, também possuem um caráter histórico e provisório. Dessa forma, o movimento interno às relações de uma sociedade e suas contradições são sempre resultantes de um processo histórico cultural coletivo, dirigidos por leis que independem da vontade, da consciência e da intenção dos homens em seu aspecto puramente individual (Leontiev, 2004; Marx, 2004).

Diante disso, compreender as tendências explicativas que se apresentam em cada momento histórico, como superestrutura vinculada a base produtiva, às relações objetivas que o ser humano estabelece com a natureza, é fundamental quando se propõe adotar como método de análise o materialismo histórico e dialético. Por isso, propôs-se na etapa inicial deste trabalho realizar uma análise dos artigos encontrados na base de dados do *Scielo*, a fim de verificar a concepção hegemônica ou tendência explicativa predominante nas produções encontradas sobre a temática da sexualidade a de 2007 à 2012.

4.1 O Tema Sexualidade nos Artigos Científicos da Base de Dados SCIELO - de 2007 à 2012

A fim de buscar conhecer os trabalhos atuais publicados sobre o tema da sexualidade, foi realizada uma busca com o termo descritivo *sexualidade* na base dados *SCIELO*, visando o resgate dos trabalhos relacionados a esse assunto. Foram elencados 488 artigos publicados no Brasil, desde o ano de 1994, com o descritor anteriormente citado e, quando utilizados, os descritores *sexualidade e psicologia* conjuntamente foi encontrado um total de 16 referências. Finalmente, lançando a seguinte combinação de palavras: *Sexualidade e Psicologia Histórico Cultural* e posteriormente *Sexualidade e Materialismo Histórico*, nenhum trabalho foi encontrado nos últimos 10 anos.

Para viabilizar a leitura e análise dos artigos encontrados ligado à Psicologia, publicados a partir de 2007, considerando esse intervalo suficiente para a verificação da tendência explicativa predominante sobre o tema, e ainda, para maior delimitação,

utilizou-se como critério analisar artigos publicados em periódicos ligados a programas de Pós-Graduação de Psicologia no Brasil, classificados com conceito A1, A2, B1, B2 e B3 conforme a *Qualis* da Capes. Este recorte se justifica por ser exigência dos Programas de Pós-Graduação, na última década, a publicação das pesquisas realizadas em periódicos nacionais que integram o *Qualis*, atendendo a finalidade de se conseguir, com esta amostragem, identificar as concepções hegemônicas que predominam na investigação do tema sexualidade, dentro da Psicologia. Importante esclarecer que durante esse processo de busca com diferentes descritores foi frequente a repetição de textos, sendo descartadas após um exame inicial, mantendo-se apenas uma ocorrência para a análise.

Em relação aos 26 trabalhos encontrados, a partir dos critérios estabelecidos, buscou-se identificar através da leitura integral dos trabalhos: a abordagem teórico-metodológica, a visão de homem e sociedade, bem como a concepção de sexualidade apresentada pelos autores.

Inicialmente, foi possível identificar duas linhas teóricas da Psicologia que se destacam no que se refere ao número dos artigos nelas fundamentados: A Psicanálise, os Estudos de Gênero na Psicologia Social. Diante disso, os artigos foram organizados em pequenos grupos, uma vez que entendeu-se que tal organização facilitaria a compreensão por parte do leitor. São os grupos identificados como: Artigos fundamentados pela Psicanálise; Artigos fundamentados nos Estudos de Gênero e na Psicologia Social; Artigos Fundamentados por demais linhas teóricas.

Todavia, é importante apontar que não é objetivo deste trabalho discorrer ou aprofundar as discussões sobre os aspectos teóricos-conceituais ou questões metodológicas das teorias identificadas como predominantes, tais como a Psicanálise e os Estudos de Gênero da Psicologia Social. O objetivo deste capítulo, consiste em apontar as principais concepções teóricas encontradas nos trabalhos sobre a sexualidade no âmbito da Psicologia, bem como a visão de homem intrínseca a estas. Assim, apenas serão apresentados os trabalhos encontrados tendo por base as categorias já explicitadas.

A partir da realização do levantamento qualitativo, observou-se que um artigo da Educação se apresentava como sendo da Psicologia Histórico Cultural. Diante disso, apesar de não ser objetivo aqui a análise os artigos da Educação, o que inviabilizaria

esta pesquisa, optou-se por verificar este artigo da Educação, que ao menos, inicialmente, poderia se aproximar dos pressupostos teóricos que se propôs neste trabalho.

Para tanto, a tabela 1 a seguir apresenta aspectos referentes aos conteúdos e ao referencial teórico abordados nos artigos e resumos encontrados que possuem como base teórica à Psicanálise. A classificação *Qualis* da Capes concedida ao periódico em que se encontra o trabalho e o ano de publicação também serão especificados.

DO ARTIGO	QUALIS CAPES	PERIÓDICO PUBLICADO E ANO	TITULO E AUTORES	ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICA
1	A2	Revista Psicologia em Estudo. 2008, v. 13	As Teorias Sexuais Infantis na Atualidade: algumas reflexões Zorning, Silvia Maria	Psicanálise Freud
2	A2	Psicologia em Estudo 2008, vol.13	Uma contribuição ao entendimento da iniciação sexual feminina na adolescência. Taquette, Stella R; Vilhena, Marília Mello de.	Psicanalise e Representações Sociais
3	A2	Revista Psicologia em Estudo 2008, v.13	Uma concepção psicanalítica de personalidade: Teoria das relações objetais de Fairbairn. Celes, Luiz Augusto M.; Alves, Karen Cristina Martins; Santos, Ana Caroline Galli dos.	Psicanálise Metapsicologia Teoria das relações objetais da personalidade
4	A1	Estudos em Psicologia (Campinas) 2008, vol.25, n.3	Interdisciplinaridade na história e na psicologia: do "tribunal da impotência" à impotência como conflito interno. Campo, Alzira Lobo de Arruda; Coelho, Joaquim Gonçalves; Correa, Ligia Caran	Psicanalise e Interdisciplinaridade (Bleger -1975) O tribunal da impotência, Pierre Darmon Michel Foucault
5	A2	Psicologia em Estudo 2009	Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura.	Psicanálise Sociologia da Sexualidade

			Oltramari, Leandro Castro	
6	A2	Psicologia e Sociedade Vol. 22, 2010 .	O dispositivo do Gozo na Sociedade do controle. Danziato, Leonardo José Barreira	Psicanálise Deleuze, Lacan e Foucault.
7	B1	Psicologia USP v. 21 2012	Aspectos gerais da Redescrição Winnicottiana dos conceitos fundamentais da psicanálise Freudiana Fulgencio, Leopoldo	Psicanálise Winnicottiana
8	A1	Psicologia: Teoria e Pesquisa v.26, 2012	Clinica Psicanalítica: Aproximações Histórico conceituais e contemporâneas e perspectivas futuras Celes, Luiz Augusto M.. (2010).	Psicanálise Freudiana
9	B1	Fractal: Revista de Psicologia, v.21, 2012,	A feminilidade na Psicanálise: A controvérsia contra a primazia fálica Bonfim, Flavia Gaze, & Vidal, Paulo Eduardo Viana. (2009).	Psicanálise Lacaniana
10	A1	Estud. psicol. (Natal), v. 12, 2007 .	A constituição do infantil nas Obras de Freud Zavaroni, Dione de Medeiros Lula; Viana, Terezinha de Camargo; Celes, Luiz Augusto Monnerat.	Psicanálise
11	B1	Psicologia. Clinica v. 19, 2007 .	"Dora" contemporânea: e a crise terapêutica da psicanálise Celes, Luiz Augusto M.	Psicanálise

1. O artigo **As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões** (Zorning, 2008) está fundamentado na noção freudiana de sexualidade, que preconiza que a sexualidade humana é *instintiva uma vez que o homem buscaria o prazer e a satisfação através de diversas modalidades, baseadas em sua história individual e ultrapassando as necessidades fisiológicas fundamentais*. Ao realizar uma revisão bibliográfica para retomar a concepção freudiana da sexualidade infantil, a autora afirma que a sexualidade se inicia com a anatomia (no nascimento), mas que sua conquista depende de um longo percurso durante a construção da subjetividade da criança.

2. Já o artigo **Uma contribuição ao entendimento da iniciação sexual feminina na adolescência** (TaquetteI; Vilhena, 2008) vem apresentar um estudo realizado com adolescentes, objetivando conhecer alguns aspectos da iniciação sexual feminina. Curiosamente estão entrelaçados neste artigo a Teoria da Representações Sociais e a Psicanálise. Tal associação só é possível de ser compreendida se tomados por base a essência internalista e idealista de ambas as teorias. Desta forma, de acordo com as autoras, o início da *sexualidade genital* propriamente dita depende de fatores biológicos. No entanto, segundo elas, a cultura consiste no mecanismo regulação e controle da sexualidade de todo sujeito humano e varia em diferentes momentos históricos. A conclusão trabalho apresenta a concepção de que as adolescentes providas de investimento afetivo familiar se apropriam mais de sua sexualidade, agem com maior proteção e não se submetem meramente à satisfação dos desejos de outras pessoas. Interessante, neste artigo, que os aspectos biológicos não são definidos em maior profundidade e o contexto familiar é tomado por sinônimo de contexto social e cultura, assim, as autoras afirmam que o contexto familiar será o aspecto fundante da sexualidade, e das ações morais referentes ao sexo.

3. No trabalho **Uma concepção psicanalítica de personalidade: teoria das relações objetais de Fairbairn** (Celes, Alves e Santos (2008) é discutido, pelos autores, como a teoria psicanalítica das *relações de objeto*, em oposição à *teoria da sexualidade* como constituinte do psiquismo da psicanálise tradicional, vem, de acordo com eles, trazer uma radical mudança na concepção dos sujeitos. Segundo os autores, as críticas de Fairbairn à teoria da libido psicanalítica podem ser compreendidas a partir da “*reinterpretação da libido*”

como amor”. Para o autor, a teoria da libido possui limitações que impediriam uma compreensão genuína dos “*mecanismos primitivos de constituição psíquica*”. Citando Willian Ronald D. Fairbairn (1889-1964), os autores afirmam que haveria uma incompatibilidade fundamental entre a teoria da libido e a teoria das relações de objeto, visto que ambas dizem respeito aos fundamentos do psiquismo. Nessa perspectiva, a sexualidade somente seria experimentada e, portanto, teria vigência, posteriormente à garantia de relações objetais seguras, não sendo, conforme em Freud, inicialmente constitutiva do psiquismo. Para este autor (Wilhan Fairbairn, 1965) a “*sexualidade termina recolocada no lugar de uma função, orgânica e vital, que estará sujeita à consolidação das relações de objeto, ao invés de sujeitá-las*” Apesar de estar baseada em preceitos internalistas e na lógica formal, (apresentado mais adiante) como são os princípios da própria psicanálise, entende-se que a concepção apresentada pelos autores é um avanço em relação à teoria libidinal de Freud, isso porque coloca a sexualidade como função que está sujeita a fatores externos ao indivíduo.

4. Na área da Psicanálise um dos trabalhos que aborda o tema da sexualidade traz como ponto de discussão as questões da impotência sexual masculina, intitulado: **Interdisciplinaridade na história e na psicologia: do "tribunal da impotência" à impotência como conflito interno.** (Campo; Coelho e Correa, 2008) a obra de Pierre Darmon (1979) *O tribunal da impotência - virilidade e fracassos conjugais na Antiga França* serviu de pano de fundo à análise da temática da sexualidade, sendo que um dos principais autores trabalhados por Darmon é Michel Foucault. De acordo com os autores, o artigo tem como objetivo ilustrar *a interdisciplinaridade na história e na psicologia*, em que são discutidas duas visões sobre a sexualidade: a primeira refere-se à *exteriorização extrema da impotência*, a partir do julgamento de impotentes; a segunda *seleciona a interiorização da culpa por meio da transformação de procedimentos legais de inculpação do impotente em conflitos internos*. Não fica claro o objeto de estudo específico deste artigo, apesar de o trabalho finalizar com a seguinte afirmação:

Enquanto Darmon visita a História à procura de vítimas de tribunais a serviço da repressão dos

incapacitados, Freud visita os porões da história de seus pacientes à procura de formas para a supressão da repressão mental que os incapacitou. **A cura psicoterápica apresenta-se, assim, como a possibilidade de renomeações do passado individual, até então vitimado por pressões do passado coletivo.**

O que sugere que o objeto de estudo proposto pelo artigo é a cura psicoterápica e as questões da sexualidade.

5. Ainda na psicanálise, o autor do artigo **Amor e conjugalidade na contemporaneidade**: uma revisão de literatura. (Oltramari, 2009) realizou uma revisão bibliográfica sobre a temática do amor e da conjugalidade no mundo contemporâneo, a partir de autores de base psicanalítica. Este estudo relaciona o *amor a uma prática social* denominada de *roteiros sexuais*. A perspectiva dos *roteiros sexuais*, defendida por diversos autores citados neste artigo como: Bozon (2006; 1999) e por Simon e Gagnon (1986; 1984); aborda a constituição da sexualidade como sendo semelhante à formação do desejo e do amor, a partir do que eles chamam de *uma relação de roteirização dos fenômenos*. O autor ressalta a ideia de que a sexualidade ao longo do desenvolvimento humano irá conformar-se às *Orientações Intimas* que, nessa concepção, são que delimitam o exercício da sexualidade, definindo o sentido que lhe é dado e indicando o papel da sexualidade desempenhado dentro da construção de cada indivíduo. Como conclusão, o autor desse artigo afirma que *a sexualidade de um casal da modernidad, se forma a partir de um modelo de sexualidade individual*, já que, segundo o autor, existe um desejo individual que *é a marca da sociedade contemporânea*, não explícita ou profunda de que forma se manifestariam as questões da sociedade contemporânea.

No trabalho ***O dispositivo do Gozo na sociedade do controle*** (Dazianato, Leonardo José Bezerra) o autor se apropria dos estudos de Foucault que aponta que *o corpo foi investido pelo dispositivo da sexualidade*, ou seja, partindo de Foucault, declara que após a modernidade teria ocorrido "*uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto do saber e como elemento nas relações de poder*" (Foucault, 1988, p. 102). As definições tomadas por este autor para corpo e sexualidade são bastante confusas: por ora se unem e por ora se separam. O autor alega que o dispositivo da sexualidade deve ser entendido na *lógica positiva do poder*, sendo que o corpo

buscaria uma *produção e uma proliferação dos prazeres*, entretanto, não discorre sobre como esse corpo fundaria tais prazeres, o que dá um caráter idealista ao trabalho, ou seja, teria o corpo vontade própria? É possível verificar que neste trabalho o autor demonstra preocupação em retomar a história da humanidade, o que já é uma superação em relação aos demais trabalhos. Todavia, afirma que a família burguesa se apresenta como *operador e o lugar de saturação sexual por excelência do dispositivo da sexualidade*; tal como a afirmação foucaultiana de que "*a família é o cristal no dispositivo da sexualidade*" (Foucault, 1988, p. 105). O autor deste artigo propõe questionamentos a seu leitor sobre a função da psicanálise na atualidade, que serviram para clarificar sua visão de homem e de mundo. Todavia ao analisar este artigo é possível reconhecer a cisão mente/corpo feita pelo autor.

Estamos diante da inserção de forma imanente da lógica do biopoder e da lógica capitalista no espaço social, **nos corpos e nas subjetividades**. Deixemos, contudo, uma tarefa e uma interrogação: até que ponto a psicanálise vai resistir a se deixar submeter a uma lógica empresarial?

6. O trabalho **Aspectos gerais da redescrição winnicottiana dos conceitos fundamentais da psicanálise freudiana**, o autor buscou demonstrar que Winnicott determina que as *relações inter-humanas não têm a mesma determinação que as máquinas* (cf. tb. Winnicott, 1965r [1963], p. 83; Winnicott, 1969g, p. 567). Assim, as *relações de determinação inter-humanas não seriam, pois, redutíveis às dos sistemas naturais ou sistemas maquínicos*. Desse modo, o autor aponta que Winnicott busca sair das concepções deterministas da psicanálise, no entanto, postula que o corpo está presente desde o início, mas a sexualidade não. Para compreender essa diferença entre os instintos e a sexualidade, o autor aponta que é necessário fazer uma distinção entre a existência dos instintos como um fator presente desde o início do processo de amadurecimento, e a sexualidade como sendo uma maneira específica de vivenciar a *instintualidade*, quando ela, num momento mais tardio do processo de amadurecimento, está integrada num Eu. Assim, de acordo com Winnicott, a vida *instintual não seria sinônimo de vida sexual*; para ele a possibilidade de estabelecer relações de objetos de tipo sexual necessita, na verdade, de conjunto extenso de integrações:

A sexualidade humana adulta é resultado de um processo de amadurecimento que parte de duas raízes em si mesmas não sexuais: excitações corpóreas de todos os tipos e relações inter-

humanas. As aquisições principais realizadas ao longo desse processo são duas: 1) o desenvolvimento da vida instintual, que consiste na elaboração imaginativa de todos os instintos – impulsos de natureza biológica –, integração desses instintos no si mesmo e nas relações interpessoais, duais, triangulares ou múltiplas, terminando por estabelecer a sexualidade como o tipo instintual dominante na fase adulta e 2) o desenvolvimento de características sexuais não fundadas biologicamente, decorrentes de interrelacionamentos de diferentes tipos. (grifos nossos.)

Desta forma, o autor reitera que a sexualidade seria, então, uma conquista, pela qual ocorreriam mudanças na concepção sobre *o fator dinâmico que impulsiona a existência humana.*

7. No trabalho **a Clínica Psicanalítica: Aproximações Histórico conceituais e contemporâneas e perspectivas futuras** (Celes, Luiz. 2010) o autor propõe uma revisão crítica da psicanálise, enfatizando sua origem em Freud e suas conquistas mais recentes. De acordo com ele, à organização do inconsciente, associam-se as elaborações sobre a força que impulsiona o sujeito. Inicialmente restrita à sexualidade como experiência vivida, que, portanto, poderia adequadamente oferecer-se à interpretação, a compreensão da psicanálise estendeu-se ao limite entre o psíquico e o orgânico com a noção de pulsão. A sexualidade infantil se caracteriza em Freud como pulsional, como força contínua, de origem somática (interna) que se apresenta como exigência de trabalho psíquico. O entendimento do psiquismo é, na teoria Freudiana, conforme apresentada pelo autor, um conflito que se constituiu inicialmente na oposição entre a pulsão sexual e a pulsão de autopreservação. *Forças pulsionais sexuais, regidas pelo princípio do prazer, contra forças egoicas, também pulsionais, regidas pelo princípio de realidade, constituem a primeira formulação do conflito psíquico na psicanálise.* Tais forças são marcadas pelas exigências culturais, formatadas e modeladas pela educação, pela consciência moral e pela vida civilizada.

8. O trabalho **A feminilidade na Psicanálise: A controvérsia contra a primazia fálica** (Bonfim, Gaze, Vidal, Viana. 2009) trata da postulação freudiana da *primazia do falo na estruturação da sexualidade* e dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* no qual Freud, na estruturação sexual do sujeito, não está totalmente

determinado pelas características sexuais biológicas, mas sim, pelas questões do falo (desejo). Uma vez que se propõe analisar as questões da feminilidade, os autores que afirmam que ao contrário do que acontece com a mulher, *a castração no ser masculino o unifica sob o significante "homem". Na mulher, a castração a desdobra. Dessa maneira, uma mulher sente que uma parte de si está submetida ao gozo fálico, enquanto a outra situa-se no gozo Outro, no gozo do corpo.* Assim, os determinantes para a sexualidades são internos e dependentes do desejo, um desejo que se inicia na infância, e se revela como desejo do outro, que está sempre próximo ao bebê. Da mesma forma, diferencia homens e mulheres a partir de afirmações como: *as mulheres não fazem Um como os homens, mas permanecem em sua infinitude.* A partir de Lacan, declara que: *não existe relação de complementação possível entre dois sexos opostos, visto que o gozo, enquanto sexual, é fálico e não se relaciona com o Outro* (LACAN, 1985 [1972-3]). Logo, Lacan (1985 [1972-3]) conclui: "*Não há relação sexual.*", assim, não haveria a possibilidade de completude a que o amor visa. Nessa perspectiva, *a relação sexual não existe na medida em que ela nunca é aquilo que deveria ser, pois, como formulou Lacan, a mulher goza do corpo e o homem goza totalmente referido ao falo, significante fora do corpo.*

9. No artigo **A constituição do infantil nas Obras de Freud** (Zavaroni; Viana; Celes) os autores se propõe a retomar as conceituações freudianas sobre a infância. Neste, descrevem que a infância é o ponto que são constituídas as questões psíquicas (sem maiores definições) a partir das memórias reprimidas. No que concerne a sexualidade, são retomados pelos autores as concepções freudianas do complexo de Édipo e dos ensaios sobre sexualidade, em que afirmam: *o infantil inscreve-se definitivamente em associação ao desenvolvimento pulsional.* Todavia, os autores apontam que Freud não constituiu o infantil como um conceito, mas reiteram que a relevância desse conceito em Freud é denunciada pela relação que o infantil estabelece com os conceitos que se estendem por todo corpo teórico da psicanálise. Destarte, na elaboração de sua hipótese sobre o desenvolvimento pulsional, Freud (1905/1980) aponta para o que eles denominam de *a marca da sobreposição que se constituirá como característica do processo de subjetivação, em que os modos mais arcaicos do desenvolvimento permanecem presentes, também, na sexualidade do adulto.* Dessa maneira, o adulto portará *para sempre* o infantil que o constituiu.

10. De acordo com o autor do artigo "**Dora**" contemporânea: e a crise terapêutica da psicanálise (Celes, Luiz Augusto, 2007), o objetivo proposto é o de encontrar em "Dora" semelhanças estruturais com o que chamamos de casos contemporâneos de tratamento psicanalítico e mostrar que esse caso trouxe certa crítica à psicanálise, conforme parâmetros ou critérios que se aproximam dos propostos pelos casos hoje comuns na clínica psicanalítica. Neste artigo, não são dadas definições sobre a temática da sexualidade, e ela somente é mencionada ao se falar dos conceitos psicanalíticos e, portanto, explicada pelos próprios conceitos.

Diante da análise dos artigos da Psicanálise, é possível encontrar alguns pontos comuns a todos os artigos. Os autores clássicos desta linha teórica tais como Freud, Lacan, Winnicott e Melanie Klein, partem do pressuposto de que sexualidade é determinada pelas pulsões sexuais internas aos indivíduos, sendo que para Freud, as questões da sexualidade infantil são fundamentais para compreender a constituição do próprio psiquismo. Diante disso, os autores dos artigos, não apresentam maiores definições ao termo, ou mesmo buscam conceituar as questões da formação da sexualidade. Tomando por base a concepção de que os *impulsos libidinais*, ou o *desejo interno*, são fundantes do psiquismo, as questões a cerca da sexualidade aparecem como princípio no que se refere ao desenvolvimento humano, como força constitutiva dele.

Apesar de os autores dos artigos reconhecerem a influência da cultura e da história na formação do psiquismo, não discorrem sobre como se daria o processo de atuação da cultura sobre os indivíduos. De forma semelhante, as questões da constituição do psiquismo são apresentadas a partir de requisitos universais. As regras para a formação dele são sempre apresentadas sem correlação com as questões de classe social ou período histórico.

Por entender, contudo, que não é objetivo deste trabalho aprofundar o estudo nos pressupostos da psicanálise, será apresentado o entendimento sobre as questões relevantes a esse no item 4.2.

A seguir, na Tabela 2, serão apresentados os trabalhos que possuem como base os estudos de Gênero e Psicologia Social.

RTIGO	QUALIS CAPES	PERIÓDICO PUBLICADO E ANO	TITULO E AUTORES	ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICA
13	A2	Psicologia e Sociedade v. 23, 2011 .	O jogo do nome nas subjetividades travestis Prochno, Caio César Souza Camargo; Rocha, Rita Martins Godoy.	Relações de Gênero
14	A2	Psicologia em Estudo 2008, vol.13	Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. Silva, Cristiane Gonçalves da; Santos, Alessandro Oliveira; Licciardi, Daniele Carli e Paiva, Vera	Representações Sociais Estudos de gênero
15	A2	Psicologia em Estudo. 2008, v 13	Scripts em cena: HIV e mercado sexual no contexto turístico. Bellenzani, Renata; Blessa, Cely; Paiva, Vera	Scripts Sexuais Relação de Gênero e Psicodrama
16	A2	Psicologia em Estudo, 2007, v. 13	Adolescência, sexualidade e mídia: uma breve revisão da literatura nacional e internacional. Miguel, Raquel de Barros Pinto; Toneli, Maria Juracy Filgueiras.	Psicologia Social
17	B1	Psicologia USP, V.20, 2012	Alguns aspectos da Construção do Gênero entre travestis de baixa renda. Garcia, Marcos Roberto Vieira. (2009).	Gênero e transgênero.

13. No trabalho *O jogo do nome nas subjetividades travestis* (Próchio e Rocha, 2011), os autores afirmam que, desde o nascimento, o nome representa uma das primeiras características a ser adquiridas pelo sujeito que deverá acompanhá-lo como marca distintiva na sociedade. Ao mesmo tempo, segundo eles, o nome por meio da gramática substantiva do masculino ou feminino, *impõe uma relação binária rígida entre os sexos marcando, além da denominação, a determinação de normas relativas à sexualidade e ao gênero*. A fim de compreender os mecanismos utilizados por travestis da cidade de Uberlândia, para a escolha do nome que configure a “subjetividade travesti”, os autores se apropriam da teoria de Gênero e apontam que junto à escolha do nome de uma pessoa são designadas as relações de gênero e sexualidade planejadas para seu futuro, dando noção de que se for menino, o nome é masculino, se for menina, feminino. Nesse sentido, *a implicação do nome feminino ou masculino marcaria, além da denominação, a determinação de normas relativas à sexualidade e ao gênero*. Assim, a sociedade delimitaria os papéis relativos ao gênero tomando como ponto de partida o sexo jurídico, indicado pela natureza biológica, e referenciado pelo prenome, para daí *construir um suposto sexo social que, por sua vez, decorre de uma educação familiar e social recebida pela criança de acordo com seu sexo jurídico*. No que tange ao papel sexual, os autores afirmam que *há uma expectativa do grupo para que o indivíduo atue em conformidade com as linhas traçadas para o papel de homem e de mulher, preconizando-se, assim, um protótipo de normalidade heterossexual na sociedade ocidental*. Isto é, essa mesma sociedade, através de sua história, construiria uma *figura rígida de homem ou mulher e força os indivíduos que dela participam a uma conduta estrita às normas estabelecidas*.

14. Já no artigo *Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez* (Silva; Santos; Licciardi e Paiva, 2008) são apresentados os resultados de um trabalho que buscou descrever como jovens religiosos e autoridades religiosas de diferentes comunidades compreendem a sexualidade, considerando suas experiências pessoais como membros de comunidades religiosas. Foram realizadas 26 entrevistas em diferentes comunidades da região metropolitana da cidade de São Paulo (comunidade Católica, de Umbanda, do Candomblé e de diferentes denominações Evangélicas) sobre iniciação sexual, casamento, gravidez. Para tanto, não especificam em qual abordagem teórico metodológica está fundamentado sua pesquisa, apenas apontam que: *os*

indivíduos são sujeitos sexuais, com direitos sexuais e direito à prevenção. Segundo os autores, a esfera da sexualidade *se organiza socioculturalmente e não existe uma sexualidade essencial ou um sentido natural para o "desenvolvimento adequado" da sexualidade*, porém não especificam ou definem o que seria organização sociocultural da sexualidade. Nos resultados deste trabalho, concluiu-se que a sexualidade é foco de interesse e reflexão em todas as comunidades religiosas estudadas. Afirma que as comunidades religiosas significam o sexo como *sendo sagrado, concebido como dádiva de Deus ou presente dos Orixás pelos participantes*. Na conclusão os autores afirmam que *na religiosidade os adolescentes ganham legitimidade para normatizar o ethos privado e a dimensão sagrada da construção da sexualidade, dos corpos e dos desejos*, o que demonstra que neste estudo existe a concepção de que a sexualidade seria inata, encontrando sua legitimidade nas práticas religiosas de um grupo, ou no caso, a religiosidade.

15. O objetivo do artigo ***Scripts em cena: HIV e mercado sexual no contexto turístico*** (Bellenzani; Blessa e Paiva, 2008) foi analisar como o cenário sexual no contexto do turismo brasileiro e os *scripts sexuais* construiria a vulnerabilidade de caixaras às DSTs/HIV e ao mercado sexual. Esta pesquisa associou métodos de observação etnográfica com apoio de agentes locais instrumentalizados como pesquisadores, entrevistas em profundidade e a realização de oficinas devolutivas dos resultados para a comunidade, na forma de Sociodrama, sendo que “diários de campo” foram utilizados como procedimentos de coleta de dados. Para discutir seu tema, as autoras citam estudos que apontam para o que denominam de “singularidade das interações sócio-sexuais” em regiões litorâneas em função do fluxo sazonal de pessoas, das especificidades socioculturais, que significam o Brasil como país sexualmente "desinibido" ou da exposição dos corpos em relações de sociabilidade à beira-mar, citando autores como Heilborn, (1999) e Parker (1991). Vera Paiva (2008) uma das autoras deste artigo é professora Livre Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, pesquisadora e coordenadora do NEPAIDS/USP, possuindo diversas publicações na área da sexualidade. Basendo-se em Foucault, os autores apontam que a construção da noção de corpo na atualidade e a generalização do dispositivo da sexualidade, em conjunto com todo o processo de higienização e medicalização dos corpos e dos espaços públicos, determinaram uma transformação da

política numa "biopolítica", de forma que, segundo estes autores: *a biologia da vida, da espécie, do corpo e do sexo entraram no campo das técnicas políticas, nos cálculos do poder*. Importante lembrar que não foi possível identificar uma base teórica específica na elaboração deste texto e, apesar da utilização de Foucault, os autores não se colocam como sendo da psicanálise, sendo que a visão de homem apresentada por eles aproxima-se da Psicologia Social e Gênero.

16. O trabalho **Adolescência, sexualidade e mídia: uma breve revisão da literatura nacional e internacional**. (Miguel; Toneli, Filgueiras. 2007). Este trabalho teve como objetivo identificar a produção existente acerca dos temas adolescência, sexualidade e mídia. Para tanto, foram realizados levantamentos em bases de dados internacionais e nacionais, utilizando termos descritores relacionados ao assunto. Nas referências encontradas, foram identificados os temas mais investigados por seus autores, estando entre eles: papel informativo da mídia, o conteúdo sexual veiculado pela mídia, sua influência na sexualidade do adolescente e relação entre mídia e a preservação do paradigma dominante. De acordo com os autores, os trabalhos internacionais dão ênfase à influência da mídia sobre a sexualidade adolescente, bem como ao papel informativo dos veículos midiáticos. Entretanto, pouco se discute sobre o uso que os adolescentes fazem da informação oriunda da mídia, a leitura que dela fazem e sua aplicação no cotidiano, evidência também encontrada pelos autores em alguns dos trabalhos nacionais examinados. Por se tratar de uma revisão bibliográfica, não é possível identificar a visão de homem, apesar de os autores reportarem a Psicologia Social na Metodologia.

17. **Alguns aspectos da Construção do Gênero entre travestis de baixa renda**. (Garcia, 2009). Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, direcionada ao entendimento da formação da identidade entre travestis de baixa renda. As travestis, ao lado de transexuais, de transformistas, de *drag-queens* (*drag-kings*) e de *crossdressers*, são referidas na literatura recente pelo termo "transgêneros", que se refere a modalidades de experiências e subjetividades, nas quais se insere a ambiguidade de gêneros, na medida em que criam identidades sociais não facilmente classificáveis como masculinas ou femininas. De acordo com o autor, pesquisas denominadas por ele de transculturais a respeito da sexualidade mostram que a binariedade de gêneros está distante de ser algo universal. Cita o exemplo dos estudos sobre o *berdache* entre os

indígenas norte-americanos (Roscoe, 1994) e sobre os *hijras* na Índia (Nanda, 1994). O autor explica que eles se tratam de sociedades que *se estruturaram a partir da aceitação da existência de um terceiro gênero, além daqueles que corresponderiam ao masculino e feminino nas sociedades ocidentais*. A existência contemporânea de diferentes modalidades de transgêneros, contudo, parece de acordo com o autor, *evidenciar mais a proliferação de novas identidades na contemporaneidade, algumas delas tendo borradas as separações entre masculinidade e feminilidade, do que propriamente o surgimento de um terceiro gênero*. Em relação ao tornar-se travesti, o autor aponta que uma das condições sociais importantes para a alternância refere-se à possibilidade de dispor de uma estrutura efetiva de plausibilidade, isto é, de uma base social que sirva de laboratório da transformação. Intrínseca a essa estrutura está *a forte identificação afetiva com os demais integrantes da mesma e uma intensa concentração significativa dentro do grupo que corporifica a estrutura de plausibilidade*.

Ao analisar os artigos que possuem como base a Psicologia Social e as questões de Gênero é possível perceber que o termo Gênero não é definido pelos autores dos trabalhos, nem são considerados os aspectos para o seu desenvolvimento. A formação e determinação do gênero aparecem correlacionadas a divisão social entre homens e mulheres, sendo a sexualidade definida em termo do inato, no que refere ao desejo. Todavia, sendo a teoria de gênero, uma teoria que nasce dos movimentos feministas, as questões históricas levadas em contas são sempre discutidas a partir da divisão entre feminino e masculino, sem ser considerada a divisão de classes intrínseca ao capitalismo, como exposto no capítulo 2 e 3 deste trabalho.

A seguir, na Tabela 3, serão apresentados os trabalhos que possuem como base os estudos de diferentes linhas teóricas não predominantes, especificadas na análise dos artigos.

NO. DO ARTIGO	QUALIS CAPES	PERIÓDICO PUBLICADO E ANO	TITULO E AUTORES	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA
18	A2	Psicologia & Sociedade, 2012, v.22	Política e sexualidade: notas sobre o combate ao preconceito contra os homossexuais. Oltramari, Leandro Castro. (2010).	Roteiros Sexuais
19	A2	Revista Psicologia em Estudo. 2010, vol.15	Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção CERQUEIRA-SANTOS, Elder; PALUDO, Simone dos Santos; DEI SCHIRO, Eva Diniz Bensaja and KOLLER, Sílvia Helena	Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano
20	A2	Psicologia em Estudo [online]. 2008, vol.13	Sexualidade e mídia: discursos jornalísticos sobre o "sexual" e vida privada. MAKSUD, Ivia.	Representações Sociais
21	A2	Estudos de psicologia 2009	Body building, travestismo e feminilidade. Prochino, Caio César Sousa Camargo; Nascimento, Maria José de Castro and Romera, Maria Lúcia Castilho	Roteiros sexuais
22	A2	Psicologia: Teor. e Pesq 2010	Relação entre gênero e orientação sexual a partir da perspectiva evolucionista. Menezes, Aline Beckmann; Brito, Regina Célia Souza and Henrique, Alda Loureiro Maheirine, Kátia et al	Interacionista; Psicologia Evolucionista

23	B1	Physis 2009	O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. Vera Paiva	Intersex Representações Sociais
24	A2	Psicologia em Estudo, 2008, vol.13	A psicologia redescobrirá a sexualidade? Vera Paiva	Contrucionismo Social Weeks
25	B1	Physis, v. 19, 2009	O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização. RUSSO, Jane A. et al	Representações Sociais

18. No trabalho **Política e sexualidade: notas sobre o combate ao preconceito contra os homossexuais**. (Oltramari, 2010) o autor aborda a temática da obra de Marco Aurélio Prado e Frederico Machado que reúne *a discussão sobre o preconceito contra a homossexualidade e as conotações políticas da luta por direitos sociais no Brasil*. Estes autores, de acordo com o autor do artigo, abordam a sexualidade humana como um jogo complexo entre o "eu" e o "nós", ou seja, um jogo social. Tal concepção está baseada no livro *Uma interpretação do desejo*, o primeiro livro de John Gagnon (2006), em que apresenta a sua noção de **Roteiros Sexuais**, que denota uma concepção de sexualidade eminentemente constituída a partir das sociabilidades. Vale ressaltar que essa perspectiva é bastante atual e frequentemente citadas pelos autores que escrevem sobre a sexualidade. Para eles, a identidade é *uma articulação de uma multiplicidade de discursos e práticas sociais que envolvem tanto aspectos simbólicos, como aspectos materiais e concretos da realidade*. A identidade não poderia então ser entendida como algo estável, como algo pronto, mas sim como um processo de identificação em curso. De acordo com Oltramari (2012) este processo se faz através da articulação *cognitivo-emocional* que os indivíduos em *interação social* produzem dos significados e contextos disponíveis, levando a um posicionamento social relativamente estável e provisório que se ancora em auto-atribuições sociais, que definem sentimentos de pertença grupal e de reconhecimento social., p.18)

Os autores afirmam que a maneira como a política está organizada no Brasil, a constituição da homossexualidade acaba sendo como uma não-heterossexualidade, o que prejudicariam as questões da identidade homossexual. Oltramari (2012) aponta que na discussão sobre identidade sexual, os autores Prado & Machado, 2008 apontam para a necessidade de compreender a sexualidade como um fenômeno que envolve desde aspectos biológicos até sociais. Diante disso, a sexualidade é abordada através do que eles citam como três paradigmas da sexualidade: a) *Modelo de sexo único - Aborda a relação entre atividade e passividade, construída a partir do século XIX. Eles revelam que tanto a hetero quanto a homossexualidade foram criadas e consolidadas na história ocidental;* b) *Modelo de dimorfismo sexual - São apresentados os argumentos que, a partir dos séculos XVIII e XIX, foram importantes para a constituição das diferenças entre masculinidade e feminilidade, e principalmente entre a heterossexualidade e a homossexualidade, ancorados na ciência;* c) *Modelo da*

diversidade sexual - Houve, a partir do século XX, uma derrubada da hegemonia dos estudos sobre sexualidade, principalmente em relação à homossexualidade, numa perspectiva de desnaturalização da heterossexualidade. Anthony Giddens é citado e chama de "revolução sexual" o elemento que podemos identificar como contracultura, contrastando uma série de valores sociais que mudaram a visão sobre homossexualidade. De acordo com o autor do artigo, não fica bem explicitada a perspectiva na qual os autores se pautam para a discussão sobre a sexualidade, apenas sugerem que a sexualidade é uma sociabilidade com conotações políticas, e os autores retomam padrões conceituais mais usuais sobre a sexualidade.

19. Já no artigo **Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção**. (Cerqueira-Santos, Paludo, , dei Schirò, Bensaja, & Koller, 2010) Este estudo exploratório-descritivo teve como objetivo identificar as diferenças existentes entre um grupo de adolescentes que viveu a experiência de gravidez durante a adolescência. A amostra foi composta por 1015 jovens de nível socioeconômico baixo de Porto Alegre, com 14-24 anos, de ambos os sexos. Utilizou-se um questionário com 109 questões que abordam aspectos da vida juvenil. Os autores afirmam que o surgimento da gravidez *compromete também a capacidade de autonomização, por parte da adolescente, relativamente às figuras parentais*, tarefa que de acordo com eles, caracterizaria o período da adolescência, o que introduz *uma certa ambivalência na relação* já que ao ser mãe há uma precipitação desta autonomia. Apontam também que quando a jovem possui *capacidade maturativa, a gravidez permite a aquisição de ganhos significativos, nomeadamente relativamente à construção da identidade sexual e de uma autonomização relativamente aos seus próprios pais.*

Todas essas mudanças ocorrem *em um meio ambiente ecológico composto por uma série de contextos, desde os mais próximos até os mais distantes*. Para Bronfenbrenner (1979/1996),, nenhum aspecto pessoal ou social pode exercer influência sobre o desenvolvimento de forma isolada, por esse motivo, o exossistema, caracterizado como um ou mais ambientes nos quais a pessoa não participa face-a-face, mas cujas decisões tomadas, direta ou indiretamente, também influenciam na vida sexual dos adolescentes (Bronfenbrenner, 1979/1996).

20. O trabalho **Sexualidade e mídia: discursos jornalísticos sobre o "sexual" e vida privada.** (Maskud, 2008) vem apresentar uma discussão sobre o discurso utilizado por dois jornais da mídia impressa carioca sobre sexualidade. A partir dos dados obtidos em uma pesquisa que focalizou os jornais *O Globo* e *Extra* (período de abril de 1998 a abril de 1999) este estudo procurou observar a recorrência de reportagens específicas sobre sexo, sexualidade e temas associados, a fim de compreender o que se constituía como sendo *sexualidade* para os dois veículos. Citando Foucault (1993, 1999) a autora afirma que a incorporação e retroalimentação de valores confirmam as representações sociais, reiterando a mídia como uma forte agência socializadora que fundamenta as normatividades e os discursos para os diferentes segmentos sociais no que concerne à difusão da idéia de sexualidade. Entretanto, os autores não apresentam maiores discussões ou aprofundamentos sobre como se formaria esta sexualidade, apenas discutindo a partir da Teoria das Representações Sociais a ideia de que a mídia é instituição formadora dos conceitos sobre a sexualidade na atualidade.

21. No trabalho **Body Building, travestismo e feminilidade** (Próchno; Nascimento e Romera, 2009) apresentam neste trabalho a teoria do *body building*, que se refere ao corpo como objeto público em exposição, e que segundo os autores seria *equiparável* a obras de arte como pinturas, esculturas e fotografias, apresentadas desde a Segunda Guerra Mundial. Citando Rousselle, A. (1983)²² que ao longo da história, as pessoas vem localizando seus infortúnios no próprio corpo. Posteriormente, os autores apresentam Ussel, J. V. (1980)²³ que sugeriu a ideia da existência de uma Síndrome Antissexual na sociedade capitalista e ainda que o exercício da sexualidade é inerente ao homem biológico.

22. As autoras do artigo **Relação entre gênero e orientação sexual a partir da perspectiva evolucionista**, ao abordar o tema sexualidade afirmam que a formação da orientação sexual é na verdade um fenômeno complexo que necessita primeiramente do rompimento da tradicional dicotomia inato e aprendido. Embasadas na perspectiva da psicologia evolucionista, que é fundamentada na teoria darwinista de evolução das

²² Aline Rousselle (1983) autora de *Pórnia: Sexualidade e Amor no Mundo Antigo*, Ed. Brasiliense.

²³ Jos Van Russel (1980) autor de *A Repressão Sexual*. Ed. Campus.

espécies, e que propõe o estudo de mecanismos psicológicos que foram selecionados durante a evolução da espécie humana (Tooby & Cosmides, 2000) as autoras citam Bussab e Ribeiro (1998) que afirmam que a espécie humana é "biologicamente cultural". De acordo com autores citados neste trabalho como Bussab e Ribeiro (1998) existiria um confronto inconsciente entre biologia e cultura, já que a estrutura biológica do ser humano teria evoluído de modo a necessitar da inserção cultural, enquanto a cultura se estabeleceria em consonância com suscetibilidades orgânicas específicas. Neste contexto, as autoras deste artigo propõe a adoção do termo "gênero" para se referir a padrões comportamentais tipicamente masculinos e femininos, "sexo" para a diferenciação genética e morfológica dos organismos em homens e mulheres (tendo a intersexualidade como um desafio teórico de enquadramento) e, por fim, "identidade de gênero" para a forma como um indivíduo se percebe e se classifica como masculino ou feminino. As autoras, não fazem uso de qualquer referencia da Teoria Histórico Cultural.

23. O trabalho **O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade** (Paiva, 2007) trata de uma revisão de literatura em que a autora analisou artigos científicos de diversas áreas do conhecimento sobre o tema da intersexualidade, definido na Biomedicina como o desequilíbrio entre os fatores responsáveis pela determinação do sexo. Ou seja, o indivíduo apresenta caracteres biológicos tanto masculinos quanto femininos, sendo a ambiguidade sexual demarcador da condição de *intersexo*. Neste mesmo trabalho, ao buscar artigos internacionais da área de Psicologia sobre o tema, os autores identificaram uma articulação entre teorias desta disciplina à temática *intersex*. De acordo com esta autora, a maior parte dos trabalhos encontrados apresenta discussões sobre o impacto da *genitália ambígua* no desenvolvimento sexual e na construção da identidade de gênero, tendo a Psicanálise e a Psicologia Social como perspectivas teóricas mais adotadas. Importante destacar, que o artigo em si não apresenta uma abordagem teórica específica, uma vez que trata de uma revisão de literatura para mapeamento. Apenas toma como base a afirmação dos seguintes autores:

O corpo intersexual, segundo Wilson (1998 *apud* PREVES 2002), não se adequa à expectativa social de que todos os seres humanos pertençam a uma das duas categorias de sexo claramente delimitadas em

homem ou mulher. **São corpos que não alcançam a "inteligibilidade cultural"** (BUTLER, 1993, p. 2), não sendo, desta forma, compreendidos nem aceitos pela coletividade. O indivíduo tem seu corpo modelado para se assemelhar aos padrões culturais de feminilidade e masculinidade. Essa prática converge com a concepção de corpo da biotecnologia que, segundo Le Breton (2003), considera o corpo como um rascunho a ser retificado, uma matéria-prima que deve ser organizada de outra forma.

24. No trabalho **A Psicologia redescobrirá a sexualidade** a autora Vera Paiva (2008) que possui diversas publicações sobre o tema, buscou antes fundamentar um posicionamento mais crítico relacionado às abordagens denominadas de "sexológicas", dominantes no século XX, argumentando que a abordagem "construcionista", ao desconstruir a *heteronormatividade*, validou-se como paradigma alternativo de grande relevância para a pesquisa e a prática de profissionais que abordam a sexualidade. De acordo com esta autora, a abordagem construcionista compreende a sexualidade *como fenômeno social, assim como são: a desigualdade entre os sexos, a subordinação das mulheres, a discriminação sexual nas últimas três décadas dedicou-se fortemente a compreender a epidemia da AIDS e a violação de direitos sexuais*. Paiva (2008) afirma que a ideia de sexo como vida instintiva começou a ser questionada por teóricos dos movimentos feminista e movimento como o GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais) que acabaram por contribuir para um crescimento de estudos no campo das ciências humanas e sociais. Ao invés de pensar o sexo como tendo prioridade na explicação do comportamento humano, da cultura, da civilização e da sociedade, como vinha fazendo a psicanálise (com as teorias do Eros, libido, repressão e tabus) no construcionismo surge a possibilidade de pensar como a atividade sexual (física e simbólica) a autora sugere que o objeto de estudo da psicologia no que se refere à sexualidade deveria configurar outras atividades sociais, como a conjugalidade, trabalho, política, negócio ou religião.

25. No artigo **O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização**. (Russo, Rohden, e Torres, 2009) são discutidos os resultados

parciais da investigação sobre a constituição do campo da sexologia contemporânea no Brasil, parte da pesquisa comparativa "Sexualidade, ciência e profissão na América Latina". Para tanto, os autores propõe, para fins analíticos, uma distinção em três áreas de atuação: a medicina sexual (a mais próxima da biomedicina), a sexologia clínica (que se articula tanto com a biomedicina quanto com a psicologia) e a sexologia educacional. Todavia, também neste artigo, não foram consideradas, as questões em que se fundariam a sexualidade humana.

Por serem muito diferentes as concepções apresentadas pelos artigos das diversas linhas teóricas da Psicologia, optamos por realizar a análise dos pontos relevantes no subitem 4.2.

Conforme apontamos anteriormente, observou-se que um artigo da Educação se apresentava como sendo da Psicologia Histórico Cultural. Diante disso, apesar de não ser nosso objetivo analisar os artigos da Educação, o que inviabilizaria nossa pesquisa, optamos por verificar este artigo da Educação, que ao menos, inicialmente poderia se aproximar dos pressupostos teórica a que nos propomos neste trabalho.

A seguir, na tabela 3, serão apresentados: o artigo que se apresenta como sendo da Psicologia Histórico Cultural, bem como o artigo da Educação com a concepção Histórico-Cultura.

No. artigo	Qualis Capes	Periódico	Título e Autores	Abordagem Teórica e principais autores utilizados
26	A2	Psicologia em Estudo 2007	Oficinas sobre sexualidade com adolescentes: um relato de experiência. Dias, Ana Cristina Garcia Gomes, William	Psicologia histórico-cultural
27		<i>Educar em Revista,</i> v.30 2012	Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. Dinis, Nilson, & Asinelli-Luz, Araci.	Perspectiva Histórico Cultural (cita Foucault)

26. No trabalho **Oficinas sobre sexualidade com adolescentes: um relato de experiência**. (Dias, Gomes, 2005) é apresentado o relato de experiência de estágio em psicologia, o qual versava sobre o oferecimento de oficinas abordando a sexualidade na adolescência. Tais oficinas tinham o objetivo de fornecer informações, além de promover discussão e reflexão sobre alguns aspectos envolvidos na sexualidade, como o uso de métodos contraceptivos/preventivos e *relações de gênero, com vista a contribuir para a emancipação dos sujeitos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos*. Dentre os conceitos apresentados neste artigo, o parágrafo citado é o único em que a Psicologia Histórico é abordada, bem como os autores relativos a essa abordagem:

Adotou-se a concepção histórico-cultural em psicologia como base teórica. Conforme esta ancoragem analítica, os processos idiossincráticos de constituição dos sujeitos dão-se no plano da cultura que, dialeticamente, é produzida/produtora pelos/dos sujeitos (Vygotski, 1931/1995). De acordo com esta matriz teórica, é impossível pensar em uma única adolescência, de caráter universal, surgindo assim o termo *adolescências*. Falar de adolescência é falar de um fenômeno psicológico e social, constituído histórica e culturalmente, nomeado como tal no século XX, sendo caracterizada como um processo de transição entre a infância e a vida adulta (Ariés, 1973/1981; Sposito, 1997). Contudo, vale ressaltar que o momento desta "passagem" varia de acordo com o contexto social em que o sujeito está inserido.

O trabalho não discorre sobre os processos de formação da sexualidade, tão pouco menciona como são formadas as questões referentes à sexualidade e adolescência. Para conceituar sexualidade os autores utilizam a conceituação da OMS (Organização Mundial da Saúde):

Sexuality is a central aspect of being human throughout life and encompasses sex, gender identities and roles, sexual orientation, eroticism, pleasure, intimacy and reproduction. Sexuality is experienced and expressed in thoughts, fantasies, desires, beliefs, attitudes, values, behaviors, practices, roles and relationships. While sexuality can include all of these dimensions, not all of them are always experienced or expressed. Sexuality is

influenced by the interaction of biological, psychological, social, economic, political, cultural, ethical, legal, historical and religious and spiritual factors (WHO, 2003).

A partir da concepção da OMS, tem-se que a sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, legais, históricos e espirituais. No entanto, não foram especificados, neste artigo, como se formam as questões da sexualidade, ou de que forma se dariam as influências dos fatores citados pela OMS na constituição da mesma.

27. De acordo com os autores do artigo **Educação sexual na perspectiva histórico-cultural**. (Dinis, Nilson, & Asinelli-Luz, Araci, 2012), uma vez que o tema da sexualidade tornou-se obrigatório nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil, deve ser tratado como um tema transversal. Assim, para o autor, a sexualidade não é mais um tema exclusivo das aulas de Biologia, mas deve ser trabalhada em todas as disciplinas do currículo *por uma visão culturalista*. Essa mudança de paradigma implicaria, conforme aponta, em discutir *todos os aspectos da sexualidade, inclusive as novas identidades sexuais e de gênero*. Isso possibilitaria, de acordo com ele, que o tema da sexualidade fosse discutido nos cursos de formação docente, de forma a resistir *a discursos normativos sobre corpo, gênero e sexualidade*. Entre as inúmeras justificativas apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ao abordar a importância do tema transversal da "orientação sexual" no currículo escolar, o autor destaca o fato de que:

A partir de meados dos anos 1980, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre os adolescentes e com o risco da contaminação por HIV (vírus da Aids) entre os jovens. A princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa (Brasil, 1997, p. 111).

É possível notar que a data em questão, 1980, de fato coincide com nossa pesquisa inicial, todavia, destacamos que nos PCNs não são consideradas as questões históricas. Todavia, citando Foucault, o autor deste trabalho afirma que o sexo torna-se *objeto de saber por meio de dispositivos de poder nos discursos sobre a sexualidade presentes*, citando o exemplo, do discurso médico-científico que busca a normatização da sexualidade, com especial atenção sobre a sexualidade da mulher, da criança, do/a adolescente, e das chamadas sexualidades periféricas, como a homossexualidade, que até 1990 ainda era diagnosticada pelo discurso médico no Brasil como perversão ou distúrbio sexual. O autor afirma que:

(...) não se aprende a lidar com a sexualidade, assim como não se aprende a lidar com necessidades educativas especiais, ou com crianças e adolescentes. Somos seres histórico-culturais e a construção de nossas identidades se dá desde o momento de nosso nascimento, na relação com as diferenças.

E ainda:

Entender a sexualidade de uma perspectiva histórico-cultural, como fator de aprendizagem e interação social, significa superar os limites impostos pela educação escolar. A possibilidade de vivenciar a diversidade das relações afetivas e sociais provocada pela educação sexual contribui para a compreensão e uma experimentação de novas possibilidades do exercício da alteridade em contextos mais amplos que os familiares, e é dessa forma que "o indivíduo se humaniza quando a cultura impregna a biologia, e um novo ser, assim redefinido, se eleva como pessoa.(grifos nossos)

Diante do exposto, destacamos que o autor não faz referência aos autores da Teoria Histórico Cultural, nem define em que termo Histórico-Culturais constitui-se à sexualidade. Não são aprofundados os aspectos referentes à forma que a *cultura impregna a biologia*. Da mesma forma, não foi considerado neste artigo a base do

Materialismo Histórico Dialético, fundamental a compreensão da Psicologia Histórico Cultural, como demonstrado no capítulo 1 deste trabalho.

2.1 A predominância do pensamento formal nas concepções atuais sobre a sexualidade humana: algumas considerações.

L.S. Vigotski (1896-1934), ao tratar sobre a *Crise da Psicologia* (Vigotski, 1995), introduz a problemática da epistemológica da psicologia como sendo um problema das ciências, afirmando que seria necessária a construção de uma psicologia geral que metodologicamente possibilitasse compreender a relação singular-particular-universal, a sociedade e suas relações históricas como constituídas e constituintes do homem, em sua individualidade, especificidades e características psicológicas e comportamentais. Esta Psicologia Geral seria representada pela superação dos antigos/novos modelos de compreensão do homem que buscavam estudá-lo de modo cindido a partir dos aspectos ora ambientais, ora subjetivos. Tal superação, entretanto, somente seria possível, a partir da elaboração de uma Psicologia Marxista, tendo como base fundamental o Materialismo Histórico Dialético (tal como abordado no primeiro capítulo deste trabalho em seus fundamentos metodológicos), bem como deveria estar pautada em conceitos fundamentais de um desenvolvimento humano que é filogenético (como tratado no segundo capítulo) e ontogenético (discorrido de forma parcial no terceiro capítulo). Diante disso, discutir os paradigmas de interpretação da realidade posto pelas ciências e suas contribuições para a compreensão da sexualidade torna-se uma problemática que tem como ponto central a relação sujeito-objeto

É certo que para o pensamento marxista, importaria então descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se ocupa, ou seja, captar, detalhadamente, as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem. Marx (1987), a partir da reinterpretação do pensamento dialético de Hegel, afirma que a separação sujeito-objeto, impossibilitava a análise do movimento e da contraditoriedade do mundo, dos homens e de suas relações. No entanto, as concepções ocidentais relacionadas aos estudos da sexualidade humana frutificaram em meio às correntes históricas e filosóficas, como o mecanicismo de René Descartes (1596-1650). Desde o século XIV, época em que as antigas crenças e atitudes

dominantes da Idade Média se encontravam abaladas, se inicia a construção de um corpo teórico que tinha como objetivo satisfazer a busca pelo conhecimento sobre as coisas do homem. Ao escrever sobre *As Paixões da Alma* (Art.102), Descartes afirma:

O movimento do sangue e dos espíritos do amor (...) Essas observações, (...), deram-me motivos para julgar que, quando o entendimento se representa qualquer objeto de amor, a impressão que tal pensamento efetua no cérebro conduz os espíritos animais [Instintos] pelos nervos do sexto par, aos músculos situados em torno dos intestinos e do estômago, da forma requerida ao levar o suco dos alimentos, que se converteu em sangue novo, a passar prontamente ao coração (...) e sendo ali impelido com mais força do que o é nas demais partes do corpo, a entrar no coração com maior abundância e excitar nele um calor maior por ser mais grosso (...) o que o faz enviar também espíritos ao cérebro (...) e estes espíritos fortalecendo a impressão que o primeiro pensamento do objeto amável nele ocasionou, obrigam a alma a deter-se nesse pensamento [do desejo]; é nisso que consiste a paixão do amor.

A partir da razão matemática, Descartes buscou fundamentar o que deveria ser o desejo, ou como ele afirmava: as *paixões da alma*. Nesse cenário cujo racionalismo e o empirismo filosófico se fundam, em uma sociedade de transição do modelo medieval ao modelo Renascentista, da mesma forma, as concepções inatistas e mecanicistas vêm encontrar o caminho para dar seus primeiros passos. Não serão tratadas aqui às questões históricas e/ou filosóficas do início da Psicologia enquanto ciência, apesar de se compreender que estes aspectos sejam de importantes no entendimento do desenvolvimento das ciências. Nesse ponto, apenas importa destacar que nota-se que a sexualidade humana vem sendo explicada ao longo da história da humanidade a partir de concepções mecanicistas e inatistas, semelhante àquelas iniciadas por Descartes. Entretanto, para melhor exemplificar tal afirmação, é possível olhar para alguns textos produzidos na atualidade e encontrar semelhança com o trecho racionalista-mecanicista apresentado anteriormente. Para Blackledge (2004, p.278-279), por exemplo:

(...) o cérebro é, de fato, um impressionante e poderoso órgão sexual, talvez o mais poderoso de todos, e tem a suprema capacidade de ignorar sinais sexuais se a história da pessoa lhe ensinou que isso é a “melhor” coisa a fazer, ou a “mais segura”. Na realidade, as pesquisas mostraram que os efeitos físicos da excitação e do orgasmo femininos podem ser ignorados ou “suprimidos”. É mais fácil para as mulheres ignorar ou suprimir as sensações da excitação sexual, já que elas não têm sinais visuais de excitação óbvios para assinalar ou marcar o que seus corpos estão sentindo [...]. Já para os homens, um pênis ereto é um instrumento de informação bem à mão para lembrá-los do que sentem, o que torna mais duro “ignorar” as sensações genitais.

Do mesmo modo, os médicos Masters e Johnson (1988), principal fonte de pesquisa dos trabalhos sobre sexualidade encontrados, descrevem as respostas corporais advindas da relação sexual da seguinte forma:

Do ponto de vista científico, a excitação sexual pode ser definida como um estado de ativação de um complexo sistema de reflexos que compreendem os órgãos sexuais e o sistema nervoso. O próprio cérebro, que exerce a função de controlar o sistema nervoso, funciona através de impulsos elétricos e químicos transmitidos ao resto do corpo pela medula espinhal e nervos periféricos. Sinais provenientes de outras partes do corpo (como a pele, a genitália e os seios) são integrados e focalizados no cérebro, pois sem pensamentos, sentimentos ou imagens eróticas a resposta sexual se torna fragmentada e incompleta. Muitas vezes a excitação sexual pode ser um evento principalmente cerebral – quer dizer, a pessoa pode estar excitada sem que haja quaisquer alterações físicas visíveis em outra parte do corpo. Em outras ocasiões, as sensações genitais podem ser tão intensas que bloqueiam a consciência de quase todas as outras coisas. (Master e Johnson, 1988, p.59)

Diante disso, é importante, por ora, explicitar - mesmo levando em consideração os aspectos históricos brevemente expostos neste capítulo – a aproximação do discurso científico contemporâneo com o posicionamento mecanicista de Descartes.

Conforme demonstra Lukács (1972) é exatamente em continuação ao que havia sido iniciado pelos filósofos racionalistas e empiristas, nas filosofias idealistas, que se concretiza o dualismo mente/corpo; subjetividade/objetividade, ao qual ficam confrontadas, as funções da consciência humana, uma vez que são separadas da realidade material e da materialidade histórica. Dessa forma, a atividade própria do homem, ou seja, o seu intercâmbio orgânico com a natureza pelo trabalho (tal como aprofundado no capítulo primeiro desta dissertação), do qual ele mesmo provém, mas que passa a dominar cada vez mais mediante a sua práxis, acaba por perder valor como sendo a única atividade considerada autenticamente humana. Lukács (1972) destaca ainda que:

Essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e com isso a base para o modo de existência especificamente humano. Se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e de reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquela posição do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do mais primitivo, poderia realizar-se. (p.56)

Todavia, tal separação tomada como princípio ideológico e norteador da ciência psicológica, parece modificar o próprio objeto de estudo dessa Psicologia, tornando como foco central dos estudos a subjetividade como desligada da objetividade. Vigotski (1996, p.335), ao tratar do *Significado Histórico da Crise Psicologia*, aponta que a psicologia tomada por preceitos empíricos torna-se uma *ciência natural de coisas não-naturais*, terminando por esvaziar-se. Assim, de acordo com ele, existiram duas cisões principais ou divisões internas à ciência psicológica: uma de caráter materialista e outra idealista e, por isso todas as concepções psicológicas existentes trazem em seu bojo uma contradição insolúvel entre os aspectos objetivos e subjetivos ao se tentar explicar os fenômenos psicológicos.

Essa dualidade que se apresenta em grande parte das concepções psicológicas, reflete, de acordo com Martins (2008, p. 33-4), “a hegemonia lógico-formal, característica do campo científico no século XIX” e, ao mesmo tempo, reflete as demandas advindas da consolidação histórico-social da classe burguesa no poder”, o que se perpetua, ao longo do século XX, com a marca de divisões insuperáveis como: objetividade/subjetividade, normal/patológico, social/individual, orgânico/mental, etc, aspectos que, ao serem tratados em “exclusão” e não em unidade, tomam a parte para explicar o todo no que se refere ao comportamento humano.

Kopnin (1979, citado por Martins, 2008) explicita alguns dos princípios básicos que compõem o pensamento lógico formal, tais como a lei da identidade (qualquer dado é sempre igual a ele mesmo em qualquer circunstância), lei da inadmissibilidade da contradição (nada pode ser e não ser ao mesmo tempo) e lei do terceiro excluído (se algo é verdadeiro, aquilo que se opõe a ele necessariamente será falso). Tais princípios tiveram seu apogeu a partir do século XVII, com Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650), enquanto o primeiro destacou a experimentação como critério de cientificidade e o segundo instala a cisão entre mente e matéria, característica da ciência cartesiana (Martins, 2008).

Do exposto, compreende-se que a lógica formal não busca explicar as contradições, amarrando o pensamento e impedindo-lhe o movimento necessário para a compreensão das coisas, ou seja, uma vez que o mundo é dialético (se movimenta e é contraditório), torna-se preciso um Método, uma teoria de interpretação, que consiga servir de instrumento para a sua compreensão, e esse instrumento lógico pode ser o método dialético tal qual pensou Marx (como apresentado no primeiro capítulo). O princípio da contradição, presente na lógica dialética, vai indicar que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Nesse caminho, movimentar o pensamento significaria refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada.

Aqui, percebe-se que a lógica dialética não descarta a lógica formal, mas lança mão dela como instrumento para análise e reflexão sobre a realidade. Assim entendida, a lógica formal torna-se um momento da lógica dialética, é necessário usá-la, mas sem esgotar a análise nela, ou, somente por ela pautar-se para a interpretação da realidade (Martins, 2008, Saviani, 1991).

Esta prerrogativa é posta por Demerval Saviani (1991), ao discutir a necessidade de o educador brasileiro superar o senso comum, apontando o método materialista histórico dialético como instrumento que possibilita tal superação. Para ele, a superação da etapa de senso comum (conhecimento da realidade empírica), deve encaminhar-se, por meio da reflexão teórica (movimento do pensamento, abstrações), para a etapa da consciência filosófica (realidade concreta, concreta pensada, ou realidade plenamente compreendida). Deste modo, a lógica dialética não seria outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma lógica abstrata).

Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética). Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato (mediação da análise como escrevi em outro lugar ou “detour” de que fala Kosik). Assim, aquilo que é chamado lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. A construção do pensamento se daria pois da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. (Saviani, 1991; p.11)

Considerando as especificidades apontadas do pensamento formal e dialético, é possível concluir das análises apresentadas em relação às tendências explicativas que hoje predominam em relação ao tema da sexualidade humana, que a maioria encontra-se ainda atravessada pela dualidade cartesiana e refletem o predomínio do pensamento formal, ou seja, pouco se avançou na direção de se compreender a constituição da

sexualidade humana sem que se recaia na dualidade, mente/corpo, organismo individual ou biológico/sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a análise brevemente apresentada no capítulo anterior deste trabalho é também possível constatar que as concepções hegemônicas sobre o desenvolvimento da sexualidade vêm sendo pautados pela concepção neoliberal de homem, tendo como princípio norteador fundamental, quando na análise dos fenômenos relacionados a esse homem e a sociedade, o método lógico formal. Tal modo de compreensão e análise da realidade, ao naturalizar e universalizar os fenômenos psicológicos fortalece a concepção dualista que dicotomiza corpo/mente, biológico/social, sendo base da maioria dos trabalhos pesquisados.

Igualmente, a partir do levantamento realizado, é possível constatar não apenas a complexidade do tema da sexualidade humana, mas primordialmente a possibilidade *em aberto* para se pensar o desenvolvimento da sexualidade nos aportes da Psicologia Histórico Cultural. Isso se deve ao fato de que, como observado, os poucos trabalhos que se aproximam dessa perspectiva teórica, não se apropriam do método do materialismo histórico dialético, sendo o que sustenta o arcabouço teórico-metodológico da Psicologia Vigotskiana.

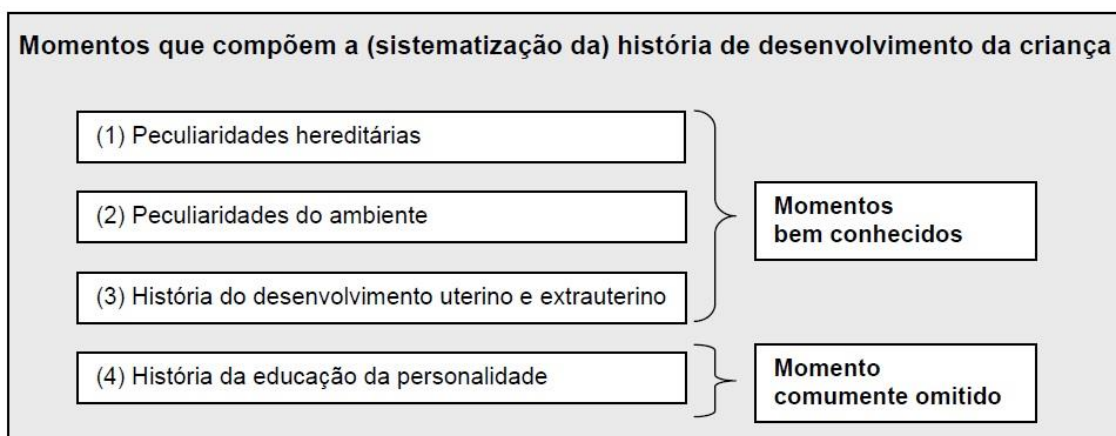
É certo que esta pesquisa não se propôs a esgotar a discussão sobre a constituição social da sexualidade humana, mas sim, pelo contrário, acenar com a possibilidade de se investigar esse tema a partir de outro constructo teórico, entendendo os aspectos biológicos e sociais em unidade. Destaca-se que nessa trajetória há muito a ser feito, considerando o que foi previamente exposto com relação às concepções que vem norteando na atualidade, o estudo a respeito desta temática.

Todavia, a trajetória posta neste trabalho, leva à conclusão que para compreender como se dão as fases do desenvolvimento humano - tal como reconhecem os autores elaboradores da Psicologia Histórico-Cultural - relacionando-as ao desenvolvimento da sexualidade, há de se ter conhecimento das causas e efeitos, bem como das interligações entre as vivências de um indivíduo, as questões fisiológicas do desenvolvimento e as questões históricas envolvidas. Vigotski (1999, p.85), nesta direção, ao tratar das questões práticas da psicologia, reiterou a importância de que se examine o período da história *como um todo único, coerente e dinâmico, tratando de*

descobrir as leis, nexos e movimentos sobre cuja base se construiu e aos quais está subordinada esta unidade, no caso a sexualidade humana.

De acordo com Facci (2004) os estágios de desenvolvimento, tal como propõem os autores da Psicologia Soviética, possuem certa sequência no tempo, mas não são imutáveis, uma vez que dependem das condições concretas nas quais ocorre o desenvolvimento. Para tanto, as condições histórico-sociais concretas exercem influência sobre *o conteúdo concreto de um estágio individual do desenvolvimento como sobre o curso total do processo de desenvolvimento psíquico como um todo.* (p.76)

Delari Jr (2008) ao traduzir²⁴ para o português parte do texto o *Diagnóstico del desarrollo y clínica paidológica de la infancia difícil*, que se encontra no Tomo V em Fundamentos de Defectología, que compõe as Obras Escogidas de Vigotski (1999), desenvolveu um diagrama como forma de auxiliar na compreensão dos momentos que integram o que ele chamou de sistematização da história de desenvolvimento da criança. Optou-se por apresentar este quadro, tal como desenvolvido por Delari Jr. (2008), como forma de auxiliar a compreensão na direção de algumas sínteses, das questões relevantes ao entendimento da sexualidade humana.



²⁴ Essa é uma tradução instrumental feita por Achilles Delari Junior, para fins didáticos e de estudo em grupo, dos itens 5 e 6 do seguinte texto: Vigotski, L. S. Diagnóstico del desarrollo y clínica paidológica de la infancia difícil. In: Obras Escogidas. Tomo 5 – fundamentos de defectología. Madrid: Visor y Minis-tério de Educación y Ciencia, 1997. p. 275-338. A utilização deste material, bem como do diagrama por ele elaborado, foram autorizados pelo autor dos mesmos.

Como é possível observar, Vigotski (1999) conceituou diferentes unidades para a compreensão da totalidade do desenvolvimento ontológico.

Contudo, como demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho, a história da educação da personalidade, como sendo fundada a partir da relação dialética entre o biológico e as construções históricas e culturais, tem sido comumente relegada ao se tratar do desenvolvimento humano em geral e do desenvolvimento da sexualidade em particular. Desta forma, é comum na psicologia que ao estudar a sexualidade, se tome por base a enumeração de aspectos isolados do comportamento, ou do organismo, dicotomizando o que na verdade constitui-se em unidades dialéticas tais como: mente/corpo, pensamento/linguagem, emoções/cognição e demais unidades já apresentadas anteriormente.

Disto fica claro que o centro de gravidade na história do desenvolvimento (...) deve ser tratado dos fatos exteriores, que podem comprovar tanto qualquer babá como o pedólogo (quando a criança começou a sentar-se, quando começou a falar, etc.), ao estudo dos nexos internos nos quais se revela o processo de desenvolvimento. (Vigotski, 1999 p.321)

Esses nexos internos, de que trata Vigotski (1998), podem ser correlacionados ao conceito de vivência de que discorrido ao falar da crise dos sete anos no terceiro capítulo. Ou seja, se a vivência seria uma unidade dialética entre a personalidade e o meio e deve ser sempre compreendida como sendo *a relação interior da pessoa desde sua infância, com um ou outro momento da realidade (...)* (Vigotski, 1998. p.286), os nexos devem ser compreendidos como os modos de ligação entre as unidades internas da pessoa.

Diante disso, para que seja possível o entendimento do desenvolvimento de uma especificidade humana como, no caso, a sexualidade, torna-se fundamental compreender o que Vigotski (1999) denomina por *herança* apenas como *um momento do desenvolvimento infantil* e, por isso, de acordo com ele, o estudo dessa *herança* pela psicologia marxista, a Psicologia Histórico Cultural, deve seguir uma via distinta da que segue a medicina, a genética e outros campos da ciência. Diante disso, surge como tarefa fundamental e extremamente desafiadora, para que além das questões da herança, esteja também considerada, no estudo do desenvolvimento da sexualidade, a relação

dinâmica e dialética entre as vivências individuais e o ambiente externo que é cultural e histórico, bem como a relação da educação da personalidade com o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

No entanto, é neste ponto que surgem as questões acerca da importância do problema da educação da personalidade. Vigotski (1999) aponta que a educação, no sentido mais amplo da palavra, deve ser compreendida como o *eixo fundamental ao redor do qual se estrutura todo o desenvolvimento da personalidade da criança*. (p.326) De acordo com ele:

Uma linha dada de desenvolvimento deve ser entendida como consequência lógica necessária de uma linha dada de educação. Por tanto, sem o estudo científico da educação, o pedólogo nunca poderá construir o quadro científico do desenvolvimento infantil. Subentende-se que a educação não deve compreender-se de modo algum apenas como instrução, como medidas educativas criadas premeditadamente pelos pais e aplicadas com respeito à criança. Trata-se da educação em toda a extensão do significado da palavra, tal como a entende a pedagogia moderna. (Vigotski, 1999. p.326 Trad. Delari Jr. 2008)

Há que se leva em conta, ao tratar da educação da personalidade, conforme nos aponta Vigotski (1930), é que a vida em sociedade não se apresenta de modo uniforme, como um todo, já que ela mesma é subdividida em diferentes classes, assim também, não pode ser dito que a composição das personalidades humanas representa algo homogêneo e uniforme em um dado período histórico. Diante disso, considera-se aqui de fundamental importância, para a compreensão sobre o desenvolvimento da sexualidade humana, o entendimento do que representam determinados aspectos relacionados às distinções de classes sociais para a formação dos tipos humanos. Apenas a partir disso, seria possível compreender como se dá, e se de fato ocorre, o exercício pleno da sexualidade na sociedade capitalista atual, entendendo-a como um aspecto que se humanizou ao longo da filogênese e expressou características distintas conforme a organização social. *As várias contradições internas que são encontradas nos diferentes sistemas sociais encontram sua expressão tanto no tipo de personalidade quanto na estrutura da psicologia humana de um determinado período histórico*, afirma

Leontiev (2004, p.87). O que implica em também retomar a afirmação de Vigotski (1930):

(...) a divisão entre o trabalho intelectual e o físico, a separação entre a cidade e o campo, a exploração cruel do trabalho da criança e da mulher, pobreza e a impossibilidade de um desenvolvimento livre e completo do pleno potencial humano, e no outro extremo, ócio e luxo; disso tudo resulta não só que o tipo humano originalmente único torna-se diferenciado e fragmentado em vários tipos nas diversas classes sociais que, por sua vez, permanecem em agudo contraste umas às outras, mas também na corrupção e distorção da personalidade humana e sua sujeição a um desenvolvimento inadequado, unilateral *em todas estas diferentes variantes do tipo humano*.

Isso quer dizer que compreender a história do desenvolvimento da sexualidade implica em poder analisar a herança, o ambiente histórico cultural e o psiquismo humano como uma unidade. Beatón (2005) retoma o pensamento vigotskiano sobre unidade, lembrando-se da afirmação de Vigotski (2000) quanto à interdependência entre o biológico, o social, o cultural, que juntos constituem o aspecto psicológico, assim como a unidade entre o hidrogênio e oxigênio que produz a água. Tomados separadamente, tal como afirma Vigotski, o hidrogênio ou o oxigênio nada tem a ver com a água. Ou seja, o produto da unidade é qualitativamente diferente e possui estrutura diferente das partes isoladas e, portanto, não pode ser explicada por meio da natureza ou características de seus componentes de forma isolada. O produto da unidade é uma nova função com novas qualidades.

Foi desse modo que se buscou compreender o desenvolvimento da sexualidade neste trabalho, que tomada a partir destes conceitos, se apresenta como correlata às demais funções psicológicas. Ou seja, apesar de ter uma base biológica fundamental, seu desenvolvimento está intimamente relacionado às demais funções psicológicas superiores tais como a tomada de consciência, as emoções e os afetos. E estes conjunto de funções superiores por sua vez, formam unidade com os aspectos biológicos, culturais e históricos.

De acordo com Beatón (2005), o desenvolvimento ontogenético se apresenta como resultante de duas histórias: a que foi produzida pelo processo de evolução biológica (o desenvolvimento filogenético) e a que contém os resultados do processo de construção da cultura e da sociedade humana. Unidas, formaram novas formas de comportamento humano e, com isso, um forma qualitativamente diferente de psiquismo humano. Desta forma, também no desenvolvimento da sexualidade, ocorre um processo cujo ser humano pode desenvolver o domínio da natureza, no caso, do próprio instinto sexual em sua condição animal, lapidando-o e humanizando-o, processo pelo qual as transformações correspondentes a cada nova etapa do desenvolvimento surgem como necessidades da etapa anterior. Vigotski (1999) afirma que devem ser reveladas a lógica do auto movimento no desenvolvimento, bem como a unidade e luta de contrários, postas dentro do próprio processo. O que quer dizer que cada etapa do desenvolvimento não deve ser compreendida como uma etapa inteiramente nova, mas como um produto novo que surge da superação da fase anterior: o novo que nasce surge do velho que não desaparece, mas se integra se incorpora à nova formação.

Desvelar o auto movimento do processo de desenvolvimento significa compreender a lógica interna, o condicionamento mútuo, os nexos, a conexão recíproca dos momentos singulares Segundo uma conhecida definição, o desenvolvimento é precisamente luta de contrários. Só uma concepção como essa assegura realmente a investigação dialética do processo de desenvolvimento (...) (Vigotski, 1999. p)

Assim, desde o nascimento, o ser humano é rodeado por um mundo objetivo criado pelos homens, que lhe apresentam os objetos de sua vida, as vestimentas, instrumentos, tais como a linguagem e a escrita, e da mesma forma, lhe são apresentados às noções, aos conceitos e às ideias sobre a sexualidade. Cada um desses aspectos do mundo humanizado deverá ser apropriado pelo ser humano desde sua infância, que reproduzirá os modos de comportamentos da sociedade que vive, sociedade carregada de contradições e que traz em si as marcas das transformações históricas. Diante disso, da mesma forma que o ouvido desenvolverá a função de ouvir a linguagem verbal, ao ponto de auxiliar no processo de compreensão da linguagem, os

demais órgãos do corpo deverão ser humanizados. Assim decorre que os significados dados às partes do corpo e sua relação com o exercício da sexualidade, os tipos de comportamento possíveis para a vivência dessa sexualidade, também serão apropriados conforme as relações de produção, que condicionam a sociabilidade humana em uma dada cultura e realidade histórica.

Leontiev (2004), ao tratar do *Desenvolvimento do Psiquismo*, afirmou que assim como os homens se organizam em sociedade e a forma de intercâmbio que estabelecem, assim produzem as ideias sobre esta realidade externa e interna, suas concepções sobre a natureza e sobre o próprio homem. Diante disso, toma-se aqui o questionamento de Leontiev sobre o tema do desenvolvimento psíquico, para que se possa, seguindo os mesmos preceitos, pensar a questão da sexualidade:

Em que consistem, portanto, a apropriação pelos indivíduos da experiência acumulada pelos homens no decurso da história da sociedade humana e concretizada nos produtos objetivos de sua atividade coletiva, apropriação que é ao mesmo tempo um processo de formação das faculdades humana? (Leontiev, 2004, p.341)

Em uma sociedade como a atual, marcada pelas crises cíclicas do capital, na qual a luta de classes se mantém presente e se acirra pelas contradições de uma sociedade que, ao mesmo tempo é capaz de produzir em larga escala para todos, porém inviabiliza de modo crescente a sobrevivência da maioria, o campo está aberto para o surgimento e consolidação de concepções que naturalizam o desenvolvimento humano. Por exemplo, conceber que o comportamento complexo humano (sexual, político, econômico, teórico, etc.) tem como motor a maturação de aspectos comportamentais naturais, próprios da espécie, elimina a possibilidade de se pensar que os homens podem fazer-se diferentes do que se apresentam. De acordo com Tuleski (2004):

“Analisar a ciência historicamente é analisar a todo instante as contradições que são produzidas em suas práticas. E analisar a psicologia, que surge no período contra-revolucionário da sociedade burguesa e que permanece até hoje hegemônica, significa analisar as contribuições desta ciência para a permanência e ampliação das

situações produtoras de alienação nos indivíduos.”
(pg.140)

Duarte (2006) aponta para o fato de que a sociedade capitalista contemporânea é *perpassada* por contradições²⁵ que se fazem presentes em diferentes instâncias sociais, como exemplo, destaca que na atualidade, ao mesmo tempo em que se necessita a *elevação do nível intelectual* dos trabalhadores para que possam acompanhar o desenvolvimento tecnológico, tal elevação deve ser limitada para que estes mesmos trabalhadores não estejam instrumentalizados para superar o regime imposto pelas classes dominantes. Fica visível a crítica de Duarte (2006) ao olhar, ainda que brevemente, para as publicações citadas no último capítulo deste trabalho, de que uma compreensão que prime pela totalidade, sobre como o homem se constitui como ser humano ainda está muito longe de tornar-se predominante. É fato que ainda predomina o estudo das características humanas tomando seus elementos separadamente, ora o afeto, ora o instinto, ora o biológico, ora o social, e o máximo de articulação que se consegue dessas esferas é uma justaposição por não concebê-las como uma unidade dialética, portanto, indissociável. Nessa perspectiva formal, enunciada nos trabalhos da atualidade sobre a sexualidade, tem-se também um *empobrecimento da cultura*, ou seja:

“A mesma sociedade que criou e desenvolveu formas extremamente eficazes, do ponto de vista técnico, para a produção e difusão dos conhecimentos, produz um brutal empobrecimento da cultura. (Duarte, 2006. p 9)”

Proliferam-se mitos e explicações diferenciadas que se opõem e tal como Bauman (2008) aponta as questões da sexualidade seguem sendo permeadas por insegurança, pela transitoriedade posta pela pós-modernidade, conduzindo a um alheamento em relação aos outros, a si, ao seu corpo e ao próprio prazer sexual. Ao pensar na sociedade pós-moderna como uma sociedade que tem como base de sua

²⁵ O princípio da contradição, presente no materialismo histórico dialético indica que, para pensar a realidade, é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. No entanto, aprofundaremos mais este conceito no período pós qualificação.

produção, o sistema capitalista no estágio atual de maximização das contradições, sistema analisado por Marx como responsável pela exacerbação da alienação dos indivíduos, como poderíamos pensar o exercício consciente da sexualidade humana?

Se para a Psicologia Histórico-Cultural a tomada de consciência que antecede uma ação, bem como a capacidade de autodomínio sobre os aspectos instintivos, são fatores primordiais para tornar-se humano (do gênero humano), é possível observar que a sexualidade vem sendo pautada por valores mercadológicos de corpo e do sexo, transformando a vivência da sexualidade como mais uma relação entre mercadorias. Da mesma forma, a cisão mente/corpo possibilita que as pessoas vivenciem o sexo como uma experiência que ocorre apenas a nível corporal, desligada dos demais aspectos como o intelectual ou emocional. Somente nessa época da história da humanidade tornou-se possível conceber filhos sem o ato sexual, devido ao avanço tecnológico da medicina, como também é possível nascer homem ou mulher e mudar sua condição sexual por meio de cirurgias, é possível também optar pelo tipo sexual do parceiro, escolhê-lo. Na aparência, o ser humano é tido como sendo mais livre do que em épocas históricas passadas para o exercício pleno da sexualidade, mas um olhar mais atento demonstra que todas as esferas do comportamento humano hoje estão sendo exploradas em benefício do capital, e as questões da sexualidade não se encontram apartadas desse processo.

Eis a grande contradição, quanto mais se pensa livre, mais o ser humano está subjugado a uma força que não conhece, não domina, e esta não é a força da natureza (dos seus instintos), mas das relações sociais que desconhece.

Se então, o exercício da sexualidade na atualidade se expressa como busca incessante do prazer individual e egoísta, entendida e explicada como determinada por instintos biológicos, sem a compreensão de que ela se transformou ao longo da história, é fato de que se está diante da alienação da consciência, que é composta pelo conjunto das demais funções psíquicas humanas. Assim sendo, as possibilidades de vivência da sexualidade na atualidade, por mais particulares que sejam, são possíveis hoje somente em decorrência do decurso do desenvolvimento filogenético humano, histórico-social e sua constituição em cada indivíduo, em sua trajetória ontogenética. Mas fica determinado pelas formas das relações pós-modernas, ou seja, em grande parte por relações transitórias e provisórias.

Para Psicologia Histórico-Cultural, a partir de Leontiev (2004), a personalidade humana, bem como os sentimentos e os afetos, são desenvolvidos essencialmente a partir das atividades de produção da vida cotidiana e por isso são históricos e sociais: há uma unidade entre indivíduo/sociedade, biológico/cultural.

Ao tomar o conceito de sexualidade utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), verifica-se que a sexualidade é: *influenciadora dos demais aspectos humanos tais como pensamentos e sentimentos; é a energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade*. Sem definir ou aprofundar a visão de homem implícita nesta concepção de sexualidade, tal afirmação nos fez pensar que esta vinculação amor/sexo se constitui historicamente, como visto, decorrente das transformações postas pelo trabalho ao longo das transformações históricas e não pode ser tomada como natural, o que nos leva à afirmação de MARX (1986) sobre a base histórico-ontológica da dialética, que ainda permanece como horizonte para revelar a constituição humana:

“Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como produto do próprio indivíduo vivo; na segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como sua consciência, unicamente como a consciência destes indivíduos que têm uma atividade prática” (Marx e Engels, 1847/1979, p. 37-38).

Ao analisar a sociedade capitalista, Marx afirmou que os indivíduos tornaram-se indiferentes uns aos outros, uma vez que as relações passam a ser estabelecidas pelo conteúdo da individualidade de cada ser humano e reduzidas na relação universalizada e mediatizada pelo dinheiro, expressão do valor de troca das mercadorias. Se a própria atividade de trabalho deixa de ser importante por suas características particulares, deixa de ser humanizadora para ser alienadora, os laços sociais que se produzem nas relações de trabalho também estão permeados por interesses individuais, reduzidos a uma quantidade de trabalho abstrata (Duarte, 2004).

Tomando tais pressupostos é possível observar, nas ciências humanas, a crescente naturalização dos fenômenos sociais, da individualidade, das aptidões e habilidades do ser humano, tomadas em suas características inatas. Todo o processo de

criação das condições para a existência dessa vida individual e privada passa por um processo bastante alienante fortalecido por ideologias que mantêm a maioria dos homens adaptados ao mundo, posto que muito em suas práticas mostram como continuadoras dos ideais Eugênicos do início do século XX.

Entretanto, pela via do materialismo histórico proposto por Marx, é possível compreender como as contradições postas nas relações sociais de produção, estão no centro das relações humanas de cada época e se expressam nas teorias e nas ações dos homens de cada período histórico. Percebe-se assim, ao olhar ainda que brevemente para história, que como criatura e criador, o homem está subordinado ao movimento da classe social na qual está inserido. Entende-se, portanto, que o homem só pode agir sobre a materialidade quando o próprio homem compreende o movimento que a rege e é capaz de operar, coletivamente a superação das necessidades econômicas de produção que mantêm tais relações.

Conclui-se que, pensar nas ciências humanas, a partir do materialismo histórico, torna-se não apenas uma opção epistemológica, mas uma possibilidade de superação das teorias burguesas da atualidade. Acreditando, da mesma forma, que as contribuições do marxismo para a compreensão de homem e da sociedade possibilitam à Psicologia e às demais ciências emergir do caos neoliberal e pós-moderno para a criação de espaços que gerem análise e crítica fundamentada para uma atuação diferenciada junto aos grupos sociais.

Por fim, sem a pretensão de esgotar a discussão sobre a constituição histórica da sexualidade humana, entendeu-se aqui que foi possível abrir caminho para novas investigações sobre o desenvolvimento da sexualidade em superação às concepções biologizantes e naturalizantes, contribuído com reflexões e problematizações sobre a função ideológica das abordagens reducionistas no âmbito da Psicologia.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Phillippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 1979.
- BARROCO, Sonia Mari Shima. A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para a Psicologia e a Educação atuais. 2007. 412 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar), UNESP, Araraquara, 2007.
- BARROCO, Sônia Mari Shima. Repensando a integração do portador de necessidades educativas especiais no ensino regular. Projeto de Ensino (Texto Final), Maringá: UEM, 1998.
- BEATÓN, Guillermo Arias. Evaluación y diagnóstico em la educación el desarrollo: desde el enfoque historico cultural. São Paulo: Laura Marisa C. Calejon, 2001.
- BEATÓN, Guillermo Arias; CALEJON, Laura Marisa Carnielo. Avaliação psicológica, os testes e o diagnóstico explicativo. Piracicaba: G. E. Degaspari, 2002.
- Beatón, G. A.. *La Persona em lo Histórico Cultural*. São Paulo: Linear. 2005
- BRAGA, Eliane Rose Maio. Sexualidade Infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual. 2002. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UNESP, Assis.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- BLANC, M. (1990). *Os herdeiros de Darwin*. (T. Costa, Trad.) Lisboa: Teorema.
- BOARINI, Maria Lúcia. Higienismo, eugenia e a naturalização do social. In: Boarini, M.L. (Org.). Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: EDUEM, 2003, p. 19-43.
- CATONNÉ, Jean-Philippe. A Sexualidade, Ontem e Hoje. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. O sexual da violência. Boletim de Novidades da Livraria Pulsional, São Paulo, ano 11, v.106, p.78-81, fev. 1998. Disponível em: <<http://www.ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/html/osexualdaviolencia.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2008.
- CHAUÍ, Marilena. Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia? Ed. Brasiliense, 2.ed. 2006
- DAVIDOV, V. La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico. Moscou: Progreso, 1988.

DARWIN, C. (1871). *The descent of man and selection in relation to sex*. Londres: John Murray.

DELARI JR., Achilles (2011). O princípio da dialética - aproximações iniciais. Material didático para a abertura do I Encontro Interdisciplinar de estudos em psicologia, educação e marxismo. UEM. 13 de maio de 2011

DELARI JR., Achilles (2011). Questões de método em Vigotski - aprofundando o objeto e o princípio da dialética. Material didático para abertura do I Encontro Interdisciplinar de estudos em psicologia, educação e marxismo. UEM. 13 de maio de 2011

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Instituto Antônio Houaiss: Objetiva Ltda, 2001.

DUARTE, Newton. A individualidade para-si: contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a Escola de Vigotski. Campinas: Autores Associados, 1996.

DUARTE, Newton. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: A dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. Revista Educação & Sociedade, Campinas:CEDES, n. 21, p.79-115, 2000a.

DUARTE, Newton. Vigotski e o “aprender a aprender”: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2000b.

DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (Porque Donald Schon não Entendeu Luria). Artigo Concluído em dez 2002, encaminhado à análise pelo Comitê Editorial da Revista Educação e Sociedade (CEDES/Campinas).

DUARTE, Newton. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Campinas, SP: Autores Associados, 2003 (Coleção Plêmicas do Nosso Tempo).

DUARTE, Newton. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, Newton (Org.). Crítica ao fetichismo da Individualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 219-242.

DUARTE, Newton. A contradição entre universalidade da cultura humana e o esvaziamento das relações sociais: por uma educação que supere a falsa escolha entre etnocentrismo ou relativismo cultural. Revista da faculdade de Educação da USP. Set/dez 2006, V. 32, N.3.

ELKONIN, D. Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. In: DAVIDOV, V; SHUARE, M. (Org.). La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS (antologia). Moscou: Progreso, 1987. p. 125-142.

- ELKONIN, D. Psicologia do jogo. São Paulo: Martins Fontes, 1998
- ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da propriedade Privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na transformação do Macaco em Homem. In: MARX e ENGELS. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa –ômega, 1990, v.02
- ENGELS, F. Moral e direito. Liberdade e necessidade. IN:_____. Anti-Duhring. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 91-100.
- ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, K. ; ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990, v. 2.
- FACCI, M. G. D. (Org.) ; Tuleski (Org.) ; BARROCO, S. M. S. (Org.) . Escola de Vigostki: Contribuições para a Psicologia e a Educação. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2009. v. 01. 180p .
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado das Letras; Londrina: EDUEL, 2006. (Coleção Dimensões da Sexualidade).
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. O professor como educador sexual: interligando formação e atuação profissional. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e Educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte&Ciência, 2004. p.115-131.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide. (2001). *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. Londrina: UEL.
- FIGUEIREDO, L.C.M. e SANTI, P.L.R. – Psicologia: uma (nova) introdução – São Paulo: Educ, 1997
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: a vontade de saber. 1.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GIDDENS, Anthony. A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor, e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KOPNIN, P. V. *A Dialética como Lógica e teoria do Conhecimento*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 2º Edição, Tradução Carlos Nelson Coutinho.

- LESSA, S. Sociabilidade e Individuação, Edufal, Maceió. 1995
- LESSA, S. Mundo dos Homens. Boitempo, São Paulo. . 2002
- LESSA. S. Lukács, ética e política. Ed. Argos, Chapecó,. 2007
- LESSA. S. Abaixo Família Monogâmica.
- LEONTIEV. A.N. O Desenvolvimento do Psiquismo. Lisboa. Livros Horizonte, 1978
- LEONTIEV, A. V. Artigo de introdução sobre o trabalho criativo de L. S. Vigotski. In: VIGOTSKI, L. S. Teoria e método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 425-470.
- LEONTIEV, A.N. Actividade, conciencia, personalidad. Habana, Cuba: Pueblo Educación, 1975.
- LUKÁCS, G. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, G. Ontologia del ser social: El Trabajo. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- LOPEZ, Maria Izabel de Souza (2000). *Educação, Qualificação e o Mundo do Trabalho: Danos e Ganhos*. Em Priori, Ângelo (Org.); O Mundo do Trabalho e a Política: Ensaio Interdisciplinares (p.149). Maringá: EDUEM.
- LUKÁCS, G. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, G. Ontologia del ser social: El trabajo. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- MACHADO, L. V. ; FACCI, M. G. D. ; BARROCO, S. M. S. Teoria das Emoções em Vigostki. Psicologia em Estudo (Impresso), v. 16, p. 647-657, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. (1847) A ideologia alemã. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.
- MARX, K. Capital. Vol I, International Publishers, New York. 1979
- MARX, K., Tomo I, 1985, Tomo II) O Capital. Vol I, Ed. Abril Cultural, São Paulo. 1983
- MARX, K. Manuscritos de 1844. Ed. Avante, Portugal. 1993
- MARX, K. Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844. Ed. Avante, Lisboa, Portugal. 1993

MARTINS, Ligia Márcia Martins. A Constituição Humana e a Educação Escolar. In: Crítica ao Fetichismo da Individualidade. Org: Newton Duarte. São Paulo. Ed. Autores Associados.

MARKUS, Gyorgy. Teoria do Conhecimento no Jovem Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RADECKI, Waclaw. Higiene mental da criança. Trabalhos originaes. Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, anno I, n1, 1925, p. 11-89. RADECKI, Waclaw.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). Sexualidade e Educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação Sexual além da Informação. São Paulo: EPU, 1990.

ROSSLER, J.H. Construtivismo e Alienação: As origens do poder de Atração Ideário Construtivista. In: Duarte, N (org.) Sobre o Construtivismo. Campinas, 2000, pp 3/22

RUIZ, Adriano Rodrigues & Bellini, Luzia Marta(1998). *Ensino e Conhecimento: Elementos para uma Pedagogia da Ação*. Londrina: Ed. UEL.

SAVIANI, Demerval. Perspectiva Marxiana do Problema Subjetividade-Intersubjetividade. In: Crítica ao Fetichismo da Individualidade. Org: Newton Duarte. São Paulo. Ed. Autores Associados.

SALGADO-NETO, G., & Salgado, A. (abril,2011). *Sir Francis Galton e os extremos superiores* (Vol. 45). Florianópolis : Revista de Ciências Humanas.

SIRGRADO, A. (2010). A Corrente Sócio Histórica de Psicologia: Fundamento Epistemológicos e perspectivas Educacionais.

TONET, I. (2005) Educação, cidadania e emancipação humana. Ed. Unijuí, Ijuí, R. G. do Sul.

TULESKI, Silvana calvo. Reflexões sobre a gênese da Psicologia científica. In: DUARTE, Newton (Org.). Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 121-144.

TULESKI, S. C. . Vygotski e a construção de uma psicologia marxista. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2008. v. 500. 207p .

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo. 2007. 177 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação). Departamento de Fundamentos da Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2007.

WEEKS, J. (2000). O corpo e a sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias das sexualidades* (pp. 35-83). Belo Horizonte.

WORTIS, Joseph. *La Psiquiatria Soviética*. Buenos Aires: El Ateneo, 1953.

VIGOTSKI, L. S. O método instrumental em psicologia. IN: *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. (1927) O significado histórico da crise em psicologia. In: _____. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. (1930) A transformação socialista do homem (ATSH). Disponível em: <<http://www.pstu.org.br>>. Acesso em: 24 junho 2006.

VYGOTSKI, L.S. (1934) *Obras Escogidas*. Madrid: Visor, 1995. (III) L.S. Vygotsky, A.R. Luria. *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Tradução do inglês para o português: Lólio Lourenço de Oliveira. 252 p.

REFERENCIA DOS TRABALHOS ANALISADOS

Próchno, Caio César Souza Camargo, & Rocha, Rita Martins Godoy. (2011). O jogo do nome nas subjetividades travestis. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 254-261. Retrieved August 04, 2012

Fulgencio, Leopoldo. (2010). Aspectos gerais da redescoberta winnicottiana dos conceitos fundamentais da psicanálise freudiana. *Psicologia USP*, 21(1), 99-125. Retrieved August 04, 2012

Celes, Luiz Augusto M.. (2010). Clínica Psicanalítica: aproximações histórico-conceituais e contemporâneas e perspectivas futuras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 65-80. Retrieved August 10, 2012

Bonfim, Flavia Gaze, & Vidal, Paulo Eduardo Viana. (2009). A feminilidade na psicanálise: a controvérsia quanto à primazia fálica. *Fractal : Revista de Psicologia*, 21(3), 539-548. Retrieved August 10, 2012,

Zavaroni, Dione de Medeiros Lula; VIANA, Terezinha de Camargo; CELES, Luiz Augusto Monnerat. A constituição do infantil na obra de Freud. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 12, n. 1, Apr. 2007 .

Garcia, Marcos Roberto Vieira. (2009). Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. *Psicologia USP*, 20(4), 597-618. Retrieved August 11, 2012,

Oltramari, Leandro Castro. Política e sexualidade: notas sobre o combate ao preconceito contra os homossexuais. *Psicol. Soc., Florianópolis*, v. 22, n. 3, Dec. 2010 .

Cerqueira-Santos, Elder, Paludo, Simone dos Santos, dei Schirò, Eva Diniz Bensaja, & Koller, Sílvia Helena. (2010). Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 72-85. Retrieved August 11, 2012,

Maksud, Ivia. (2008). Sexualidade e mídia: discursos jornalísticos sobre o "sexual" e vida privada. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 663-671. Retrieved August 11, 2012,

Maheirie, Kátia, Urnau, Lílian Caroline, Vavassori, Mariana Barreto, Orlandi, Renata, & Baierle, Roberta Ertel. (2005). Oficinas sobre sexualidade com adolescentes: um relato de experiência. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 537-542. Retrieved August 12, 2012

Menezes, Aline Beckmann, Brito, Regina Célia Souza, & Henriques, Alda Loureiro. (2010). Relação entre gênero e orientação sexual a partir da perspectiva evolucionista. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 245-252. Retrieved August 12, 2012.

Miguel, Raquel de Barros Pinto, & Toneli, Maria Juracy Filgueiras. (2007). Adolescência, sexualidade e mídia: uma breve revisão da literatura nacional e internacional. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 285-293. Retrieved August 13, 2012

Dinis, Nilson, & Asinelli-Luz, Araci. (2007). Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. *Educar em Revista*, (30), 77-87. Retrieved August 13, 2012,